



ESTATÍSTICAS
AGRÍCOLAS
2021





FICHA TÉCNICA

TÍTULO |

Estatísticas Agrícolas - 2021

EDITOR |

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Av. António José de Almeida

1000-043 Lisboa

Portugal

Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO |

Francisco Lima

DESIGN E COMPOSIÇÃO |

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Publicação periódica|

Anual

Agricultura, floresta e pescas | Agricultura, floresta e pescas

Edição digital |

ISSN 0079-4139

ISBN 978-989-25-0605-0



 Apoio | ao utilizador

218 440 695

O INE, I.P. na Internet
www.ine.pt



INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a edição de 2021 das “Estatísticas Agrícolas”, um retrato atual e abrangente da agricultura nacional, reportando-se a informação ao último período temporal disponível. De referir que o layout desta edição foi renovado, sendo que os quadros de informação estão disponíveis apenas em formato editável. A publicação está organizada em 12 capítulos, constando no final de cada um, sempre que disponível, os links para os respetivos indicadores do portal.

O INE tem vindo a desenvolver esforços no sentido da apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, com o objetivo de reduzir os custos e a carga sobre os respondentes.

O INE agradece a todos os que contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial aos agricultores, associações de produtores e às empresas que responderam aos inquéritos, bem como ao Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e da Alimentação (GPP), à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ao Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), às Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), ao Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), à Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e a todas as outras entidades que facultaram informação em tempo oportuno.

Acreditando que a crítica construtiva serve de estímulo para o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade da informação estatística, o INE agradece todas as sugestões formuladas pelos utilizadores que possam contribuir para a valorização da informação sobre o setor agrícola.

julho de 2022

INTRODUCTION

Statistics Portugal presents the 2021 compendium of “Agriculture Statistics” edition, reporting the information to the last available reference period and a wide scope of data concerning national agriculture activity. It should also be noted that the layout was renewed, being the tables only available in editable format. The publication is organized into 12 chapters, with links to the Statistics Portugal web portal indicators at the end of each one, whenever available.

Statistics Portugal has been developing efforts towards the use of administrative data to produce official statistics, to reduce the costs and the burden on respondents.

Statistics Portugal would like to thank all entities that have contributed to this publication and acknowledge particularly the survey respondents, as well as the following entities: Office of Planning, Policies and General Administration of Ministry of Agriculture and food, Institute for Nature Conservation and Forestry, General Directorate of Food and Veterinary, Wine and Vineyard Institute, General Directorate of Agriculture and Rural Development, Regional Directorates of Agriculture and Fisheries, Azores Regional Statistical Service, Madeira Regional Statistical Directorate, and to all the other entities that supplied information on time.

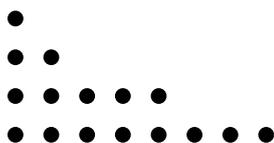
Believing that constructive criticism serves as a stimulus for improving the quality of statistical information, Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions from users, which will play a role in improving future information for the agricultural sector.

july 2022

ÍNDICE

INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	3
SUMÁRIO EXECUTIVO/EXECUTIVE SUMMARY	5
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS	15
1 - PRODUÇÃO VEGETAL	17
2 - PRODUÇÃO ANIMAL	37
3 - PRODUÇÃO FLORESTAL	47
4 - AGRICULTURA E AMBIENTE	63
5 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES DAS BEBIDAS E DO TABACO	76
6 - COMÉRCIO INTERNACIONAL: PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES E PRODUTOS FLORESTAIS	81
7 - BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO	100
8 - BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA	107
9 - PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA	112
10 - CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA	116
11 - CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA	119
12 - META-INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	122





SUMÁRIO EXECUTIVO

PRODUÇÃO VEGETAL - ANO AGRÍCOLA 2020/2021

O ano agrícola 2020/2021 em Portugal continental caracterizou-se em termos meteorológicos como quente e seco.

A produção de cereais de Outono/Inverno foi de 189,2 mil toneladas, uma das mais baixas dos últimos 35 anos (apenas superior às campanhas de 2005, 2011 e 2012), reflexo de uma redução quase generalizada em todas as espécies.

A produção de cereais de Primavera/Verão aumentou 10,3% no milho e 32,5% no arroz.

A quantidade rececionada de tomate para a indústria atingiu 1,591 milhões de toneladas (1,255 milhões de toneladas na campanha anterior) devido a produtividades historicamente elevadas, próximas das 100 toneladas por hectare.

A produção de maçã alcançou as 368,2 mil toneladas, a segunda colheita mais produtiva dos últimos 35 anos (apenas ultrapassada pela de 2019, com 370,7 mil toneladas).

A produção de pera registou um valor de 225,4 mil toneladas, refletindo um acréscimo de 72% face à campanha anterior (uma das piores da última década).

A produção de kiwi ultrapassou pela primeira vez as 55 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de 21,0%, face à campanha anterior.

A campanha da cereja foi a mais produtiva dos últimos 49 anos, maioritariamente devido à inédita produção das variedades de estação/tardias.

A entrada em produção de novos amendoais intensivos contribuiu para um aumento de produção de 31,1%, atingindo as 41,5 mil toneladas de amêndoa.

A produção de castanha registou uma quebra de 11,9% devido ao surto de septoriose desencadeado pela ocorrência de vários períodos de precipitação e de temperaturas médias relativamente baixas durante o final de julho e princípio de agosto.



A produção de vinho aumentou 14,7%, alcançando os 7,2 milhões de hectolitros, volume superior à vindima de 2020 (6,3 milhões de hectolitros) e à média dos últimos cinco anos (6,4 milhões de hectolitros).

A produção de azeite disparou para um máximo histórico de 2,29 milhões de hectolitros (+49% que em 2019, o segundo melhor registo desde 1915) em resultado de condições meteorológicas favoráveis, conjugadas com o aumento da importância dos olivais intensivos de regadio e com o facto ter sido um ano de safra.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2021

A produção total de carne situou-se nas 911 mil toneladas, refletindo um aumento de 1,0%, face a 2020.

A carne de reses (inclui a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos), registou uma ligeira subida (+ 0,8%) atingindo as 498 mil toneladas;

A produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos) ascendeu a 398 mil toneladas, um acréscimo de 1,3%, face ao ano anterior.

As produções de carne de bovino (103 mil toneladas), ovino (15,9 mil toneladas) e caprino (1,3 mil toneladas), mostraram, face a 2020, acréscimos de 5,3%, 9,0% e 14,8%, respetivamente.

As 377 mil toneladas de carne de suíno indicam praticamente uma manutenção do volume total relativamente ao ano anterior (-0,7%).

A produção bruta de carne de frango registou um nível semelhante a 2020 (+0,8%), tendo-se situado nas 313 mil toneladas, a carne de peru (55,0 mil toneladas) aumentou 3,8% e a de pato (10,4 mil toneladas) cresceu 1,1%.

A produção bruta de ovos de galinha foi 142 mil toneladas, o que representou uma redução de 2,9% face ao ano anterior, com o volume de ovos para consumo (122 mil toneladas) inferior em 3,5% e o de ovos para incubação (20,4 mil toneladas) com uma variação pouco significativa (+0,8%).

O total de leite contabilizou 2 029 milhões de litros, correspondente a menos 0,5% relativamente ao ano 2020, com o volume de leite de vaca (1 928 milhões de litros) a apresentar uma ligeira variação negativa (-0,4%) e os leites de ovelha e cabra também com ligeiros decréscimos de 0,5% e 1,6%, respetivamente.

A produção da indústria de lacticínios nacional resultou num menor volume total de produtos lácteos em 2021, evolução que ficou a dever-se à redução ocorrida nos produtos frescos, sobretudo no leite para consumo, que diminuiu 6,2% face a 2020. Contrariamente, os produtos transformados registaram um maior volume de produção, nomeadamente o queijo de vaca e o leite em pó.

3

PRODUÇÃO FLORESTAL

Em Portugal, o número de incêndios rurais em 2021 foi 8 230, menos 15,0% de ocorrências face a 2020 e marcadamente inferior à média das duas últimas décadas, que superaram o número de incidências em 1,9 e 3,4 vezes respetivamente.

A superfície ardida em Portugal em 2021 foi de 28,4 mil hectares no Continente e 0,07 mil hectares na R.A.M (68,6 mil hectares e 1,4 mil hectares em 2020), o que posiciona 2021 como o segundo da última década (2012-2021) com menor área ardida (4,5 vezes inferior à média da área ardida na década em análise).

Em Portugal Continental, no ano 2021, a área de caça distribuiu-se por 6 979 mil hectares distribuídos por 5 145 zonas de caça, mais 42 espaços distribuídos por menos 30,0 mil hectares que em 2020.

As 115 726 licenças de caça emitidas na época venatória 2021/2022 (111 926 em 2020/2021), traduzem um acréscimo de 3,4%, gerando uma receita de 5,7 milhões de euros, superior em 3,8% à de 2020/2021.

4

AGRICULTURA E AMBIENTE

Portugal é o EM da UE27 com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo), registando em 2020 um consumo aparente de 31,0 kg por hectare de SAU, menos de metade da média da UE27 (72,6 kg por hectare de SAU).

Em 2020 foram vendidos 2,3 kg de substância ativa dos principais grupos de pesticidas por hectare de SAU, proporção acima da média europeia (2,0 quilogramas de substância ativa por hectare de SAU).

O balanço bruto do azoto no solo foi de 142,6 mil toneladas de azoto em 2021, equivalente a 35,8 kg de azoto por hectare de SAU (41,3 kg de azoto por hectare de SAU em 2020).

Em 2021 o balanço do fósforo registou um excesso de 8,1 mil toneladas (12,2 mil toneladas de P em 2020), equivalente a 2,0 kg de fósforo por hectare de SAU (3,1 kg de P por hectare de SAU em 2020).

5

INDÚSTRIA ALIMENTAR, DAS BEBIDAS E DO TABACO - 2020

As Indústrias Alimentares mantiveram-se como a principal atividade da produção industrial nacional com 14,5% do total das vendas em 2020 (13,0% em 2019).

Em 2020, 7,5% do valor das vendas teve como destino o mercado nacional (-2,8 p.p. face a 2019) e 90,8% a União Europeia (+2,6 p.p. face a 2019).

Valor das vendas das Indústrias Alimentares em 2020 fixou-se nos 11,7 mil milhões de euros, menos 78 milhões de euros face a 2019.

Atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das Indústrias Alimentares com 20,9% do total do valor de vendas (21,0% em 2019).

Indústria das Bebidas faturou 2,8 mil milhões de euros em 2020, menos 250 milhões de euros que em 2019, tendo a “indústria do vinho” contribuído com 55,7% do total do valor das vendas (51,8% em 2019).

COMÉRCIO INTERNACIONAL - 2021

O défice da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)” totalizou 3 845,9 milhões de euros em 2021, um agravamento de 401,6 milhões de euros face ao ano anterior.

Os “Cereais” foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, aumentando o défice em 154,6 milhões de euros, o 2º maior défice (depois das “carnes e miudezas, comestíveis”) no conjunto dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas).

O saldo da balança comercial das “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” aumentou 101,6 milhões de euros face a 2020, atingindo um excedente de 790,3 milhões de euros.

O saldo da balança comercial dos “Produtos do setor florestal” alcançou os 2 744,2 milhões de euros em 2021, aumentando 364,7 milhões de euros comparativamente ao ano anterior.

BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO

Em 2021 o mercado interno contribuiu com 81,6% da quantidade de carne necessária para satisfazer as necessidades nacionais de consumo (80,2% em 2020). A carne de animais de capoeira foi a mais consumida (43,5 kg/habitante, que compara com 44,3 kg/habitante em 2020), seguida da carne de suíno (42,1 kg/habitante vs 41,1 kg/habitante em 2020).

O grau de autoaprovisionamento do leite para consumo público manteve-se excedentário e até aumentou em 2021, atingindo 110,5% (106,7% em 2020). Este resultado deveu-se ao facto do decréscimo no consumo (-8,2%) ter superado a diminuição da produção (-6,1%).

O grau de autoaprovisionamento dos cereais (exceto arroz) ficou-se pelos 19,4%, refletindo os decréscimos verificados na produção de grão (-8,1%) e nas exportações (-4,5%), uma vez que as importações mantiveram-se ao mesmo nível da campanha anterior.

A quantidade total de frutos disponível para consumo humano diminuiu 0,2% em 2020/2021 equivalendo a um consumo *per capita* de 148,8 kg de frutos por habitante (149,2 kg na campanha 2019/2020). O grau de autoaprovisionamento fixou-se nos 70,1%, 29,9 p.p. abaixo da autossuficiência.

O consumo humano de azeite foi de 58 mil toneladas em 2020 (70 mil toneladas em 2019), equivalente a um consumo *per capita* de 5,6 kg por habitante (6,8 kg em 2019).

Na campanha 2020/2021, o grau de autoaprovisionamento do vinho registou um decréscimo de 19,6 p.p. fixando-se em 113,0% (132,6% na campanha anterior). Para este resultado contribuiu o decréscimo de 1,7% na produção vinícola e o aumento do consumo humano em 22,6%.

BALANÇA ALIMENTAR

O aporte calórico médio diário por habitante no período 2016-2020 foi de 4 075 kcal, duas vezes o valor recomendado para um adulto com um peso médio saudável.

O índice de adesão à dieta mediterrânica melhorou em 2020, registando um nível idêntico ao obtido em 2012 em plena crise económica (1,157).

ESTATÍSTICAS DE PREÇOS AGRÍCOLAS - 2021

O índice de preços de produção dos bens agrícolas aumentou 5,6%. Este crescimento deveu-se às evoluções de +8,0% no índice de preços da produção vegetal e de +2,0% no índice de preços da produção animal.

O índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura registou uma variação de +14,2% e o índice de preços dos bens e serviços de investimento da atividade agrícola uma evolução de +3,2%.

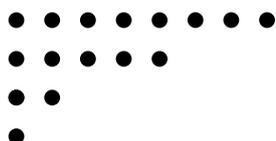
CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA - 2021

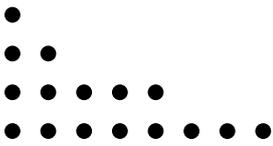
Em 2021, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), apresentou um aumento (+9,6%), em consequência dos acréscimos do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (+7,1%) e dos Outros subsídios à produção (+12,0%), após uma quase estagnação em 2020 (-0,1%).

O aumento do VAB, em termos nominais, resultou do efeito combinado dos crescimentos nominais da Produção do ramo agrícola (+10,7%) e do Consumo intermédio (+13,0%). Em termos reais, o VAB aumentou um pouco mais (+9,4%), refletindo a diminuição do deflator implícito.

CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA - 2020

Em 2020, o VAB da silvicultura decresceu em volume e em valor (-6,5% e -8,5%, respetivamente), mantendo a tendência decrescente registada desde 2015. A produção diminuiu em termos nominais e reais (-5,8% e -7,2%, respetivamente), em resultado do decréscimo generalizado em todos os produtos silvícolas, com exceção da madeira para energia.





EXECUTIVE SUMMARY

CROP PRODUCTION - CROP YEAR 2019/2020

Crop year 2020/2021 in mainland Portugal was meteorologically characterized as hot and dry.

Winter cereal production was 189.2 thousand tonnes, one of the lowest in the last 35 years (only above 2005, 2011 and 2012 campaigns), reflecting an almost generalized reduction in all species.

In summer crops, production increased by 10.3% in maize and 32.5% in rice.

The amount of tomato growing for processing reached 1,591 million tonnes (1,255 million tonnes in the previous season) due to historically high yields, close to 100 tonnes per hectare.

Apple production reached 368.2 thousand tonnes, the second most productive harvest in the last 35 years (only surpassed by 2019, with 370.7 thousand tonnes).

Pear production registered a value of 225.4 thousand tonnes, reflecting an increase of 72.0% compared to the previous season (one of the worst in the last decade).

Kiwi production exceeded 55 thousand tonnes for the first time, which corresponds to an increase of 21.0% compared to the previous campaign.

The cherry season was the most productive in the last 49 years, mainly due to the unprecedented production of mid-season/late varieties.

The entry into production of new intensive almonds groves contributed to a 31.1% increase in production, reaching 41.5 thousand tonnes of almonds.

Chestnut production fell by 11.9% due to the outbreak of Septoria, triggered by the occurrence of several periods of precipitation and relatively low average temperatures during late July and early August.

Wine production increased by 14.7%, reaching 7.2 million hectolitres, a volume higher than the 2020 harvest (6.3 million hectolitres) and the average of the last five years (6.4 million hectolitres).

Olive oil production soared to an all-time high of 2.29 million hectolitres (+49% compared to 2019, the second-best record since 1915) as a result of favourable weather conditions, combined with the increased importance of intensive irrigated olive groves and with the fact that the previous campaign was a bad harvest year.



ANIMAL PRODUCTION - 2021

Total meat production was 911 thousand tonnes, reflecting a raise of 1.0% when compared with 2020.

Total bovine, pig, sheep, goat and horse meat had a slight increase (+0.8%), reaching 498 thousand tonnes.

Poultry meat (includes chicken, turkeys, and ducks) had a total production of 398 thousand tonnes, higher by 1.3%, vis-à-vis 2020.

Beef meat (103 thousand tonnes), sheep meat (15.9 thousand tonnes) and goat meat (1.3 thousand tonnes) rose by 5.3%, 9.0% and 14.8%, respectively.

Pig meat production of 377 thousand tonnes was practically a maintenance (-0.7%), when compared to the previous year.

Broiler meat production (313 thousand tonnes) had a similar level to the one registered in 2020 (+0.8%), turkey meat (55.0 thousand tonnes) increased by 3.8% and duck meat (10.4 thousand tonnes) grew by 1.1%.

Total production of chicken eggs was 142 thousand tonnes, a drop of 2.9% vis-à-vis 2020, with eggs for consumption (122 thousand tonnes) lower by 3.5% and eggs for hatching (20.4 thousand tonnes) showing a small variation (+0.8%).

Total milk production (2,029 million liters) showed a variation of less 0.5%, relatively to 2020, with cow's milk (1,928 million liters) showing a small decrease of 0.4%, while sheep milk and goat milk production also slightly reduced by 0.5% and 1.6%, respectively.

Total dairy industry production was lower in 2021, due to the reduction of fresh milk products, especially drinking milk, which decreased by 6.2% vis-à-vis 2020. On the contrary, manufactured products had a larger production level, namely for cow's cheese and milk powder.



FOREST PRODUCTION

The number of rural fires in 2021 in Portugal was 8,230, 15.0% fewer occurrences compared to 2020, and significantly lower than the average of the last two decades, which exceeded the number of incidents by 1.9 and 3.4 times, respectively.

The area burned in Portugal in 2021 was 28.4 thousand hectares on the mainland and 0.07 thousand hectares in the R.A.M (68.6 thousand hectares and 1.4 thousand hectares in 2020). This result places 2021 as the second in the last decade (2012-2021) with the lowest burnt area (4.5 times lower than the average burnt area in the decade under analysis).

In mainland Portugal, in 2021, the hunting area was distributed over 6,979 thousand hectares allocated into 5,145 hunting areas, 42 more spaces and 30.0 thousand hectares less than in 2020.

The 115,726 hunting licenses issued in the 2021/2022 hunting season (111,926 in 2020/2021), means an increase of 3.4%, generating revenue of 5.7 million euros, 3.8% higher than in 2020/2021.

4 AGRICULTURE AND THE ENVIRONMENT

Portugal is the MS in the EU27 with the lowest consumption of mineral fertilizers (nitrogen and phosphorus), recording in 2020 an apparent consumption that is less than half the EU27 average (31.0 kg compared to 72.6 kg per hectare of UAA).

In 2020, 2.3 kg of active substance from the main groups of pesticides were sold per hectare of UAA, an amount above the European average (2.0 kg of active substance per hectare of UAA).

The net nitrogen balance in the soil was 142.6 thousand tonnes nitrogen in 2021, equivalent to 35.8 kg of nitrogen per hectare of UAA (41.3 kg of nitrogen per hectare of UAA in 2020).

In 2021, the phosphorus balance recorded an excess of this nutrient in the order of 8.1 thousand tonnes of phosphorus (12.2 thousand tonnes of phosphorus in 2020), equivalent to 2.0 kg of phosphorus per hectare of UAA (3.1 kg of phosphorus per hectare in 2020).

5 FOOD, BEVERAGE AND TOBACCO INDUSTRY - 2020

Food Industries remained the main activity of national industrial production with 14.5% of total sales in 2020 (13.0% in 2019).

In 2020, 7.5% of the value of food sales was destined to national market (-2.8 p.p. compared to 2019) and 90.8% to European Union (+2.6 p.p. compared to 2019).

The value of Food Industry sales reached 11.7 billion Euros, less 78 million Euros compared to 2019.

The activity of “slaughter of animals, preparation and preservation of meat and meat products” was the most valued of the food industries with 20.9% of total sales value (21.0% in 2019).

The beverage industry accounted around 2.8 billion Euros of sales in 2020, less 250 million Euros than in 2019, while the “wine industry” accounted for 55.7% of total sales (51.8 % in 2019).

Tobacco industry sales totalled 676.3 million Euros, plus 72 million higher than in 2019.



INTERNATIONAL TRADE - 2021

The commercial deficit of agricultural and food products (excluding beverages and fishery products) reached 3,845.9 million Euros in 2021, which represents an increase of 401.6 million Euros over the previous year.

“Cereals” were the group that most contributed to this escalation, increasing the deficit by 154.6 million Euros, the 2nd largest deficit (after “meat and edible meat offal”) in the group of “Agricultural and food products” (excluding beverages and fishery products).

The trade balance of “Beverages, spirits and vinegars” increased 101.6 million Euros reaching a commercial surplus of 790.3 million Euros.

Trade balance of forest products had a surplus of 2,744.2 million Euros in 2021, increasing 364.7 million Euros, when compared with the previous year.



SUPPLY BALANCES

In 2021 the domestic market contributed with 81.6% of the meat necessary to satisfy the national consumption needs (80.2% in 2020). Poultry meat was the most consumed type of meat (43.5 kg/inhab which compares with 44.3 kg/inhab in 2020) followed by pig meat (42.1 kg/inhab vis-à-vis 41.1 kg/inhab in 2020).

Self sufficiency of milk for public consumption remained in surplus and even increased in 2021, reaching 110.5% (106.7% in 2020). This result was due to the fact that the decrease in consumption (-8.2%) outweighed the decrease in production (-6.1%).

Self sufficiency of cereals (except rice) stood at 19.4%, reflecting the decreases in grain production (-8.1%) and exports (-4.5%), since imports remained at the same level as in the previous year.

Total amount of fruit available for human consumption decreased by 0.2% in 2020/2021 campaign, equivalent to a consumption of 148.8 kg of fruit per inhabitant (149.2 kg in 2019/2020 campaign). The self-sufficiency stood at 70.1%, 29.9 p.p. below self sufficiency;

Human consumption of olive oil was 58 thousand tonnes in 2020 (70 thousand tonnes in 2019), equivalent to a consumption of 5.6 kg per inhabitant (6.8 kg in 2019);

In the 2020/2021 campaign, wine self sufficiency decreased by 19,6 p.p. and stood at 113.0% (132.6% in previous campaign). To this result contributed the decrease in production (-1.7%) and the increase of human consumption (+22.6%).

8

FOOD BALANCE

Average daily caloric intake per inhabitant in the period 2016-2020 was 4,075 kcal, twice the recommended value for an adult with an average healthy weight.

Adherence to the Mediterranean diet improved in 2020, registering a level identical to that obtained in 2012 during the economic crisis (1,157).

9

AGRICULTURAL PRICE STATISTICS – 2021

The agricultural goods output price index registered an increase of 5.6%. This growth was due to an increase of 8.0% in the crop output price index and of 2.0% in the animal output price index.

The price index of goods and services currently consumed in agriculture increased by 14.2% and the price index of goods and services contributing to agricultural investment grew by 3.2%.

10

ECONOMIC ACCOUNTS FOR AGRICULTURE – 2021

In 2021 the income from agricultural activity, in real terms, per annual work unit (AWU), registered an increase (+9.6%), as a result of the increases in Gross Value Added (GVA) (+7.1%) and Other subsidies on production (+12.0%), after a stagnation in 2020 (-0.1%).

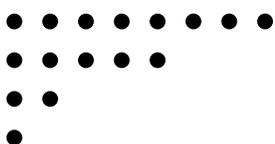
The increase in GVA, in nominal terms, resulted from the combined effect of a nominal growth of Output of the agricultural industry (+10.7%) and Intermediate consumption (+13.0%). In real terms, GVA increased slightly more (+9.4%), reflecting the decrease in the implicit deflator.

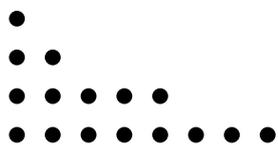
11

ECONOMIC ACCOUNTS FOR FORESTRY – 2020

In 2020, the GVA of forestry decreased in volume and value (-6.5% and -8.5%, respectively), maintaining the downward trend recorded since 2015.

Output decreased in nominal and real terms (-5.8 % and -7.2%, respectively), because of the general decrease in all forestry products, except for wood for energy.





SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
ə	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
Pe	Valor preliminar
Po	Valor provisório
Rc	Valor retificado
Rv	Valor revisto

SIGLAS

AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário em Portugal
BAP	Balança Alimentar Portuguesa
c	Cabeças
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CEA	Contas Económicas da Agricultura
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CES	Contas Económicas da Silvicultura
CI	Consumo Intermédio
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DRAP	Direções Regionais de Agricultura e Pescas
DOP	Denominação de Origem Protegida
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EEE	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EM	Estado-Membro
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
g	Gramas
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFN	Inventário Florestal Nacional

INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IRH	Indicador de risco harmonizado
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
H	Homens
ha	Hectare
hl	Hectolitro
HM	Total de homens e mulheres
kWh	Quilovátios-hora (Kilowatt-hora)
l	Litro
LMR	Limite Máximo de Resíduos
M	Mulheres
n. e.	Não especificado
n.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
COM	Organização Comum do Mercado
p	Peso
PAC	Política Agrícola Comum
pc	Peso carcaça
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POEC	Plano de Ordenação de Exploração Cinegética
pv	Peso vivo
s.a.	Substância ativa
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
t	Tonelada
UE	União Europeia
unid.	Unidade
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

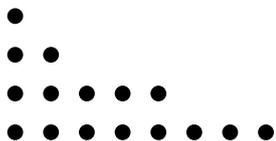


NOTAS

Além destes sinais e siglas, são utilizados os símbolos do sistema métrico decimal.

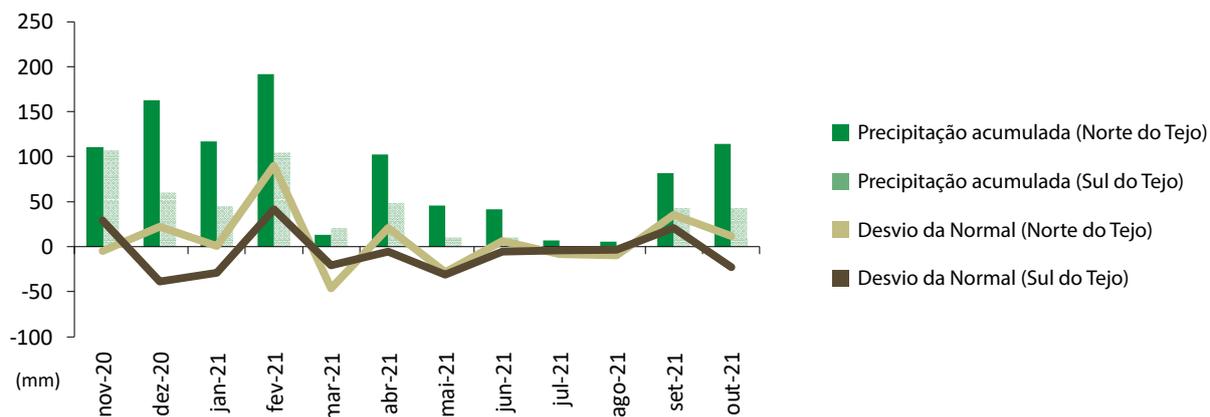


PRODUÇÃO VEGETAL



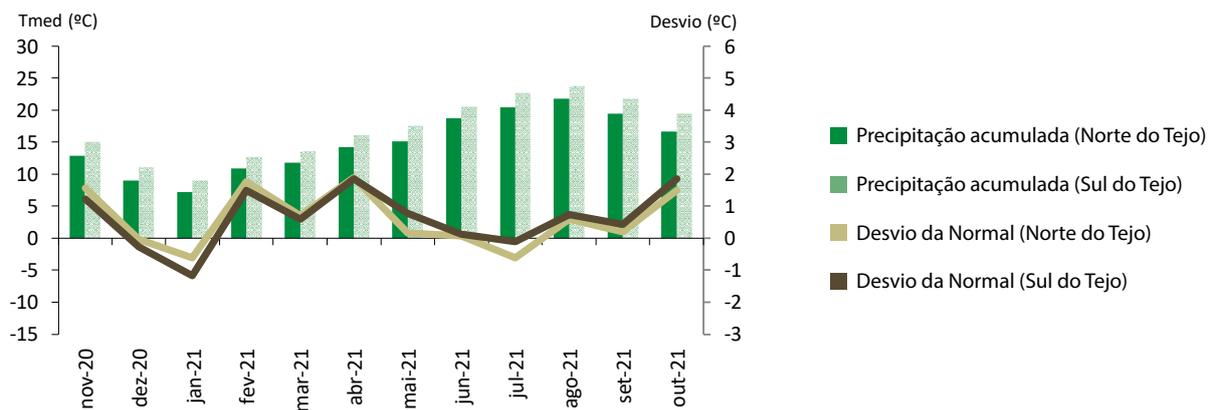
O ano agrícola 2020/2021 em Portugal continental caracterizou-se em termos meteorológicos como quente e seco.

FIGURA 1.1
Precipitação
(ano agrícola 2020/2021)



FORNTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

FIGURA 1.2
Temperatura
(ano agrícola 2020/2021)



FORNTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

O outono foi quente e normal em relação à precipitação. O valor médio da temperatura média do ar, 16,8°C, foi 0,5°C superior à normal. Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de setembro a novembro, 263,5mm, correspondeu a cerca de 106% do valor médio.

FIGURA 1.3
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Outono (2000-2020)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

O inverno 2020/21 (dezembro 2020, janeiro e fevereiro 2021) classificou-se como quente em relação à temperatura do ar e normal em relação à precipitação. O valor da temperatura média do ar, 9,8°C, foi superior à normal com uma anomalia de +0,3°C. O total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de dezembro a fevereiro, 373,3mm, corresponde a cerca de 106% do valor médio. Realce para a situação o mês de fevereiro, que foi o quinto mais quente desde 1931.

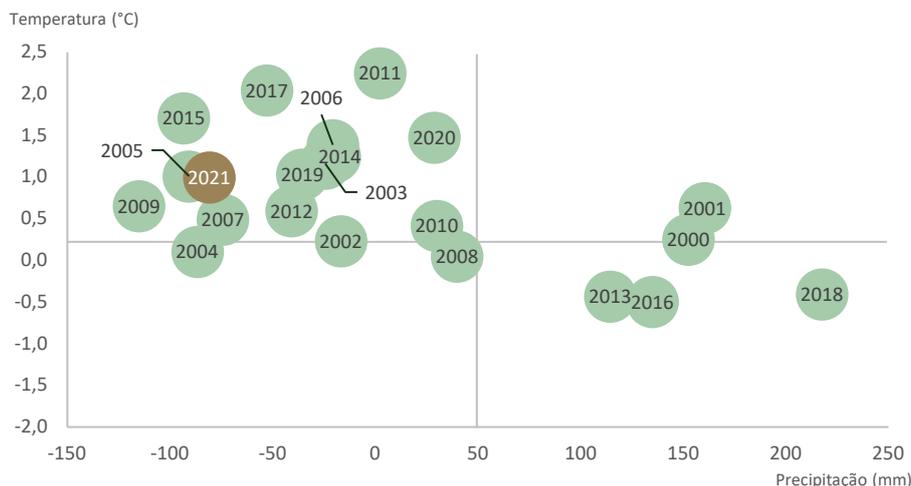
FIGURA 1.4
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Inverno (2000-2021)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

A primavera de 2021 classificou-se como muito quente e muito seca. O valor da temperatura média do ar, 14,6°C, foi superior à normal com uma anomalia de + 1,0°C. Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de março a maio, 130,6mm, corresponde a cerca de 62% do valor médio. Destaque para o mês de abril que registou valores de temperatura do ar (mínima, média e máxima) muito superiores ao normal.

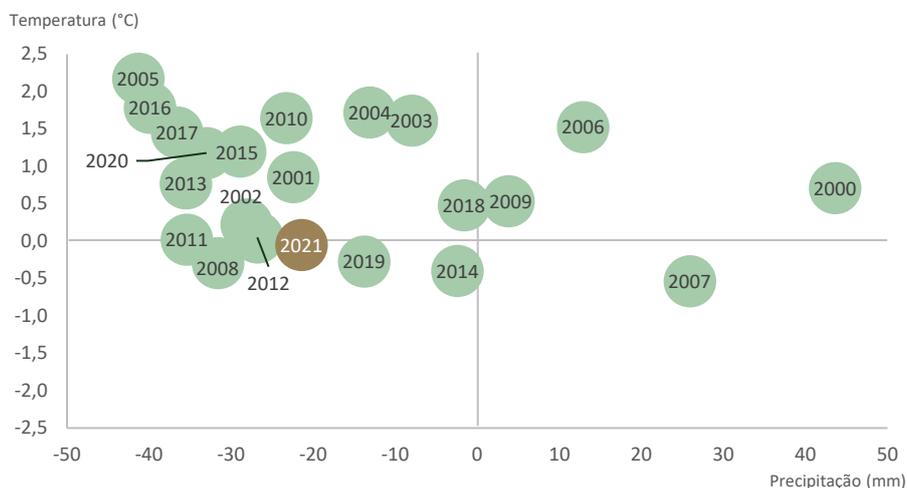
FIGURA 1.5
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Primavera (2000-2021)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

O verão de 2021 classificou-se como normal em relação à temperatura do ar e seco em relação à precipitação. O valor da temperatura média do ar foi de 21,2°C (-0,1°C em relação ao valor normal). Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de junho a agosto, 38,3mm, foi inferior ao normal e corresponde a cerca de 64% do valor médio.

FIGURA 1.6
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Verão (2000-2021)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

Prados, pastagens e culturas forrageiras

As condições climáticas ocorridas durante a primavera (excetuando março, que foi muito seco) foram favoráveis ao desenvolvimento das pastagens e promoveram o aumento de biomassa da generalidade das culturas destinadas à alimentação dos efetivos pecuários. A disponibilidade de matéria verde nas pastagens da maioria das explorações pecuárias em sistema extensivo garantiu, até ao início do verão, a alimentação dos efetivos, com contribuições pontuais de fenos, palhas, silagens e/ou alimentos concentrados em quantidades inferiores às da campanha anterior. Ao longo do verão as disponibilidades dos restolhos das culturas forrageiras e dos cereais de inverno foram diminuindo, tendo sido necessário recorrer ao contributo dos fenos e silagens em quantidades próximas das habituais nesta época do ano. Globalmente as condições meteorológicas permitiram uma produção forrageira 10% a 20% superior à obtida na campanha anterior, garantindo as necessárias provisões para alimentar os efetivos nos períodos de menor produção forrageira das pastagens (verão/inverno).

Cereais de outono/inverno

Os períodos de precipitação de novembro e dezembro dificultaram as sementeiras dos cereais de outono/inverno, registando-se a interrupção destas operações quando as condições não eram agronomicamente aceitáveis (solos encharcados). Apesar dos atrasos, as germinações foram boas e as searas apresentaram povoamentos homogéneos e um aspeto vegetativo dentro dos padrões normais.

A campanha cerealífera decorreu com normalidade, embora a acentuada redução dos teores de humidade do solo tenha condicionado o enchimento do grão, principalmente nas searas instaladas mais cedo e, em particular, no Alentejo Central e Baixo Alentejo. De referir que algumas searas continuaram a ser atacadas por javalis, principalmente no interior Norte e Centro, com prejuízos assinaláveis para alguns produtores.

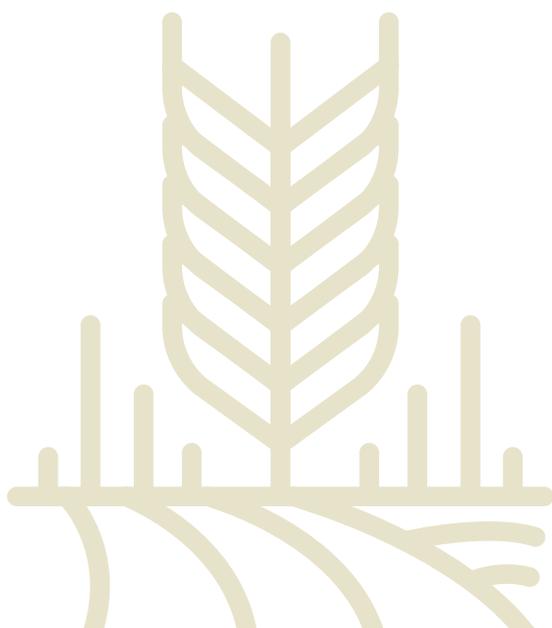
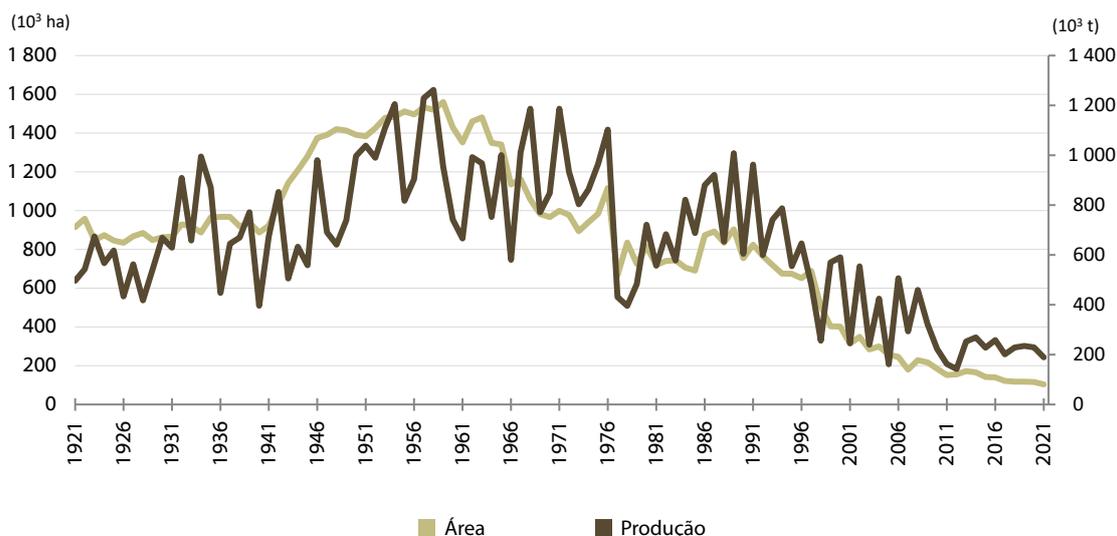


FIGURA 1.7
Área e produção de cereais de inverno
(1921-2021)



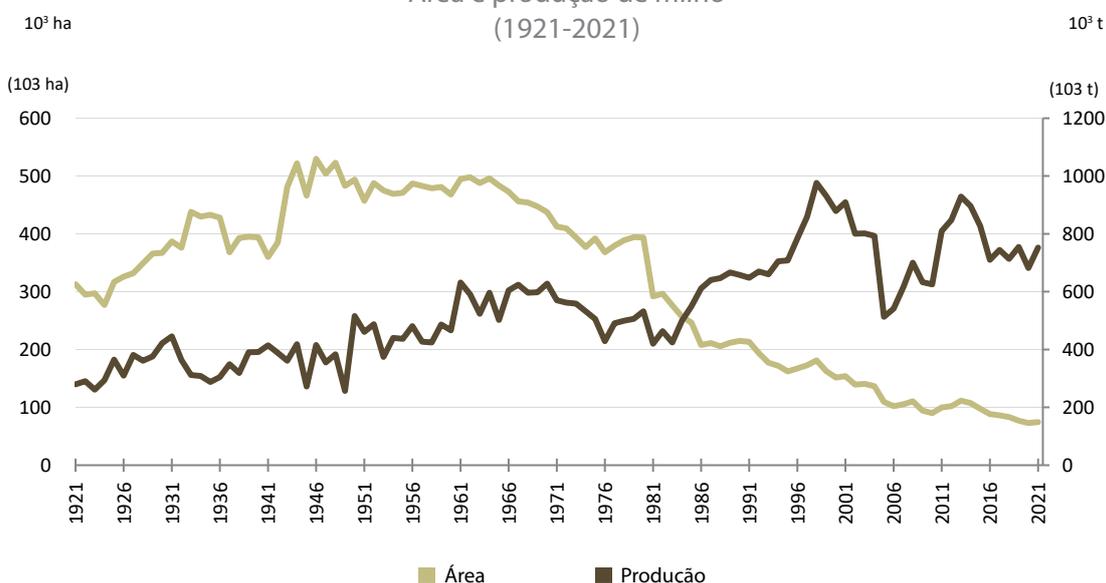
FORNTE: INE, I. P.

Grande parte da colheita dos cereais de inverno estava terminada no final de julho, registando-se quebras em todos os cereais de inverno, com exceção do trigo duro, cujo significativo aumento de área determinou uma subida de 16% na produção.

Cereais de primavera/verão

As sementeiras do milho terminaram, na generalidade, durante a primeira quinzena de junho, e decorreram sem incidentes. Apesar da tendência de subida de preços muito significativa desta *commodity* agrícola nos mercados internacionais (praticamente duplicou o preço entre agosto de 2020 e maio de 2021), a área instalada apenas aumentou 2%, face a 2020.

FIGURA 1.8
Área e produção de milho
(1921-2021)

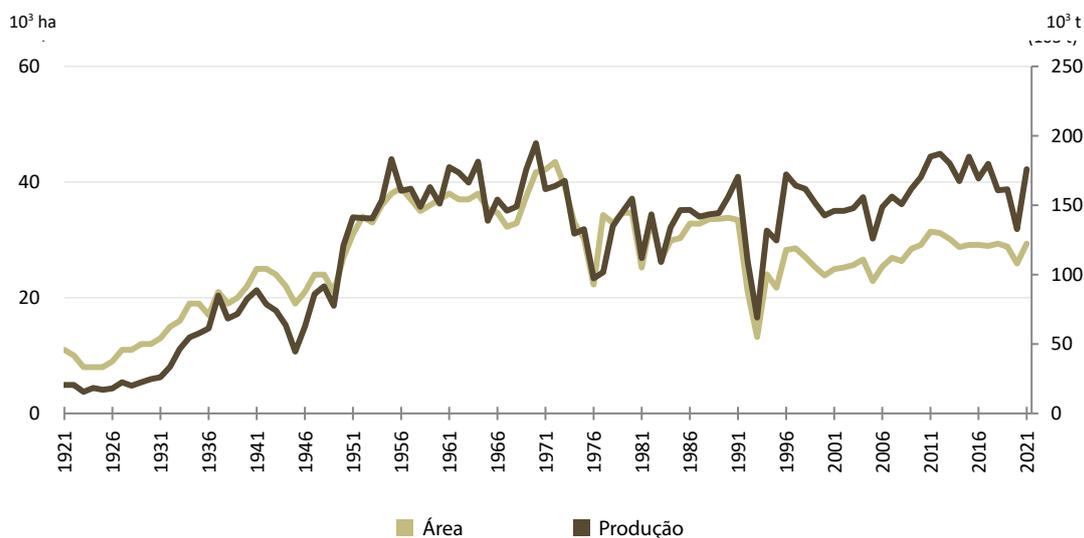


FORNTE: INE, I. P.

A colheita do milho de regadio foi antecipada devido à precipitação dos últimos dias do mês de outubro, para evitar o aumento dos teores de humidade do grão e assim desaproveitar a secagem natural. Em resultado da forte precipitação, verificaram-se algumas situações de acama nas searas do Baixo Mondego. No entanto, a produção global (regadio e sequeiro) alcançou as 752,5 mil toneladas, o que corresponde a aumentos de 10,3% relativamente à última campanha e de 3,1% face à média do último quinquénio.

A campanha do arroz decorreu de forma distinta nas principais regiões produtoras: no Baixo Mondego, a produtividade alcançada foi ligeiramente inferior à da campanha anterior (-2%), sobretudo devido à falta de luminosidade e calor durante o verão, ao surgimento não controlado de piriculariose¹ e ao elevado grau de infestação das searas por milhã (situação recorrente e transversal, nas últimas campanhas, a todas as regiões). No Ribatejo, os níveis de luminosidade foram superiores e, apesar da forte presença de infestantes, a produtividade média aumentou cerca de 30%. No Alentejo, o incremento de produção foi essencialmente suportado pelo aumento da área semeada, com a reutilização dos cerca de 3 mil hectares de canteiros no Vale do Sado que, devido a obras de requalificação na infraestrutura de regadio que os alimentava, não puderam ser explorados em 2020.

FIGURA 1.9
Área e produção de arroz
(1921-2021)



FORNTE: INE, I. P.

Globalmente, a produção alcançou as 175,9 mil toneladas, 8,5% acima da média do último quinquénio.

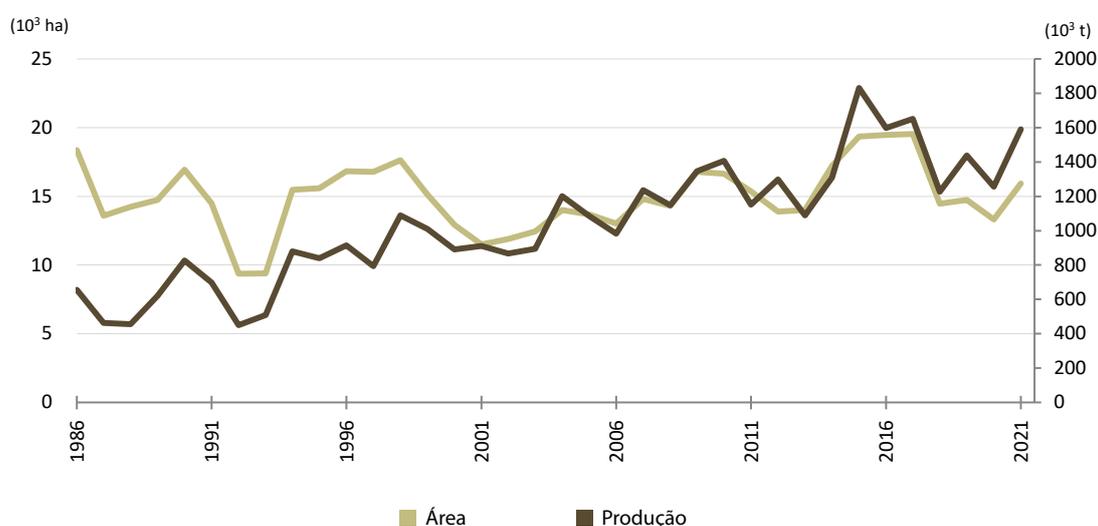
¹ Doença causada pelo fungo *Pyricularia oryzae*, pode atacar toda a parte aérea do arroz, com implicações sérias na produtividade potencial alcançada.

Tomate para a indústria

No tomate para a indústria, as plantações iniciaram-se na última semana de março e decorreram, na generalidade, conforme o planeado, tendo sido concluídas na primeira semana de junho.

As condições meteorológicas favoráveis possibilitaram um bom desenvolvimento vegetativo da cultura e conduziram a uma boa mostra de frutos, que maturaram corretamente. A colheita do tomate para a indústria concluiu-se na primeira semana de outubro, tendo sido rececionadas 1,591 milhões de toneladas, o que corresponde a rendimentos unitários historicamente elevados, próximos das 100 toneladas por hectare.

FIGURA 1.10
Área e produção de tomate para indústria
(1986-2021)



FONTE: INE, I. P.

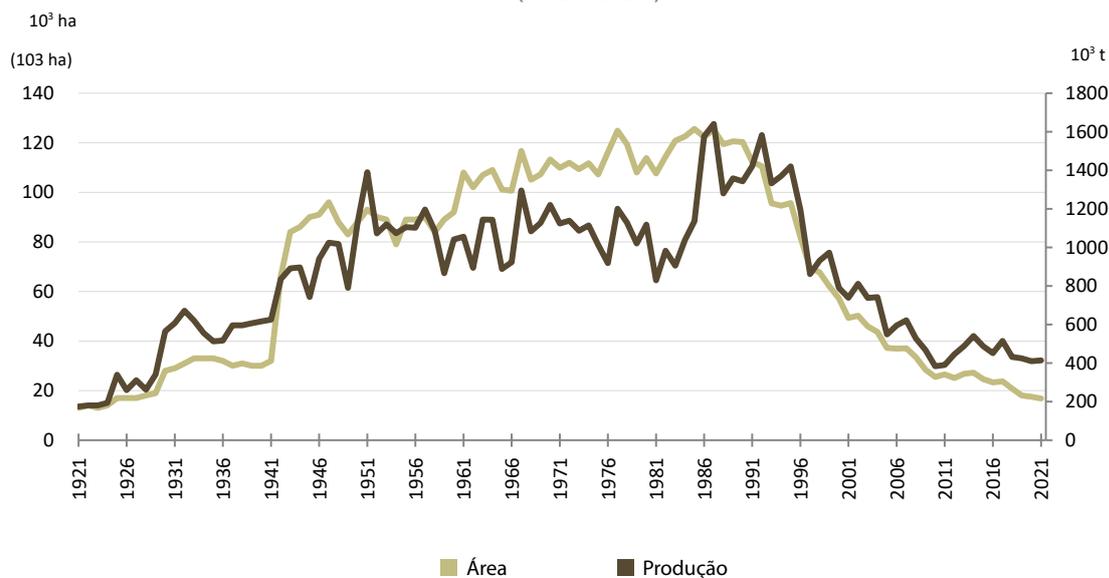
De referir que a qualidade geral da matéria-prima entregue na indústria transformadora foi elevada, com bons índices de cor e valores elevados de grau Brix², embora se tenham verificado, principalmente após as chuvadas do final de setembro, situações de podridão e de alguma sobrematuração.

² A escala de graus Brix (ou o Brix) permite aferir o teor de sólidos solúveis totais de uma solução, sendo que nos frutos/hortícolas mede, essencialmente, os açúcares presentes (frutose e glucose).

Batata

As plantações de batata efetuaram-se com algum atraso, as de sequeiro devido ao frio intenso de janeiro e à precipitação de fevereiro e as de regadio devido à precipitação de abril, que obrigou ao prolongamento da instalação desta cultura pelo mês de maio. Estes condicionalismos resultaram num decréscimo de 4,1% da superfície plantada, face a 2020.

FIGURA 1.11
Área e produção de Batata
(1921-2021)



FONTE: INE, I. P.

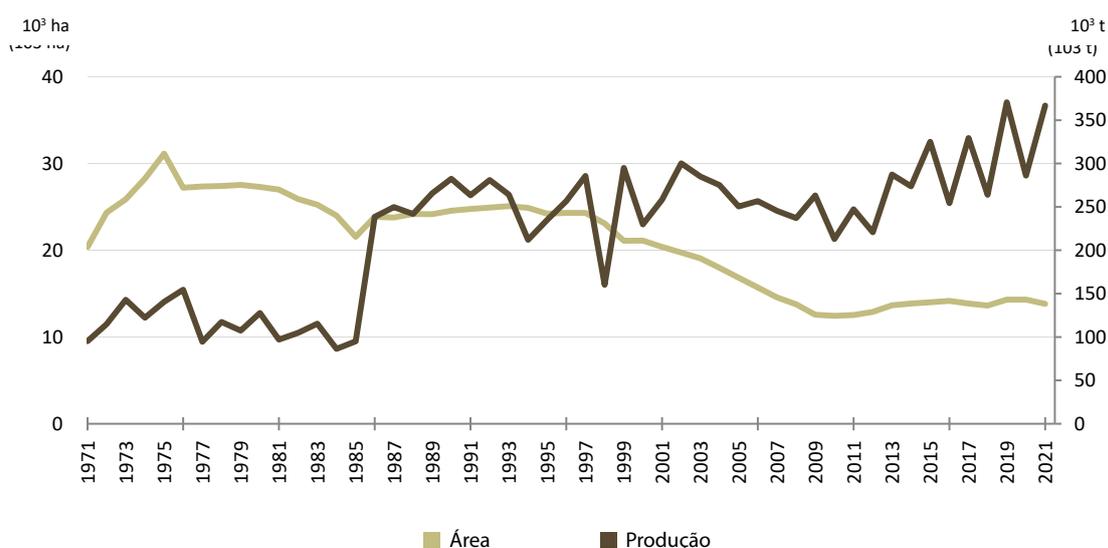
As emergências foram boas, com povoamentos homogéneos e bom desenvolvimento vegetativo, tendo a produtividade ultrapassado as 24 toneladas por hectare. Globalmente, a produção de 413,3 mil toneladas corresponde a um aumento de 0,9% face à campanha anterior.



Frutos frescos, frutos subtropicais e citrinos

O ciclo produtivo das maçãs decorreu favoravelmente nas principais regiões produtoras. Em Trás-os-Montes a produção global foi superior em 33%, face à campanha anterior, sendo os frutos de boa qualidade. A fase da floração/vingamento decorreu em condições meteorológicas muito favoráveis, tendo resultado numa carga de frutos de tal forma elevada que, mesmo após a monda química e a normal queda fisiológica de frutos em junho, houve necessidade de realizar uma monda manual seletiva em muitos pomares, por forma a alcançar frutos de calibre comercializável em fresco. Os prejuízos provocados pela queda de granizo no verão foram reduzidos (quer pela extensão onde ocorreram, quer pela existência de coberturas protetoras em alguns pomares), tal como os originados pelos dias de calor intenso, em parte devido à maior utilização do caulino como agente protetor dos frutos. No Oeste, as produções das variedades dos grupos das Galas (as predominantes na região) e das Fuji aumentaram consideravelmente, enquanto as variedades do grupo das Golden, Reinetas e Granny mantiveram produções semelhantes às alcançadas no ano anterior. A produção de maçã atingiu as 368,2 mil toneladas, a segunda mais produtiva dos últimos 35 anos (apenas ultrapassada pela de 2019, com 370,7 mil toneladas).

FIGURA 1.12
Área e produção de Maçã
(1971-2021)

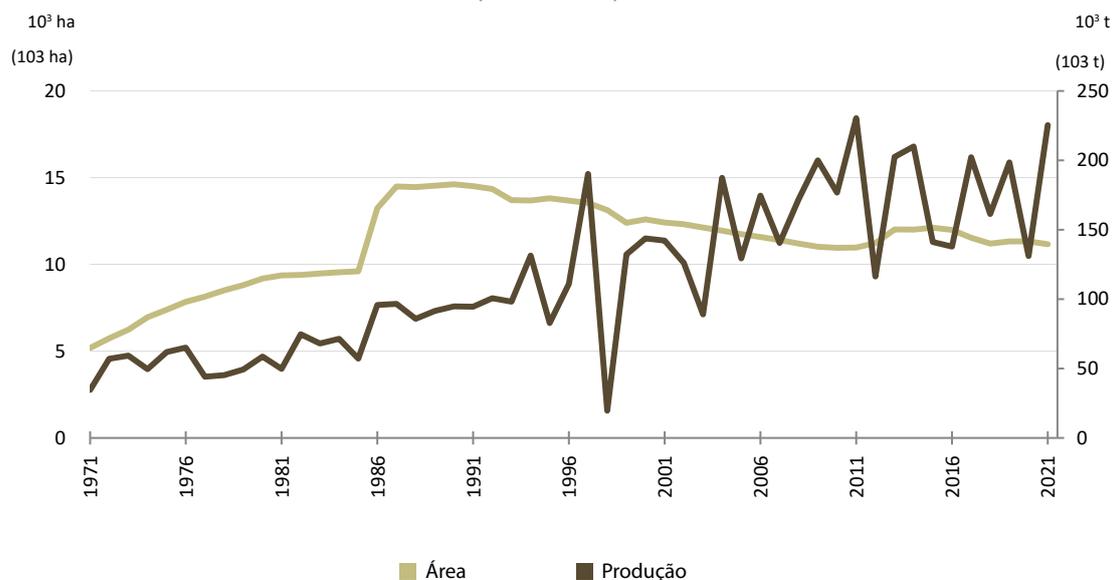


FONTE: INE, I. P.

A colheita da pera decorreu entre a primeira semana de agosto e o início de setembro no Oeste (zona que concentra cerca de 85% da produção nacional). Após uma das piores campanhas da última década, a produção em 2021 registou um valor de 225,4 mil toneladas (+72%). De referir que a qualidade das peras, embora boa, foi afetada pelas temperaturas amenas e baixa radiação durante o período de desenvolvimento dos frutos, originando em geral graus Brix mais baixos, frutos de menor calibre e maior predomínio de carepa³.

³ Pontuado acastanhado na epiderme das pomóideas, podendo ocorrer naturalmente (caraterística genética) ou devido a fatores externos (baixas temperaturas, alternância de teores de humidade, etc.). Apesar de não estar estabelecida a relação direta entre a presença de carepa e a qualidade do fruto, o seu maior predomínio é atualmente considerado como um fator negativo pelos consumidores, com natural penalização no preço pago ao produtor.

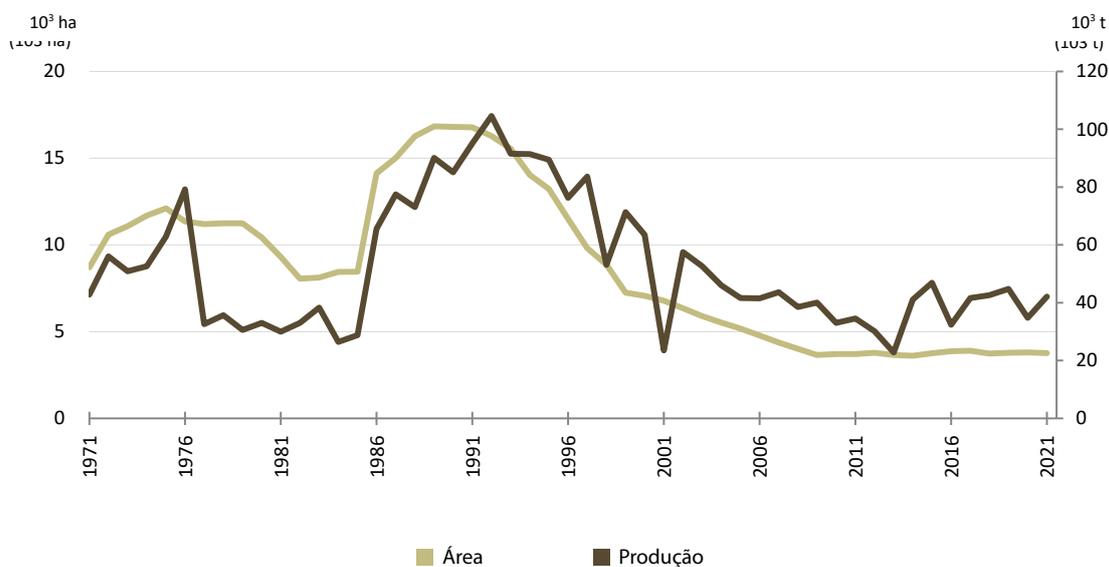
FIGURA 1.13
Área e produção de Pera
(1971-2021)



FONTE: INE, I. P.

A colheita do pêsego, pavia e nectarina terminou em setembro nas principais regiões produtoras. As condições meteorológicas foram favoráveis ao longo de todo o período de desenvolvimento vegetativo, contribuindo para uma produção de 42,1 mil toneladas (+21,2% que na passada campanha). A produção que reunia condições para ser comercializada para consumo em fresco teve procura e foi, durante quase toda a campanha, valorizada dentro das expectativas dos intervenientes na fileira. Contrariamente, a restante produção teve dificuldades de escoamento, uma vez que a indústria apenas começou a receber pêsegos de polpa amarela e pavias numa fase avançada da colheita, não aceitando nectarinas.

FIGURA 1.14
Área e produção de pêsego
(1971-2021)

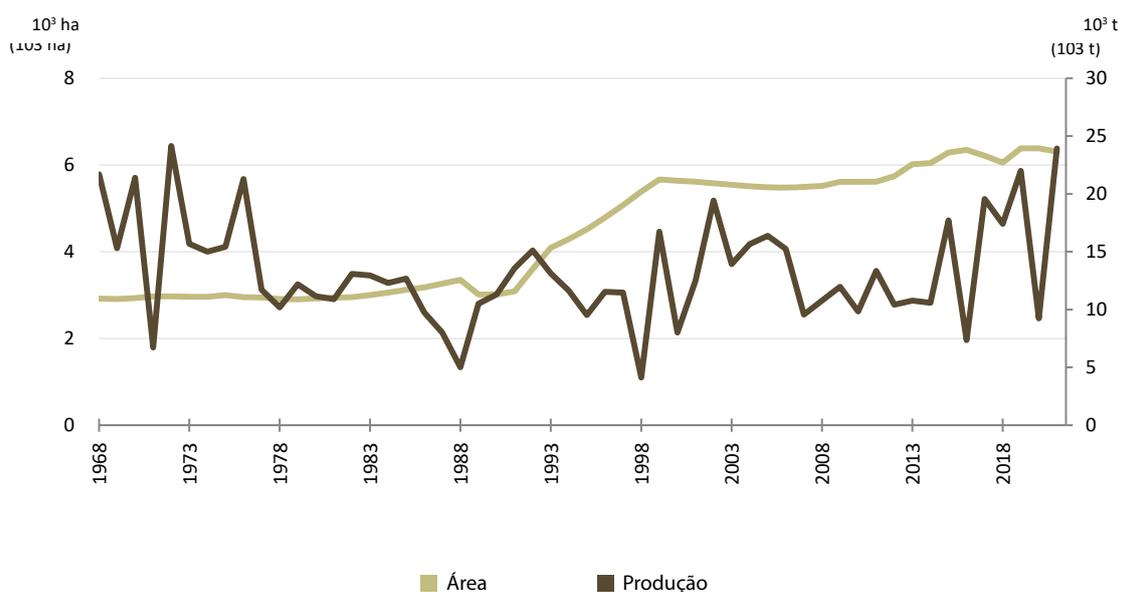


FONTE: INE, I. P.

A colheita de kiwis iniciou-se em outubro, tendo-se prolongado até à primeira semana de dezembro. Decorreu sem incidentes, à medida que os pomares foram atingindo os parâmetros técnicos indicadores do estado ótimo de maturação, nomeadamente o grau Brix. O número de horas de sol de novembro garantiu o amadurecimento adequado do fruto na árvore. Nas regiões produtoras de kiwi (Entre Douro e Minho e Beira Litoral), o elevado número de horas de frio no inverno (<7,2°C) e o recurso a modernas tecnologias de produção (como a utilização de produtos promotores da quebra da dormência, a realização da polinização artificial ou a presença de apiários), proporcionaram uma boa floração e vingamento, conduzindo a uma elevada carga de frutos. A produção de kiwi registou um aumento de 21,0%, face à campanha anterior, ultrapassando pela primeira vez as 55 mil toneladas. Os calibres foram genericamente inferiores ao ano passado, embora as mondas de frutos mais rigorosas tenham possibilitado a colheita de kiwis de maior calibre.

A colheita da cereja iniciou-se em pleno na terceira semana de maio. A qualidade comercial da primeira produção das variedades precoces foi muito afetada pela precipitação de finais de abril/princípios de maio. No entanto, a inédita produção das variedades de estação/tardias posicionaram esta campanha como a mais produtiva dos últimos 49 anos, com cerca de 23,9 mil toneladas. Não se observaram problemas com o escoamento da produção que, em resultado da boa qualidade dos frutos, foi valorizada acima das expectativas da fileira.

FIGURA 1.15
Área e produção de Cereja
(1971-2021)

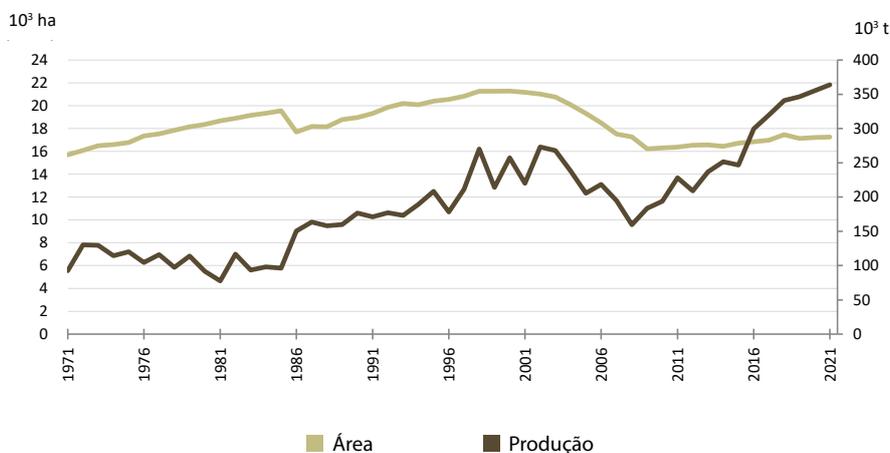


FONTE: INE, I. P.



Nas cultivares de laranjas temporãs (cuja mais representativa é a Newhall), as produções foram ligeiramente superiores às do ano transato, sobretudo devido à entrada em plena produção dos novos pomares, principalmente em Silves e Tavira. De uma forma geral os frutos destas cultivares apresentaram uma coloração normal e um sabor adocicado.

FIGURA 1.16
Área e produção de Laranja
(1971-2021)



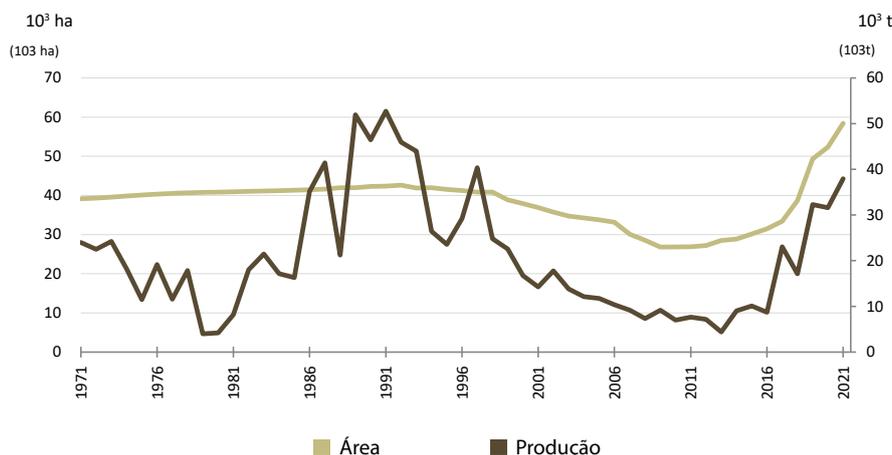
FONTE: INE, I. P.

Em contrapartida, nas cultivares mais tardias (Valência Late, D. João), cuja colheita terminou no início de setembro, as produções diminuíram ligeiramente, apresentando os frutos teores de açúcar e calibres normais. Globalmente registou-se um acréscimo na produção de laranja de 2,4%, confirmando-se a tendência sustentada de aumento de produção desde 2015.

Frutos de Casca Rija

A entrada em produção de novos amendoais intensivos, quer nas principais regiões produtoras (Trás-os-Montes e Alentejo), quer noutras regiões com menor tradição nesta cultura (como a Beira Interior, onde a quantidade colhida superou as expectativas), contribuíram para uma produção de 41,4 mil toneladas de amêndoa, o que corresponde a um aumento de 31,1%, face a 2020.

FIGURA 1.17
Área e produção de Amêndoa
(1971-2021)

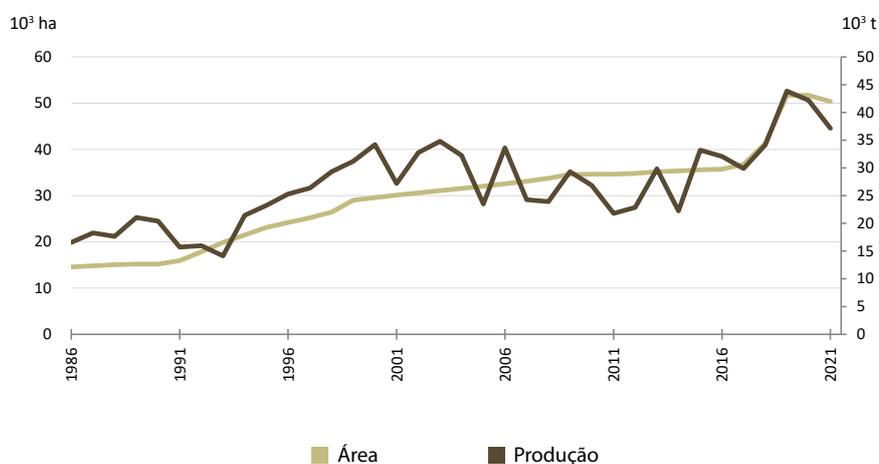


FONTE: INE, I. P.

De referir que, após uma redução sistemática da área de amêndoa entre 1994 e 2009 (a um ritmo médio anual de mil hectares por ano), o interesse por esta cultura ressurgiu, com a instalação de novos pomares intensivos (maioritariamente de regadio no Alentejo e Beira Baixa e de sequeiro em Trás-os-Montes) e a reconversão de áreas. A partir de 2010, a superfície de amendoal iniciou um processo contínuo de aumento (+117% entre 2011 e 2021), com reflexo, necessariamente retardado, na produção (os amendoais intensivos iniciam a produção entre o segundo e o terceiro ano após a plantação e atingem a plena produção em cerca de sete anos). Ainda assim, os efeitos da entrada em produção das novas plantações (mais produtivas que as tradicionais) são já visíveis, tendo-se passado das 7,7 mil toneladas em 2011 para as 41,5 mil toneladas em 2021 (+439%).

Nos soutos, a ocorrência de vários períodos de precipitação e de temperaturas médias não muito elevadas durante o final de julho e princípio de agosto potenciaram o aparecimento e desenvolvimento da septoriose, doença provocada pelo fungo *Mycosphaerella maculiformis* que, habitualmente, tem ocorrência marginal e de pouco impacto económico. Apesar da situação ter sido identificada e de terem sido emitidas recomendações para a realização de um tratamento preventivo à base de cobre, nem todos os soutos foram protegidos, observando-se em muitos castanheiros a presença de necroses no pedúnculo do ouriço, que conduziram à sua queda precoce (antes da maturação) ou, na melhor das hipóteses, a castanhas com calibres inferiores. Desta forma, registou-se uma redução da produção global de castanha na ordem dos 11,9%, face a 2020. Recorde-se que o último grande ataque descontrolado de septoriose tinha ocorrido em 2014, com grande impacto na produção (a segunda menor das últimas duas décadas).

FIGURA 1.18
Área e produção de Castanha
(1986-2021)



FORNTE: INE, I. P.

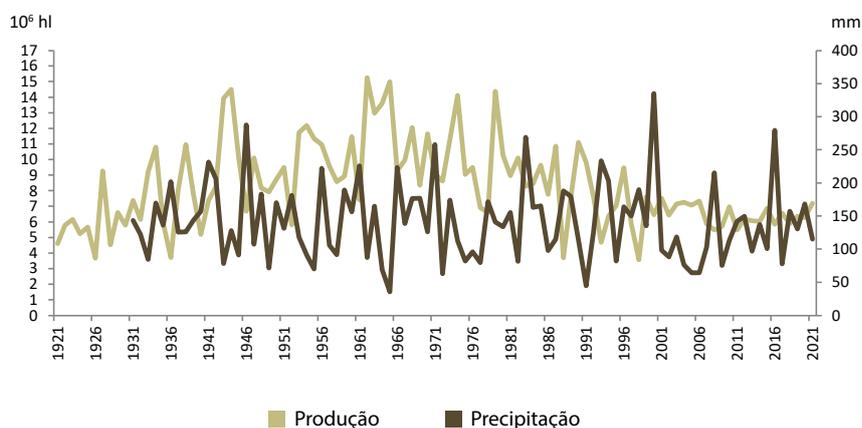


Vinho

As vindimas terminaram em outubro, em alguns casos com as uvas em deficientes condições sanitárias. A campanha foi marcada pela forte precipitação na primavera, que obrigou a uma intensificação dos tratamentos fitossanitários (quer pela conjugação da humidade com a subida da temperatura, quer pelo rápido crescimento dos lançamentos), originando ainda a ocorrência de situações de desavinho e bagoinha (em especial na região vitivinícola do Minho). O verão ameno conduziu, de uma forma relativamente generalizada a norte do Tejo, a teores de açúcar abaixo do pretendido, obrigando a atrasar a colheita o mais possível, por forma a permitir a obtenção de mostos com maior potencial de produção alcoólica. No entanto, a precipitação de setembro desencadeou processos de deterioração da qualidade das uvas, com o aumento da incidência da podridão cinzenta (*Botrytis cinerea*), alterando o foco dos produtores da procura de mais açúcares para a urgência da realização das vindimas, de modo a evitar mostos com demasiada acidez (de um modo geral, os mostos apresentaram bom equilíbrio na relação entre a acidez e os açúcares, ainda que com teores de açúcar inferiores ao habitual).



FIGURA 1.19
Produção de vinho (1921-2021) e precipitação acumulada
nos meses de abril e maio (1931-2021)



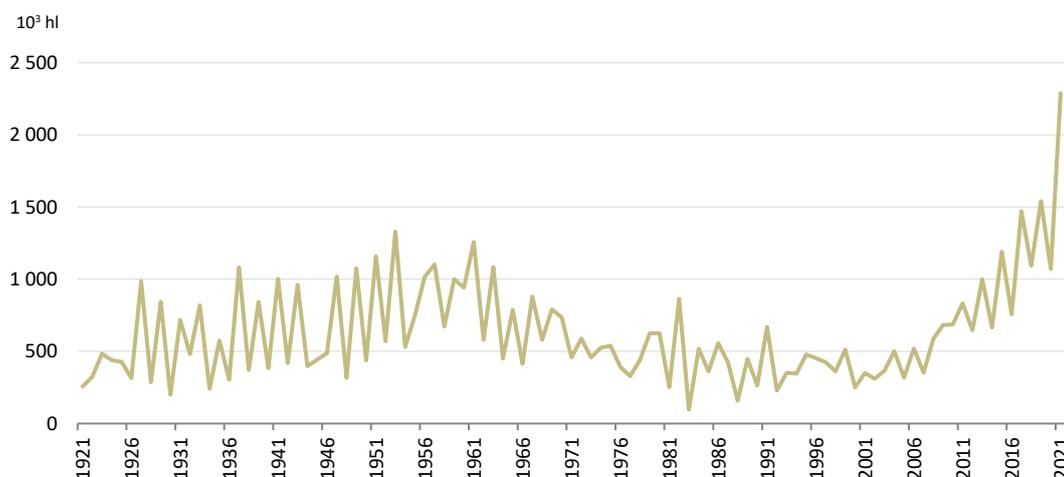
FONTE: INE, IP; Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Globalmente, registou-se um aumento de produção de vinho de 14,7%, face a 2020. De referir que a produção anual de vinho nas últimas duas décadas tem registado uma estabilização entre os 5,5 e os 7,5 milhões de hectolitros, que contrasta com as grandes flutuações de produção observadas no século passado, eventualmente relacionadas com as condições de humidade nos meses de abril e maio (nos anos em que a primavera foi seca as produções foram em regra mais elevadas).

Azeite

As condições meteorológicas favoráveis ao longo do ciclo da campanha oleícola de 2021, principalmente durante a floração e vingamento dos frutos, conjugadas com o aumento da importância dos olivais intensivos de regadio⁴ e com o facto de ter sido um ano de safra⁵, contribuíram para a maior produção de sempre, a rondar os 2,29 milhões de hectolitros de azeite (+48,6% que em 2019, o segundo melhor registo desde 1915). De um modo geral, o azeite produzido foi de boa qualidade, com baixa acidez e boas características organoléticas.

FIGURA 1.20
Produção de azeite
(1921-2021)



FONTE: INE, I. P.



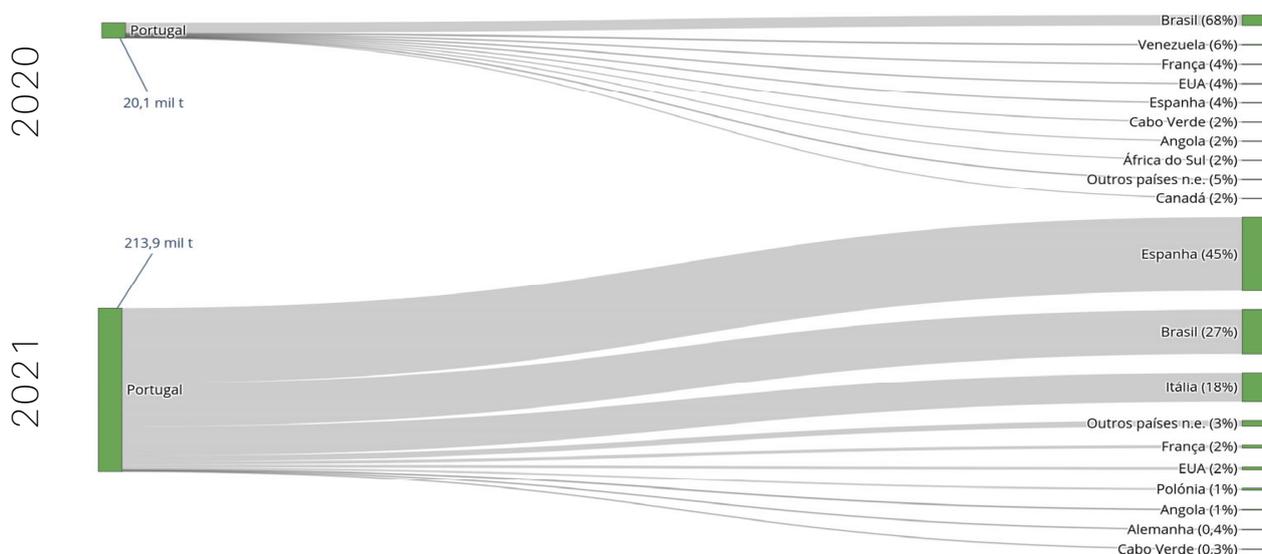
⁴ Em 2019, 20% da área de olival para azeite tinha uma densidade superior a 300 árvores por hectare e era regada, em contraste com os 7% da mesma realidade em 2009.

⁵ Safra e contrassafra - alternância produtiva anual evidente em determinadas culturas, muitas vezes ligada a práticas culturais e sistemas de produção. Num ano de safra a produção é elevada; por oposição, num ano de contrassafra a produção é baixa.

Nota para as dificuldades sentidas pela fileira do azeite para fazer face a uma inédita quantidade de matéria-prima que, concentrada num período de pouco mais de um mês (que correspondeu ao pico dos trabalhos de colheita), foi colhida e transportada para os lagares. Em resultado do processamento desta azeitona pelos lagares, a quantidade de bagaço direcionado para as unidades de receção e extração de bagaço de azeitona foi extraordinariamente elevada, conduzindo, após a última semana de novembro, ao esgotamento da capacidade máxima instalada nessas unidades e, conseqüentemente, à suspensão da sua receção. Esta decisão teve repercussões nos lagares, que também tiveram que suspender a laboração, e nos olivicultores, que pararam de colher/entregar a azeitona, deixando-a na árvore em sobrematuração, comprometendo potencialmente a quantidade e qualidade dos azeites obtidos. De referir que, por forma a contornar esta situação, alguns produtores optaram por entregar parte da sua produção em lagares espanhóis.

A Espanha e a Itália, os maiores produtores mundiais de azeite, são os primeiro e terceiro principais clientes de Portugal, respetivamente.

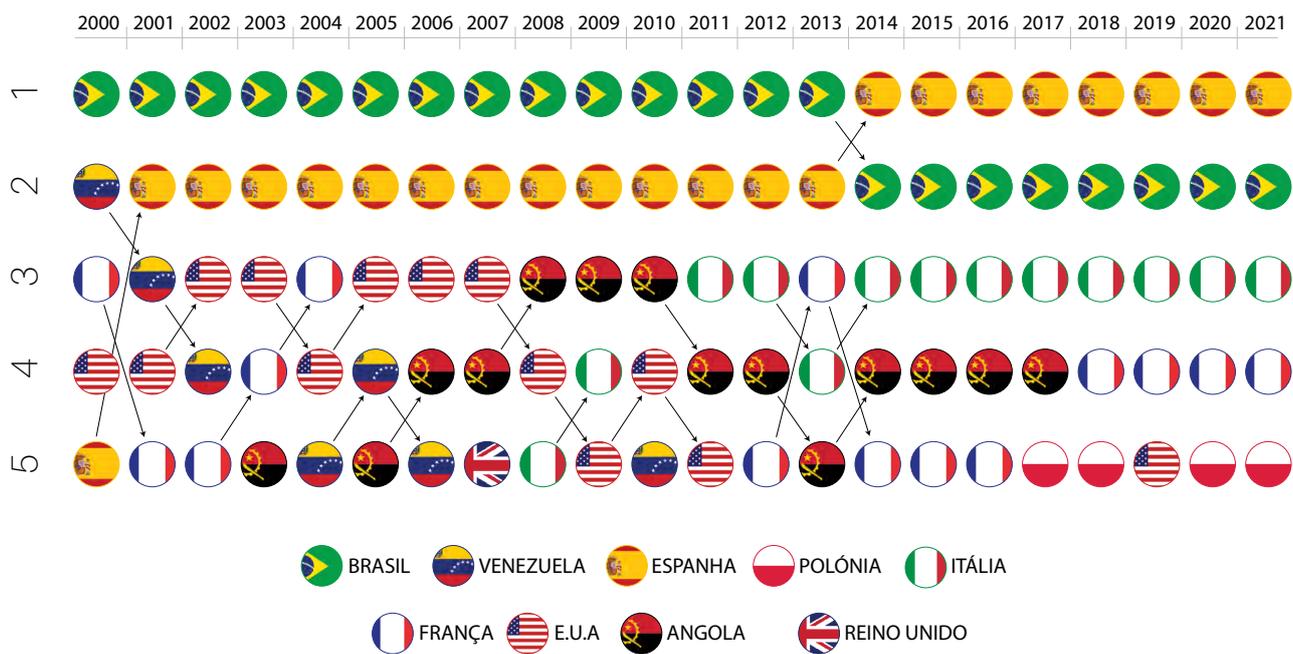
FIGURA 1.21
Evolução da quantidade de azeite exportado de Portugal
(2000 e 2021)



FONTE: INE, I. P.

Entre 2000 e 2021 o Brasil manteve-se como um importante importador de azeite português, enquanto os PALOP e os países da diáspora portuguesa perderam importância.

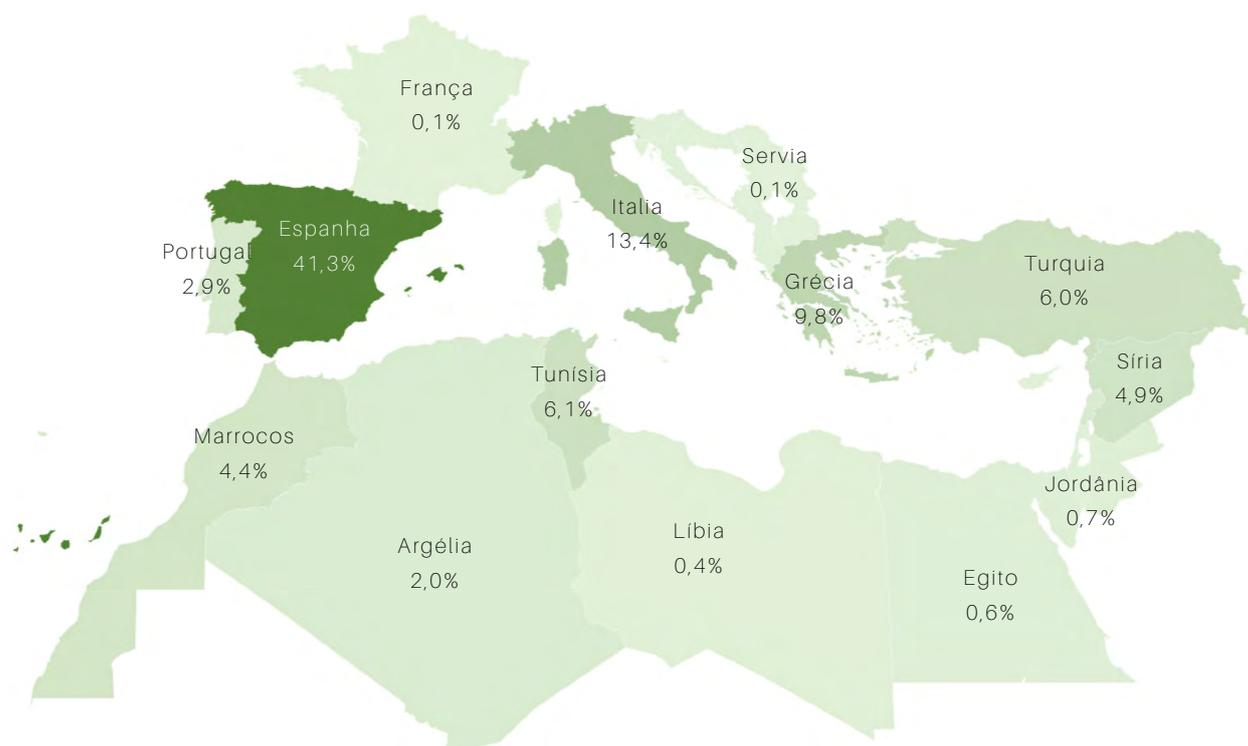
FIGURA 1.22
 Ranking dos principais países importadores de azeite produzido em Portugal



FORNTE: INE, I. P.

De referir que na bacia do Mediterrâneo é produzido praticamente todo o azeite mundial (97,3%).

FIGURA 1.23
 Produção mundial de azeite
 (média 2009-2019)



FORNTE: FAO.

PRINCIPAIS INDICADORES

- Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie; Anual
- Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie; Anual
- Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie; Anual
- Azeite produzido por quintal de azeitona (hl/ q) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido por quintal de azeitona (hl/ q) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado ; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite , Grau de acidez e Sistema de extracção utilizado
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado ; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Grau de acidez; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez (1995 - 2003) e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez (1995 - 2003) e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (Região agrária); Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (NUTS - 2002); Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (NUTS - 2013); Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual

(CONT.)

PRINCIPAIS INDICADORES

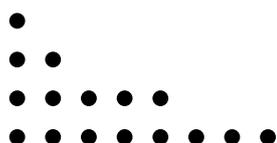
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (Região agrária) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2002) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelo produtor por Local de vinificação (Região agrária) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2002) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2013) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (Região agrária) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2002) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (Região agrária) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2002) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (Região agrária), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2013), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2013) e Espécie frutícola; Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (Região agrária); Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (NUTS - 2002); Anual





2

PRODUÇÃO ANIMAL



PRODUÇÃO DE CARNE

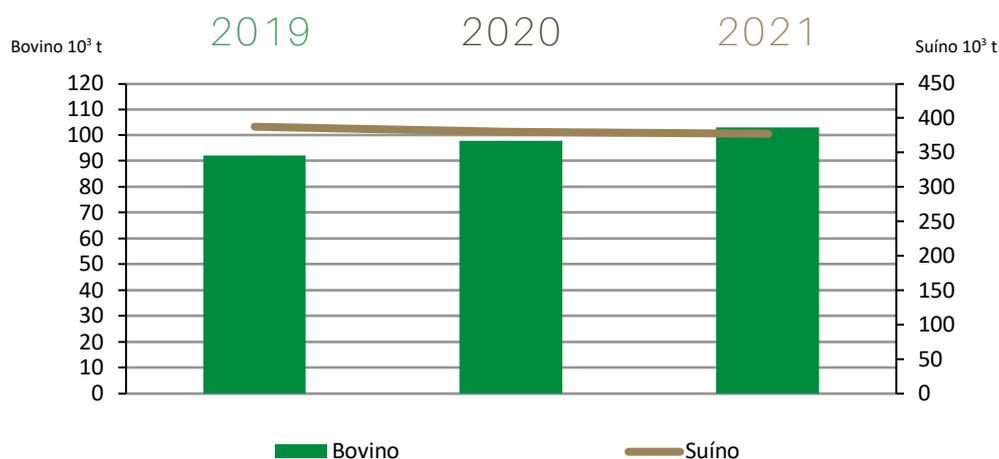
Em 2021 a produção total de carne situou-se nas 911 mil toneladas, refletindo um aumento de 1,0%, quando comparada com a produção de 2020. Houve uma ligeira subida de 0,8% do total de carne de reses (498 mil toneladas, incluindo a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos), bem como um acréscimo de 1,3% da produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos), cujo volume total atingiu as 398 mil toneladas.

Carne de bovino, suíno, ovino e caprino

A produção de carne de bovino atingiu as 103 mil toneladas, refletindo um aumento de 5,3% em relação a 2020. Observou-se um aumento quer na carne de vitelo (+4,8%) quer na carne de bovinos adultos, onde o acréscimo foi de 5,5%, com maior volume de abate das categorias novilhas (+7,9%) e vacas (+15,7%), estando para os novilhos praticamente estável (-0,8%)

O efetivo reprodutor voltou a aumentar no final de 2020, havendo disponibilidade de maior número de animais em 2021. Em termos gerais, o consumo interno e a possibilidade de exportação para o mercado externo, que se manteve, permitiu o escoamento da produção, particularmente de vitelos, mas também de novilhos e novilhas. O aumento registado no volume de bovinos vivos exportados foi de +13,3%, devido exclusivamente à maior saída para países terceiros, particularmente para Israel.

FIGURA 2.1
Produção de carne de bovino e suíno



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

A falta de capacidade de fornecimento de carne nos valores habituais pelos principais fornecedores externos, nomeadamente Espanha, França e outros países da UE, fez o volume de importações de animais vivos cair cerca de 74% face a 2020. Esta situação provocou um aumento na procura interna de animais para abate e conseqüentemente um aumento dos preços em 2021, com o índice de preços ao produtor superior em 1,1% face ao ano anterior.

O aumento acentuado dos custos de produção (sobretudo da alimentação animal), provocou receios nos produtores, que aproveitaram os preços estarem mais elevados para vender animais, inclusivamente os de menor peso, resultando num aumento significativo no abate de vitelos.

As 377 mil toneladas de carne de suíno indicaram praticamente uma manutenção do volume total relativamente a 2020 (-0,7%), com os abates a registarem um acréscimo na categoria leitões (+17,8%), uma quase manutenção nos porcos de engorda (-0,6%) e um volume de abate de reprodutores significativamente inferior ao registado em 2020 (-24,8%). O abate total de suínos em número de cabeças registou, no entanto, um ligeiro aumento (+2,7%).

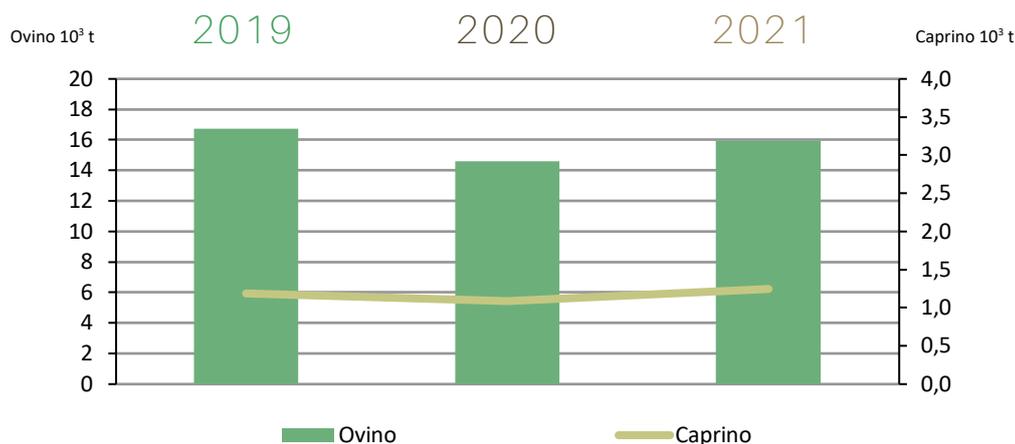
A produção de porcos em 2021 mostrou alguma recuperação do impacto da pandemia COVID 19 no subsetor da carne de leitão, que foi particularmente afetado pelo encerramento da restauração em 2020. A diminuição do peso médio ao abate no ano em análise foi potenciada pelo maior abate de leitões e pelo menor número de reprodutores abatidos, resultante da estabilização dos efetivos e do facto de se ter retomado a saída de porcas de refugo enviadas para abate em Espanha, reduzindo o seu abate em Portugal.

O comércio internacional de suínos registou assim um aumento de 4,7% no volume de animais vivos exportados, enquanto a carne teve um decréscimo de 9,5%, tendo tido como principal destino países terceiros, nomeadamente a China. Já as importações viram o seu volume reduzido em 10,5% para os suínos vivos, contrabalançado pelo maior volume importado de carne desta espécie (+5,0%) em 2021.

No que diz respeito ao preço dos suínos no produtor, registou uma quebra de 6,4% em relação a 2020.

A produção nacional de carne de pequenos ruminantes para consumo interno mostrou acréscimos face a 2020, que foram de 9,0% para a carne de ovinos (15,9 mil toneladas) e de 14,8% para a de caprinos (1,3 mil toneladas).

FIGURA 2.2
Produção de carne de ovino e caprino

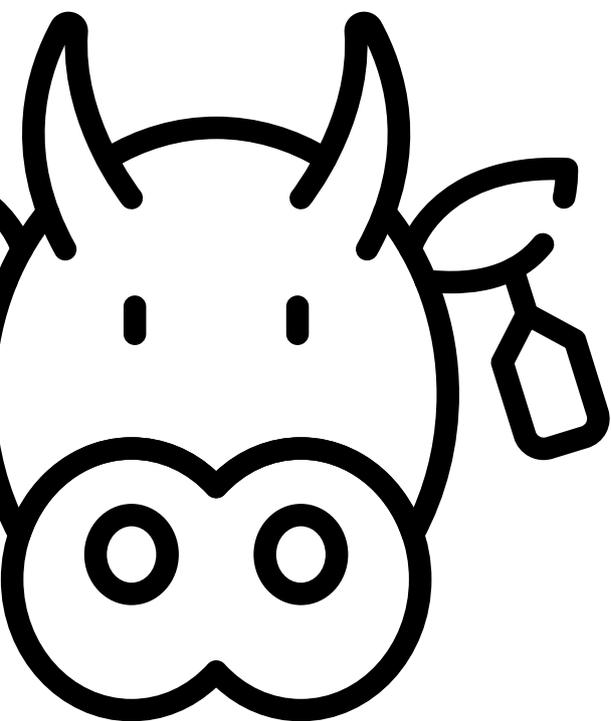


FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

Este aumento reflete em grande parte a recuperação relativamente às dificuldades de escoamento e consumo interno sentidas por este sector em 2020, como consequência da conjuntura gerada pela pandemia COVID19.

O volume de ovinos e caprinos vivos importados em 2021 cresceu cerca de 26% comparativamente a 2020, oriundos principalmente de Espanha, acompanhado por uma redução das importações de carne (-2,5%). A exportação de animais vivos destas espécies apresentou um aumento de 18,2% (em particular para Espanha), tendo o volume de carne exportada sido inferior em 7,6%, devido à menor saída para a UE, uma vez que para países terceiros a quantidade praticamente duplicou face a 2020, nomeadamente para países árabes.

Os preços médios ao produtor foram superiores aos registados no ano anterior em cerca de 15%. Esta situação foi resultado da recuperação ocorrida em 2021, face aos preços do ano transato, com aumentos nos índices semestrais de 8,1% e 21,4% nos primeiro e segundo semestres do ano, respetivamente.



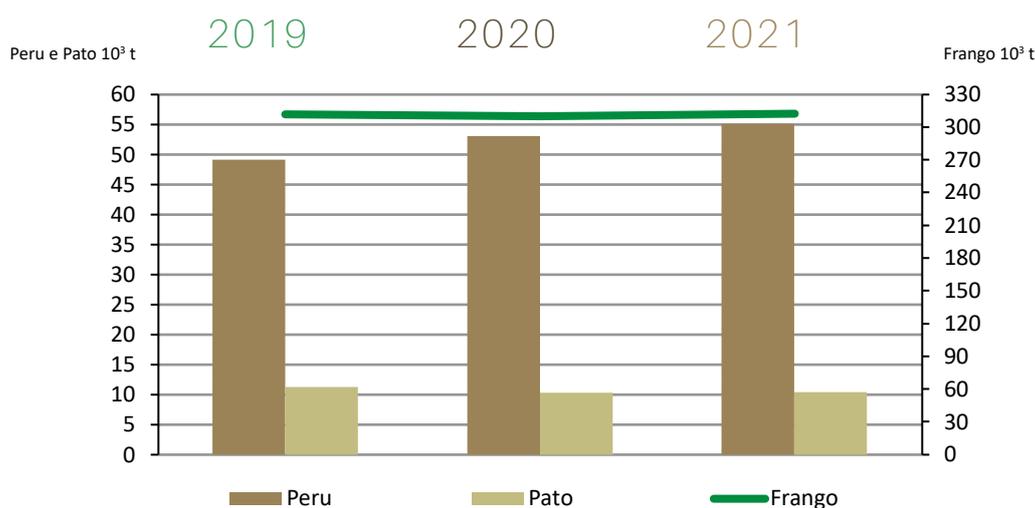
Carne de animais de capoeira

Em 2021 a produção de carne de animais de capoeira registou um aumento global de 1,3%, com 398 mil toneladas produzidas.

A produção bruta de carne de frango registou um nível semelhante a 2020 (+0,8%), tendo-se situado nas 313 mil toneladas. De facto, a redução de pintos nos aviários de multiplicação destinados à produção de frango foi contrabalançada pelo aumento significativo da importação deste tipo de aves do dia, que duplicou no ano em análise.

No segmento da carne de peru houve efetivamente um crescimento (+3,8%) em relação a 2020, com o reforço da capacidade instalada para satisfazer o nível de consumo doméstico no ano em análise, tendo sido atingido um volume de produção total de 55,0 mil toneladas.

FIGURA 2.3
Produção de carne animais de capoeira



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

No segmento da carne de pato (10,4 mil toneladas produzidas), o aumento face a 2020 foi menos expressivo (+1,1%).

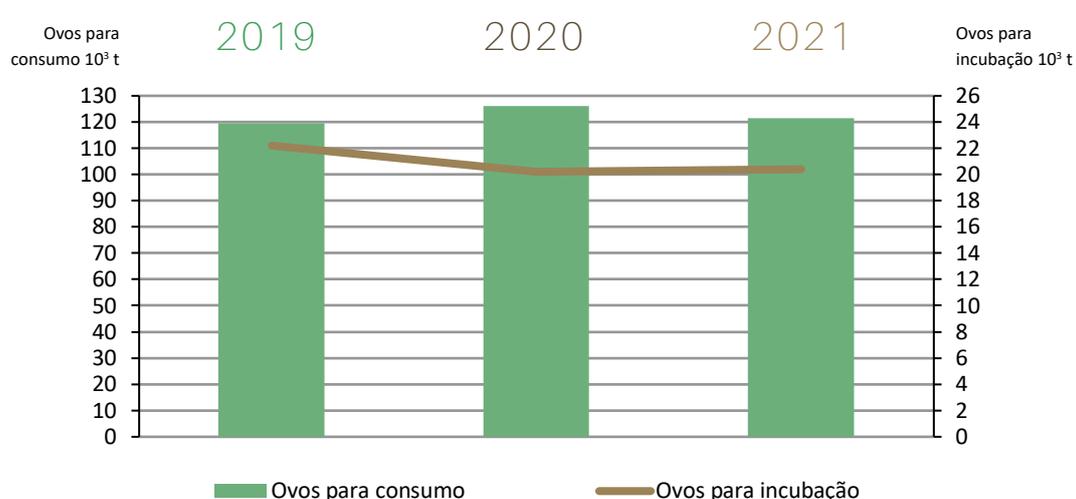
O Índice de Preços à Produção das aves de capoeira a nível nacional registou um aumento de 8,0% em 2021, sendo que no primeiro semestre a variação foi de +12,6%, seguida de uma maior estabilização no segundo semestre, em que o aumento foi de apenas 4,1% face ao período homólogo de 2020.

A produção total de “outras carnes” (inclui caça, pombos, coelhos, codornizes e avestruzes) foi de 15,4 mil toneladas em 2021, ou seja, uma variação pouco significativa de mais 0,8%. No ano em análise o menor volume de carne de coelho (-3,8%), foi contrabalançado pelos aumentos registados nas outras espécies, nomeadamente a codorniz, que aumentou 17,0% em relação ao ano anterior.

PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA PARA CONSUMO ALIMENTAR E INCUBAÇÃO

Em 2021 a produção bruta de ovos de galinha foi 142 mil toneladas, o que representou uma redução de 2,9%. A produção de ovos para consumo (122 mil toneladas) mostrou um nível de produção inferior a 2020 em 3,5%, com os efetivos de galinhas poedeiras a estabilizarem.

FIGURA 2.4
Produção de ovos de galinha



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

O Índice de Preços à Produção aumentou cerca de 15% no ano em análise, sendo que no primeiro semestre se observou um aumento de apenas 3,1% enquanto no segundo semestre ocorreu uma subida de 25,4%.

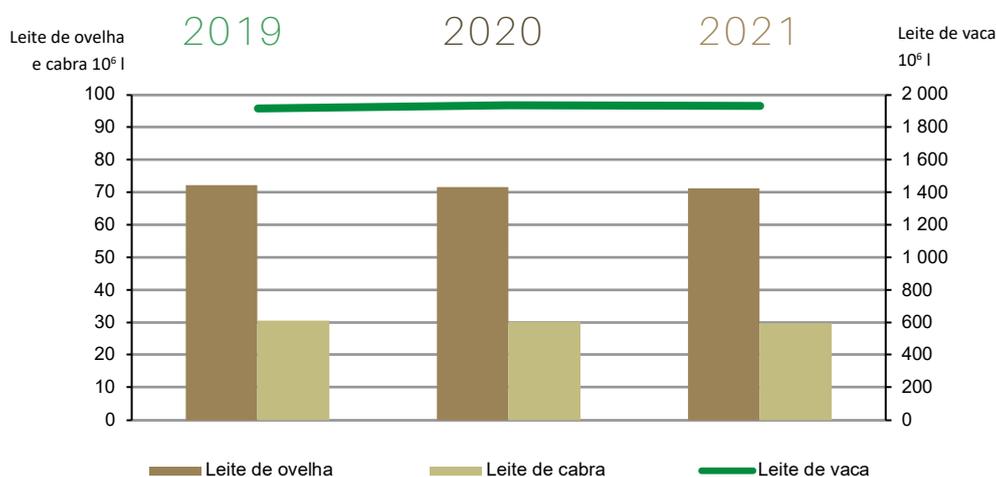
A evolução da produção total de ovos de galinha para incubação em aviários nacionais (20,4 mil toneladas) foi pouco significativa (+0,8%) face a 2020. É de assinalar praticamente uma manutenção da produção de ovos de incubação nas estirpes de aptidão carne (+0,9%) e uma redução nas estirpes de aptidão ovos (-13,1%).

PRODUÇÃO DE LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS

A produção global de leites em 2021 totalizou 2 029 milhões de litros, correspondente a uma variação pouco significativa (-0,5%) relativamente a 2020.

O leite de ovelha, com 71,2 milhões de litros, registou uma variação negativa do volume de produção pouco significativa (-0,5%), enquanto o leite de cabra (29,7 milhões de litros) decresceu 1,6%. Quanto ao leite de vaca (1 928 milhões de litros), que constituiu cerca de 95% do total de leite produzido, teve também uma ligeira variação negativa (-0,4%) face ao volume produzido em 2020.

FIGURA 2.5
Produção de leites



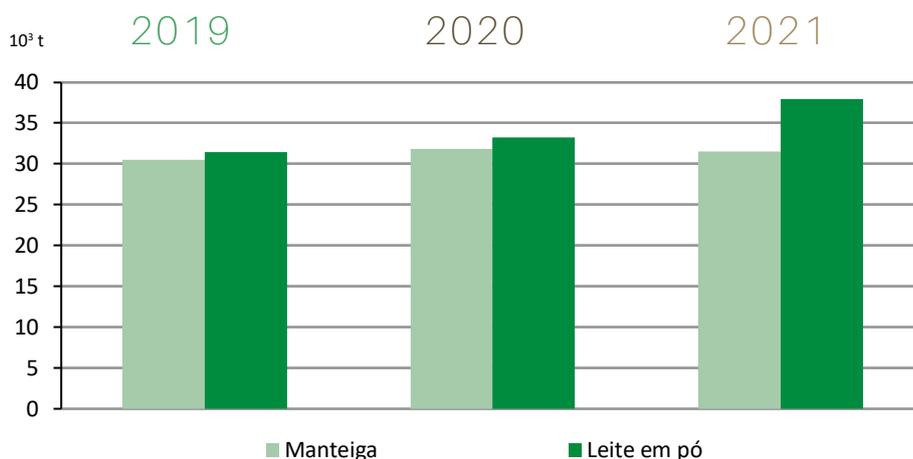
FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

Relativamente à produção de leite durante o ano de 2021, o fator mais determinante prendeu-se com o aumento generalizado do custo dos fatores de produção (energia, alimentos para animais, fertilizantes e fitofármacos), que não foi refletido a jusante na cadeia de valor, uma vez que o preço do leite no produtor apresentou pouca alteração (+0,8%) em 2021, o que gerou uma conjuntura pouco atrativa para o sector leiteiro.

A produção da indústria de lacticínios nacional em 2021 resultou num menor volume total de produtos lácteos, evolução que ficou a dever-se ao decréscimo ocorrido nos produtos lácteos frescos, nomeadamente no leite para consumo, já que os produtos transformados registaram um maior volume de produção face ao ano anterior.

A produção de manteiga diminuiu 1,1%, com 31 mil toneladas e o leite em pó teve um incremento de 14,2%, com uma produção global que ascendeu a 38 mil toneladas em 2021.

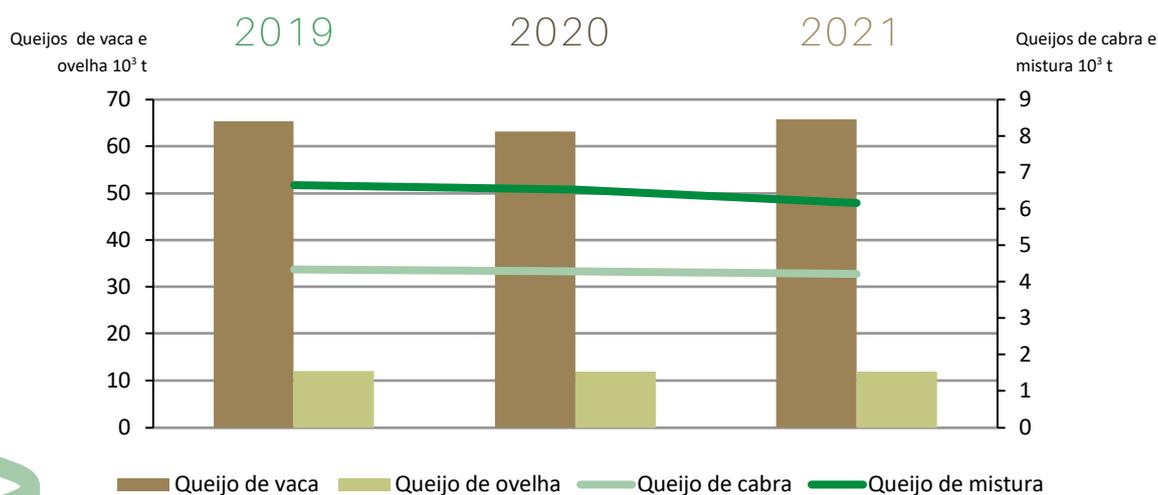
FIGURA 2.6
Produção de manteiga e leite em pó



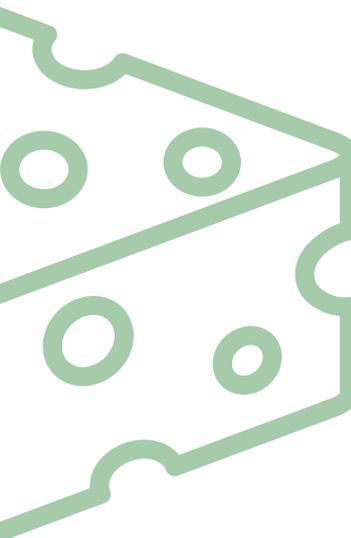
FONTE: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite.

A produção total de queijo a nível nacional cresceu 2,5%, tendo atingido as 88 mil toneladas em 2021. Registou-se um maior volume para o queijo estreme de vaca (+4,2%) com 65,7 mil toneladas, enquanto os queijos de ovelha (11,9 mil toneladas), cabra (4,2 mil toneladas) e mistura (6,2 mil toneladas) apresentaram decréscimos de produção de 0,5%, 1,6% e 5,4%, respetivamente.

FIGURA 2.7
Produção de queijo



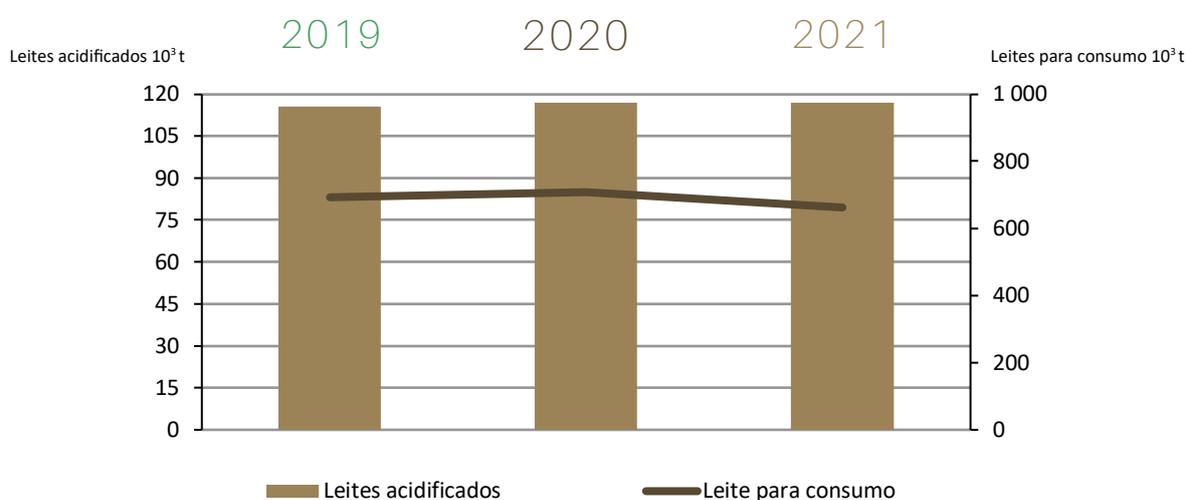
FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.



A crise sanitária COVID19 pôs problemas particulares na comercialização do queijo em 2020, sobretudo no subsector do leite de pequenos ruminantes, pelo facto da restauração, feiras, mercados locais e encontros festivos, muito relevantes no escoamento da produção de queijos de ovelha e cabra, terem sido fortemente afetados pela crise pandémica. Em 2021 houve alguma recuperação da produção (notória no sector do queijo de vaca, responsável por cerca de 75% do volume total de queijo produzido em Portugal), tendo-se assistido a um aumento de 16,1% do volume de exportação de “Queijo e requeijão”, face a 2020.

O menor volume de produtos lácteos frescos determinou a quebra da produção global de lacticínios registada em 2021, devido essencialmente ao leite para consumo, cujo volume (664 mil toneladas) foi inferior em 6,2% face a 2020. A quantidade de leites acidificados (inclui os iogurtes) manteve-se no ano em análise (+0,1%), com 117 mil toneladas produzidas.

FIGURA 2.8
Produção de leite para consumo e de leites acidificados



FONTE: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite.



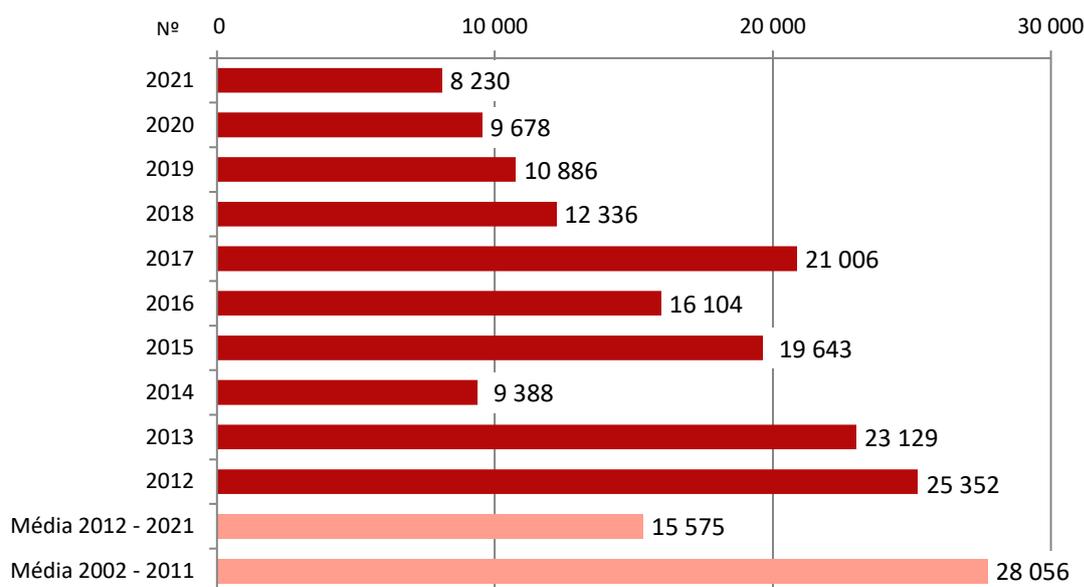
PRINCIPAIS INDICADORES

- Produção de carne (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de carnes; Anual
- Produção de banha de porco (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de miudezas de reses (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de leite (l) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de leite; Anual
- Produção de leite (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de leite; Anual
- Produção de queijo (t) por Tipo de queijo; Anual
- Produção de manteiga (t); Anual
- Produção de ovos (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de ovos; Anual
- Produção de mel (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de cera (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de lã (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Leite recolhido (l) por Local de origem (NUTS - 2013) e Tipo de leite (Recolhido); Anual
- Leite recolhido (t) por Local de origem (NUTS - 2013) e Tipo de leite (Recolhido); Anual
- Produtos lácteos (t) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Efectivo bovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo bovino); Semestral
- Efectivo suíno (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo suíno); Anual
- Efectivo ovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo ovino); Anual
- Efectivo caprino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo caprino); Anual
- Cabeças de gado abatido e aprovado para consumo (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Peso limpo de gado abatido e aprovado para consumo (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Peso médio de gado abatido e aprovado para consumo (kg/ cabeça) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (N.º) por Localização geográfica (Região agrária) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual
- Peso limpo de aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual
- Peso médio de aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (kg/ cabeça) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual

INCÊNDIOS

Em Portugal, o número de incêndios rurais em 2021 foi 8 230, menos 15,0% de ocorrências face a 2020 e marcadamente inferior à média das duas últimas décadas, que superaram o número de incidências em 1,9 e 3,4 vezes respetivamente.

FIGURA 3.1
Número de Incêndios rurais em Portugal
(2012-2021, médias 2002-2011 e 2012-2021)



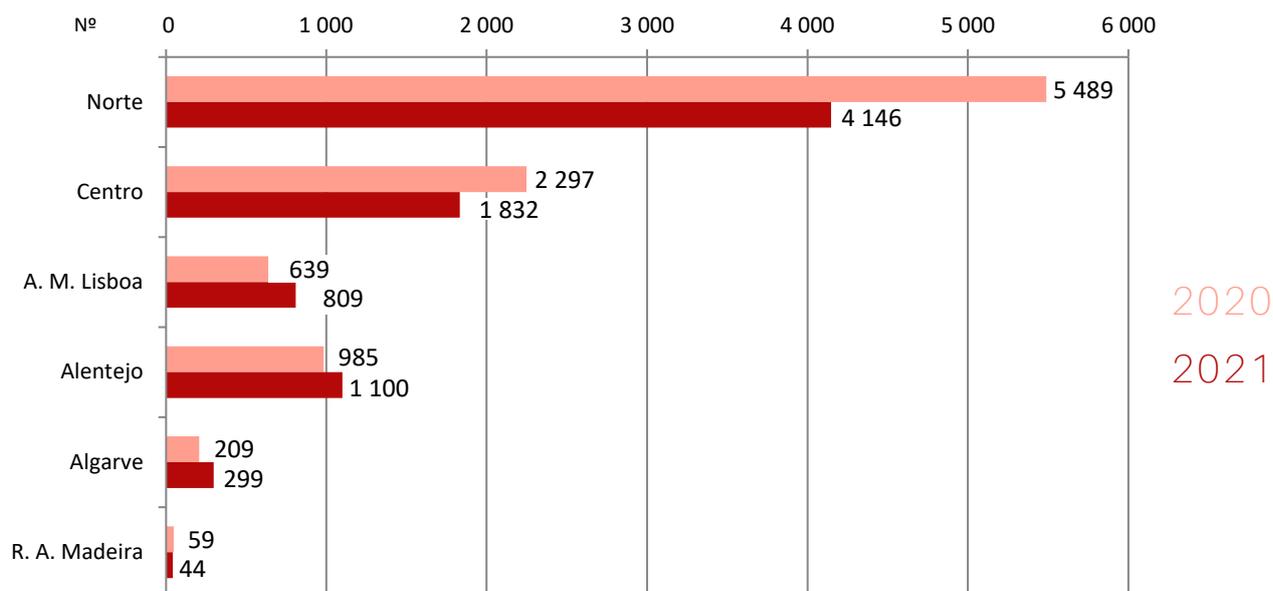
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);

Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

NOTA: No Continente a informação refere-se aos Incêndios rurais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais, áreas de matos e/ou áreas agrícolas). Na RAM a informação refere-se apenas aos incêndios florestais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais e áreas de matos). Toda a série de informação de dados foi revista em 2018 pelo ICNF. A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

O maior número de incêndios rurais, tendo por referência a origem do ponto de ignição, incidiu na NUTII Norte com 50,4% das ocorrências (56,7% em 2020), seguido do Centro com 22,3% (23,7% em 2020). Estas duas regiões foram fustigadas por um total de 5 978 incêndios rurais, ou seja 72,6% do total de incêndios ocorridos em Portugal em 2021 (80,5% em 2020).

FIGURA 3.2
Número de Incêndios rurais, por NUTS II



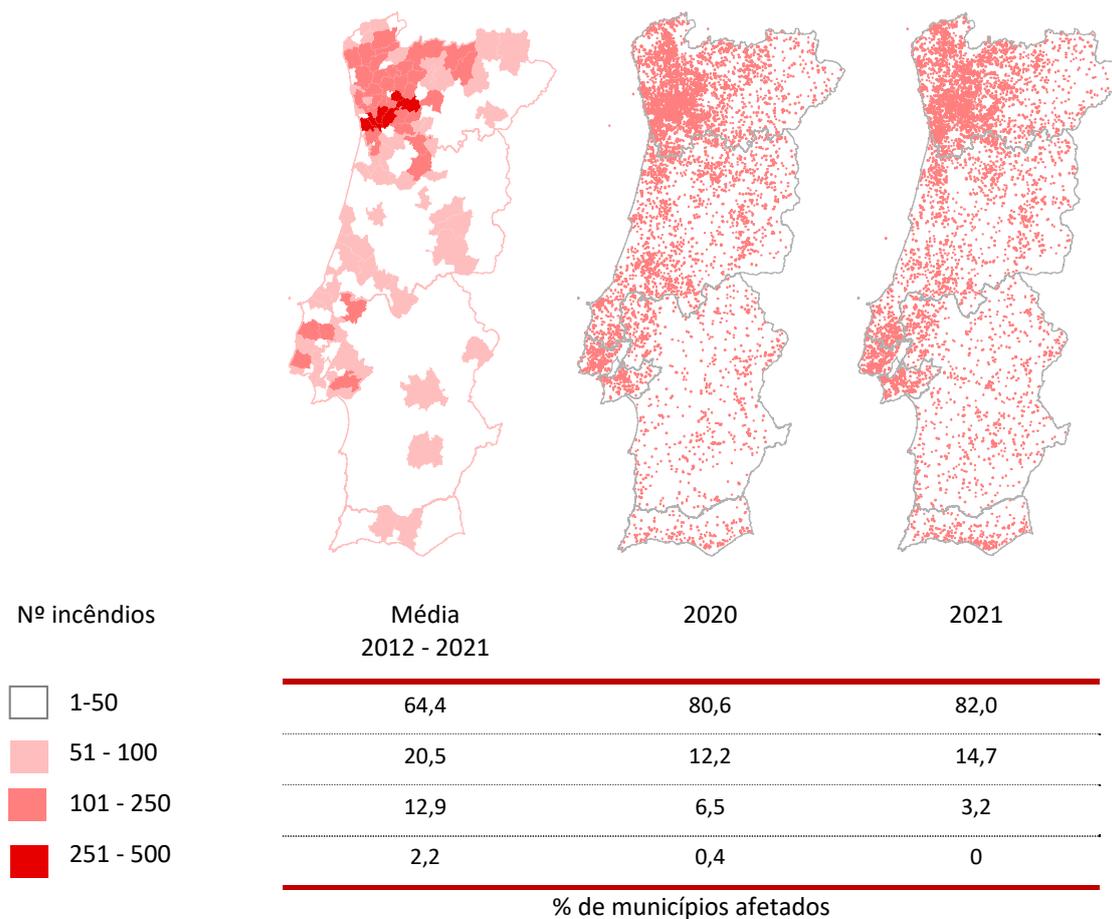
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

NOTA: No Continente a informação refere-se aos Incêndios rurais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais, áreas de matos e/ou áreas agrícolas). Na RAM a informação refere-se apenas aos incêndios florestais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais e áreas de matos). Toda a série de informação de dados foi revista em 2018 pelo ICNF. A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Na última década (2012-2021), 64,4% dos municípios do Continente foram alvo de incêndios. No Norte, 2,2% de municípios tiveram durante este período mais de 250 ocorrências, sendo Paredes o município mais fustigado, com uma média de 423 ocorrências registadas (138 em 2021), seguido de Penafiel com uma média de 367registos (122 em 2021). Os municípios mais afetados em 2021, foram Santa Maria da Feira com 202 ocorrências (124 em 2020) e Montalegre com 191 ocorrências (134 em 2020), distanciando-se da média anual de 29 ocorrências por município.



FIGURA 3.3
Número de Incêndios rurais no Continente,
por município



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Analisando os incêndios no Continente por classe de área ardida em 2021, constata-se, à semelhança da última década, que as ocorrências com dimensão inferior a 1 hectare, os fogachos, são predominantes, representando 82,6% do total, seguida da classe entre 1 e 10 hectares, com 13,8% das ocorrências. O número de incêndios registados com dimensão superior a 100 hectares foi de 31 (0,4%), ou seja, 3,8 vezes inferior à década de 2012-2021.

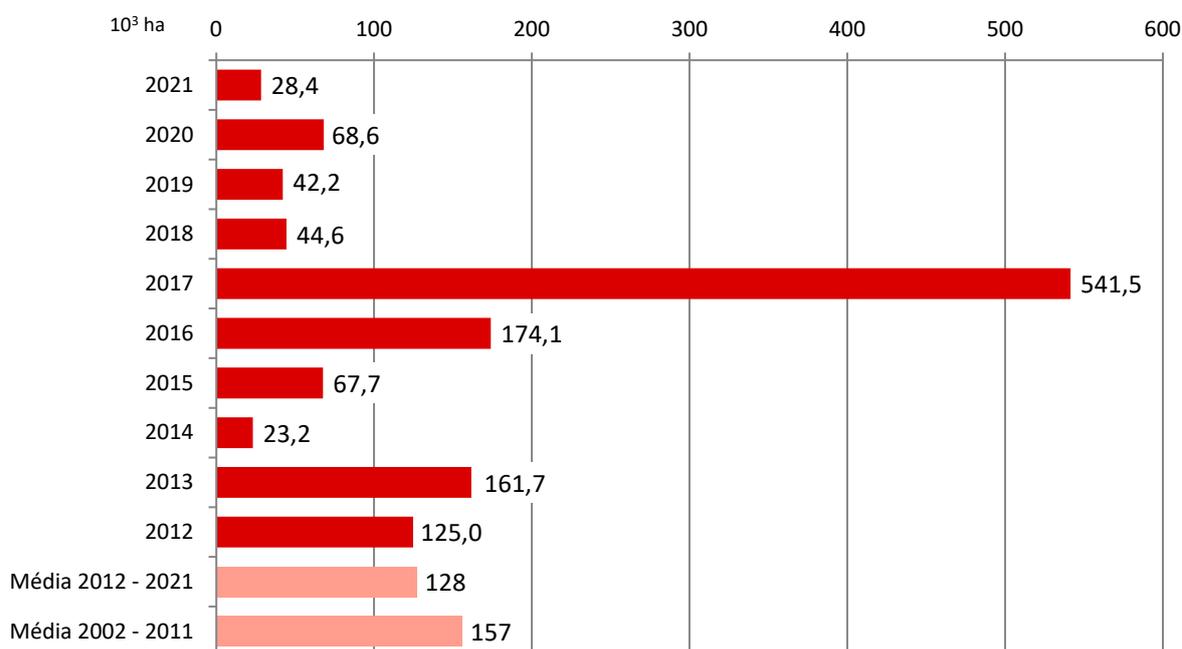
FIGURA 3.4
Número de incêndios rurais por classe de área ardida no Continente
(2012-2021)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

A superfície ardida em Portugal em 2021 foi de 28,4 mil hectares no Continente e 0,07 mil hectares na R.A.M (68,6 mil hectares e 1,4 mil hectares em 2020), o que posiciona 2021 como o segundo da última década (2012-2021) com menor área ardida (4,5 vezes inferior à média da área ardida na década em análise).

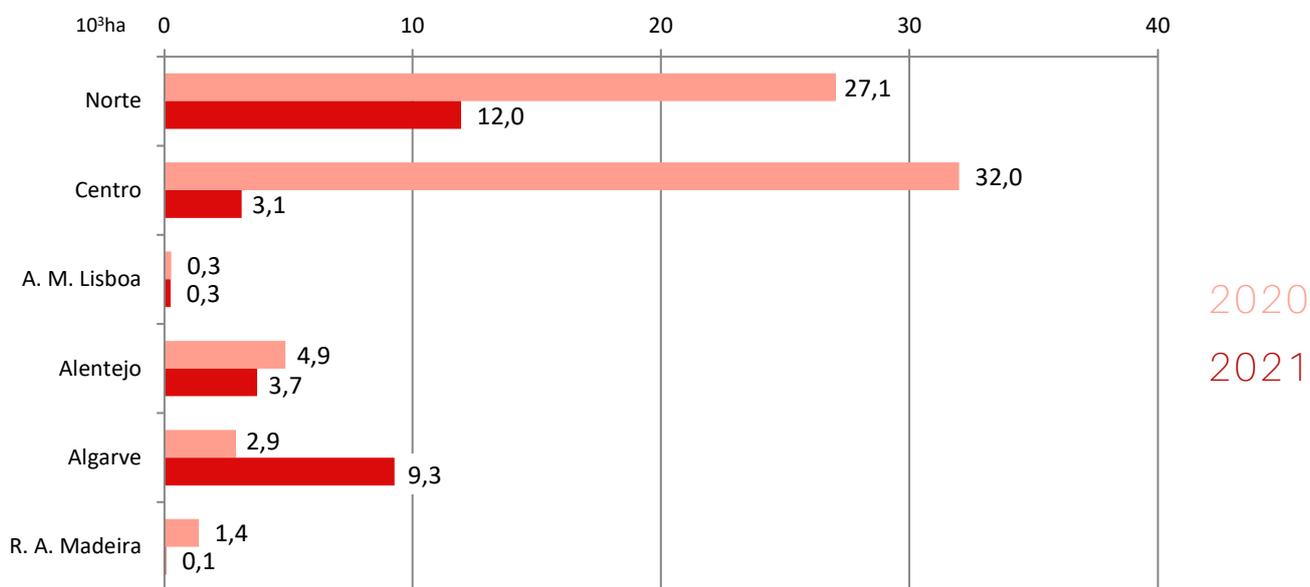
FIGURA 3.5
Superfície ardida em Portugal
(2012-2021, médias 2002-2011 e 2012-2021)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

A análise por NUTII revelou que a região Norte apresentou a maior extensão de superfície ardida em 2021, com 12,0 mil hectares, menos 55,8% que em 2020, seguida do Algarve, com 9,3 mil hectares (+215,9%). No cômputo geral os incêndios que deflagraram nestas duas regiões foram responsáveis por 74,7% da área ardida em 2021 (43,8% em 2020). No Continente, e contrastando com o cenário de 2020, o Centro foi a NUTII menos fustigada, tendo ardido uma área inferior em 10,2 vezes, num total de 3,1 mil hectares.

FIGURA 3.6
Superfície ardida, por NUTS II

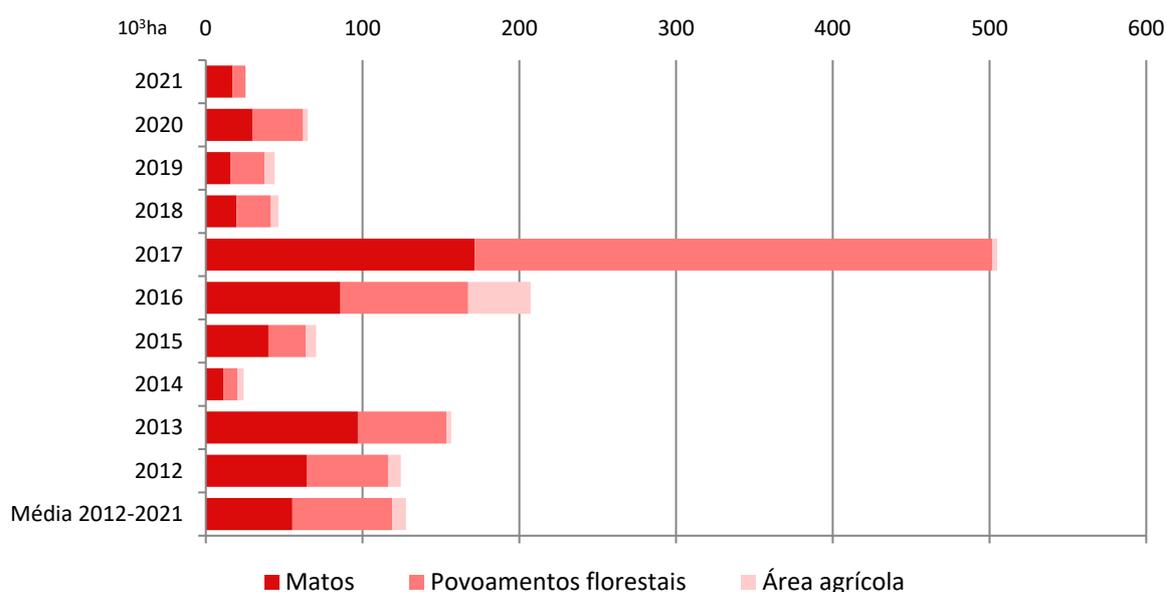


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

Em 2021, 60,6% dos incêndios rurais ocorreram em área ocupadas por matos (43,3% em 2020), 28,8% em povoamentos florestais (47,2% em 2020) e 10,7% em área agrícola (9,5% em 2020). Na última década, o ano 2021 foi o que registou a menor superfície ardida de povoamentos florestais, sendo que também relativamente às superfícies ardidas de área florestal e agrícola, a comparação com a média do período em análise permite constatar que o resultado de 2021 está baixo em 4,7 e 2,9 vezes, respetivamente.



FIGURA 3.7
Superfície Ardida no Continente, por tipo de ocupação
(2012-2021)



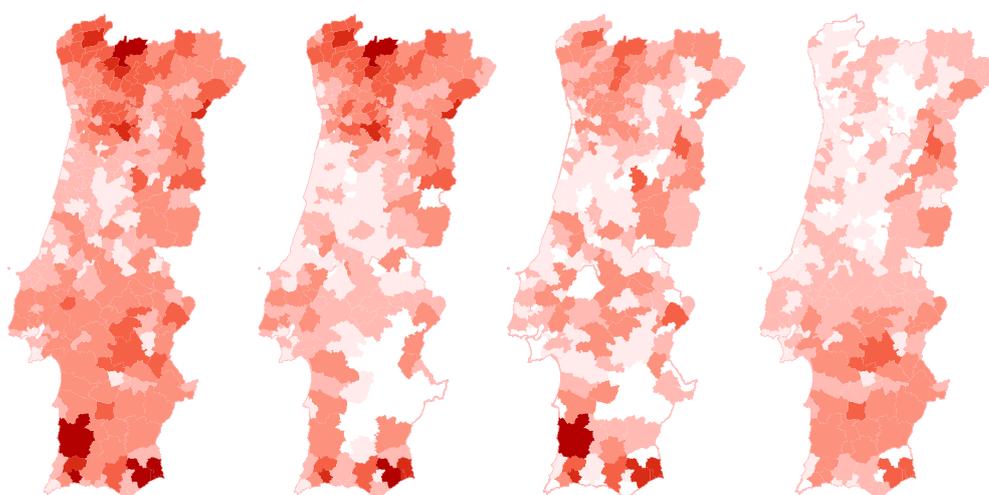
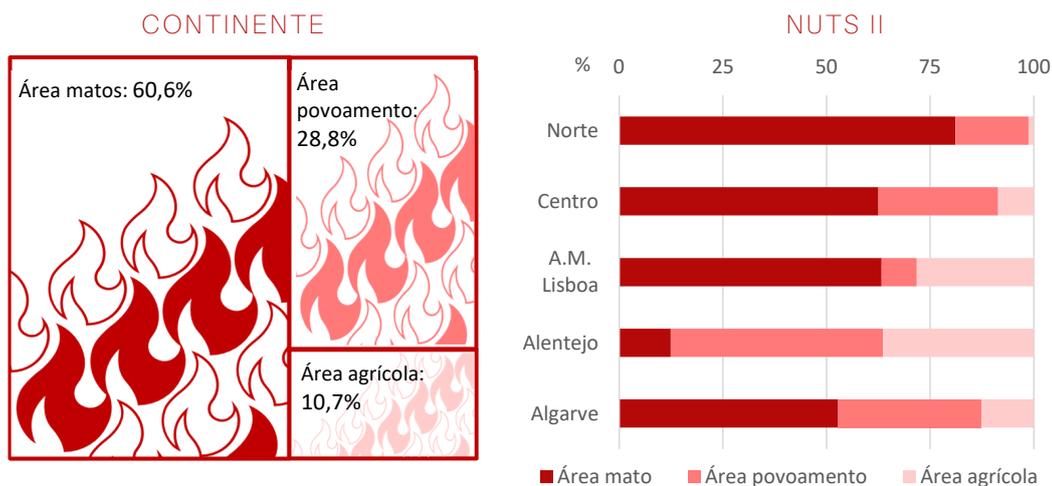
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A grande maioria dos incêndios ocorridos em 2021 (80,9% dos municípios do Continente) tiveram uma área ardida compreendida entre 0 e 100 hectares, mais 6,1 p.p que em 2020 e mais 49,7 p.p que a média da última década (2012-2021). Nos restantes 53 municípios a superfície ardida total foi superior a 100 hectares, dos quais 6 (15 em 2020) registaram uma superfície ardida superior a 1 000 hectares. Quanto ao tipo de ocupação do solo mais afetada, no município de Tavira para uma superfície ardida de 2 977 hectares, 68,2% da área era matos, enquanto no município de Odemira e para uma superfície ardida de 1 090 hectares, 95,4% da área atingida estava ocupada com povoamentos florestais.

Em 75,5% dos municípios, a área agrícola ardida ocorreu em extensões que não excederam os 10 hectares.



FIGURA 3.8
Representação da área ardida por tipo de superfície no Continente
(2021)



Classe área ardida	Total	Matos	Povoamentos	Agrícola
Sem área	0	7,2	19,4	10,4
0 - 1	14,4	28,4	27,3	42,8
1 - 10	31,3	30,2	25,5	32,7
10 - 100	35,3	19,8	22,7	11,5
100 - 500	14,7	11,2	3,2	2,5
500 - 1 000	2,2	2,5	1,4	0
> 1 000	2,2	0,7	0,4	0

ha

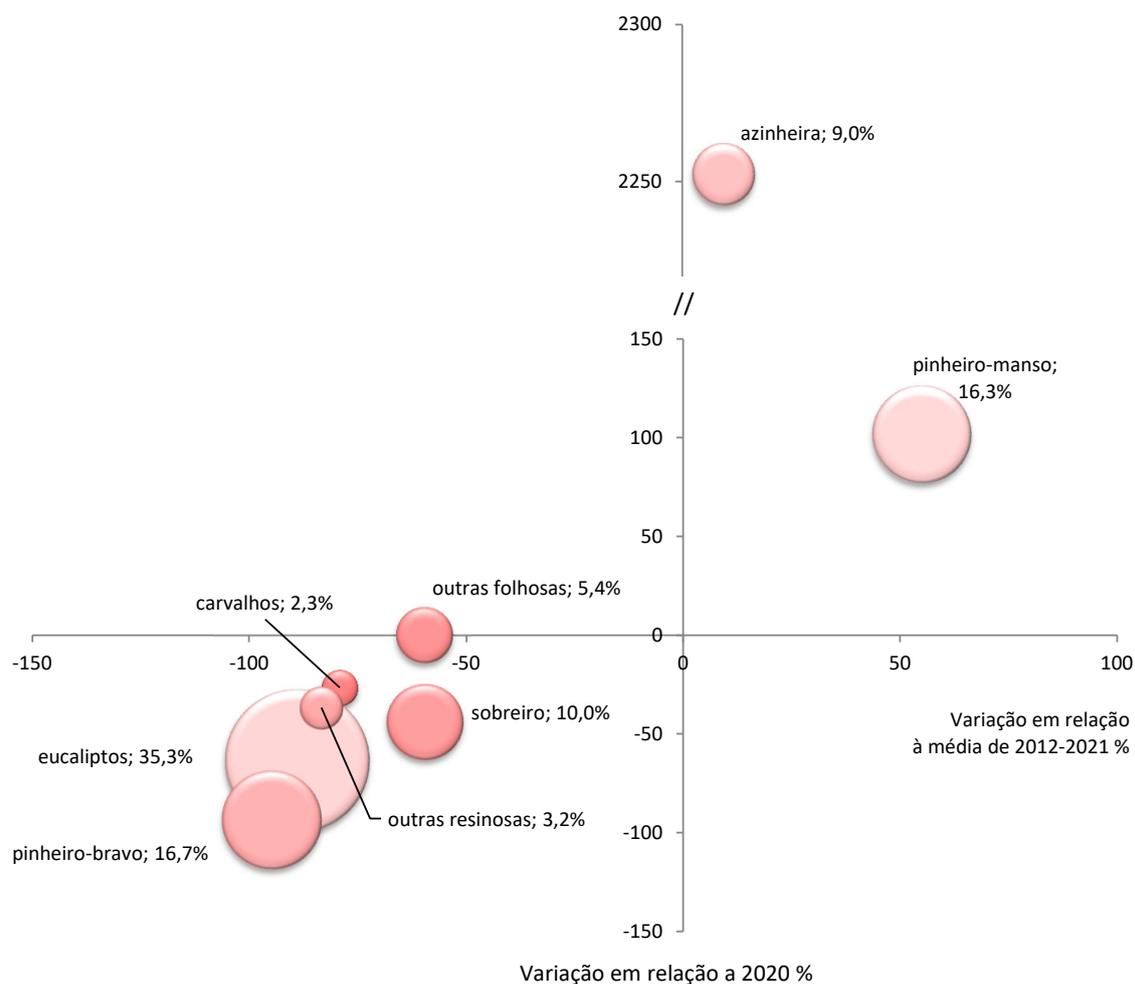
% de municípios afetados

FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

A espécie florestal mais afetada pelos incêndios de 2021 foi o eucalipto, com 35,3% do total da superfície ardida de povoamentos florestais, embora tenha diminuído 63,3% face a 2020 e sido 88,9% inferior à média da última década. Os povoamentos de azinheira foram bem mais fustigados face a 2020, com um aumento de 2 252,3%, apesar de ter aumentado apenas 13,8% em relação à média da última década. Já a área de pinheiro-manso afetada mais que duplicou (101,7%) comparativamente ao ano anterior.

FIGURA 3.9
Superfície Ardida de povoamentos florestais por espécie
(2021)

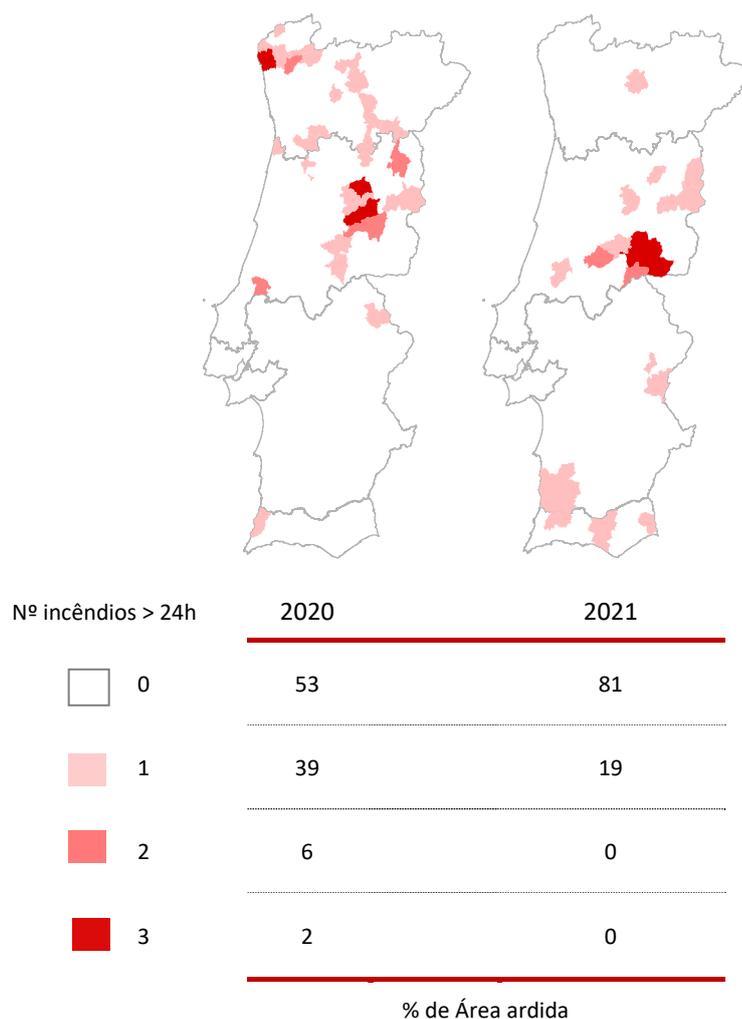


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

*Dimensão do globo representa a área ardida de cada espécie florestal em 2021.

No universo de 8 186 incêndios registados no Continente em 2021, houve 21 ocorrências com uma duração superior a 24 horas (41 em 2020), responsáveis por 19,1% da área ardida, 46,7% em 2020.

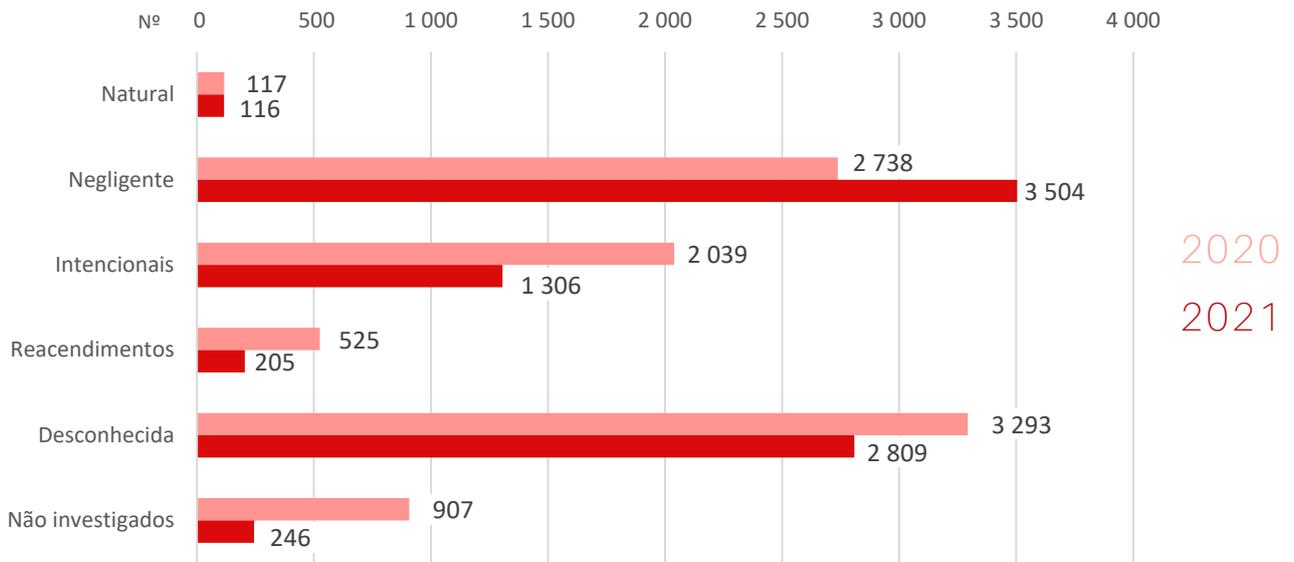
FIGURA 3.10
Incêndios com duração superior a 24 horas e
representação da área ardida



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Em 2021 ficaram por apurar 37,3% das causas de incêndio (43,7% em 2020), das quais 3,0% ainda se encontram em fase de investigação. A causa conhecida mais representativa do número de incêndios foi a negligência, (42,8% do total que compara com 28,5% em 2020) seguidas pelas causas intencionais (16,0%), os reacendimentos (2,5%), e por último as causas naturais com 1,4%.

FIGURA 3.11
Incêndios no Continente por tipo de causa



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

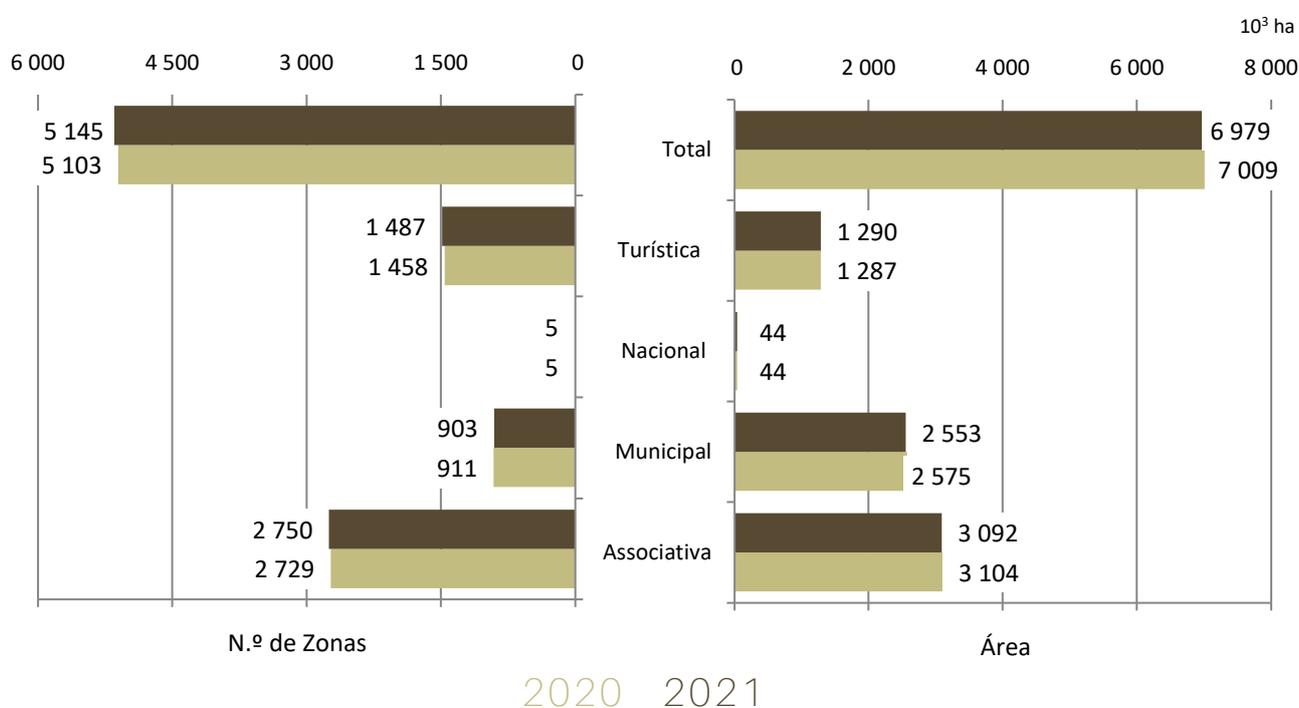


CAÇA

A classificação das zonas de caça é feita consoante a natureza da respetiva entidade gestora ou do fim a que se destina: Turística quando gerida por entidades que tenham por objetivo a exploração económica dos recursos cinegéticos; Nacional se governada pelo Estado ou a quem este transferir a gestão; Municipal nas situações em que é administrada por autarquias ou associações de caçadores com vista a proporcionar o exercício organizado da caça, a um número maximizado de caçadores com condições de acesso especial e Associativa, quando é gerida por associações ou clubes de caçadores.

Em Portugal Continental, no ano 2021, a área de caça distribuiu-se por 6 979 mil hectares correspondendo a 5 145 zonas de caça, mais 42 espaços distribuídos por menos 30,0 mil hectares que em 2020.

FIGURA 3.12
Zonas de caça por tipo de zona



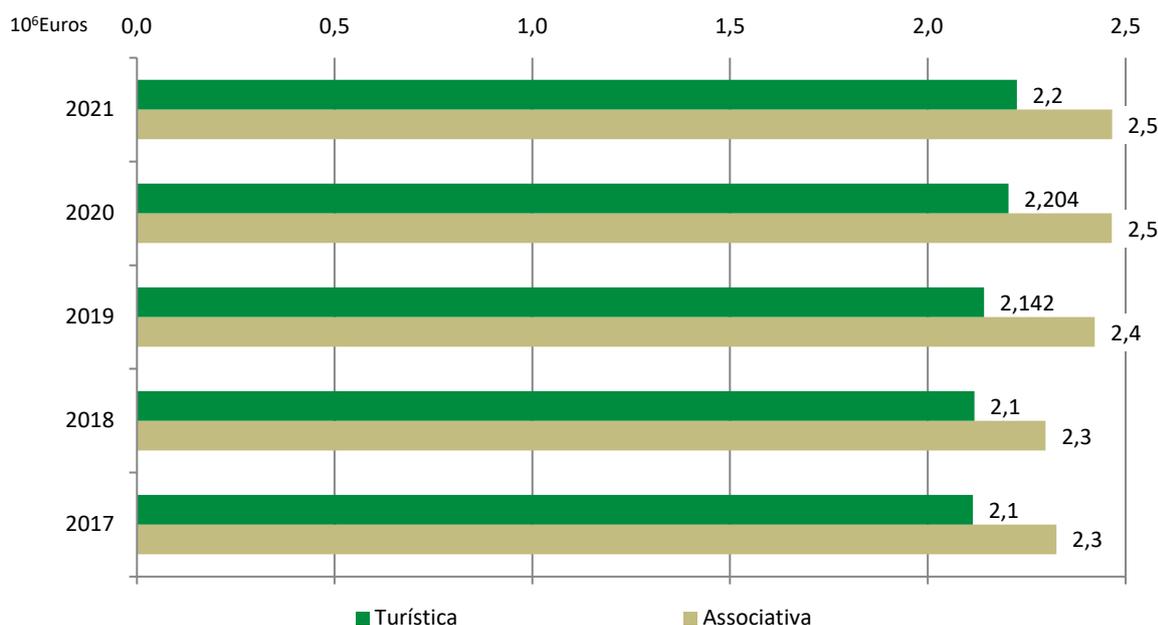
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O maior aumento do número das zonas de caça incidiu nos espaços turísticos (+29), seguido dos administrados associativamente (+21). À semelhança dos últimos anos, em 2021 as zonas de caça mais representativas foram as associativas (53,4%), abrangendo 3 092 mil hectares que corresponderam a 44,3% da extensão destes espaços em Portugal Continental. As zonas de caça municipais, apesar de estarem em menor número, representando 17,6% do total, têm uma dimensão média superior e ocupam 36,7% destas áreas, com cerca de 2 553 mil hectares; seguidas das zonas de caça turísticas e das nacionais, com 1 287 e 44 mil hectares, respetivamente.

A atividade da caça em zona associativa ou turística implica o pagamento de taxas anuais ao abrigo da Portaria n.º 431/2006, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 210/2010 de 15 de abril. A taxa anual devida pelas concessões de caça (zonas de caça associativas e turísticas) destina-se a pagar uma exclusividade de utilização (do recurso caça) ao Estado que a concede às respetivas entidades gestoras. Esta taxa é calculada por hectare de área concessionada e é diferenciada consoante o tipo de zona, pagando as associativas, metade da taxa devida pelas turísticas.

A receita gerada por esta taxa em 2021 foi de 4,7 milhões de euros (+0,5% de receita face a 2020), sendo 52,6% proveniente das zonas associativas e 47,4% das zonas turísticas.

FIGURA 3.13
Taxas Anuais por tipo de Zona de caça
(2017-2021)

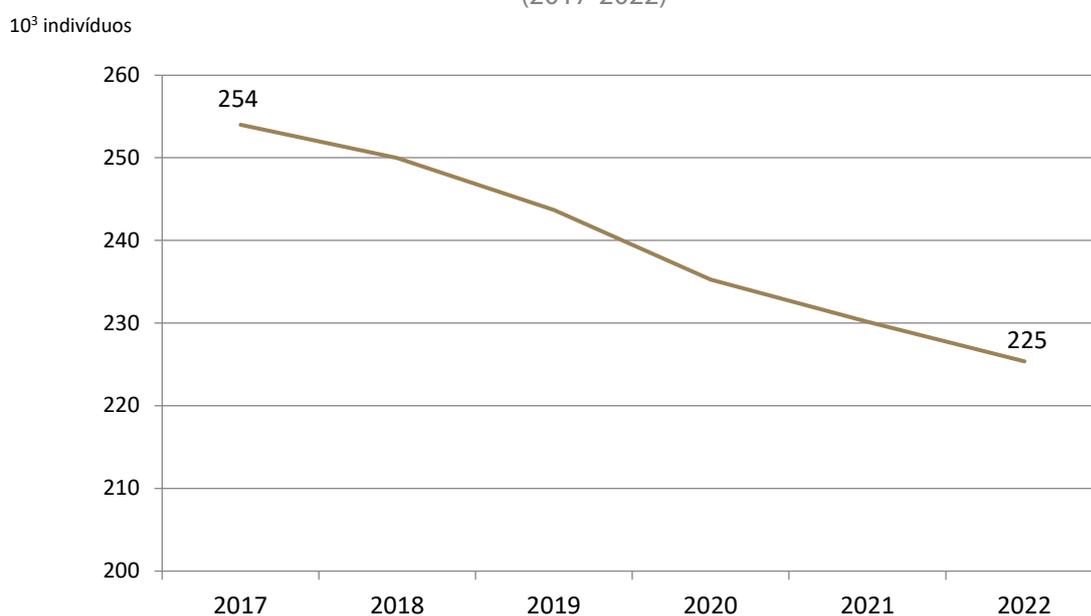


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O número de caçadores registados engloba todos os indivíduos detentores de carta de caçador, independentemente de terem ou não tirado a licença de caça. Esta carta deverá ser renovada anualmente, mediante o pagamento de uma taxa específica. No Decreto-Lei 24/2018⁶ é agora mencionada a afetação de parte das receitas provenientes das licenças de caça ao Fundo Florestal Permanente, por forma a garantir o financiamento da gestão correta e racional dos recursos cinegéticos, com vista ao desenvolvimento e valorização do mundo rural.

Em 2022 foram contabilizados 225 397 caçadores, tendo ocorrido um decréscimo de 2,1% face ao ano anterior, ou seja, menos 4 775 indivíduos requereram a licença de caça. Esta diminuição do número de caçadores registados incidiu principalmente em indivíduos com idade entre os 31 e 40 anos (-7,7%) e os 51 e os 60 anos (-4,5%). Por oposição, o número de licenças aumentou nas idades mais jovens (+12,1% até 30 anos) e nos escalões etários de 71 ou mais anos (+3,7%).

FIGURA 3.14
Caçadores registados
(2017-2022)



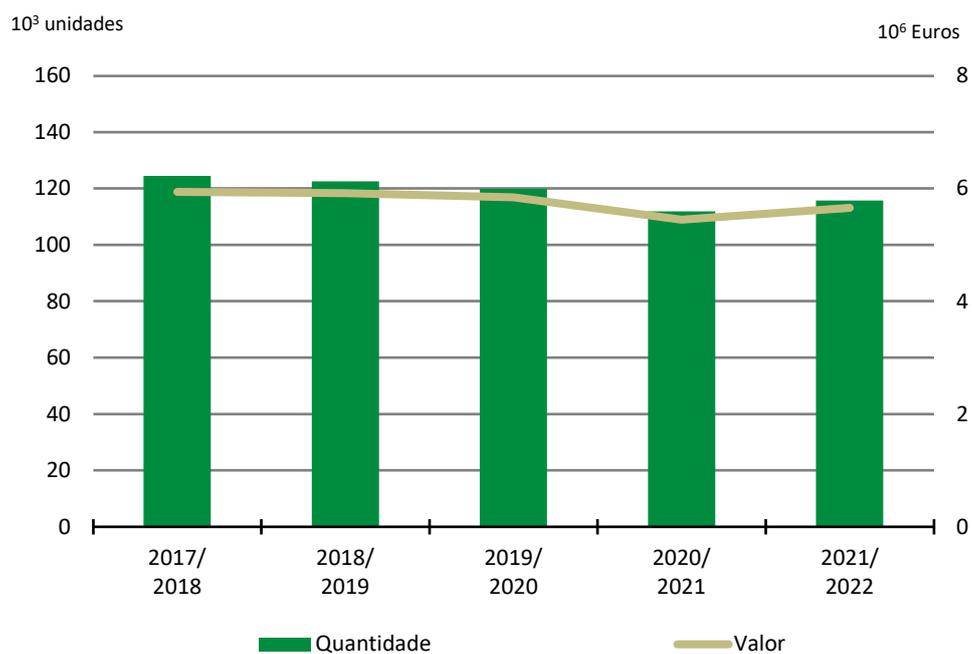
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

As licenças de caça emitidas pelo ICNF permitem o exercício da atividade da caça em território determinado e para uma época venatória específica. Para cada época deverá ser feita a atualização da licença, mediante o pagamento de uma taxa, variável consoante o tipo de licença pretendido.

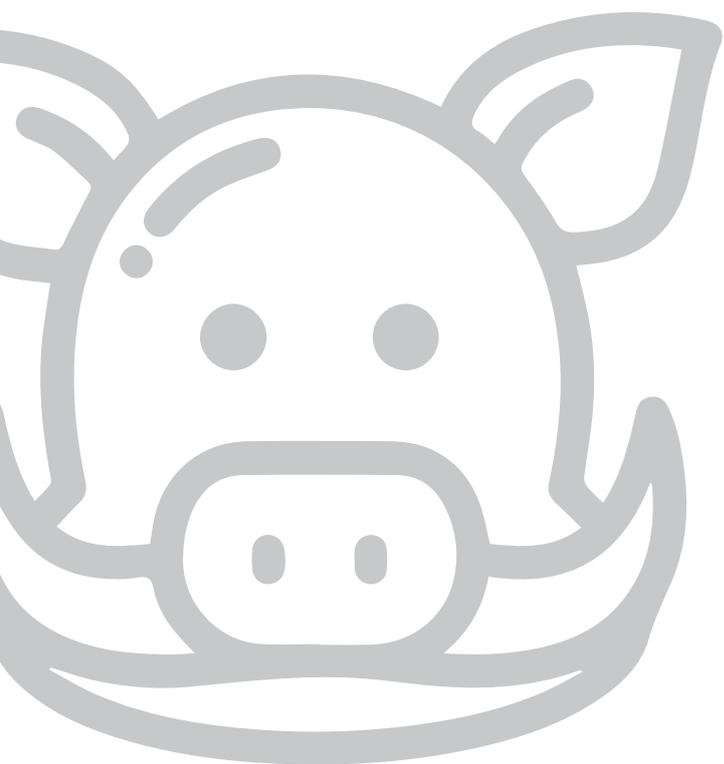
As 115 726 licenças de caça emitidas na época venatória 2021/2022 (111 926 em 2020/2021), corresponderam a um acréscimo de 3,4%, gerando uma receita de 5,7 milhões de euros, superior em 3,8% à de 2020/2021.

⁶ Altera o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável.

FIGURA 3.15
Licenças de caça emitidas



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).



PRINCIPAIS INDICADORES

- Preço médio da resina nacional à entrada da fábrica (€/ kg) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Incêndios rurais com duração superior a 24 horas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Incêndios rurais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de superfície ardida; Anual
- Superfície ardida média (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Superfície florestal (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (superfície florestal); Decenal



4

AGRICULTURA E AMBIENTE

PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal foi de 9,7 mil toneladas em 2020, menos 1,6% face a 2019. A este decréscimo não será alheia a incerteza da prorrogação, por parte da Comissão Europeia, da validade da aprovação de determinadas substâncias ativas (como por exemplo diflufenicão, metsulfurão-metilo e clortolurão) que levou a uma retração por parte dos distribuidores e comerciantes na encomenda dos respetivos produtos.

A análise à estrutura de vendas permite destacar o grupo dos fungicidas, representando em 2020 cerca de 66,0% do volume total de vendas (58,5% em 2019), seguido dos herbicidas com 24,7% (22,5% em 2019), em terceiro lugar o grupo dos inseticidas e acaricidas com 4,3% (8,2% em 2019).

FIGURA 4.1
Venda de produtos fitofarmacêuticos,
por tipo de função (2017-2020)

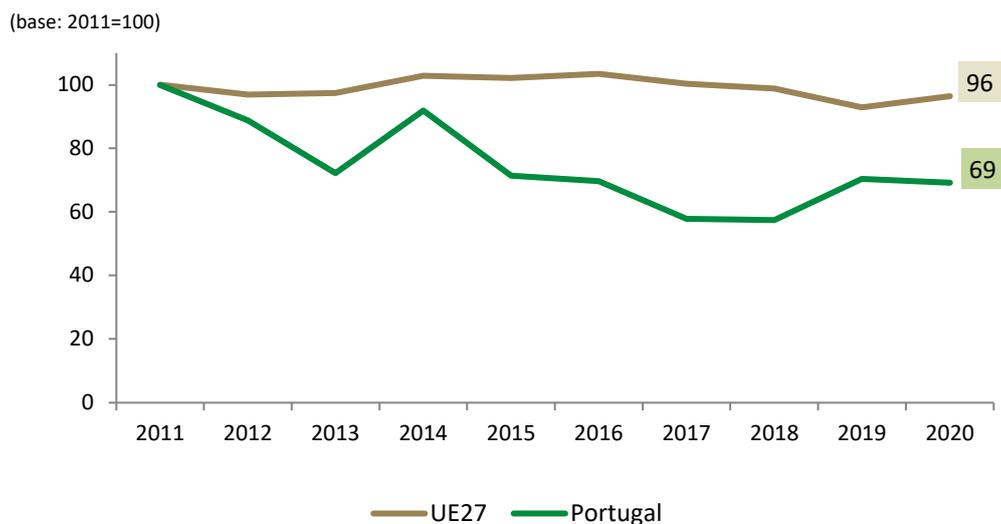


FONTE: Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

O enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável por 60,9% (53,4% em 2019) do volume de vendas dos fungicidas e por 40,2% do volume total de produtos fitofarmacêuticos (31,2% em 2019).

A evolução das vendas dos produtos fitofarmacêuticos na UE27 mantém-se relativamente constante desde 2011, enquanto Portugal apresenta uma tendência decrescente marcada por flutuações irregulares. Neste contexto, o desempenho de Portugal afigura-se mais positivo do ponto de vista ambiental, posicionando-se sempre abaixo da média da UE27, evoluindo a uma taxa de variação anual de -3,8%, enquanto na UE27 a taxa é de -0,4%.

FIGURA 4.2
Evolução das vendas de produtos fitofarmacêuticos em
Portugal e na UE-27 (2011-2020)



FONTE: Eurostat.

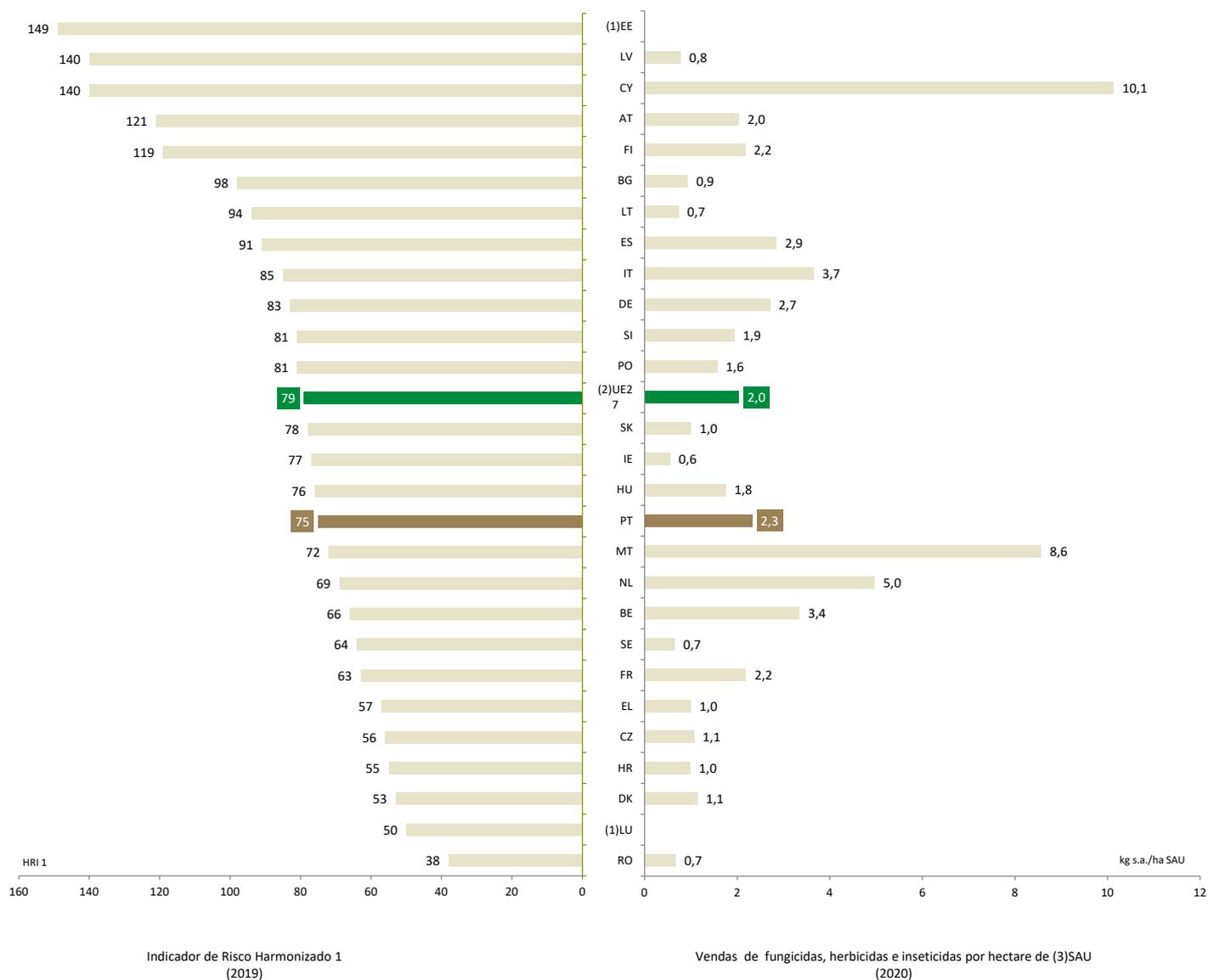
Desde 2011 até 2019 que em Portugal o IRH1⁷ decresceu 25,0%, redução mais intensa que a verificada na UE27 (21,0%).

No ano de 2020 Chipre, Malta e Países Baixos foram os países que registaram maior quantidade vendida de substância ativa dos principais grupos de pesticidas quando relativizada por hectare de SAU. Portugal encontra-se em oitavo lugar relativamente a este indicador e ligeiramente acima da média da UE27.



⁷ Indicador de Risco Harmonizado 1 (IRH1) é calculado com base nas quantidades de substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos, tendo por base de referência (100), a média do período 2011-2013. Este indicador está subdividido em 4 grupos de substâncias de acordo com a sua perigosidade, contribuindo cada grupo com o coeficiente de risco para o cálculo ponderado do indicador. O cálculo de Indicadores de Risco Harmonizados associado ao uso dos produtos fitofarmacêuticos foi definido pela Diretiva (UE) 2019/782 da Comissão.

FIGURA 4.3
 Vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas por hectare de SAU (2020) e
 indicador de risco harmonizado 1 (2019) nos EM da UE27



(1)Dados de vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas não disponíveis para o período em análise.

(2)Não inclui as vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas da Estónia e do Luxemburgo (dados não disponíveis para o período em análise).

(3)Dados de SAU de 2016 para todos os países exceto Portugal com dados de SAU de 2019.

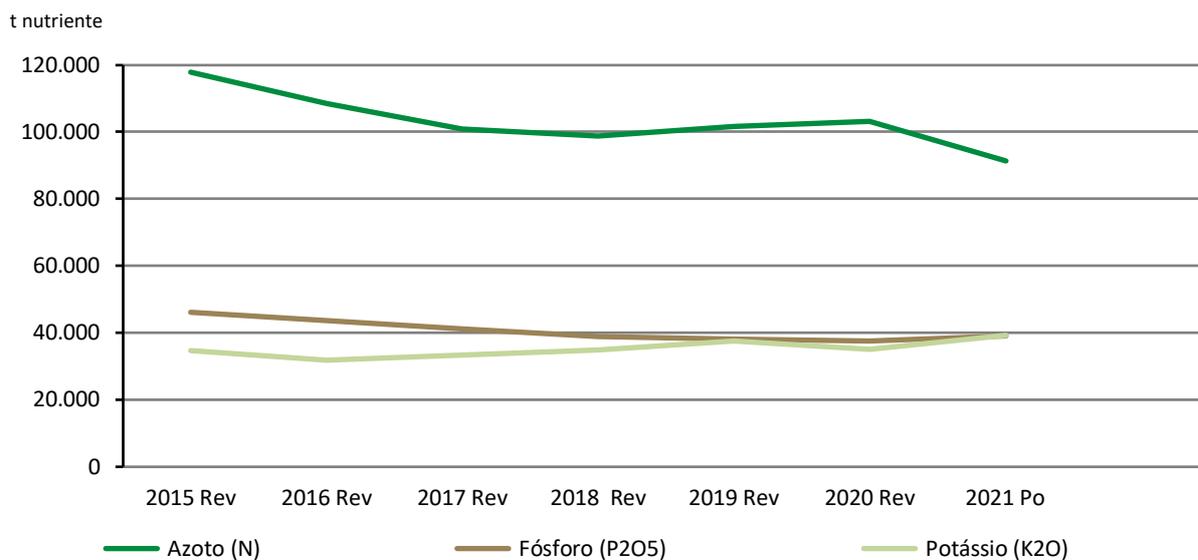
FONTE: Eurostat.

CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES

O consumo aparente de fertilizantes, expresso em macronutrientes Azoto (N), Fósforo (P_2O_5) e Potássio (K_2O), foi de 170 mil toneladas em 2021 (176 mil toneladas em 2020), refletindo um decréscimo de 3,5% face ao ano anterior.

A representatividade dos macronutrientes nos fertilizantes permite evidenciar o azoto, macronutriente com maior expressão no total do consumo aparente de fertilizantes com 53,8% em 2021 (58,6% em 2020), seguido do potássio com 23,2% (19,9% em 2020) e por último do fósforo com 23,0% (21,4% em 2020). Entre 2015 e 2021, realçam-se os decréscimos da utilização do azoto (-22,5%) e fósforo (-15,5%) e o aumento da utilização de potássio (+13,5%). Para o decréscimo do consumo aparente de azoto terá contribuído a redução em 22,7% da área de cereais no período em análise. Para o aumento do consumo de potássio não será alheio o acréscimo em 11,6 % da área de culturas permanentes.

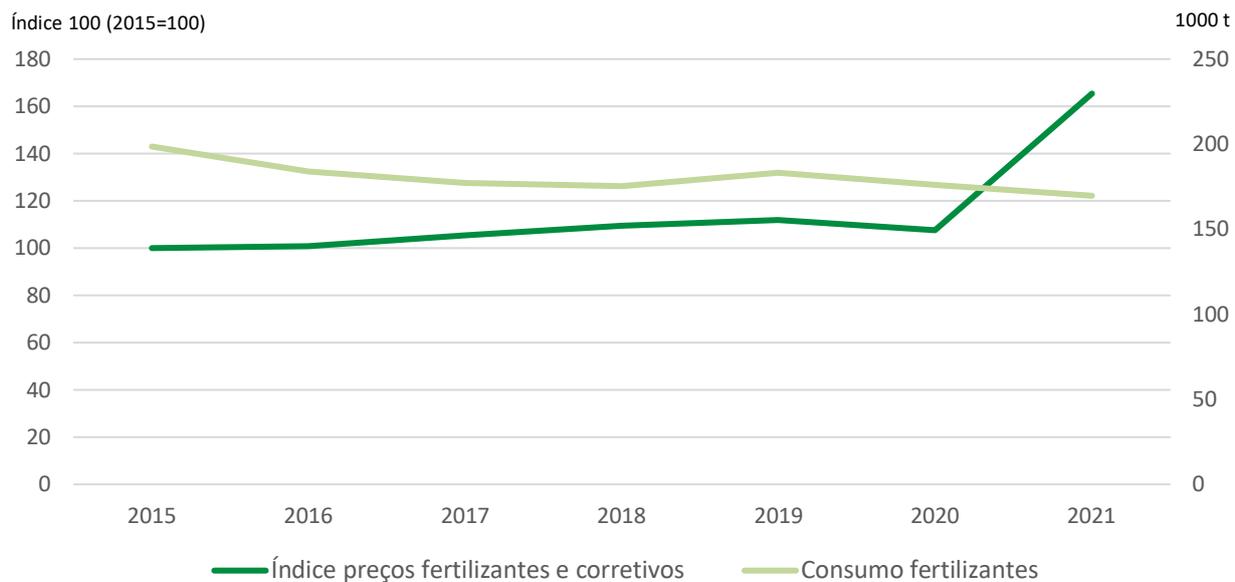
FIGURA 4.4
Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos na agricultura
(2015-2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Em 2021, comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo do consumo aparente de fertilizantes de 3,5% e um aumento do índice de preços de fertilizantes e corretivos de 53,9%.

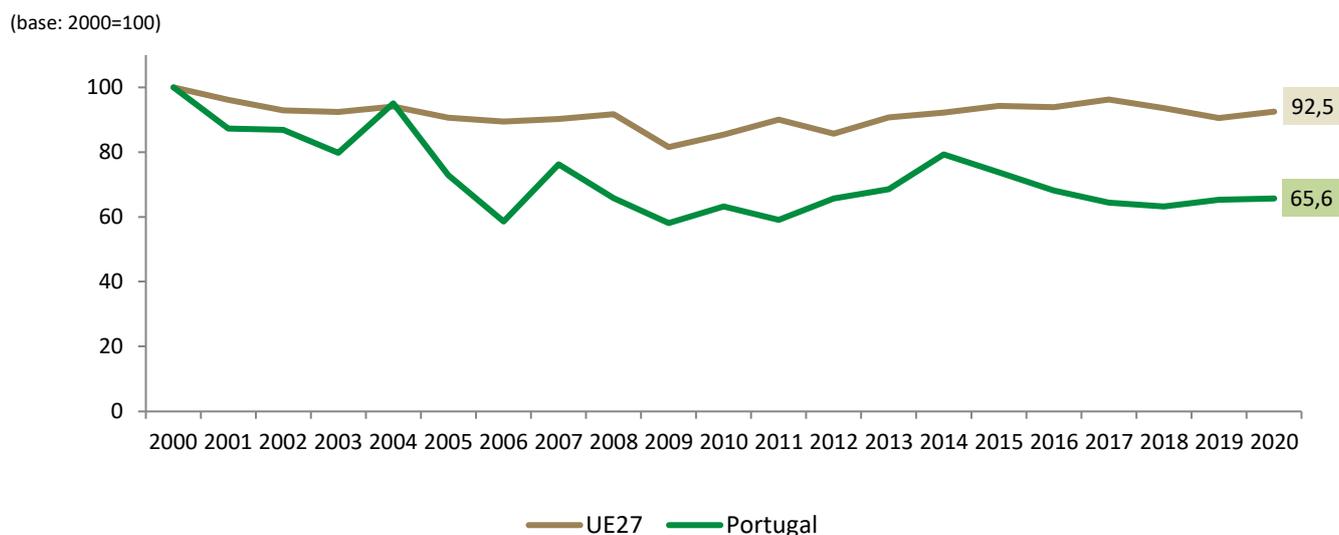
FIGURA 4.5
Índice de preços fertilizantes e corretivos e consumo total de fertilizantes
(2015-2021)



FONTE: INE, I. P., Índice de Preços na Agricultura e Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Na UE27, a quantidade de fertilizantes minerais disponível para consumo reduziu-se um ritmo médio anual de 0,4% entre 2000 e 2020, enquanto em Portugal a variação foi de -2,2% ao ano. Para esse período o decréscimo acumulado de Portugal é de 34,4%, enquanto para a UE27 esse decréscimo é de 7,5%.

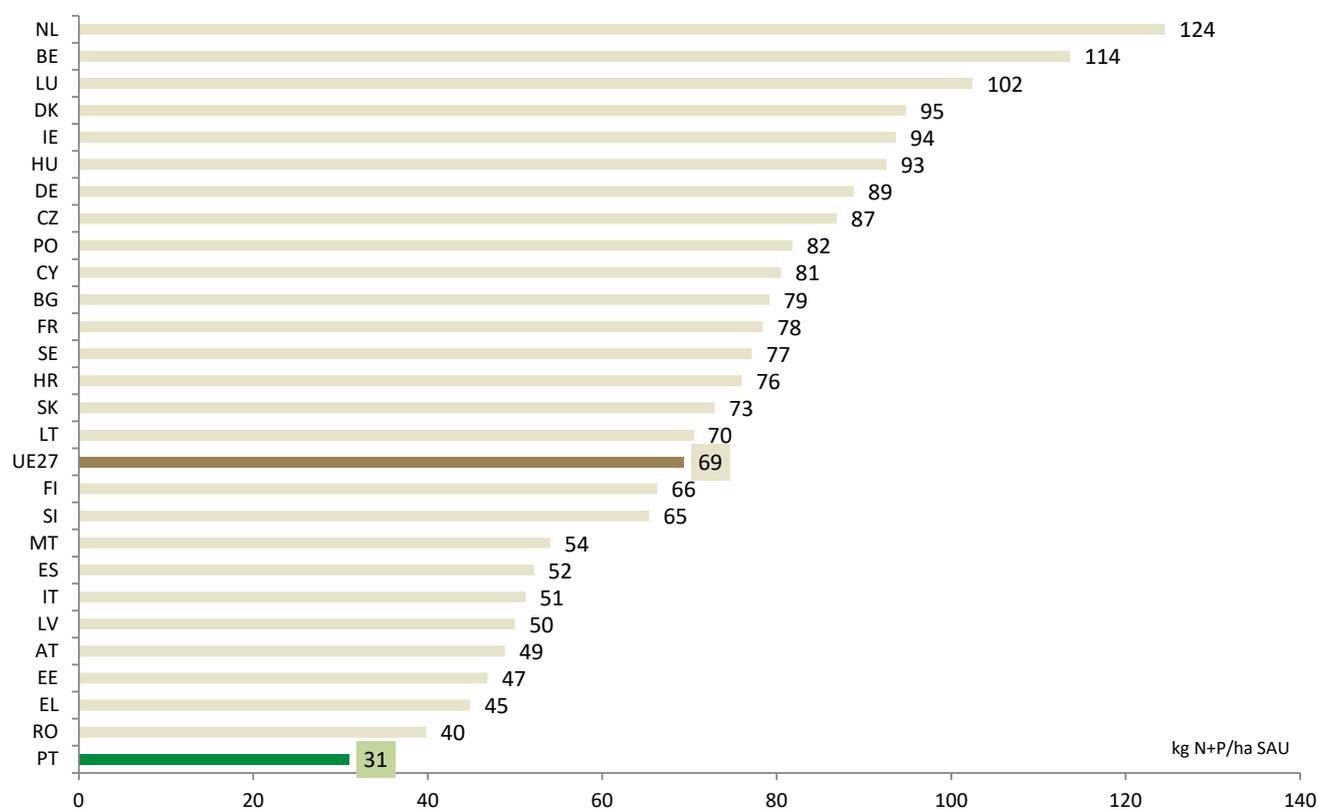
FIGURA 4.6
Evolução do consumo de fertilizantes minerais em Portugal e na UE27
(2000-2020)



FONTE: Eurostat.

Em 2020, Portugal manteve-se como o país com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo) por hectare de SAU da UE27, com um consumo que é menos da metade da média da UE27.

FIGURA 4.7
Consumo de fertilizantes minerais por hectare de SAU nos EM da UE27
(2020)



FONTE: Eurostat.

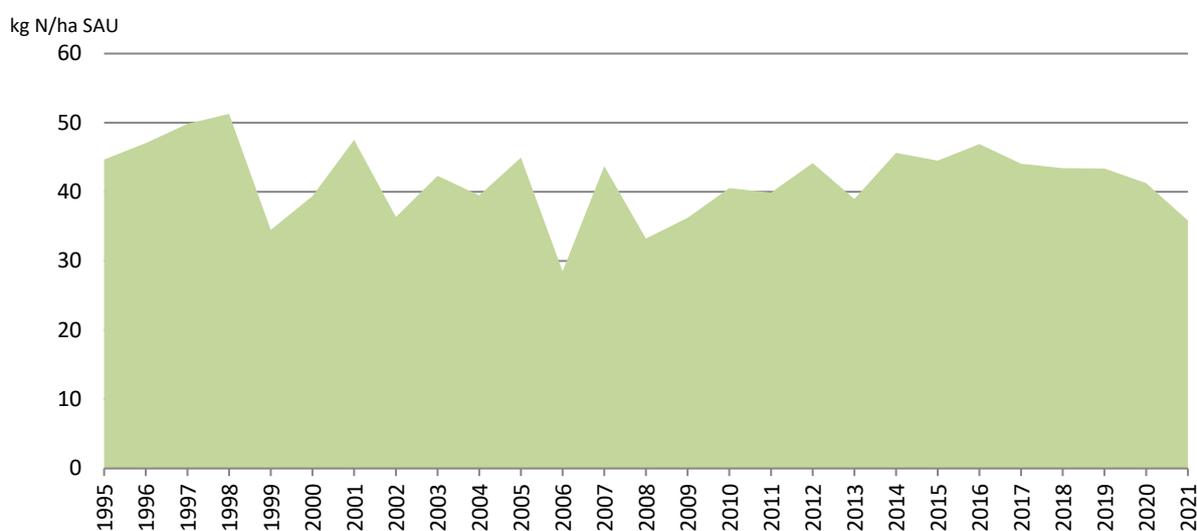


BALANÇO DE NUTRIENTES

Balanço do azoto

O balanço bruto do azoto no solo foi de 143 mil toneladas de N em 2021 (164 mil toneladas de N em 2020), equivalente a 36 kg de azoto por hectare de superfície agrícola utilizada (41 kg de azoto por hectare em 2020). Face a 2020, o balanço líquido deste macronutriente diminuiu 12,0%.

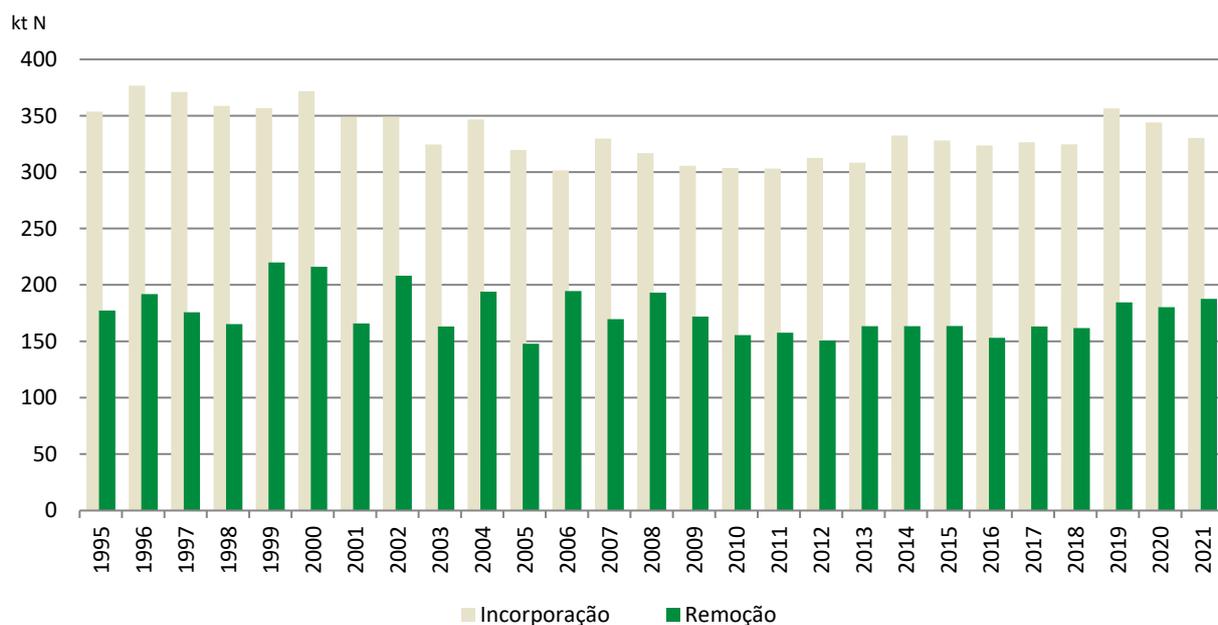
FIGURA 4.8
Balanço de azoto por superfície agrícola utilizada (1995-2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Esta evolução justifica-se pelo decréscimo em 4,0 % da incorporação deste nutriente no solo face a 2020 (-14 mil toneladas de azoto), que resultou da menor incorporação de fertilizantes inorgânicos no solo (-11,5%) e da menor incorporação de estrume no mesmo período (-1,7%).

FIGURA 4.9
Incorporação e remoção de azoto do solo (1995-2019)



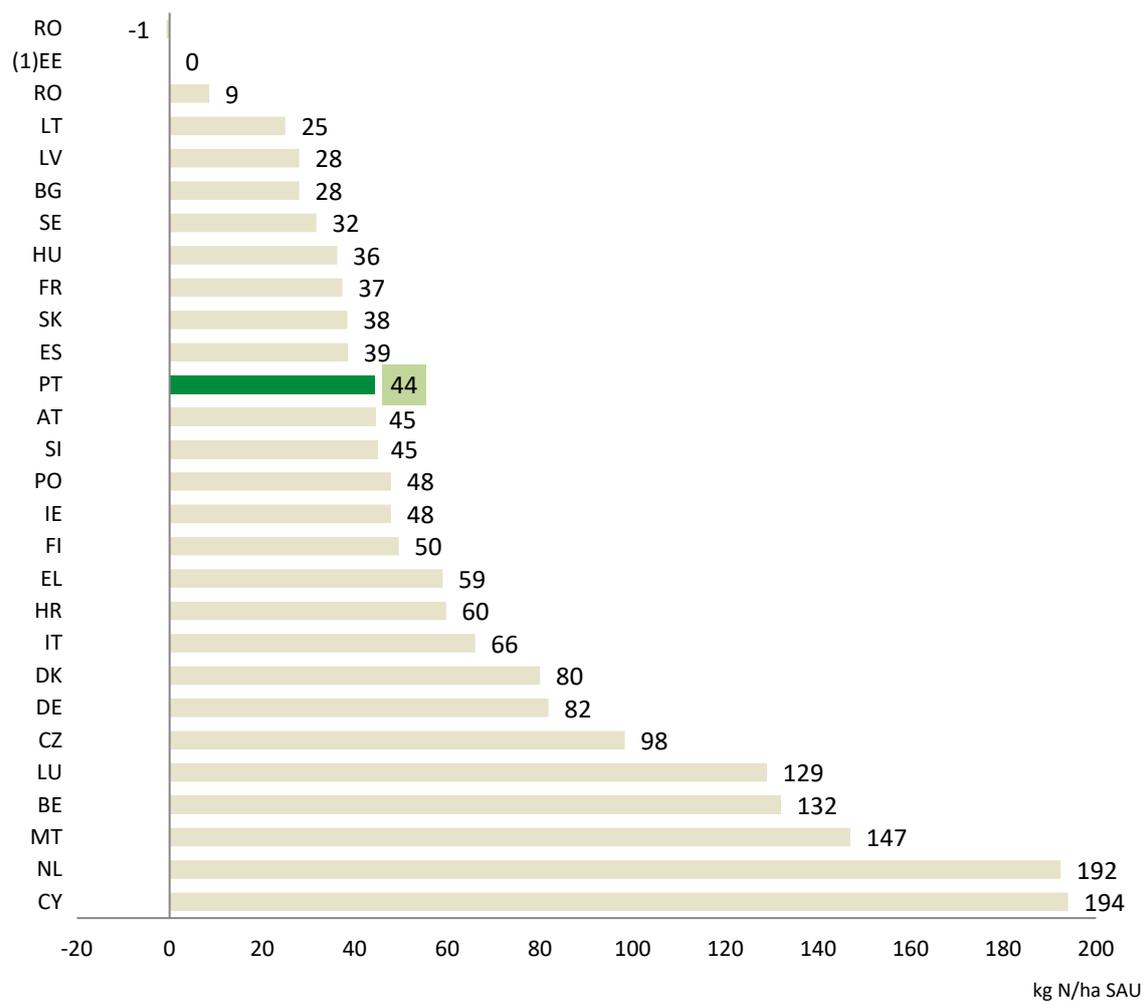
FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Por outro lado, em 2021, o aumento da remoção de azoto do solo na ordem dos 4,1% (mais 7,4 mil toneladas face a 2020), deveu-se sobretudo ao aumento da área das culturas permanentes que removeram mais 5,9 mil toneladas de N relativamente ao ano anterior.

Em 2015, último ano em que o Eurostat publicou o balanço bruto de azoto para os 27 EM, Portugal com 44,3 kg N/ha SAU situava-se em 17.º lugar relativamente aos restantes EM. A Roménia foi o único país a apresentar um resultado negativo do balanço bruto de azoto (-0,7 kg N/ha SAU), enquanto o Chipre foi o país com maior valor, com 194,0 kg N/ha SAU, seguido dos Países Baixos com 192,4 kg N/ha SAU.



FIGURA 4.10
 Balanço bruto de azoto por hectare de SAU na UE27 (2015)



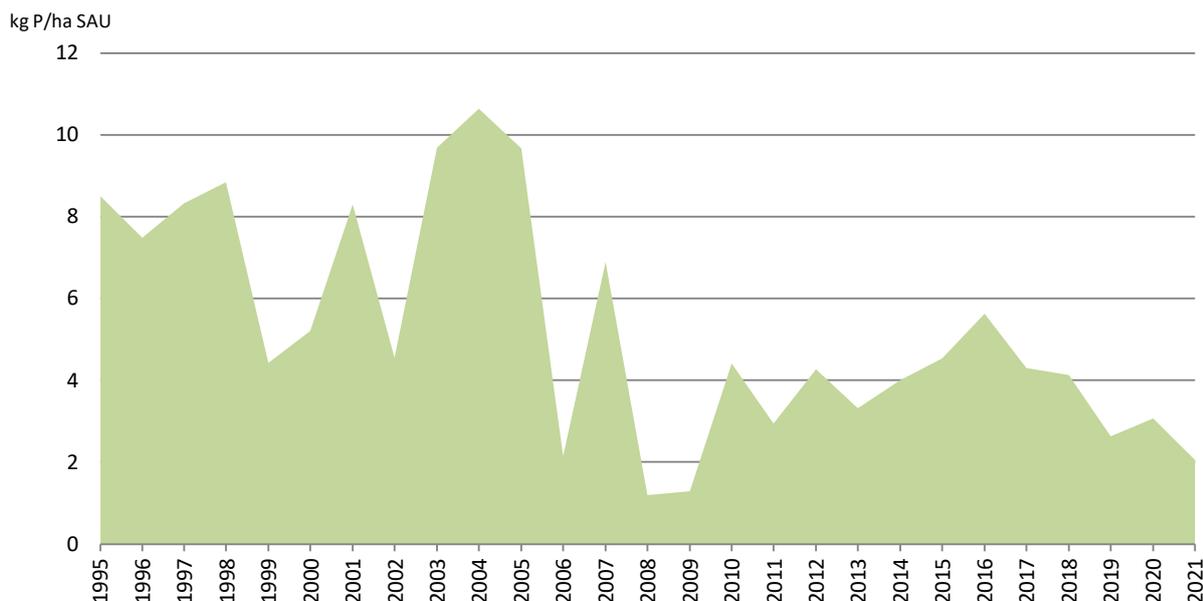
(1)Dados não disponíveis para o período em análise

FONTE: Eurostat.

BALANÇO DO FÓSFORO

Em 2021, o balanço do fósforo registou um excesso de 8,1 mil toneladas (12,2 mil toneladas de P em 2020), equivalente a 2,0 kg de fósforo por hectare de superfície agrícola utilizada (3,1 kg de P por hectare em 2020). Relativamente a 2020, o balanço deste macronutriente decresceu 33,2%.

FIGURA 4.11
Balanço de fósforo por superfície agrícola utilizada (1995-2021)

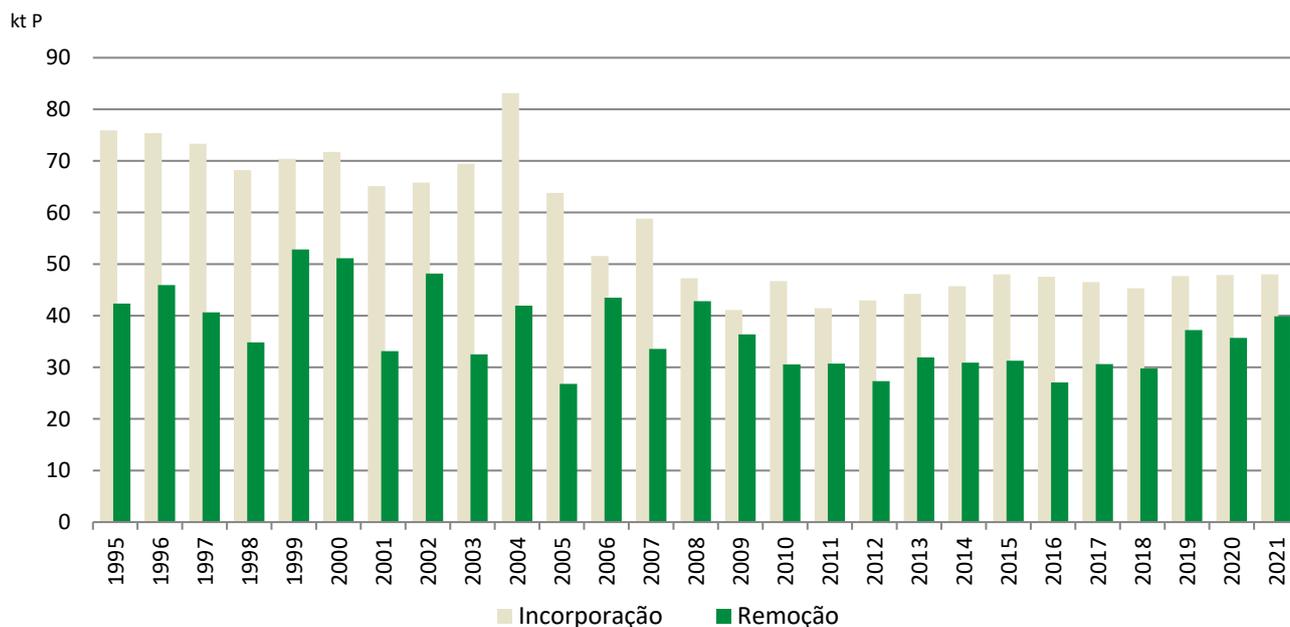


FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Em 2021 a remoção de P pelas culturas foi de 39,9 mil toneladas, um aumento de 11,7% face ao ano anterior. A incorporação de azoto (48,0 mil toneladas) manteve-se próxima da registada no ano anterior (+0,3%). Neste cenário, o balanço de P diminuiu 33,2%, fixando-se a excedência em 8,1 mil toneladas de P equivalente a menos 4,0 mil toneladas face ao apurado em 2020.



FIGURA 4.12
Incorporação e remoção de fósforo do solo (1995-2021)



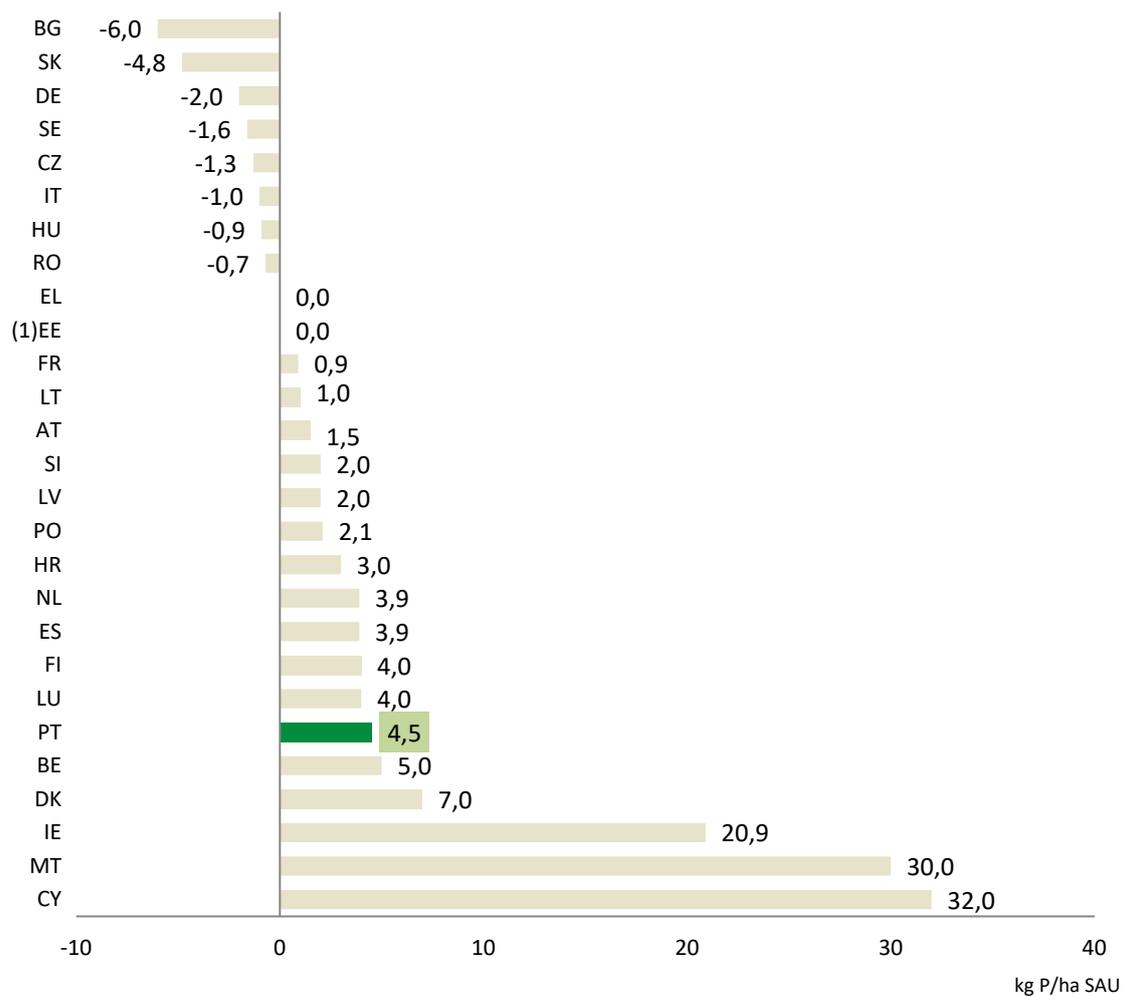
FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

O acréscimo da remoção de fósforo em 2021 foi particularmente expressivo nas culturas permanentes (75,7% face a 2020, equivalente a 4,3 mil toneladas de P).

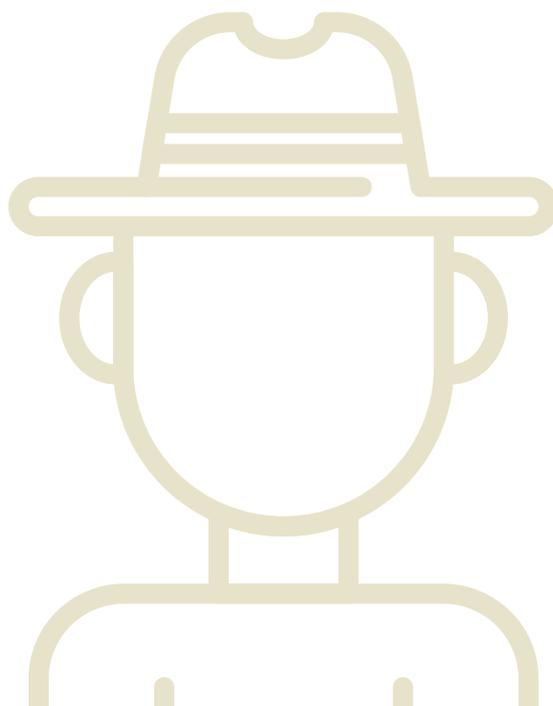
Na comparação com a UE27 para o último ano com informação disponível (2015), Portugal foi o sexto EM com maior excedência de P/ha SAU (4,5 kg); o EM cujo balanço apresenta um resultado mais elevado foi o Chipre com 32,0 kg P/ha SAU, seguido de Malta com 30 kg P/ha SAU e da Irlanda com 20,9 kg P/ha SAU. Realça-se ainda que oito EM apresentaram balanços brutos de fósforo negativos.



FIGURA 4.13
 Balanço bruto de fósforo por hectare de SAU na UE27 (2015)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.



PRINCIPAIS INDICADORES

- Quantidades vendidas de produtos fitofarmacêuticos por superfície agrícola utilizada (substância activa - kg/ ha) por Tipo de função; Anual
- Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Indicador de risco harmonizado 1 do uso de pesticidas (IRH1) (-) por Localização geográfica; Anual
- Balanço do azoto por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Balanço do fósforo por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual



5

INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO

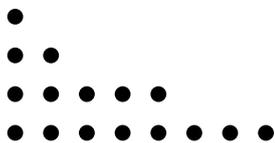


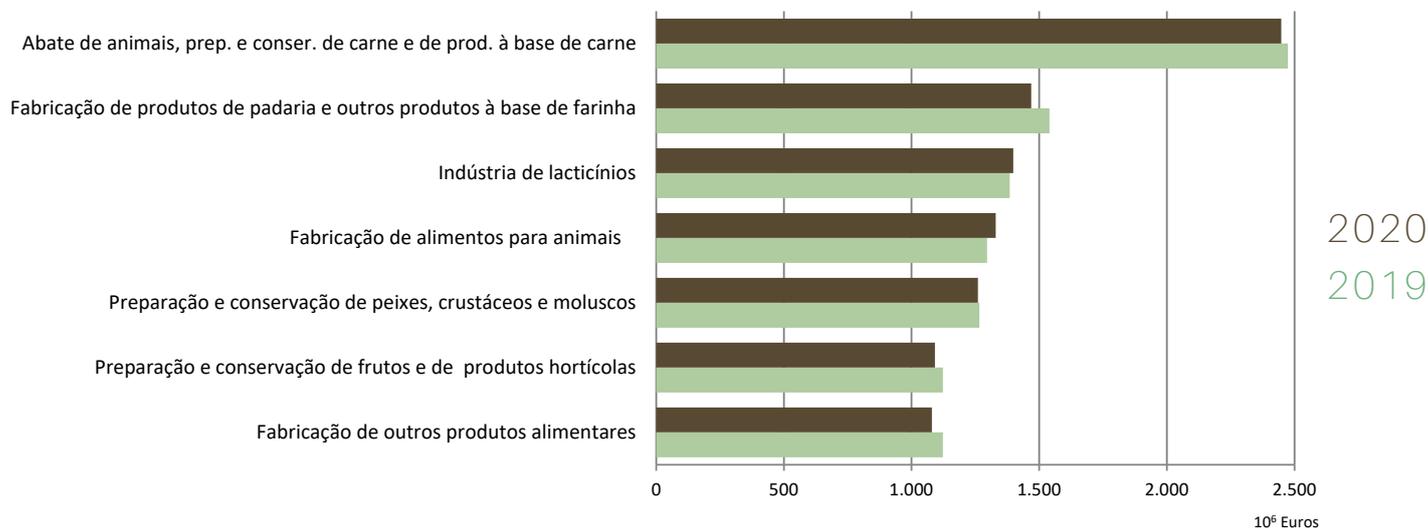
FIGURA 5.1
Valor de vendas das Indústrias Transformadoras
(2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

Em 2020, o valor das vendas das Indústrias Alimentares atingiu 11,7 mil milhões de euros, menos 78 milhões de euros face a 2019. O posicionamento estrutural, relativamente ao total da Indústria Transformadora, manteve-se, continuando a indústria alimentar a ser a principal atividade da produção industrial nacional com 14,5% do total das vendas em 2020 (13,0% em 2019).

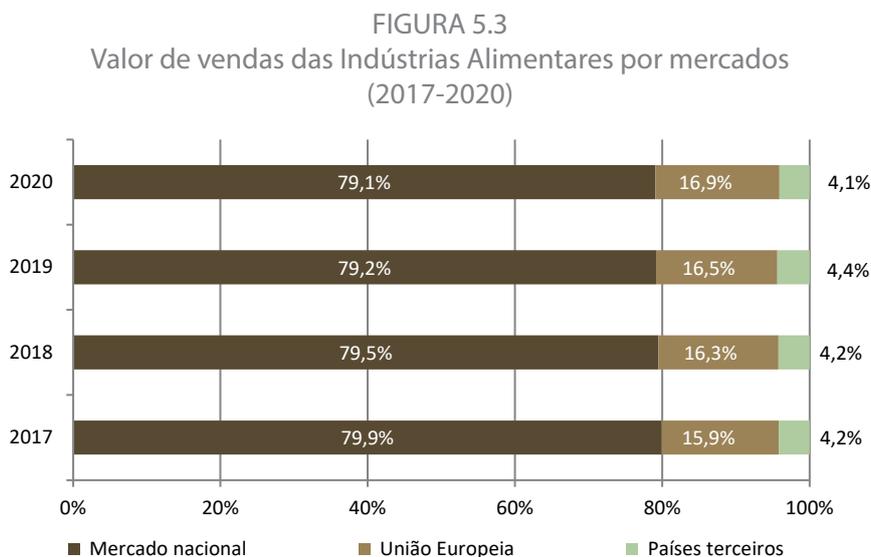
FIGURA 5.2
Valor de vendas das Indústrias Alimentares
(2019, 2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

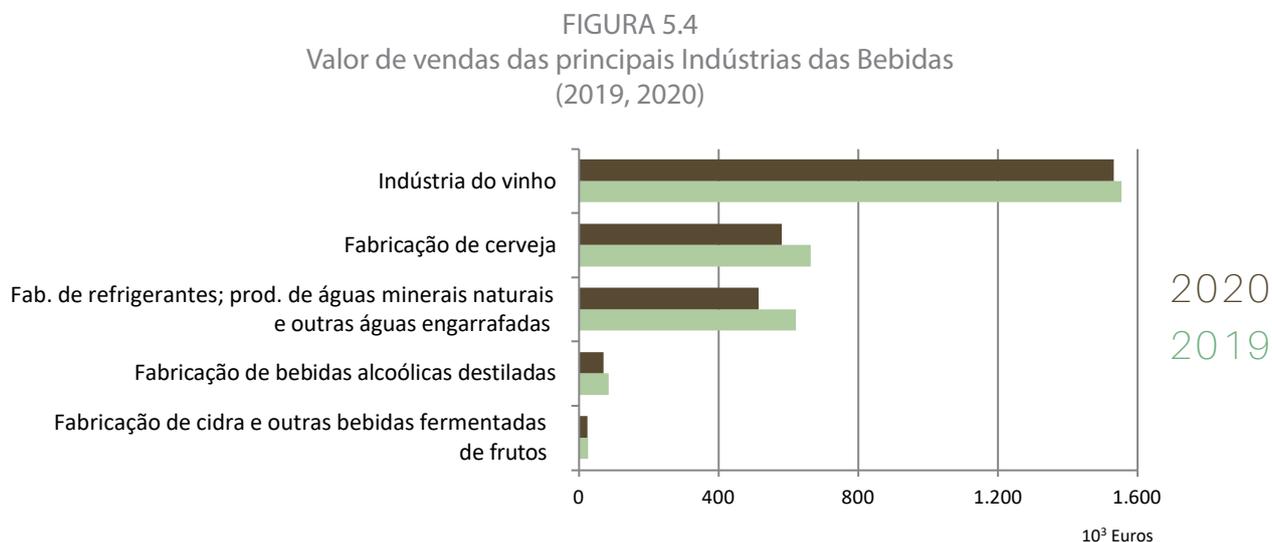
A atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das indústrias alimentares com 20,9% do total do valor de vendas em 2020 (21,0% em 2019), seguida da “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” com 12,6% (13,1% em 2019) e da “indústria de laticínios” com 12,0% (11,8% no ano anterior).

Em 2020, destaca-se a diminuição de 71,4 milhões de euros observado no valor de vendas da atividade de “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” face ao ano anterior. Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo da atividade “fabricação de alimentos para animais” com mais 33,7 milhões de euros de vendas face a 2019.



Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A análise à distribuição do valor de vendas por tipo de comércio revela que o mercado interno se mantém como principal destino da produção das Indústrias Alimentares. Em 2020, a sua contribuição para o valor total das vendas foi de 79,1%. O mercado intracomunitário, com um peso de 16,9%, registou um aumento de 0,4 p.p. face a 2019. Os países terceiros representaram 4,1% do total das vendas, com uma diminuição de 0,3 p.p. face ao ano anterior.

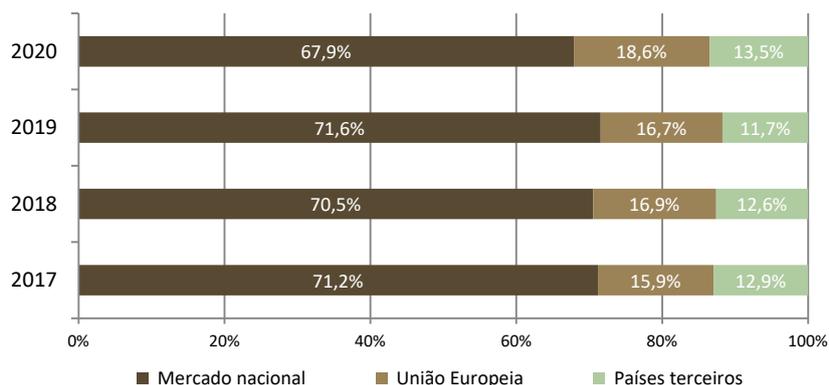


Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A indústria das bebidas faturou, em 2020, 2,8 mil milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de cerca de 250 milhões de euros face a 2019. A “indústria do vinho” contribuiu com 55,7% do total do valor das vendas (51,8% em 2019), seguida da “fabricação de cerveja” com 21,1% (22,1% em 2019) e da “fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas” com 18,7% (20,7% em 2019).

Os decréscimos comparativamente com o ano anterior foram transversais nas várias atividades da indústria das bebidas, salientando-se o registado na “fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas”, de menos 105,8 milhões de euros, e na “fabricação de cerveja” que decresceu 82,6 milhões de euros.

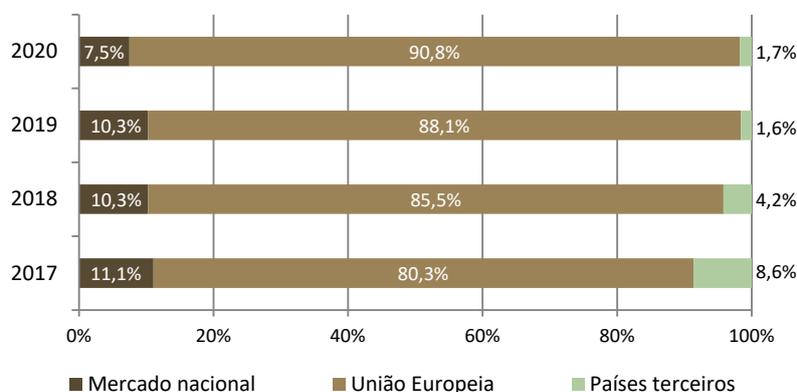
FIGURA 5.5
Valor de vendas da Indústria das Bebidas por mercados
(2017-2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

Tal como nas Indústrias Alimentares, também na Indústria das Bebidas as vendas tiveram como principal destino o mercado nacional (67,9% do valor das vendas), tendo, no entanto, aumentado a expressão do mercado externo: União Europeia com 18,6% (+1,9 p.p. face a 2019) e os Países Terceiros com 13,5% (+1,8 p.p. face a 2019).

FIGURA 5.6
Valor de vendas da Indústria do Tabaco
(2017-2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

O valor das vendas obtido pela Indústria do Tabaco totalizou, em 2020, 676,3 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 72 milhões face a 2019 (+11,9%).

Em termos da distribuição do valor de vendas por mercados, constata-se que 7,5% do valor das vendas em 2020 teve como destino o mercado nacional (-2,8 p.p. face a 2019) e que 90,8% das vendas se destinaram à União Europeia (+2,6 p.p. face a 2019). O mercado dos Países Terceiros representou 1,7% do total em 2020 (peso equivalente em 2019).



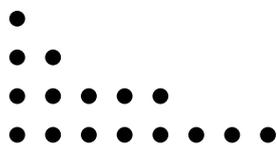
PRINCIPAIS INDICADORES

- Produtos vendidos na indústria por Tipo de produto (Por CAE Rev. 3); Anual
- Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual
- Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual
- Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual
- Formação bruta de capital fixo (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual



6

COMÉRCIO INTERNACIONAL: PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES E PRODUTOS FLORESTAIS

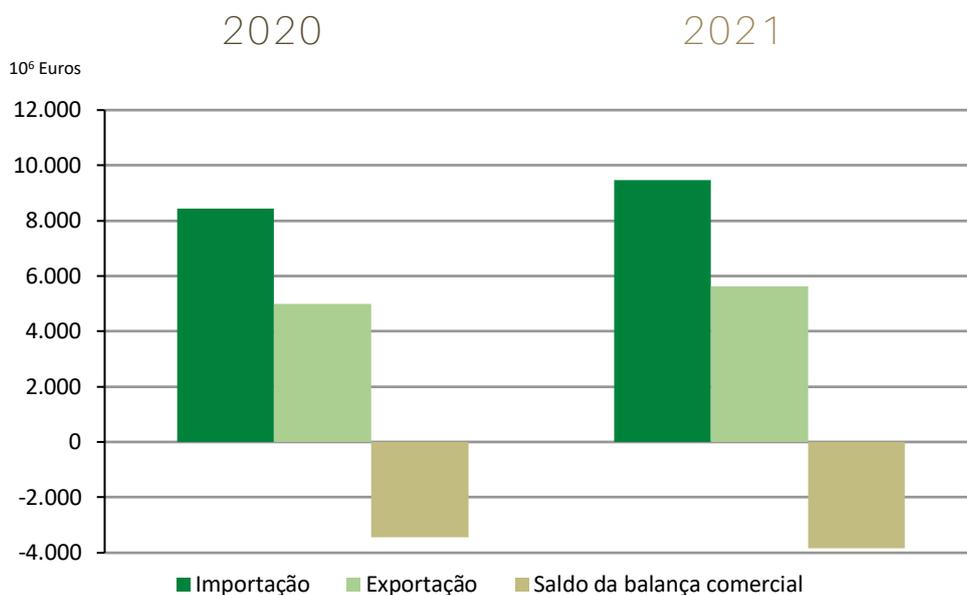


PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES (exceto bebidas)

Saldo da Balança Comercial

O défice da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) atingiu 3 845,9 milhões de euros em 2021, um agravamento em 401,6 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável resultou de um aumento das importações (+1 033,5 milhões de euros) superior ao acréscimo das exportações (+631,9 milhões de euros) deste tipo de produtos.

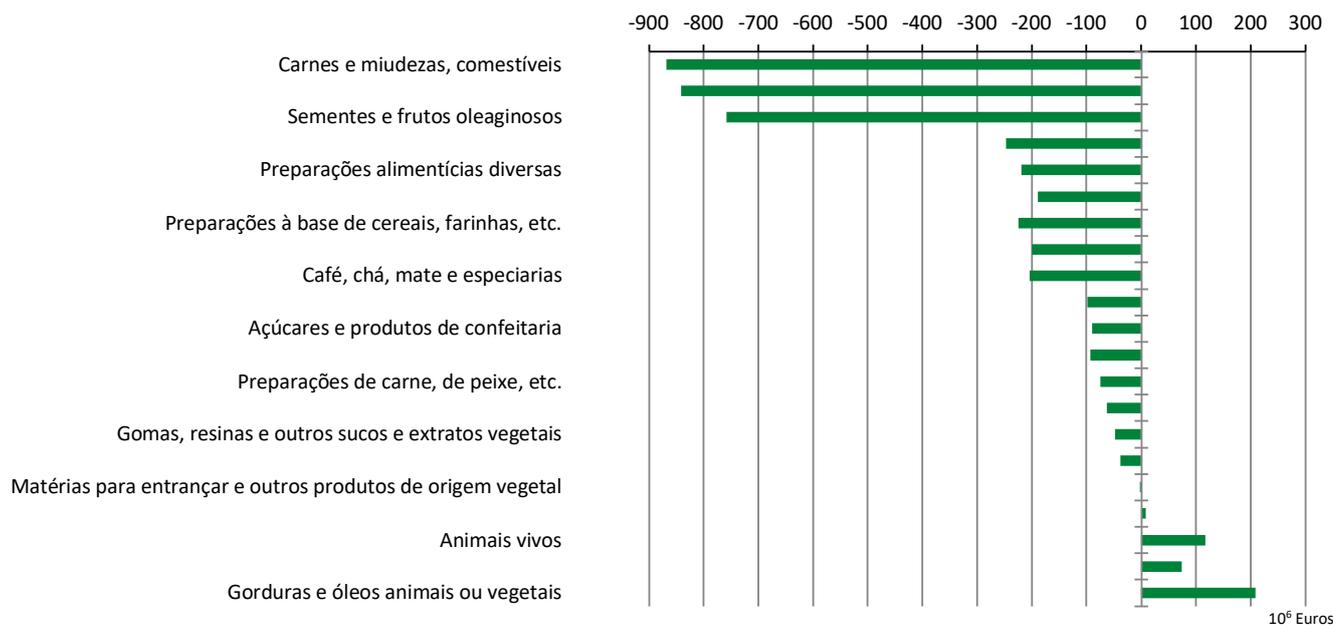
FIGURA 6.1
Comércio Internacional dos produtos agrícolas e agroalimentares



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Os “Cereais” foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, registando um aumento do défice de 154,6 milhões de euros, continuando a apresentar o 2º maior défice no conjunto dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), atingindo 840,6 milhões de euros em 2021. Em sentido contrário, destaca-se o aumento de 58,1 milhões de euros no saldo dos “Animais vivos”, totalizando um excedente de 116,9 milhões de euros.

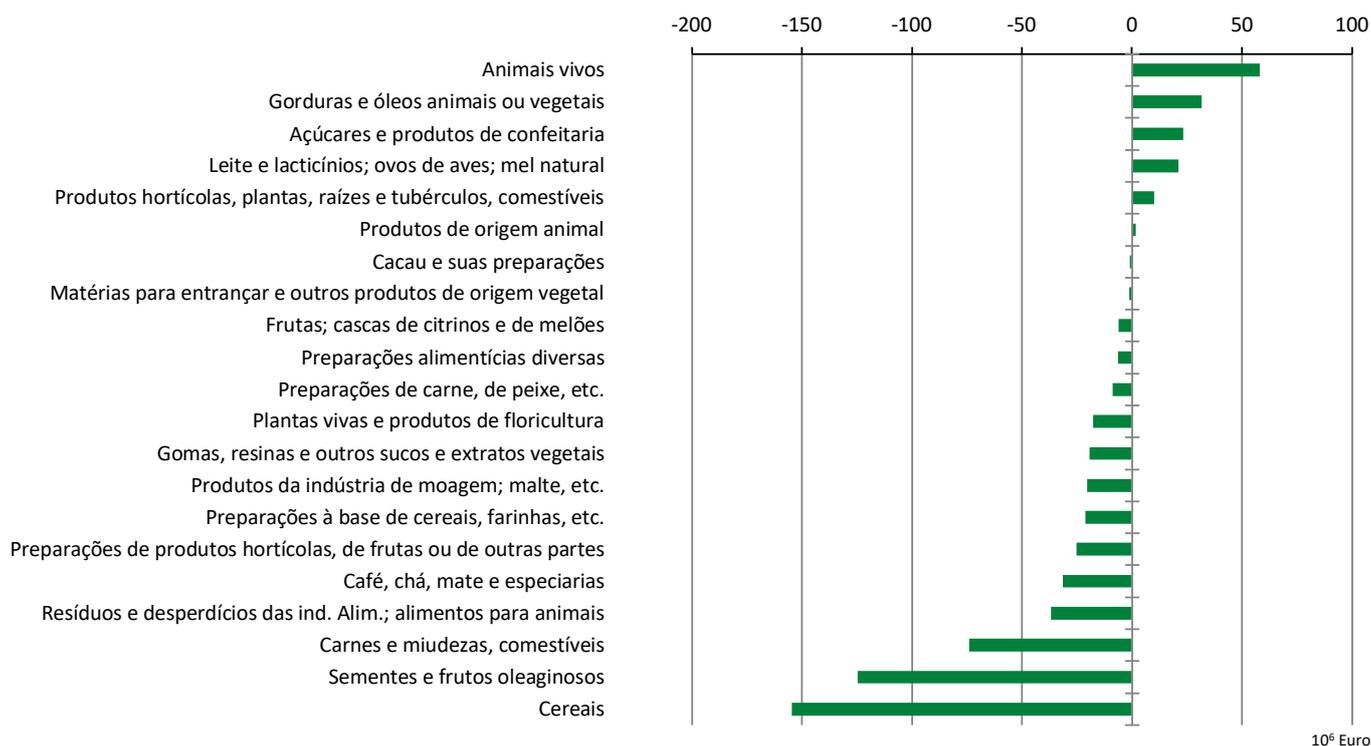
FIGURA 6.2
Saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em 2021, o grupo das “Carnes e miudezas, comestíveis” continuou a apresentar o maior saldo negativo (-867,8 milhões de euros), enquanto o 3º maior défice se manteve no grupo das “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais” (-758,3 milhões de euros).

FIGURA 6.3
Variação do saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (2021)

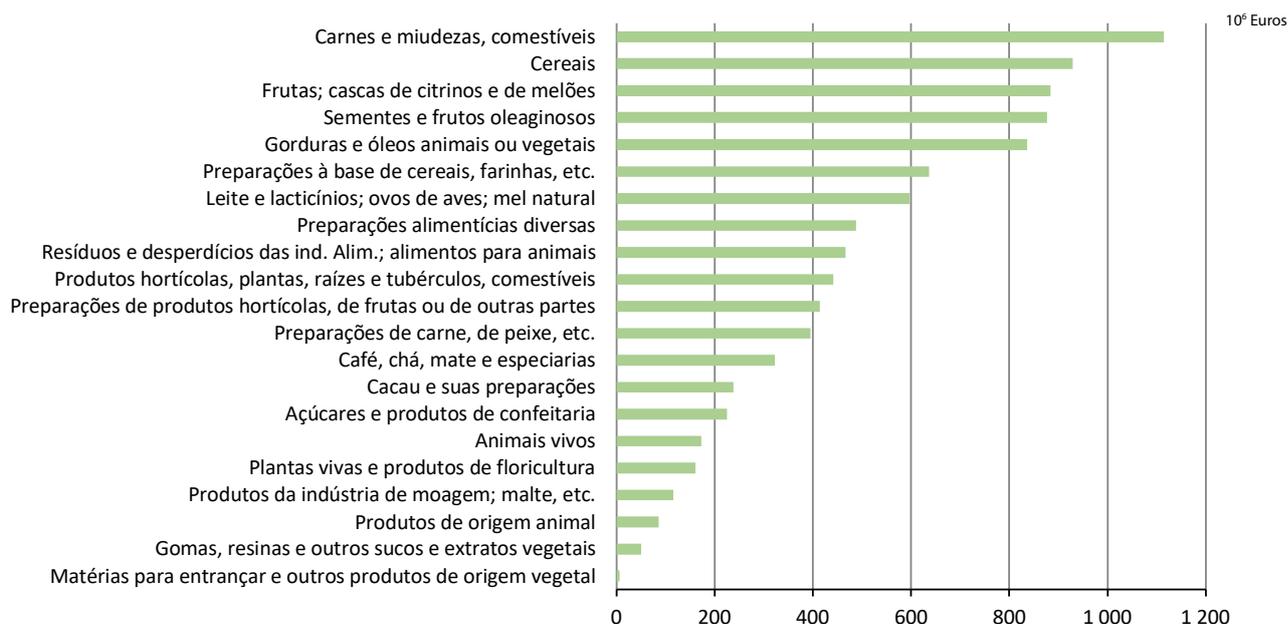


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 12,3% face ao ano anterior (-1,7% em 2020; +10,3% face a 2019), atingindo 9 460,9 milhões de euros em 2021. Este aumento deveu-se, principalmente, aos grupos “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, “Cereais” e “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais”.

FIGURA 6.4
Importações dos produtos agrícolas e agroalimentares
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

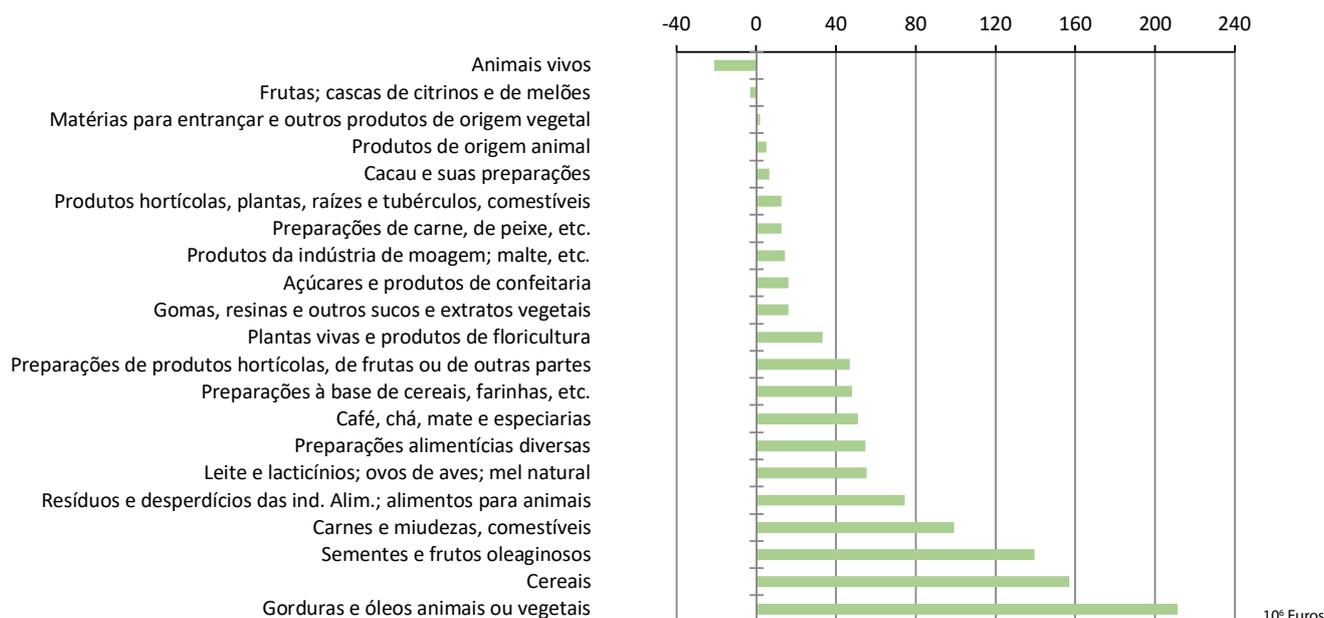
As importações de “Gorduras e óleos animais ou vegetais” atingiram 836,0 milhões de euros, registando o maior aumento absoluto face ao ano anterior (+211,3 milhões de euros, correspondente a +33,8%), principalmente devido às transações de “Azeite” (+67,5 milhões de euros) e de “Óleo de girassol, cártamo ou algodão” (+49,9 milhões de euros). Este acréscimo resultou, sobretudo, das transações com Espanha (+34,1%), que se manteve como principal fornecedor com um peso de 76,5% (76,3% no ano anterior).

O segundo maior aumento ocorreu no grupo dos “Cereais” (+20,4%), sobretudo nas importações de “Milho”, passando a 2º principal grupo importado (3º em 2020) com um peso de 9,8%, +0,7 p.p. que no ano anterior. Destaca-se o aumento nas importações provenientes de Espanha (+39,2%), que passou a 3º principal fornecedor (4º em 2020), ultrapassando o Brasil. A França (peso de 19,7%, -2,0 p.p. face a 2020) e a Ucrânia (peso de 16,4%, +0,5 p.p.) permaneceram como 1º e 2º principais fornecedores deste grupo de produtos, respetivamente.

As importações de “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais” aumentaram 18,9% face ao ano anterior, principalmente do Brasil (+29,3%), que se manteve como principal fornecedor com um peso de 33,6% (+2,7 p.p. em relação a 2020).

As “Carnes e miudezas, comestíveis” continuaram a ser o principal grupo importado, com um peso de 11,8% (-0,3 p.p. que em 2020), enquanto as “Frutas; cascas de citrinos; melões” desceram de 2º para 3º principal grupo importado em 2021, com um peso de 9,3% (-1,2 p.p. face ao ano anterior).

FIGURA 6.5
Variação das importações
(2021/2020)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Entre os “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), destaca-se o grupo dos “Animais vivos”, que registou o maior decréscimo (-10,8%), essencialmente nas importações provenientes de Espanha (-14,0%), que ainda assim permaneceu como principal país fornecedor, atingindo o peso de 86,4% (89,7% em 2020).

Os países Intra-UE reforçaram o seu domínio como fornecedores de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) em 2021, com um peso de 79,4% (+1,0 p.p. em relação ao ano anterior). As importações destes produtos provenientes de Espanha registaram o maior aumento na globalidade dos parceiros (+460,9 milhões de euros, correspondente a +11,5%), continuando a ser o principal fornecedor com um peso de 47,2% (-0,3 p.p. face a 2020). O acréscimo nas importações provenientes de Espanha verificou-se, principalmente, nas “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, mantendo-se como 2º principal grupo importado deste mercado. Os 1º e 3º principais grupos importados deste fornecedor continuaram a ser as “Carnes e miudezas, comestíveis” e as “Frutas; cascas de citrinos; melões”, respetivamente.

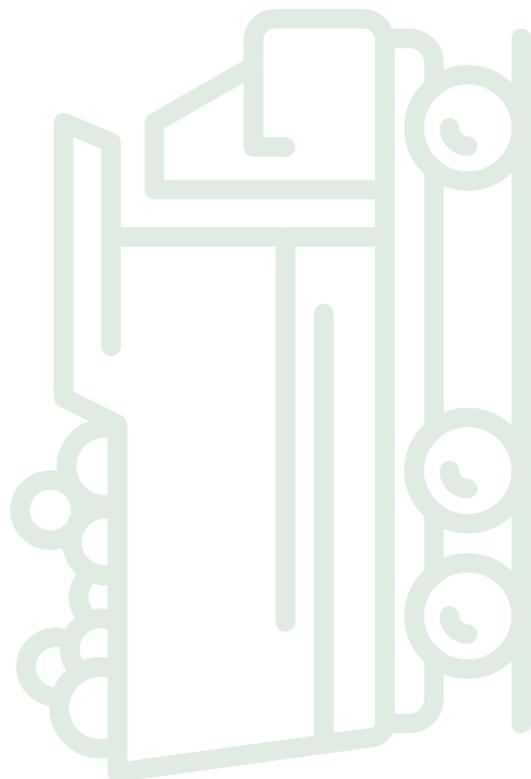
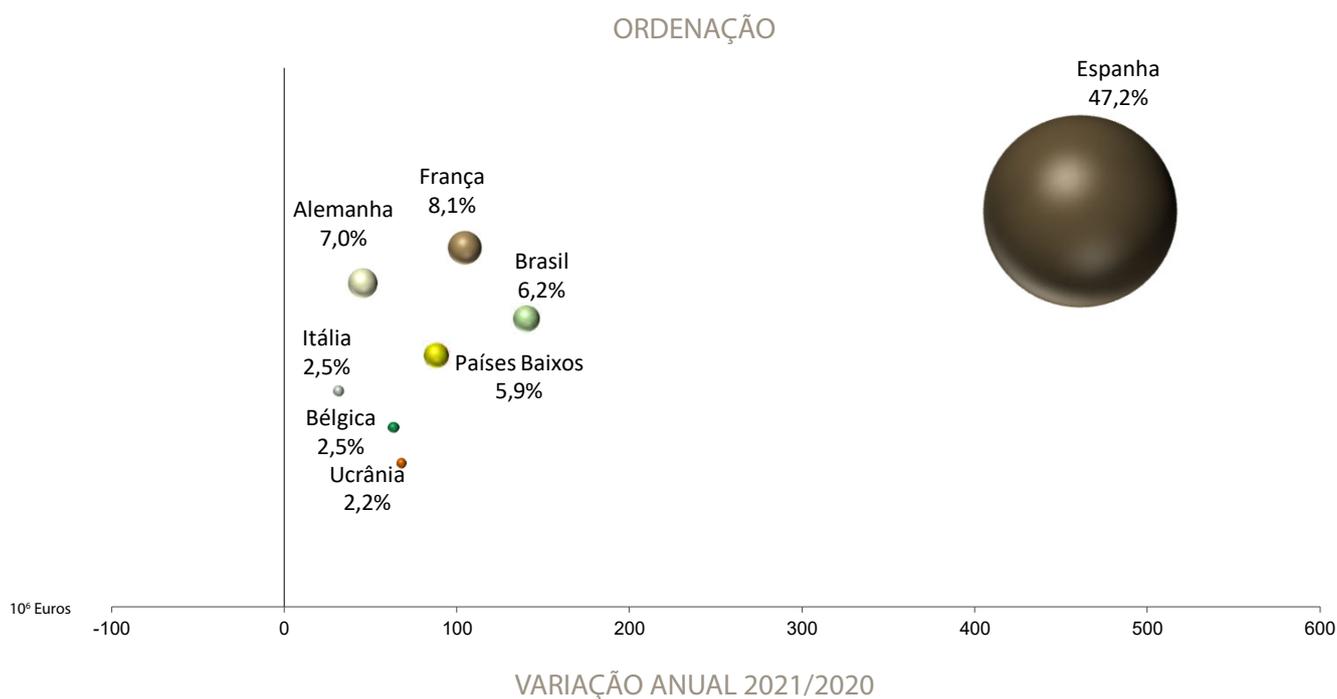


FIGURA 6.6
 Importações de produtos agrícolas e agroalimentares
 por principais países (2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

Os 2º e 3º maiores acréscimos nas importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) ocorreram nas importações provenientes do Brasil (+31,4%) e de França (+15,8%), respetivamente. Em ambos os países, os aumentos ficaram a dever-se, principalmente, às transações de “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais”, destacando-se também o acréscimo nas importações de “Café, chá e especiarias” provenientes de França.

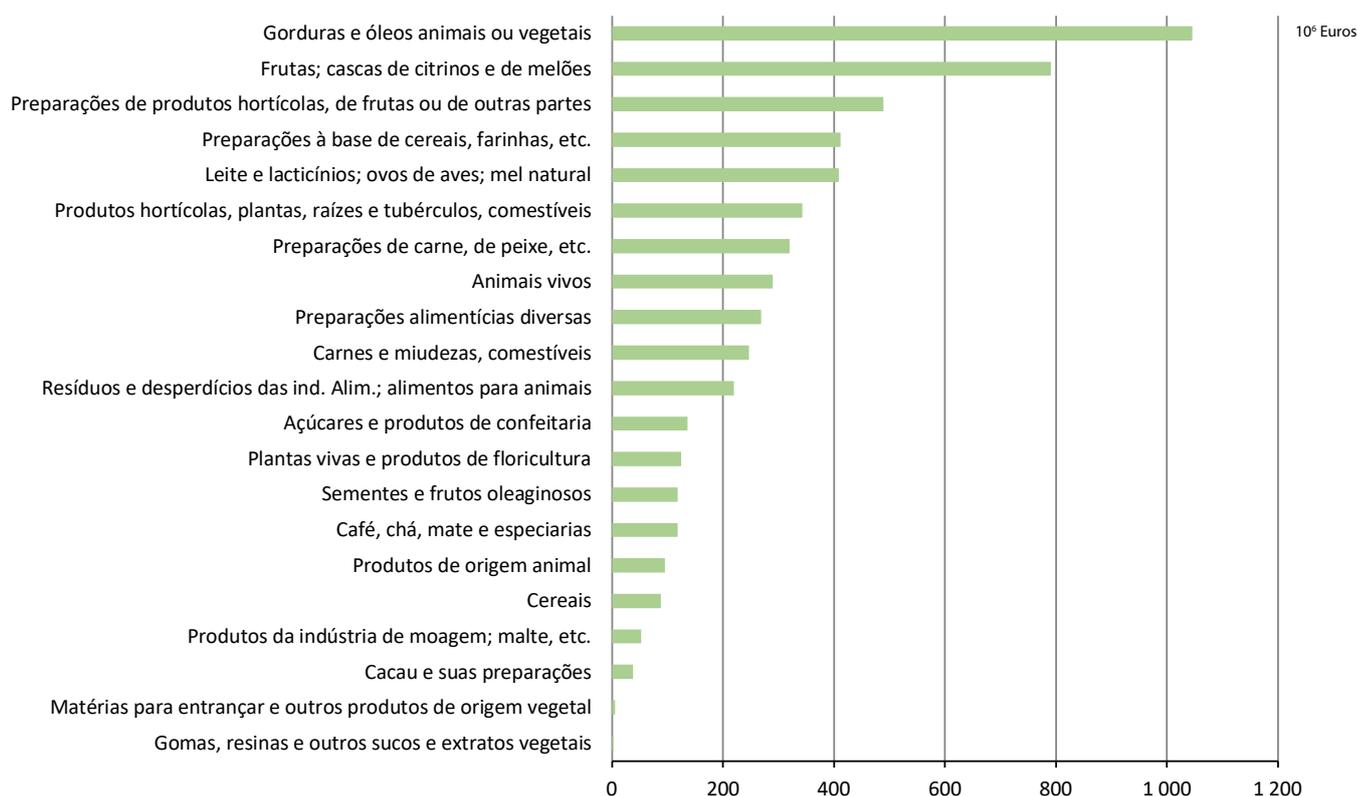
A França continuou a ser o 2º principal fornecedor de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), com um peso de 8,1% (+0,2 p.p. face ao ano anterior) e a Alemanha continuou a ocupar a 3ª posição, com um peso de 7,0% (-0,3 p.p.).



Exportações

As exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 12,7% face ao ano anterior (+5,4% em 2020; +18,8% face a 2019), atingindo 5 615,1 milhões de euros em 2021. Os grupos que mais contribuíram para este acréscimo foram as “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, o “Leite e lacticínios; ovos; mel” e as “Preparações alimentícias diversas”.

FIGURA 6.7
Exportações dos produtos agrícolas e agroalimentares
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O maior aumento ocorreu nas exportações de “Gorduras e óleos animais ou vegetais” (+30,3%), que se manteve como principal grupo de produtos exportado (peso de 18,6%, +2,5 p.p. que em 2020), sobretudo devido às transações de “Azeite”, que representaram 66,3% do total deste grupo, correspondendo a 126,7 milhões de euros. Nas exportações deste grupo, destaca-se o aumento de 60,0% nas transações com Espanha, que reforçou a sua posição como principal cliente (peso de 43,6%, +8,1 p.p. face ao ano anterior).

O 2º maior aumento absoluto verificou-se nas exportações de “Leite e lacticínios; ovos; mel” (correspondente a +23,2%), principalmente para Espanha (+24,0%) que se manteve como principal cliente, com um peso de 42,3% (+0,3 p.p. face ao anterior). Este grupo de produtos ganhou expressão, representando 7,3% das exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) em 2021, 0,6 p.p. acima do peso observado em 2020.

As exportações de “Preparações alimentícias diversas” também registaram um aumento significativo face ao ano anterior (+22,0%), principalmente devido aos “Preparados para molhos e temperos”, atingindo um peso de 4,8% (+0,4 p.p. em relação a 2020). Este acréscimo verificou-se maioritariamente nas exportações para Espanha (+27,2%) e Reino Unido (+30,7%), que se mantiveram como 1º e 2º principais clientes, respetivamente.

FIGURA 6.8
Variação das exportações
(2021/2020)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em sentido contrário, o maior decréscimo verificou-se nas exportações de “Frutas; cascas de citrinos; melões” (-8,8 milhões de euros, correspondente a -1,1%), destacando-se as transações com o Reino Unido (-55,8%). Este grupo permaneceu, ainda assim, como 2º principal grupo exportado em 2021 (peso de 14,1%, -2,0 p.p. que em 2020), mantendo-se a Espanha como principal cliente (peso de 44,5%, +2,4 p.p. face ao ano anterior).

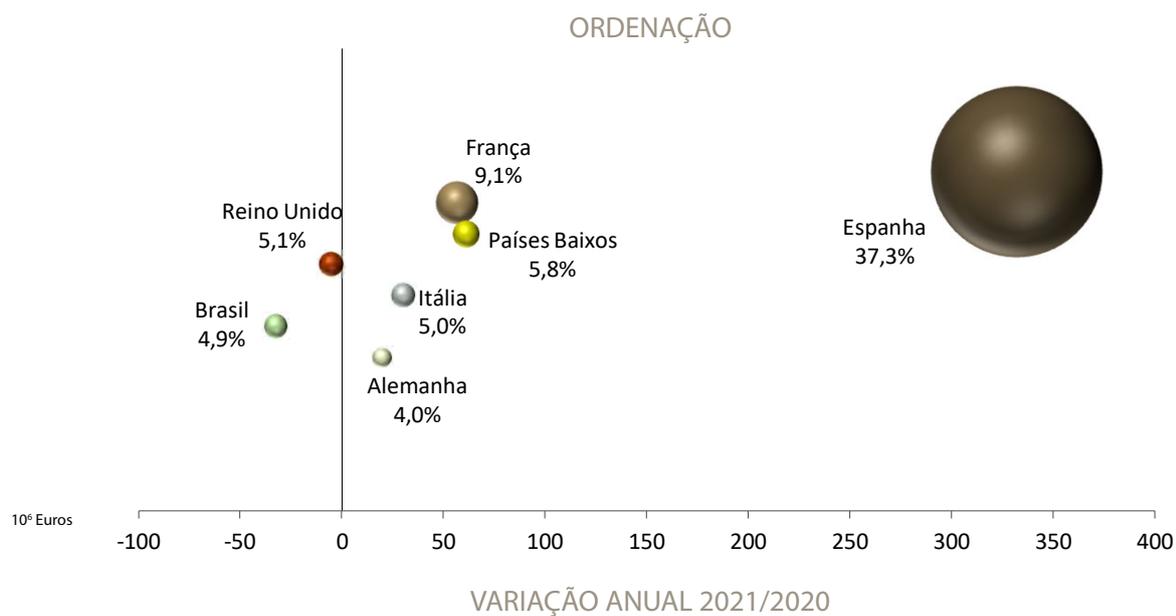
As “Preparações de produtos hortícolas” mantiveram-se como 3º principal grupo exportado (peso de 8,7%, -0,7 p.p. face a 2020), com um acréscimo de 4,7%. Em relação ao ano anterior, não se observaram alterações nos principais países de destino: Espanha, Reino Unido e França, que no seu conjunto concentraram 46,2% das exportações deste grupo de produtos (-1,5 p.p. face a 2020).

Os países Intra-UE reforçaram o seu domínio como destino das exportações portuguesas de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), totalizando um peso de 69,1% (+1,9 p.p. face a 2020).

As exportações para Espanha registaram o maior aumento na globalidade dos países parceiros (+332,1 milhões de euros, +18,9%), reforçando a sua posição como principal cliente das exportações nacionais destes produtos, com um peso de 37,3% (35,3% em 2020). Este aumento deveu-se, sobretudo, às “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, ultrapassando as “Frutas; cascas de citrinos; melões” como principal grupo exportado para este país.

A França (peso de 9,1%, o mesmo que no ano anterior) permaneceu como 2º principal país de destino. O Brasil (peso de 4,9%, 6,1% em 2020) desceu da 3ª para 6ª posição em 2021, após registar o maior decréscimo na globalidade dos países (-10,6%), sobretudo devido às “Gorduras e óleos animais ou vegetais”. Os Países Baixos passaram a ocupar a 3ª posição (5ª em 2020), com um peso de 5,8% (+0,5 p.p. face ao ano anterior), tendo-se verificado um aumento de 23,2% nas exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) para este país.

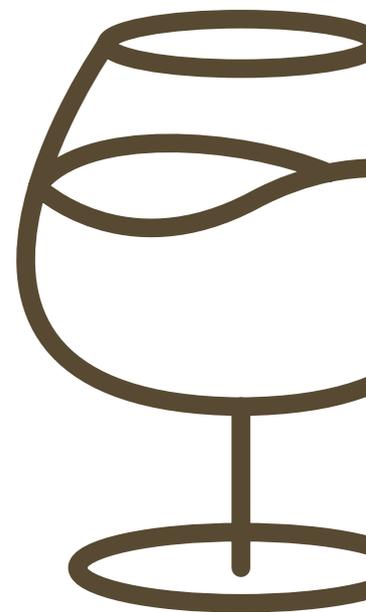
FIGURA 6.9
Exportações de produtos agrícolas e agroalimentares por principais países
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.



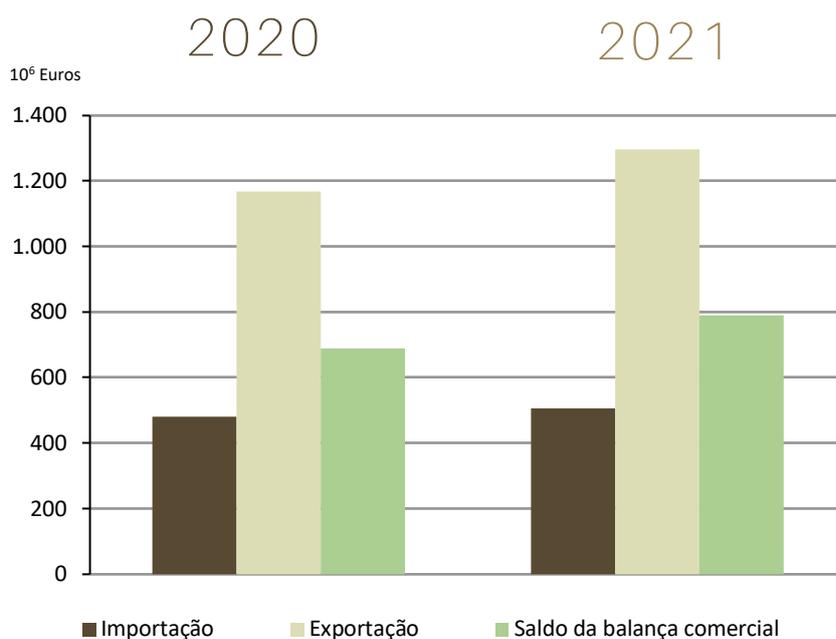


BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES

Saldo da Balança Comercial

Em 2021, o saldo da balança comercial das “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” aumentou 101,6 milhões de euros face ao ano anterior, atingindo um excedente de 790,3 milhões de euros.

FIGURA 6.10
Comércio Internacional das Bebidas

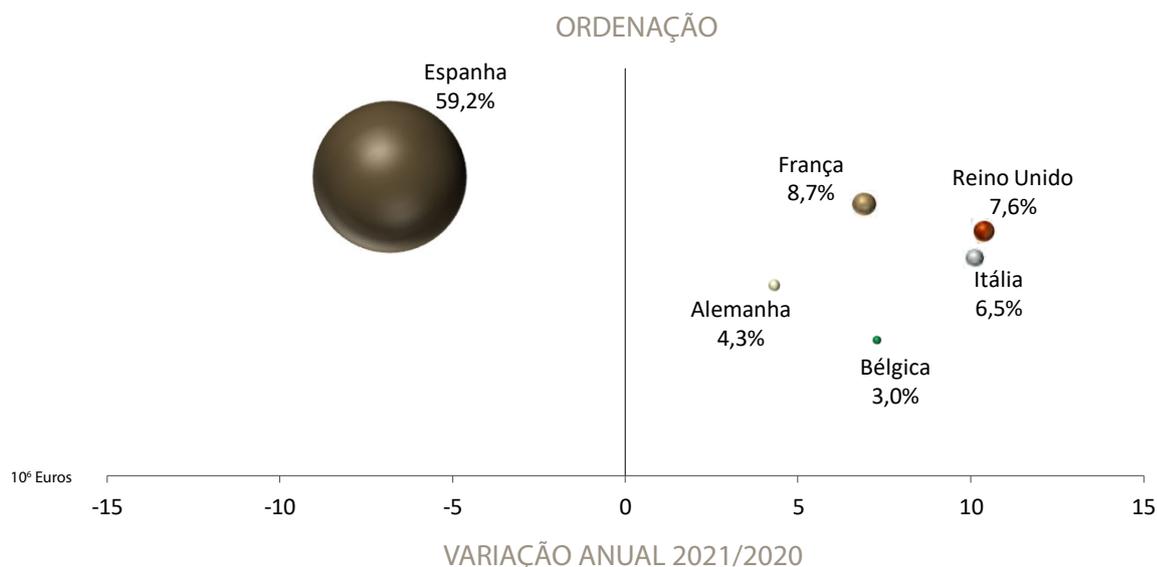


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” totalizaram 506,1 milhões de euros em 2021, o que corresponde a um acréscimo de 5,6% em relação ao ano anterior (-8,3% em 2020). Face a 2019, as importações

FIGURA 6.11
Importações de bebidas por principais países
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

Para o aumento em relação ao ano anterior, contribuíram sobretudo as importações provenientes do Reino Unido, da Itália e da Bélgica. Espanha manteve-se como principal fornecedor destes produtos, assegurando 59,2% do abastecimento (63,9% em 2020), apesar do decréscimo de 2,2%. A França e o Reino Unido mantiveram-se como 2º e 3º principais fornecedores, respetivamente.

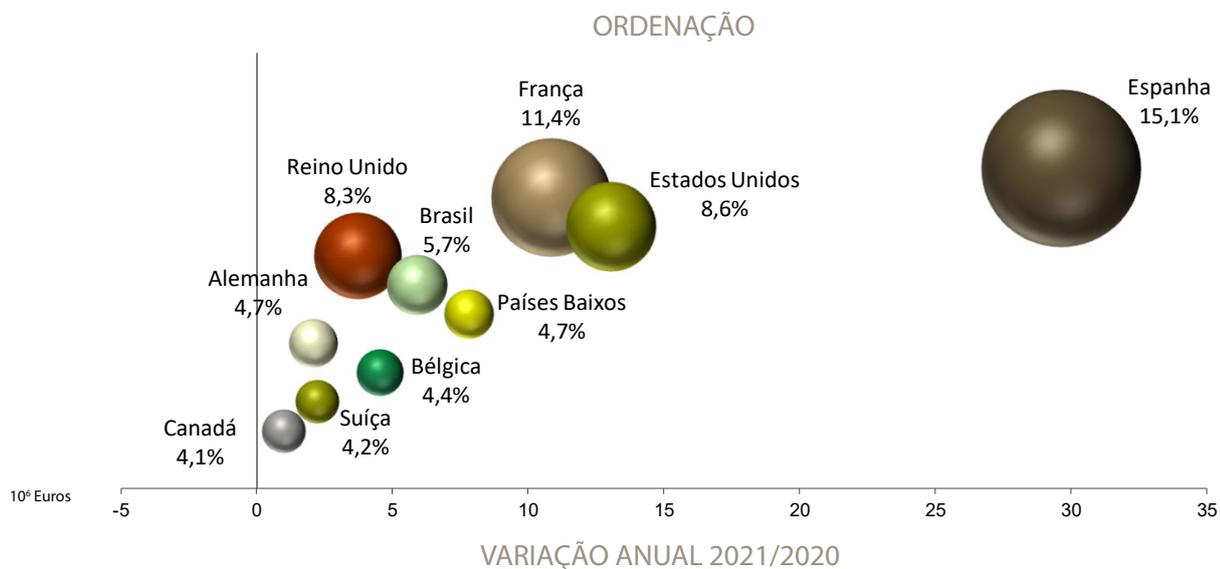
Salienta-se o decréscimo nas importações provenientes dos Países Baixos (-44,0%), o maior na globalidade dos países, descendo de 4º principal fornecedor em 2020 para 8º em 2021.

Os países Intra-UE continuaram a ser os principais fornecedores deste tipo de produtos, concentrando 86,9% das importações portuguesas de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” (-2,4 p.p. face a 2020).

Exportações

As exportações de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” aumentaram 11,0% face ao ano anterior (+2,8% em 2020), atingindo 1 296,3 milhões de euros em 2021. Face a 2019, as exportações destes produtos aumentaram 14,1%.

FIGURA 6.12
Exportações de bebidas por principais países
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.

Os maiores aumentos verificaram-se nas exportações para Espanha, Estados Unidos e França. A Espanha (peso de 15,1%, +0,9 p.p. face ao ano anterior) e a França (peso de 11,4%, -0,3 p.p.) mantiveram-se como 1º e 2º principais clientes, respetivamente. Os Estados Unidos passaram a ser o 3º principal cliente (4º em 2020), ultrapassando o Reino Unido.

O maior decréscimo absoluto na globalidade dos países verificou-se nas exportações para a China (-6,9%).

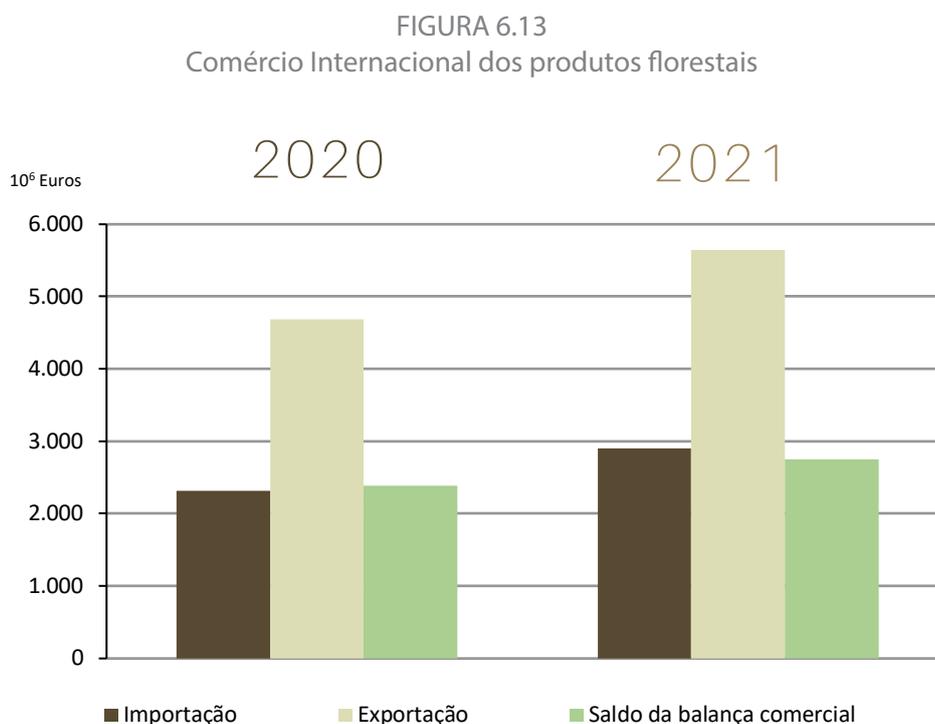
Tal como nas importações, destaca-se a relevância dos parceiros Intra-UE nas exportações deste tipo de produtos, representando 52,1% do total (o mesmo peso que em 2020).

Nota:
Para simplificação da terminologia associada às estatísticas do Comércio Internacional é efetuada apenas a referência a “importações” e “exportações”, sendo, contudo, identificado o mercado respetivo (Intra-UE, Extra-UE e Comércio Internacional, que congrega ambos os mercados)

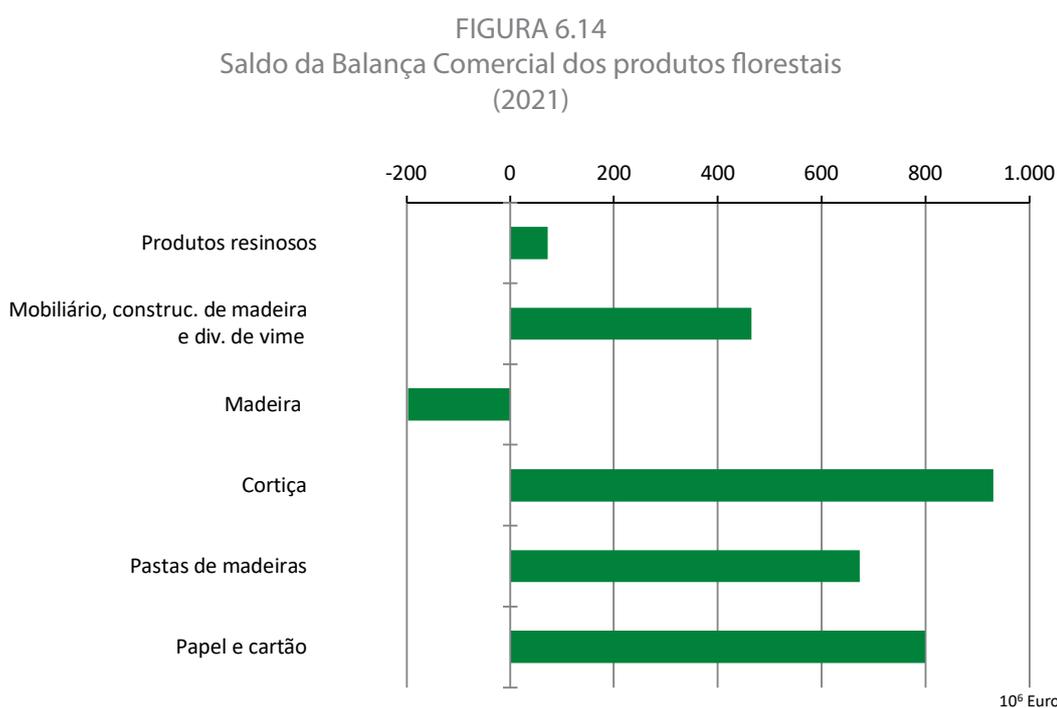
COMÉRCIO INTERNACIONAL - PRODUTOS FLORESTAIS

Saldo da Balança Comercial

O saldo da balança comercial dos “Produtos do setor florestal” atingiu 2 744,2 milhões de euros em 2021, o que corresponde a um aumento de 364,7 milhões de euros face a 2020.



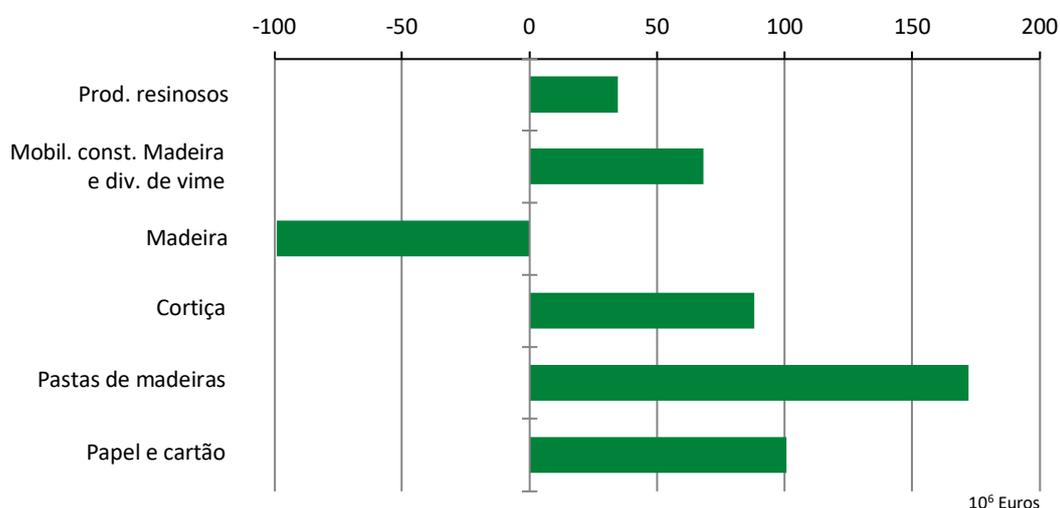
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Para esta evolução favorável, contribuíram sobretudo as “Pastas de madeiras” (+172,1 milhões de euros), o “Papel e cartão” (+100,8 milhões de euros) e a “Cortiça” (+88,0 milhões de euros). O maior saldo entre os “Produtos do setor florestal” manteve-se nas transações de “Cortiça”, atingindo 931,3 milhões de euros em 2021.

FIGURA 6.15
Variação do saldo da Balança Comercial dos produtos florestais
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

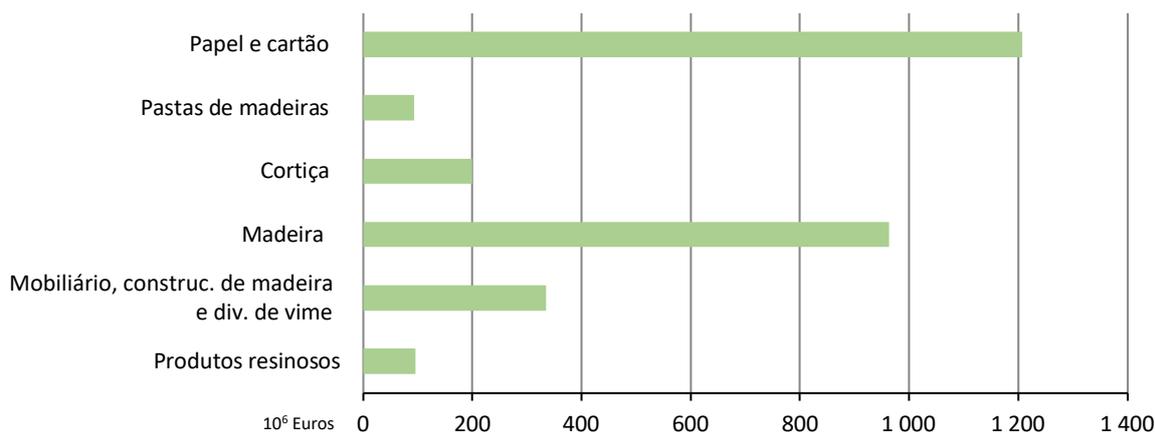
Apenas se verificou um agravamento do saldo no grupo da “Madeira” (-99,0 milhões de euros em relação ao ano anterior), continuando a registar o único déficit entre os “Produtos do setor florestal” em 2021 (-197,1 milhões de euros).

Importações

As importações de “Produtos do setor florestal” totalizaram 2 895,8 milhões de euros em 2021, refletindo um acréscimo de 25,4% face ao ano anterior (+10,3% comparando com 2019).

Todos os grupos de “Produtos do setor florestal” registaram acréscimos das importações face a 2020, embora a “Cortiça” e as “Pastas de madeiras” tenham ficado ainda abaixo dos níveis de 2019 (-1,3% e -6,3%, respetivamente).

FIGURA 6.16
Importações dos produtos florestais
(2021)

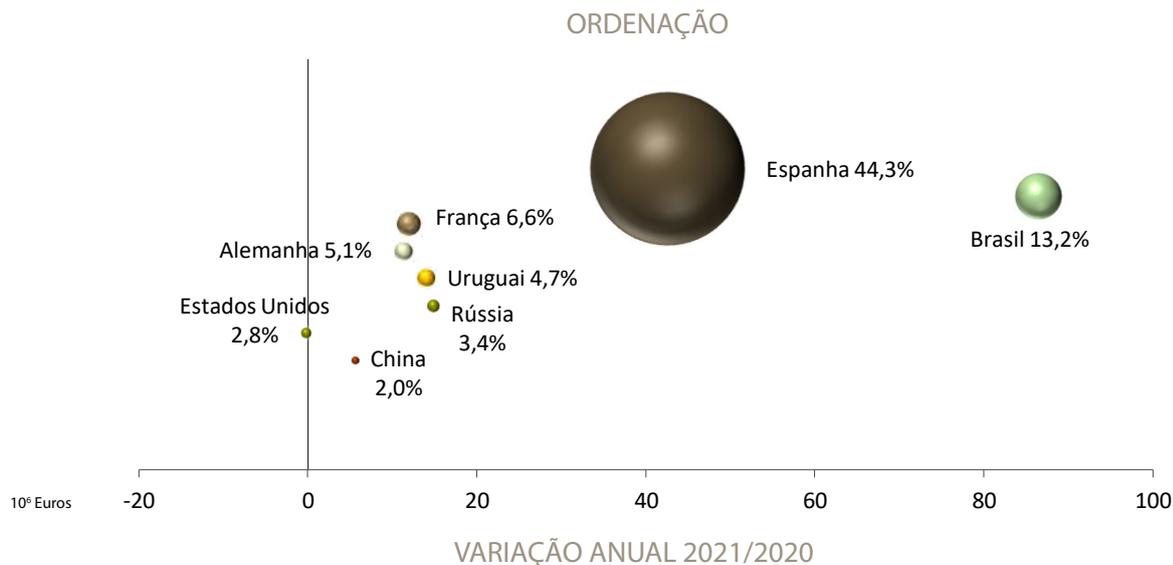


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

As importações de “Madeira” registaram o maior aumento absoluto no âmbito dos “Produtos do setor florestal” (+32,3%), totalizando 963,4 milhões de euros e mantendo-se como 2º principal grupo importado em 2021 (peso de 33,3%, +1,7 p.p. face a 2020). A Espanha manteve-se como principal fornecedor (peso de 44,3%; -8,5 p.p.), seguida do Brasil (3º em 2020), que ultrapassou a França, após registar o maior aumento no conjunto dos países parceiros (+212,2%).



FIGURA 6.17
 Importações de madeira por principais países
 (2021)

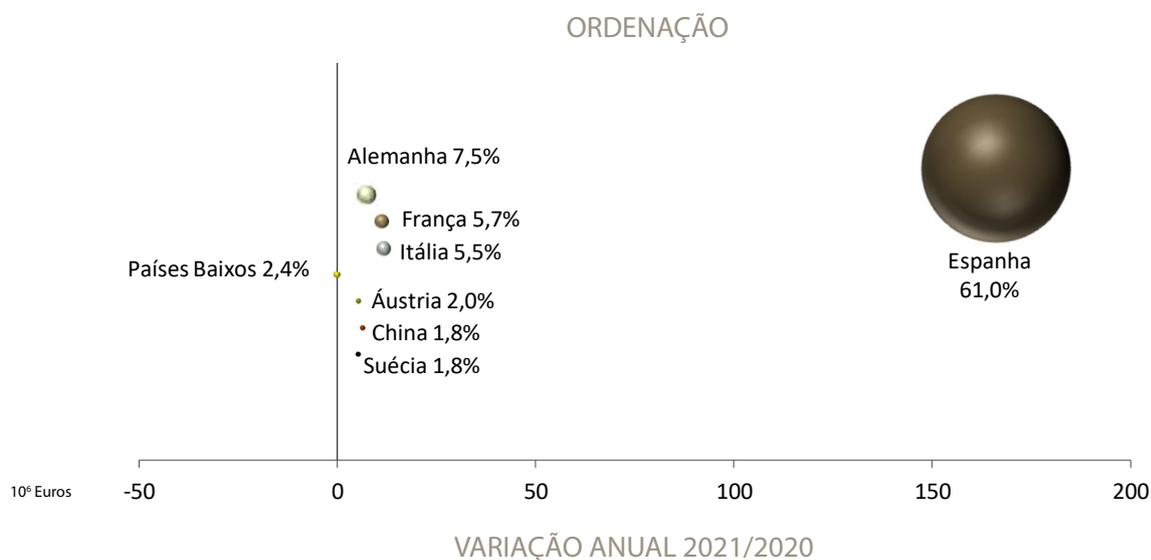


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

O “Papel e cartão” manteve-se como principal grupo importado no âmbito dos “Produtos do setor florestal”, com um peso de 41,7% (-0,9 p.p. face a 2020), atingindo 1 207,1 milhões de euros em 2021, tendo registado o 2º maior aumento (+22,8% face ao ano anterior). A Espanha permaneceu como principal fornecedor (peso de 61,0%, +3,0 p.p. face a 2020), apresentando o maior aumento na globalidade dos países parceiros (+29,2%).

FIGURA 6.18
 Importações de papel e cartão por principais países
 (2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

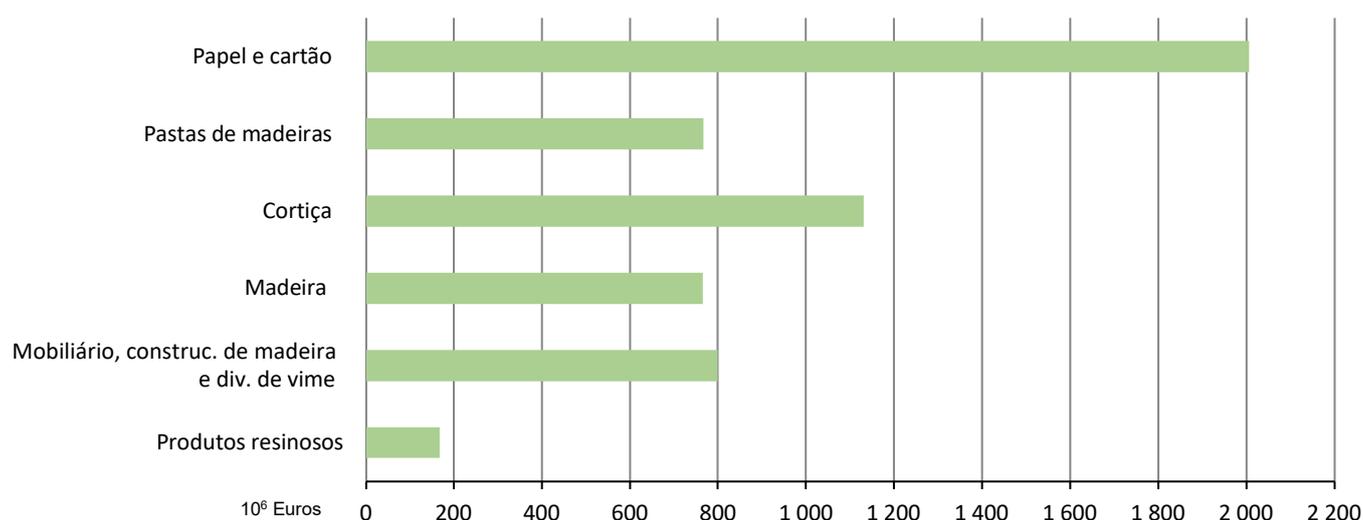
As importações de “Mobiliário, construções de madeira e div. de vime” representaram 11,6% das importações de “Produtos do setor florestal” em 2021 (12,4% em 2020), atingindo 335,4 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 17,2% em comparação com 2020. Este aumento correspondeu ao 3º maior contributo para o acréscimo global das importações de “Produtos do setor florestal”, mantendo-se como 3º principal grupo importado. A Espanha continuou a concentrar mais de metade das importações (53,6%, -0,3 p.p. que em 2020), registando o maior aumento no conjunto dos países fornecedores (+16,5%).

Os países da UE continuaram a predominar como principais fornecedores de “Produtos do setor florestal”, apesar da redução do seu peso (80,8%; 83,9% em 2020), em resultado principalmente do acréscimo significativo das importações do Brasil, após o decréscimo verificado em 2020. A Espanha manteve-se como principal fornecedor em 2021, assegurando 52,1% do abastecimento total destes produtos (-2,0 p.p. em relação ao ano anterior), seguida do Brasil (5ª posição em 2019, com 3,7%), da Alemanha, da França e de Itália (pesos de 6,6%, 6,0%, 5,5% e 4,3%, pela mesma ordem, em 2021).

Exportações

Em 2021, as exportações de “Produtos do setor florestal” cresceram 20,3%, em relação ao ano anterior (+8,5% face a 2019), totalizando 5 640,0 milhões de euros, com todos os grupos de produtos a aumentarem, especialmente o “Papel e cartão”, as “Pastas de madeiras” e a “Madeira”.

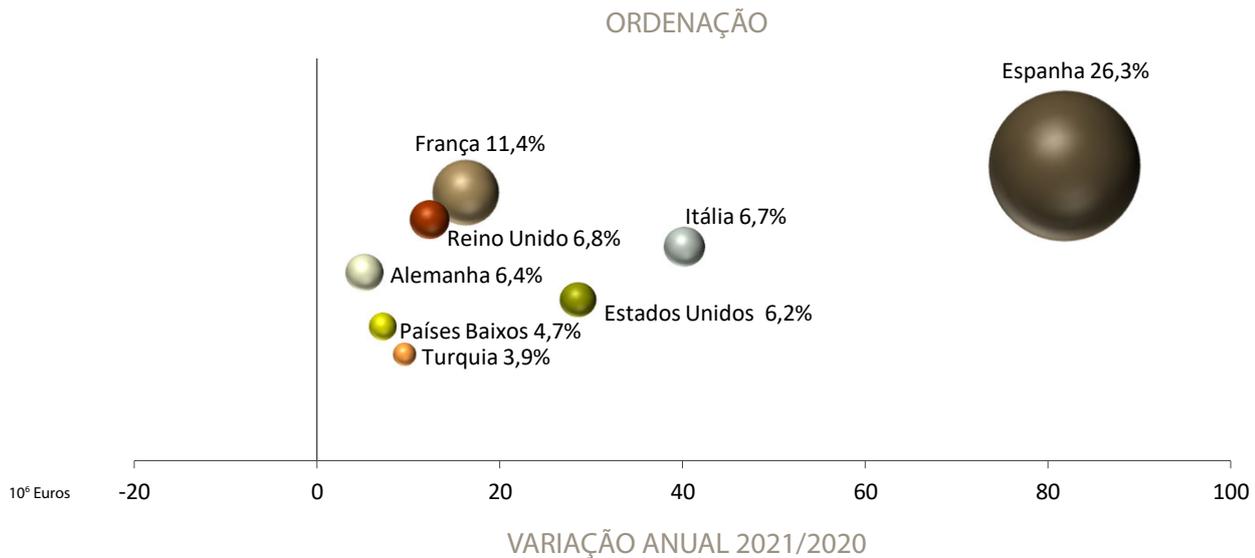
FIGURA 6.19
Exportações dos produtos florestais
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O “Papel e cartão” foi o grupo de produtos que apresentou o maior aumento entre os “Produtos do setor florestal”, face a 2020 (+19,3%), principalmente para Espanha (+18,3%), registando também o maior peso (35,6%; 35,9% em 2020), atingindo 2 006,8 milhões de euros. A Espanha e a França mantiveram-se como principais clientes destes produtos (pesos de 26,3% e 11,4%, respetivamente).

FIGURA 6.20
Exportações de papel e cartão por principais países
(2021)



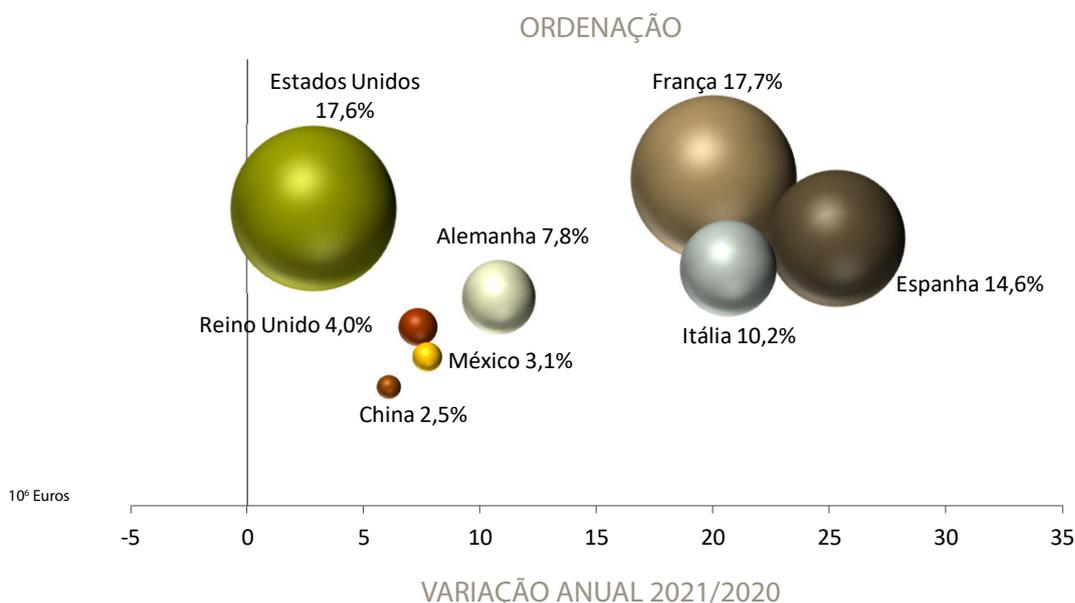
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.

As exportações de “Pastas de madeiras” e de “Madeira” registaram os 2º e 3º maiores aumentos absolutos no âmbito dos “Produtos do setor florestal” (correspondentes a +33,6% e +21,7%, respetivamente).

A “Cortiça” manteve-se como segundo principal grupo de produtos exportado em 2021 (peso de 20,1%), atingindo 1 131,4 milhões de euros. A França (peso de 17,7%, o mesmo que no ano anterior) foi o principal cliente destes produtos em 2021, tendo voltado a ocupar a posição de liderança, situação que se tinha invertido em 2020, por troca com os Estados Unidos.

FIGURA 6.21
Exportações de cortiça por principais países
(2021)

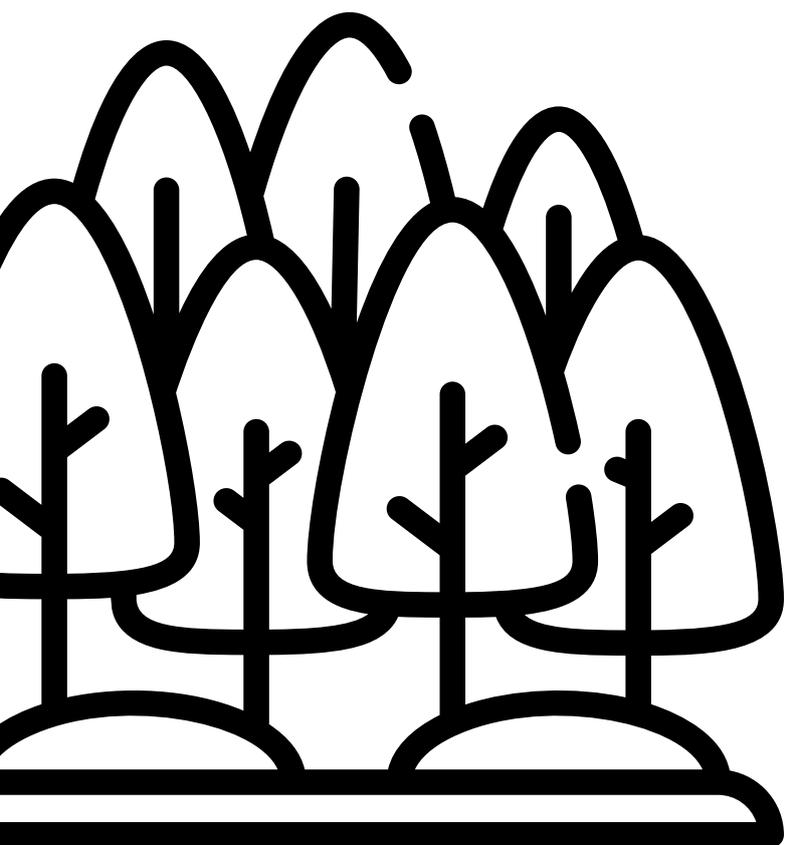


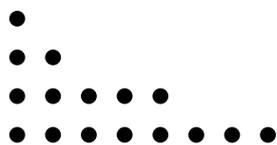
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.

O "Mobiliário, construções de madeira e div. de vime" continuou a ser o 3º principal grupo exportado (peso de 14,2%, -0,4 p.p. face a 2020), totalizando 800,0 milhões de euros (+17,2% em relação ao ano anterior). A França (peso de 36,5%, -0,1 p.p.) e a Espanha (peso de 20,5%, +0,3 p.p.) mantiveram-se como 1º e 2º principais clientes, respetivamente.

Os países Intra-UE continuaram a representar mais de metade das exportações destes produtos (65,4%, +1,3 p.p. que em 2020). A Espanha e a França continuaram a ser os principais clientes, com pesos de 24,8% e 14,6%, respetivamente. Seguiram-se os Estados Unidos (7,4%) e a Alemanha (6,8%).





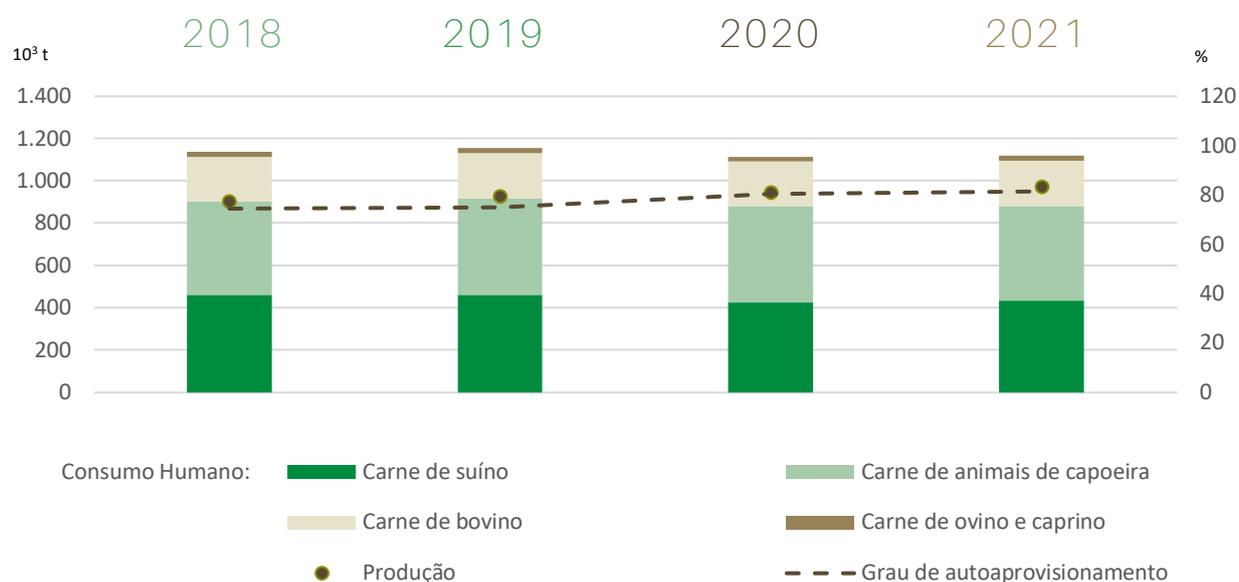
Carnes

A produção de carnes aumentou a um ritmo médio anual de 2,5% no período 2018-2021, atingindo as 973 mil toneladas em 2021. Ainda assim, este nível de produção só permitiu satisfazer 81,6% das necessidades de consumo do mercado interno em 2021. Com um consumo de carnes de 1 192 mil toneladas em 2021 (1 179 em 2020), a importação de carnes foi de 366 mil toneladas, o que reflete um acréscimo de 8,5% face ao ano anterior.

Tendo em conta as diferentes espécies, a carne de ovinos e caprinos foi a que apresentou o maior grau de autoaprovisionamento (87,5% em 2021; 87,8% no período em análise) seguida da carne de animais de capoeira (89,7% em 2021; 87,8% no período em análise). Pelo contrário, a produção de carne de bovino foi a mais deficitária cobrindo 59,8% das necessidades de consumo em 2021 (54,5% de grau de autoaprovisionamento no período em análise).

O consumo de carne aumentou 1,1% em 2021 promovido pelo maior consumo das carnes de suíno (+2,4%), ovino e caprino (+9,1%) e bovino (+0,9%). Apesar do consumo de carne de animais de capoeira não ter evoluído positivamente (-1,8%), esta continua a ser a carne mais consumida (43,5 kg/habitante) seguida da carne de suíno (42,1 kg/habitante).

FIGURA 7.1
Balanço de aprovisionamento das carnes



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos animais.

Leite e derivados

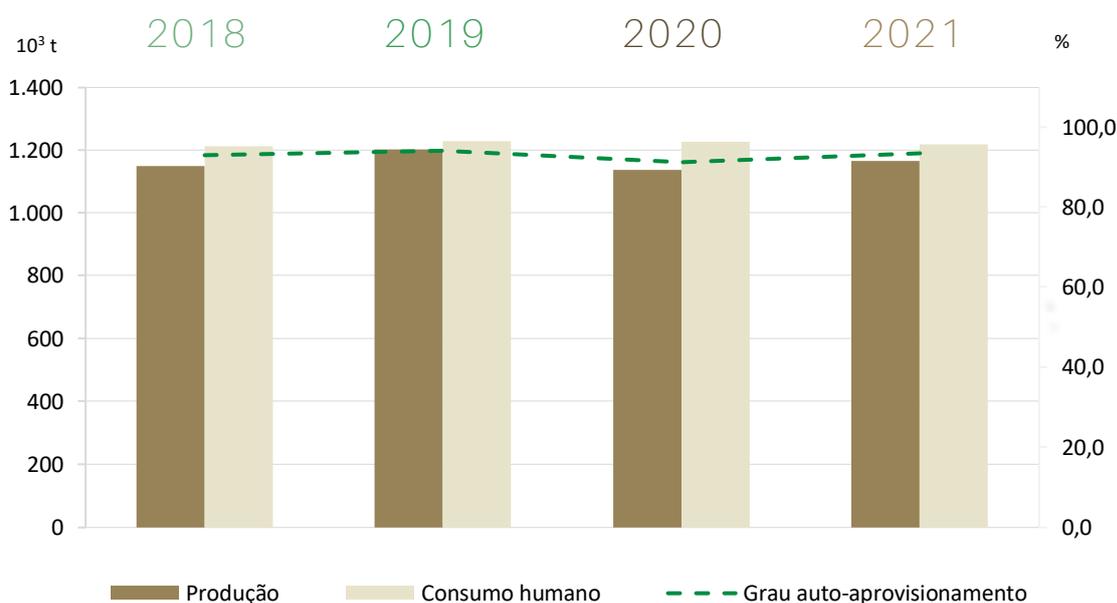
Em 2021, o grau de autoaprovisionamento para o conjunto dos produtos lácteos (leite e derivados) foi de 95,5% que compara com 94,1% em 2020.

Apesar da produção de leite para consumo público em 2021 ter-se reduzido, o grau de autoaprovisionamento manteve-se excedentário e até aumentou atingindo 110,5% (106,7% em 2020). Este resultado deveu-se ao facto do decréscimo no consumo (-8,2%) ter superado a diminuição da produção (-6,1%).

Para os restantes produtos lácteos, a produção total aumentou 3,7% face a 2020, motivada pelo aumento da produção de leite em pó gordo e meio gordo (+33,3%), bebidas à base de leite (+11,3%) e queijo (+3,4%).

O consumo de leite e produtos derivados diminuiu 3,8% justificado pelos decréscimos no consumo de leite (-61 mil toneladas) e de leites acidificados (- 3 mil toneladas correspondente a - 1,4%). De referir que em 2021 as exportações de leite e derivados tiveram um acréscimo de 22,3% em relação ao período em análise, justificado pelo aumento de 34,1% do leite no mesmo período.

FIGURA 7.2
Balanço de aprovisionamento de leite e derivados

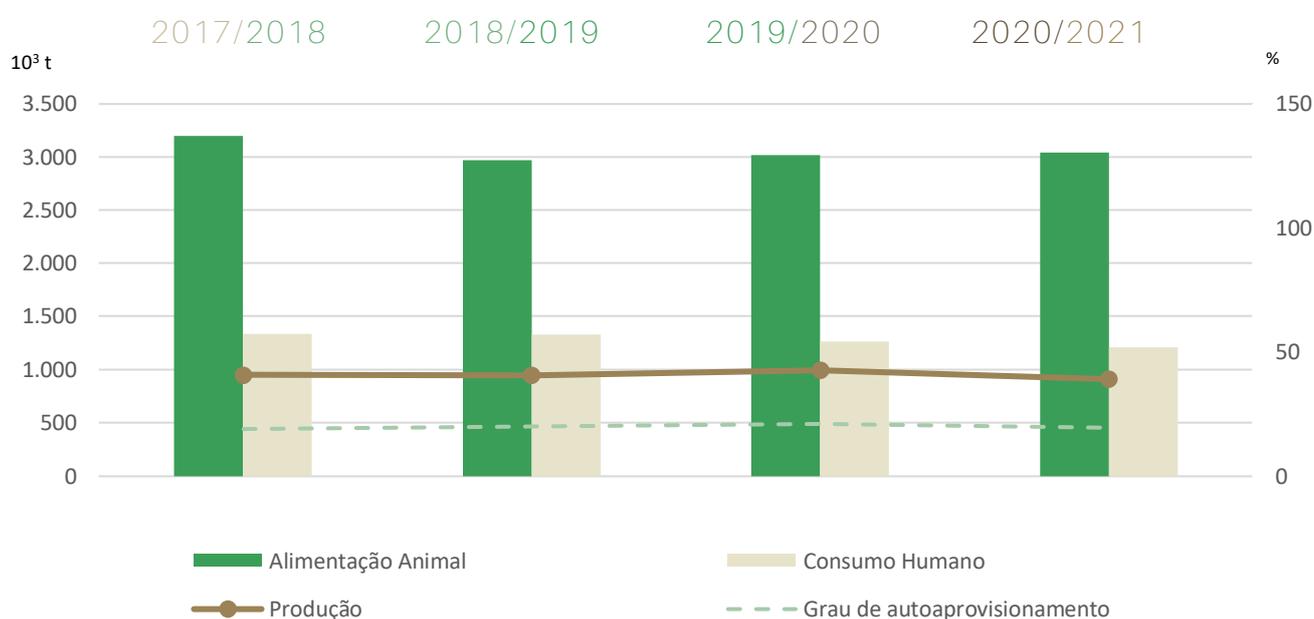


FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos animais.

Cereais, exceto arroz

A produção nacional de cereais 2020/2021 decresceu, face à campanha anterior, 8,1% correspondente a 913 mil toneladas de grão de cereais. Esta diminuição justifica-se sobretudo pela redução da produção de milho (-9,7% correspondente a 73 mil toneladas). A principal utilização interna dos cereais é a alimentação animal (64,6%) que compara com 63,5% na campanha anterior. As exportações decresceram 4,5% em relação à campanha 2019/2020 e 6,8% em relação ao período em análise.

FIGURA 7.3
Balanço de aprovisionamento de cereais, exceto arroz



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais.



Arroz branqueado

A produção de arroz branqueado em Portugal aumentou 6,7% no período em análise, atingindo as 190 mil toneladas produzidas na última campanha. Esta evolução reforçou a autossuficiência nacional em arroz branqueado em 0,7 p.p. fixando-se o grau de autoaprovisionamento em 122,6%. O consumo humano de arroz branqueado, em 2020/2021, não apresentou alteração face à campanha anterior, consumindo cada habitante, em média, 14,8 kg de arroz.

As transações com o mercado externo na campanha 2020/2021 foram caracterizadas por decréscimos, quer das importações (-39,4%), quer das exportações (-16,7%).

FIGURA 7.4
Balanço de aprovisionamento do arroz branqueado

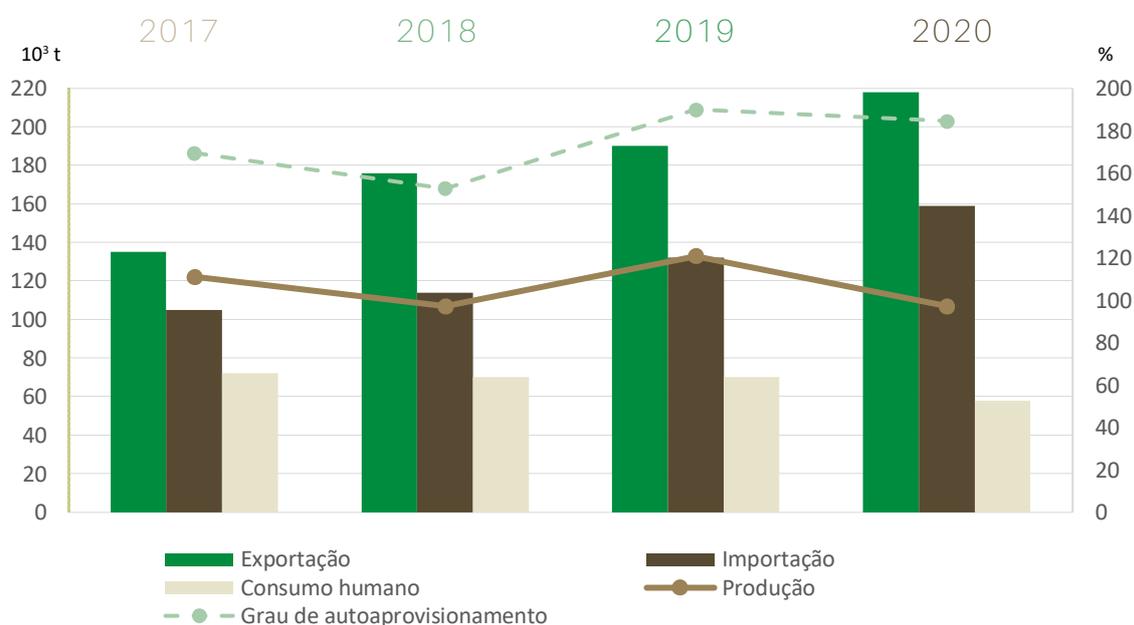


FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

Óleos e gorduras - Azeite

No período em análise verificou-se a já habitual alternância da produção. O consumo humano de azeite foi de 58 mil toneladas em 2020 (70 mil toneladas em 2019), equivalente a um consumo *per capita* de 5,6 kg por habitante (6,8 kg em 2019). O decréscimo de 17,1% no consumo humano decorreu do decréscimo da produção, o que obrigou a um aumento significativo das importações (+20,5%). Simultaneamente, as exportações de azeite aumentaram 14,7% face a 2019, tendência que se verificou ao longo do período em análise que apresenta uma taxa média e crescimento anual de 17,3%.

FIGURA 7.5
Balanço de aprovisionamento dos óleos e gorduras - azeite

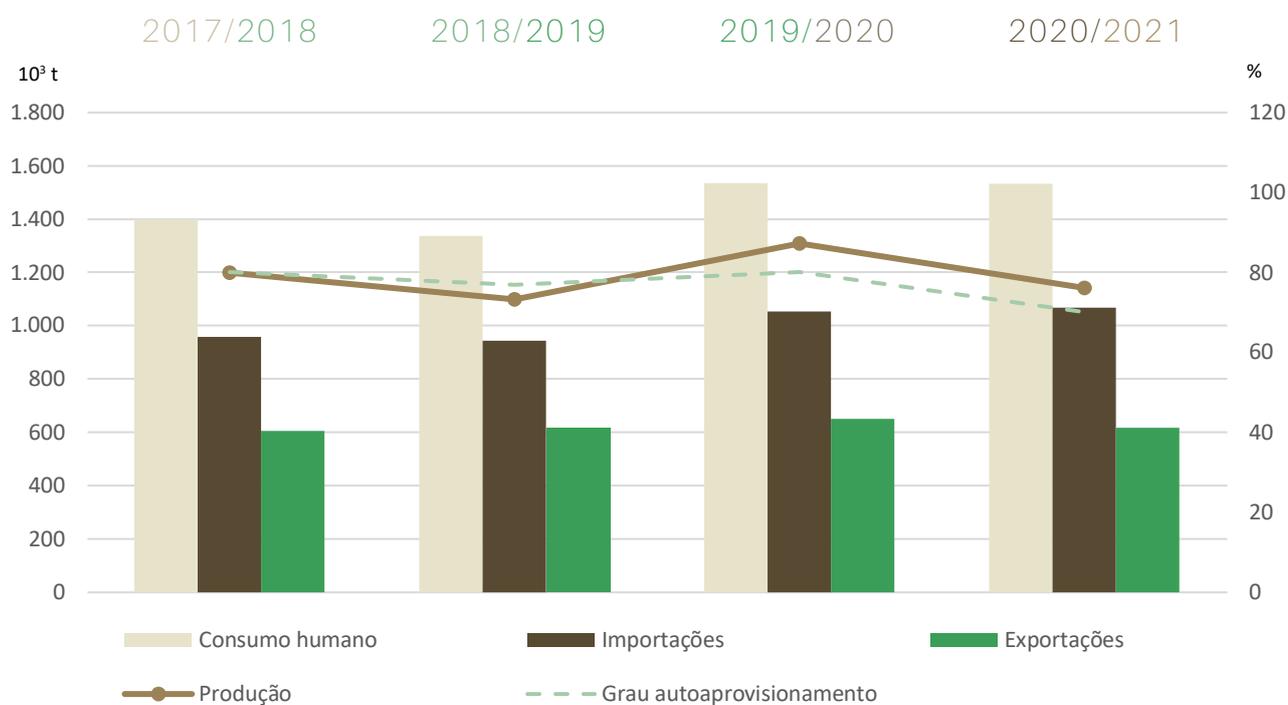


FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

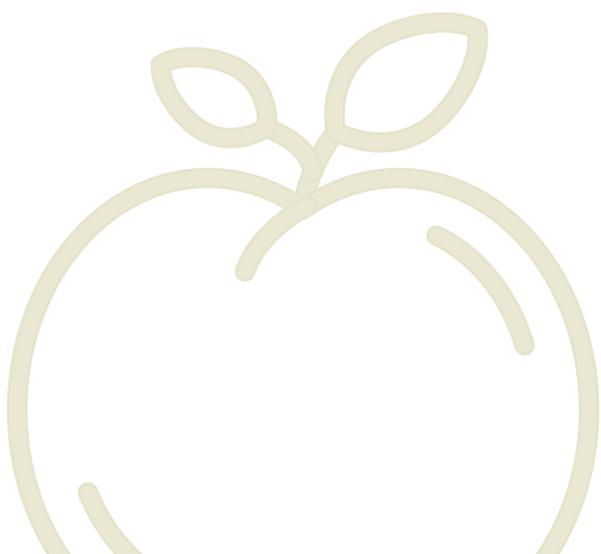
Frutos

Portugal não é autossuficiente em frutos, tendo importado, em média, cerca de 23,2% do que consumiu entre 2017/2018 e 2020/2021. A evolução da produção está muito dependente dos anos agrícolas, como revela a evolução da produção no período em análise. Após um acréscimo de 19,1% na produção nacional de frutos na campanha 2019/2020, que totalizou 1 310 mil toneladas, fomentado pelo aumento dos frutos frescos, registou-se um decréscimo na campanha 2020/2021 que se saldou numa produção de 1 142 mil toneladas (-12,8% comparativamente à campanha anterior). O total de frutos disponível para consumo humano diminuiu 0,2% em 2020/2021 equivalente a um consumo *per capita* de 148,8 kg de frutos por habitante (149,2 kg na campanha 2019/2020). O grau de autoaprovisionamento, na campanha 2020/2021, fixou-se nos 70,1%, 29,9 p.p. abaixo da autossuficiência.

FIGURA 7.6
Balanço de aprovisionamento do total de frutos



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais



Vinho

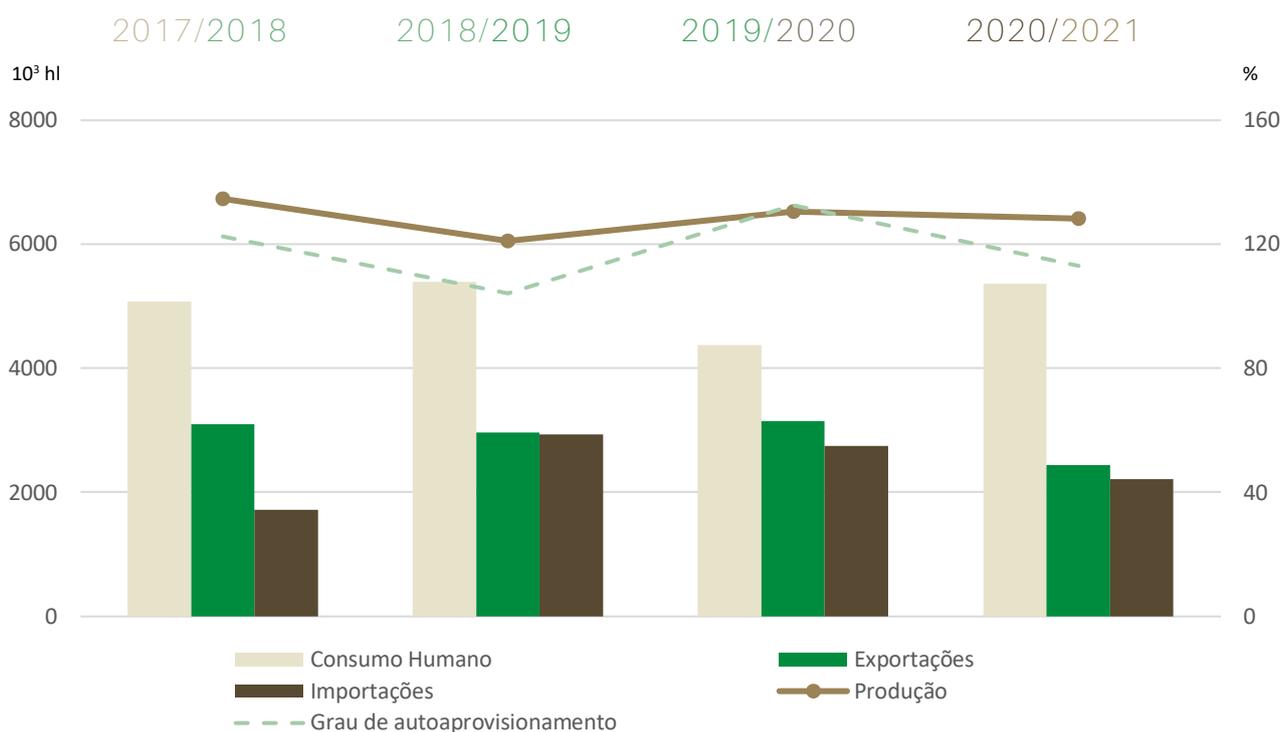
Tradicionalmente, Portugal é autossuficiente em vinho, produzindo mais do que consome e apresentando graus de autoaprovisionamento acima dos 100%.

Na campanha 2020/2021 o grau de autoaprovisionamento registou um decréscimo de 19,6 p.p. correspondendo a um grau de autoaprovisionamento de 113,0% (132,6% na campanha 2019/2020).

Para este resultado contribuiu o decréscimo de 1,7% na produção vinícola (6 418 mil hectolitros) e o aumento do consumo humano em 22,6%. O aumento do consumo não foi só em quantidade, mas também em qualidade. Os vinhos DOP e IGP que representavam respetivamente 35,0% e 23,3% do consumo humano em 2019/2020, passaram, em 2020/2021, para 42,5% e 27,0%, respetivamente.

De referir, ainda, um forte decréscimo das exportações de vinho (-22,7%) em relação à campanha anterior, com maior relevância nos DOP e Outros Vinhos.

FIGURA 7.7
Balanço de aprovisionamento do vinho



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

PRINCIPAIS INDICADORES

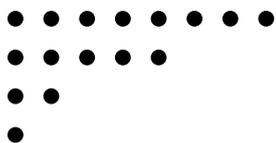
- Consumo humano de carne (t) por Tipo de carnes; Anual
- Consumo humano de carne per capita (kg/ hab.) por Tipo de carnes; Anual
- Grau de auto-provisionamento de carne (%) por Tipo de carnes; Anual
- Consumo humano de leite e produtos lácteos (t) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Consumo humano de leite e produtos lácteos per capita (kg/ hab.) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Grau de auto-provisionamento de leite e produtos lácteos (%) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Consumo humano de ovos (t); Anual
- Consumo humano de ovos per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento de ovos (%); Anual
- Grau de auto-provisionamento de ovos para incubação (%); Anual
- Consumo humano de vinho (hl); Anual
- Consumo humano de vinho per capita (l/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento do vinho (%); Anual
- Consumo humano de cereais (t) por Espécie de cereais; Anual
- Consumo humano de cereais per capita (kg/ hab.) por Espécie de cereais; Anual
- Grau de auto-provisionamento de cereais (%) por Espécie de cereais; Anual
- Consumo humano de arroz branqueado e semibranqueado (t) por Comprimento do grão; Anual
- Consumo humano de arroz branqueado e semibranqueado per capita (kg/ hab.) por Comprimento do grão; Anual
- Grau de auto-provisionamento de arroz branqueado e semibranqueado (%) por Comprimento do grão; Anual
- Grau de auto-provisionamento de arroz em casca (%); Anual
- Grau de auto-provisionamento de arroz em película (%); Anual
- Consumo humano de trinca de arroz (t); Anual
- Consumo humano de trinca de arroz per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento de trinca de arroz (%); Anual
- Consumo humano de batata (t); Anual
- Consumo humano de batata per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento de batata (%); Anual

PRINCIPAIS INDICADORES

- Consumo humano de frutos (t) por Espécie frutícola; Anual
- Consumo humano de frutos per capita (kg/ hab.) por Espécie frutícola; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de frutos (%) por Espécie frutícola; Anual
- Consumo humano de frutos (t) por Espécie frutícola (Balances de mercado); Anual
- Consumo humano de frutos per capita (kg/ hab.) por Espécie frutícola (Balances de mercado); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de frutos (%) por Espécie frutícola (Balances de mercado); Anual
- Consumo humano de leguminosas secas (t) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Consumo humano de leguminosas secas per capita (kg/ hab.) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de leguminosas secas (%) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Consumo humano de sementes e frutos oleaginosos (t) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Consumo humano de sementes e frutos oleaginosos per capita (kg/ hab.) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de sementes e frutos oleaginosos (%) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Consumo humano de gorduras e óleos vegetais brutos (t) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Consumo humano de gorduras e óleos vegetais brutos per capita (kg/ hab.) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de gorduras e óleos vegetais brutos (%) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Consumo humano de margarinas (t); Anual
- Consumo humano de margarinas per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de margarinas (%); Anual
- Consumo humano de açúcar (t); Anual
- Consumo humano de açúcar per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de açúcar (%); Anual
- Consumo humano de mel (t); Anual
- Consumo humano de mel per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de mel (%); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de melaços (%); Anual



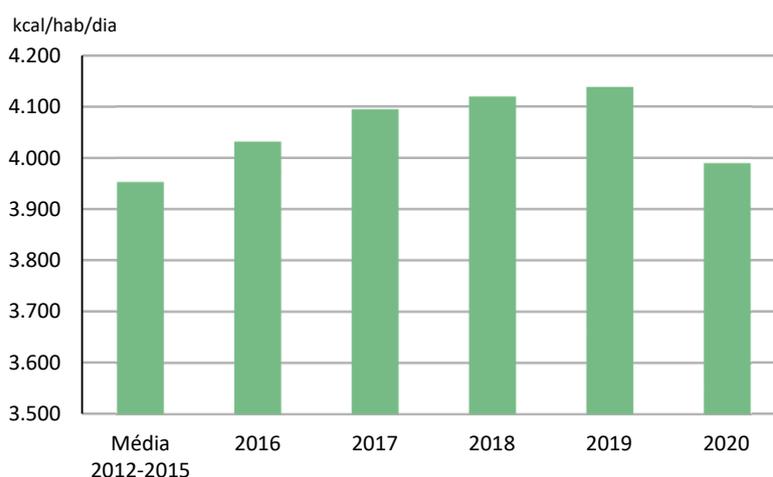
BALANÇA ALIMENTAR
PORTUGUESA



A Balança Alimentar Portuguesa (BAP) disponibiliza um conjunto de indicadores de referência que, apesar do seu carácter global, pode ser utilizado para diversas finalidades, nomeadamente para a avaliação, a nível nacional, das disponibilidades, da procura e das tendências de consumo alimentar como instrumento orientador de políticas de produção agrícola, das pescas ou da indústria alimentar.

As disponibilidades alimentares para consumo no período 2016-2020 continuam a evidenciar uma oferta alimentar excessiva e desequilibrada. No entanto, este período foi marcado pelo início da pandemia COVID-19, com as disponibilidades para consumo da maioria dos grupos alimentares abordados na Balança Alimentar Portuguesa a apresentarem variações negativas em 2020, quando a evolução dessas disponibilidades desde 2016 até ao início da pandemia era positiva e acima das verificadas em 2012-2015.

FIGURA 8.1
Disponibilidades diárias *per capita* de calorias
(média 2012-2015 e 2016-2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

No quinquénio 2016-2020, a BAP apurou um aporte calórico diário médio disponível para consumo por habitante de 4 075 kcal, superior às 3 954 kcal registadas no período anterior 2012-2015. O aporte calórico diário aumentou 2,7% (+107 kcal/hab), entre 2016 e 2019, infletindo a tendência em 2020 com uma redução de 3,6% (-149 kcal/hab), atingindo neste último ano 3 990 kcal/ hab/dia.

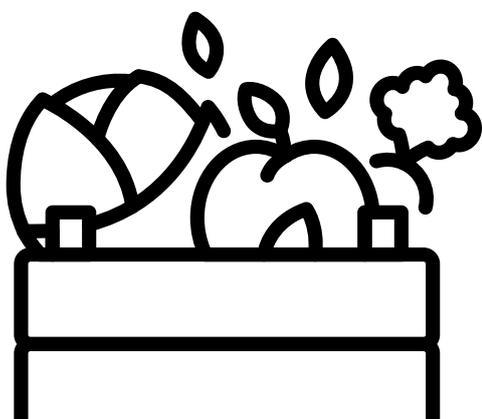
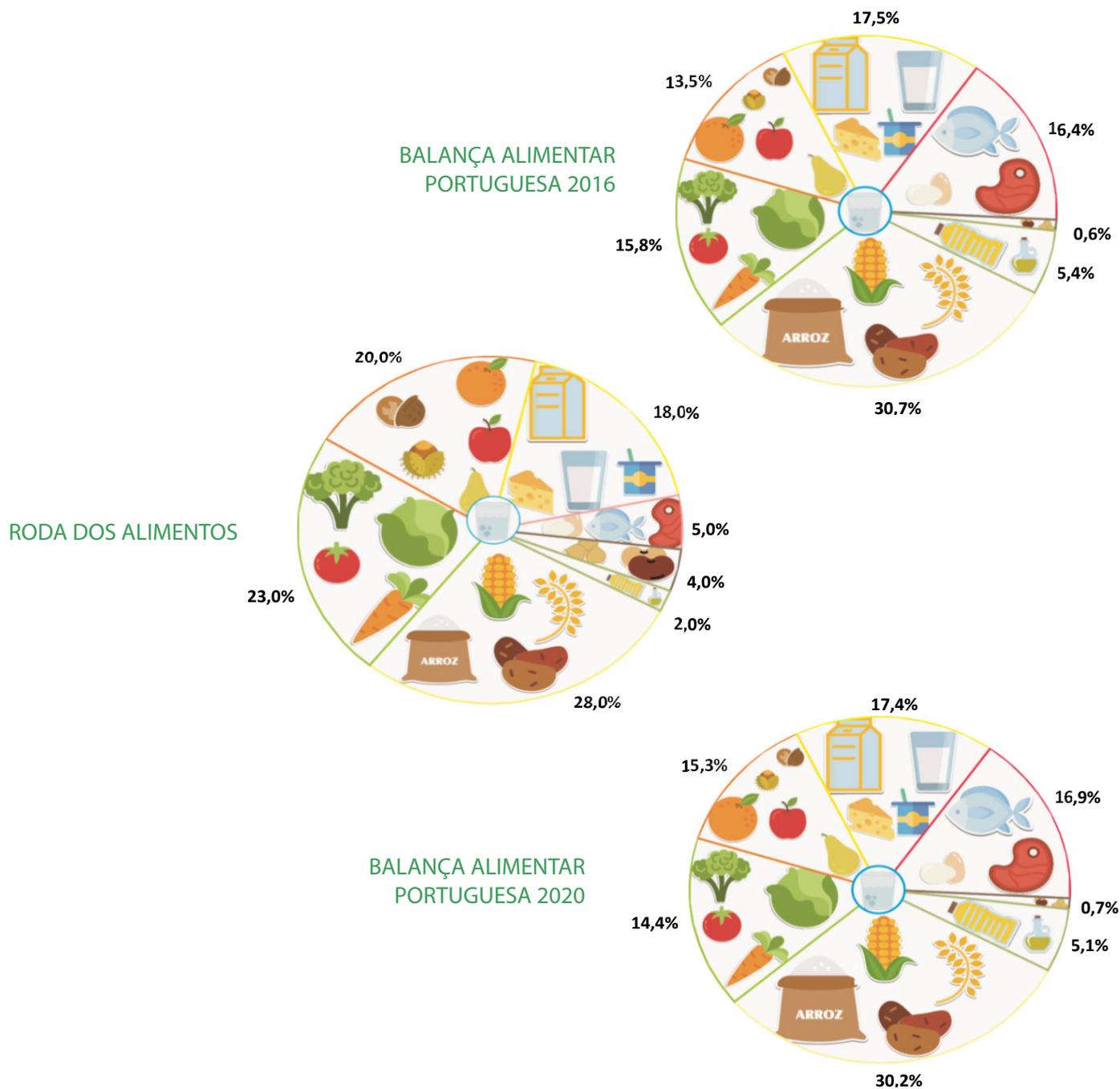


FIGURA 8.2
Roda dos Alimentos e Balança Alimentar Portuguesa
(2016 e 2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa
Figura adaptada da Roda dos Alimentos da Direção Geral do Consumidor

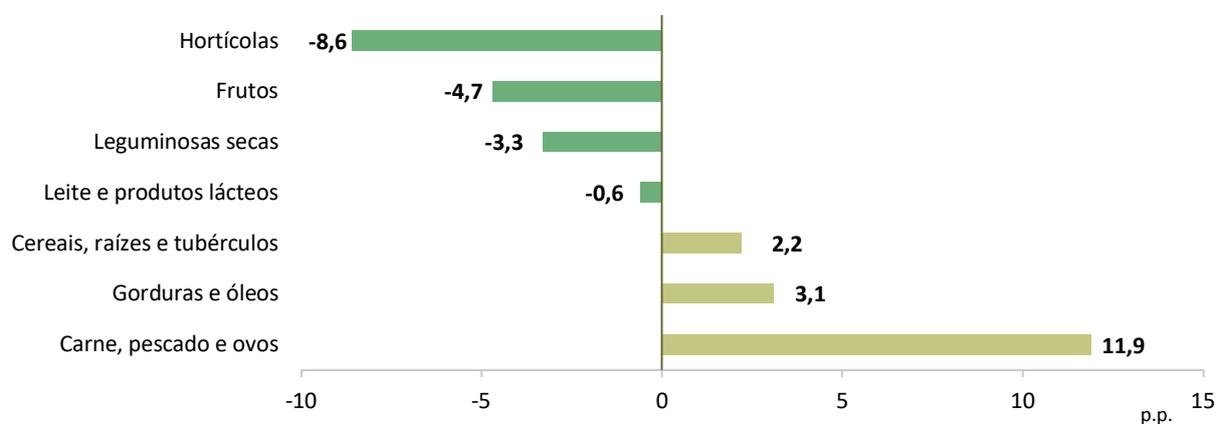
A comparação da distribuição das quantidades de produtos alimentares disponíveis diariamente para consumo *per capita* apuradas pela BAP com o padrão alimentar recomendado pela Roda dos Alimentos revela, uma vez mais, uma distorção do padrão das disponibilidades face ao recomendado.

FIGURA 8.3
Desequilíbrio das disponibilidades dos grupos alimentares face ao recomendado (2016)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

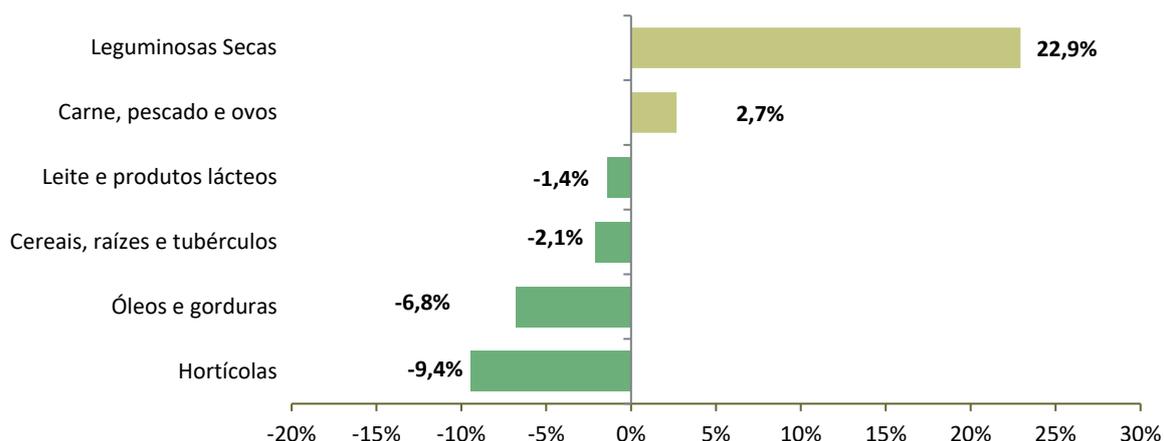
FIGURA 8.4
Desequilíbrio das disponibilidades dos grupos alimentares face ao recomendado (2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

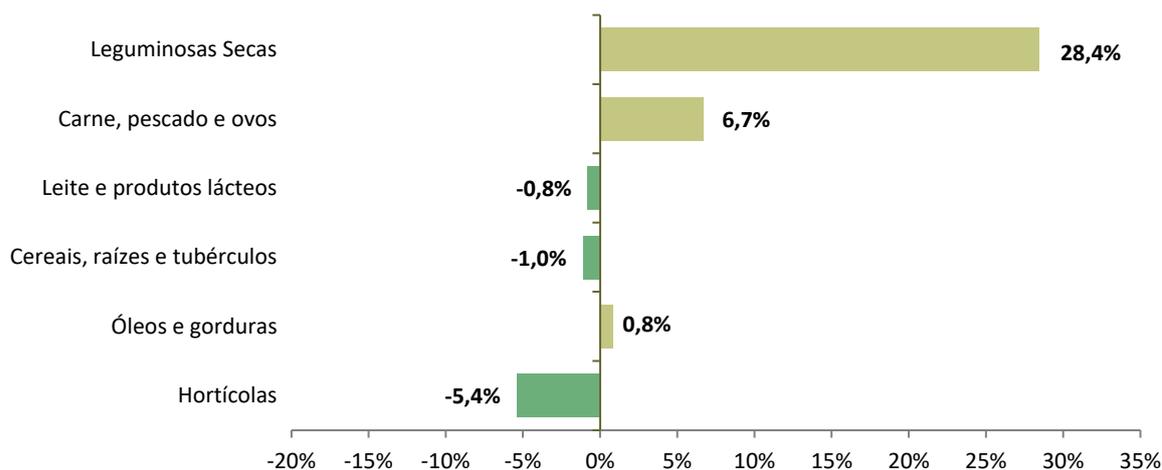
O aumento das disponibilidades para consumo dos grupos “Leguminosas secas” e “Frutos” em 2020 face a 2016, respetivamente +22,9% e +12,5%, não foi suficiente para corrigir o desequilíbrio das disponibilidades destes grupos face ao recomendado pela Roda dos Alimentos, mas no caso dos “Frutos” os desvios passaram de -6,5 p.p. em 2016 para -4,7 p.p. em 2020, o que indica uma melhoria no consumo aparente de frutos. No caso dos “Hortícolas”, verificou-se um decréscimo das disponibilidades diárias de 9,4%, o que agravou o desequilíbrio de -7,2 p.p. em 2016 para -8,8 p.p. em 2020; a variação negativa das disponibilidades de hortícolas em ano de pandemia fez com que as disponibilidades para consumo destes produtos diminuíssem.

FIGURA 8.5
Variação das disponibilidades diárias *per capita*
(2016/2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

FIGURA 8.6
Variação das disponibilidades diárias *per capita*
(2016/2019)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

No grupo “Carne, pescado e ovos”, o aumento das disponibilidades entre 2016 e 2020 (+2,7%) não permitiu reduzir os desvios face às recomendações, mantendo-se como o grupo de produtos com o maior desvio. No caso dos “Óleos e gorduras”, a redução das disponibilidades neste período (-6,8%) foi atenuada sobretudo pela variação negativa das disponibilidades para consumo destes produtos em 2020 já que entre 2016 e 2019, os “Óleos e gorduras” apresentaram uma variação positiva das disponibilidades (+0,8).

Relativamente ao grupo “Cereais, raízes e tubérculos”, cujas disponibilidades para consumo em 2016 apresentavam um desvio positivo face ao recomendado pela roda (+2,7 p.p.), mesmo com a variação negativa dessas disponibilidades no período 2016-2020 (-2,1%), mantiveram o desvio anterior (+2,2 p.p.). Realça-se que as variações das disponibilidades verificadas foram essencialmente promovidas pelas “Raízes e tubérculos”, uma vez que o consumo aparente de “Cereais” se manteve relativamente estável.

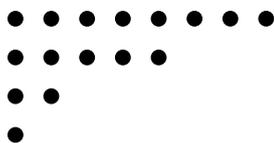
PRINCIPAIS INDICADORES

- Capitação diária total de macronutrientes disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Característica macronutriente; Anual
- Capitação diária de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de gorduras disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de hidratos de carbono disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de minerais disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (mg/ hab.) por Tipo de mineral e Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de vitaminas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (µg/ hab.) por Tipo de vitamina e Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de minerais disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (mg/ hab.) por Tipo de mineral e Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de vitaminas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (µg/ hab.) por Tipo de vitamina e Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação edível diária de bebidas não alcoólicas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (ml/ hab.) por Tipo de bebida não alcoólica; Anual
- Capitação diária total de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.); Anual
- Capitação edível diária de bebidas alcoólicas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (ml/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de gorduras disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária total de macronutrientes disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Característica macronutriente; Anual
- Capitação diária de proteínas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária total de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.); Anual
- Capitação diária de álcool disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual



9

PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA

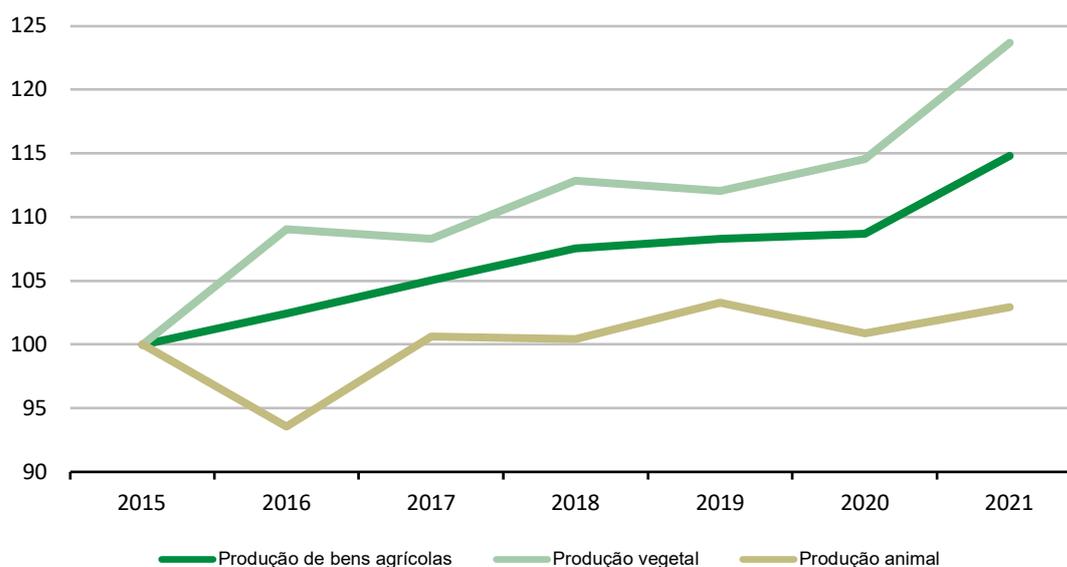


A informação relativa às estatísticas de preços na agricultura compreende os preços e os índices de preços da produção de bens agrícolas, dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura e os índices de preços dos bens e serviços de investimento na agricultura.

Os preços na agricultura são, por definição⁸, os preços recebidos pelo produtor (ou os preços de aquisição pagos pelo produtor), excluindo os subsídios e incluindo os impostos, exceto o IVA dedutível.

Alguns dos principais fatores responsáveis pelas variações dos preços dos produtos agrícolas, além da sazonalidade, própria deste tipo de atividade, são as condições meteorológicas ocorridas ao longo de cada ano e os preços dos produtos praticados nos mercados internacionais.

FIGURA 9.1
Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas
(2015-2021)
Base (2015 = 100)

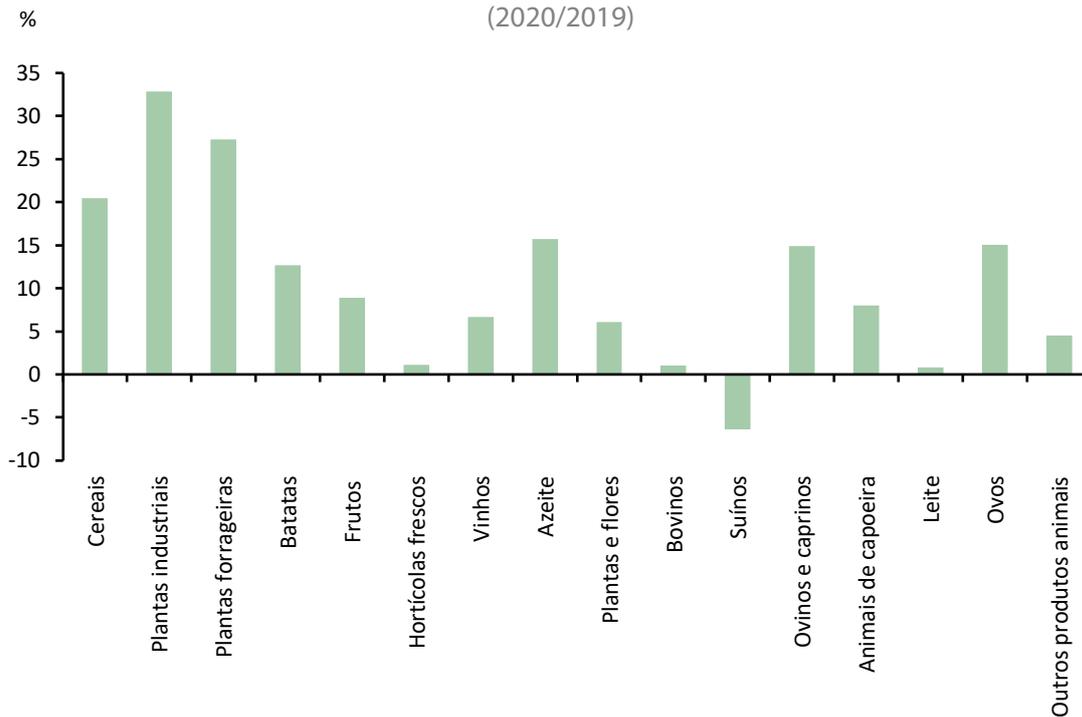


FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

No ano de 2021, em comparação com o ano anterior, foi observada uma variação de +5,6% no índice de preços de produção dos bens agrícolas. Este comportamento ficou a dever-se aos aumentos de 8,0% no índice de preços da produção vegetal e de 2,0% no índice de preços da produção animal.

⁸ Handbook for EU Agricultural Price Statistics”, version 2.0, Eurostat, March 2008, Luxemburg.

FIGURA 9.2
Variação nos Índices de Preços no produtor
de produtos agrícolas
(2020/2019)

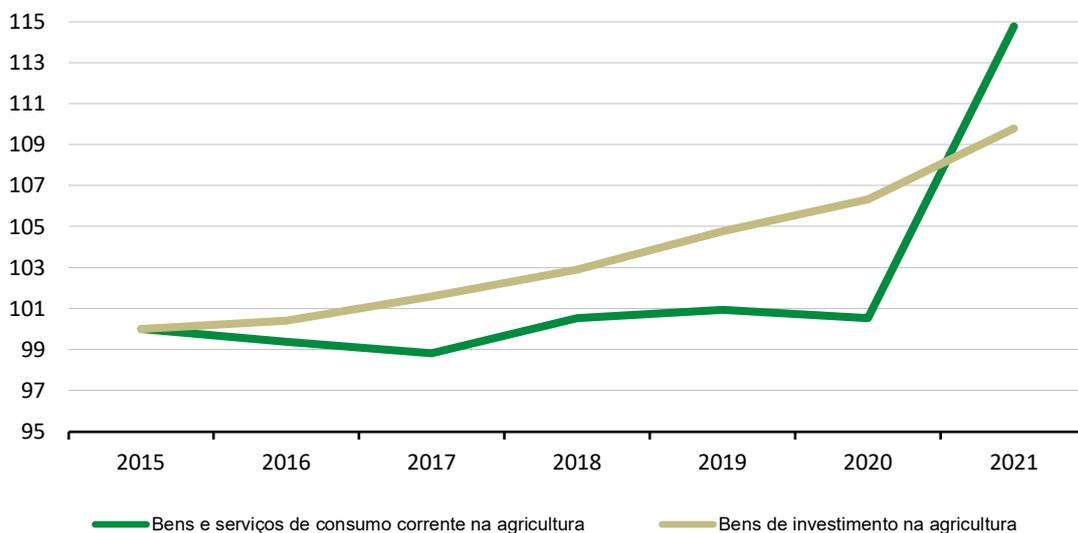


FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Os produtos que mais contribuíram para a evolução positiva no índice de preços da produção vegetal foram as plantas industriais (+32,8%), as plantas forrageiras (+27,3%), os cereais (+20,4%), o azeite (+15,7%), a batata (+12,7%) e os outros produtos vegetais (+14,0%).

O aumento de preço dos fatores de produção como os adubos, a energia e os transportes foi determinante para o crescimento dos preços da produção vegetal. Adicionalmente, para alguns produtos, como no caso dos cereais, a maior procura e a diminuição da oferta originaram um aumento dos preços nos mercados internacionais, que teve repercussão no mercado nacional.

FIGURA 9.3
Índices de Preços dos meios de produção na agricultura
(2015-2021)
Base (2015 = 100)

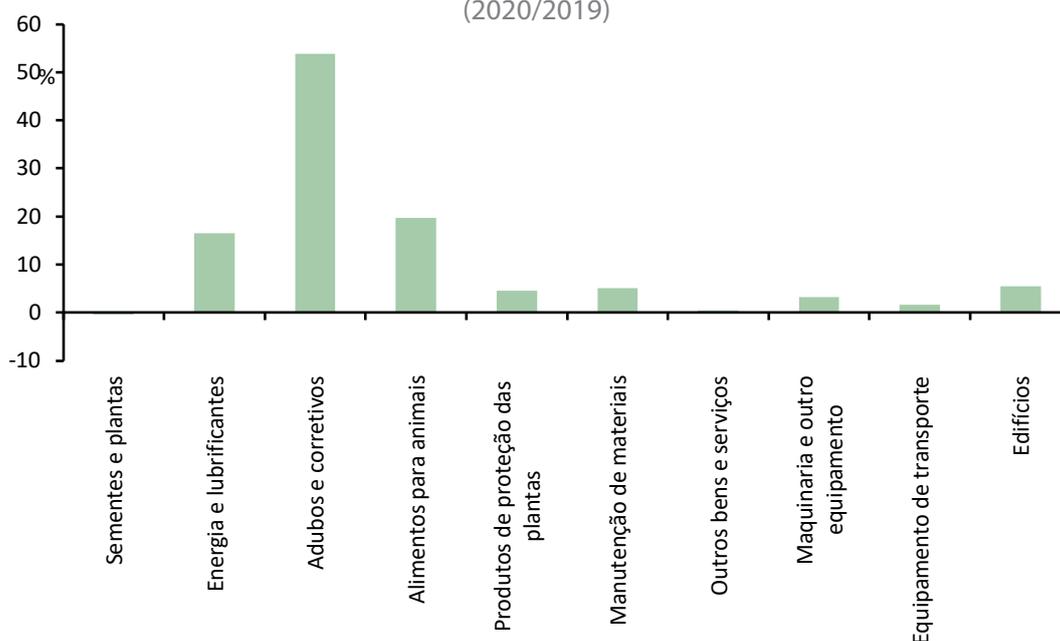


FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

No índice de preços da produção animal, os produtos que mais contribuíram para a evolução verificada foram os ovos (+15,1%), os ovinos e caprinos (+14,9%) e as aves de capoeira (+8,0%); os suínos foram os únicos animais que apresentaram uma variação negativa (-6,4%).

Na produção animal foram determinantes os aumentos registados nos preços dos alimentos para animais e da energia. Esta evolução, conjugada com o crescimento da procura, levou a um aumento quase generalizado dos preços na produção. A exceção foram os suínos: após um início de ano promissor, o preço caiu, em virtude da existência de grande oferta de carne em todo o espaço europeu, causada pela diminuição da procura por parte de países terceiros.

FIGURA 9.4
Variação nos Índices de Preços dos meios de produção na agricultura (2020/2019)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Em 2021, quando comparado com o ano anterior, o índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura teve uma variação de +14,2%, causada, principalmente, pela evolução do índice de preços dos adubos e corretivos (+53,9%), da energia e lubrificantes (+16,5%) e dos alimentos para animais (+19,7%).

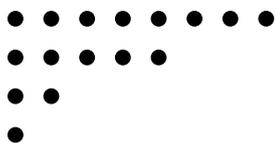
Em 2021, e também comparando com o ano anterior, o índice de preços dos bens de investimento apresentou um acréscimo de 3,2%, devido, principalmente, às evoluções registadas nos edifícios da exploração (não residenciais) (+5,4%), nos outros trabalhos exceto melhoramentos de terras (+5,0%) e na maquinaria e outro equipamento (+3,3%).





10

CONTAS ECONÓMICAS
DA AGRICULTURA

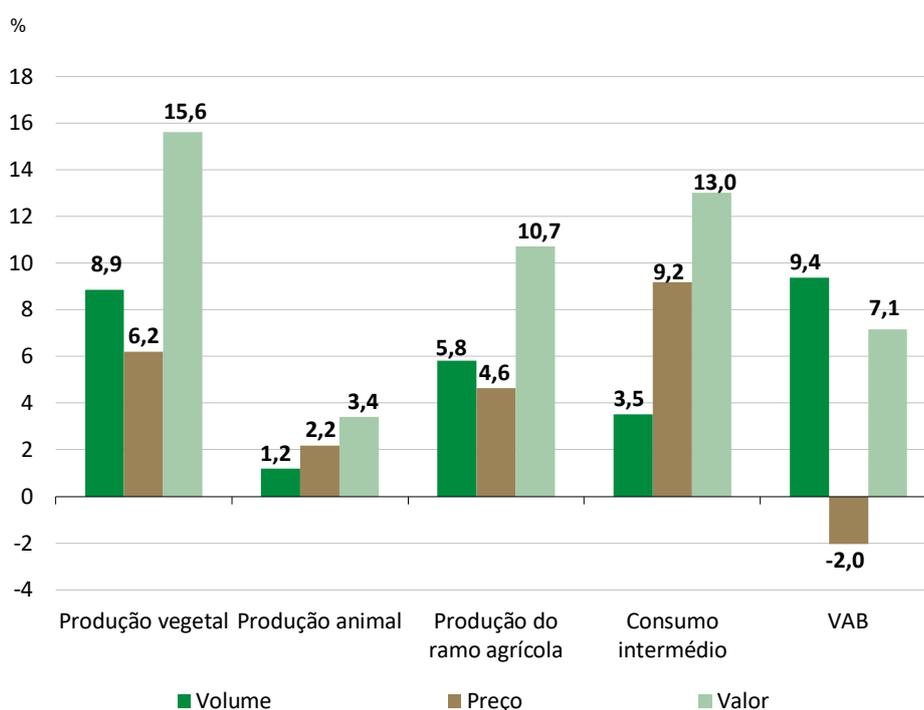


De acordo com a segunda estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2021, elaborada com dados disponíveis até 28 janeiro 2022, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), registou um aumento (+9,6%), em consequência dos acréscimos do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (+7,1%) e dos Outros subsídios à produção (+12,0%), após uma quase estagnação em 2020 (0,1%).

A evolução do VAB, em termos nominais, resultou do efeito combinado do crescimento em valor da Produção do ramo agrícola (+10,7%) e do Consumo intermédio (+13,0%). Em termos reais, o VAB aumentou um pouco mais (+9,4%), refletindo a diminuição do deflator implícito.

O acréscimo nominal da Produção do ramo agrícola foi consequência do crescimento do volume e do preço (+5,8% e +4,6%, respetivamente). A produção vegetal registou um aumento em valor (+15,6%) superior ao da produção animal (+3,4%).

FIGURA 10.1
Produção do ramo, Consumo intermédio e VAB
- variação em volume, preço e valor
(2021/2020)



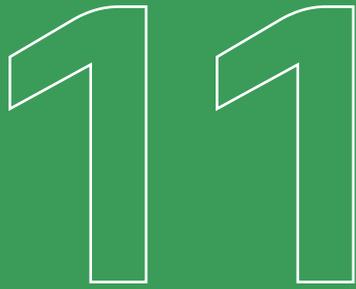
FONTE: INE, I. P., Contas Económicas da Agricultura; Base 2016

A evolução nominal positiva da Produção vegetal decorreu de acréscimos em volume e em preço (+8,9% e +6,2%, respetivamente). Os Vegetais e produtos hortícolas e os Frutos foram determinantes para este crescimento.

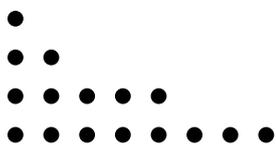
O aumento da Produção animal resultou de crescimentos em volume e em preços (+1,2% e +2,2%, respetivamente). As produções de bovinos, ovinos e caprinos, aves, leite e ovos foram decisivas para a evolução em termos nominais.

O Consumo intermédio aumentou 13,0%, na sequência de acréscimos em volume (+3,5%) e, sobretudo, em preço (+9,2%). Observou-se um crescimento nominal de todas as rubricas, com particular destaque para a energia (+16,5%), os adubos e corretivos do solo (+48,5%) e os alimentos para animais (+15,8%).





CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA



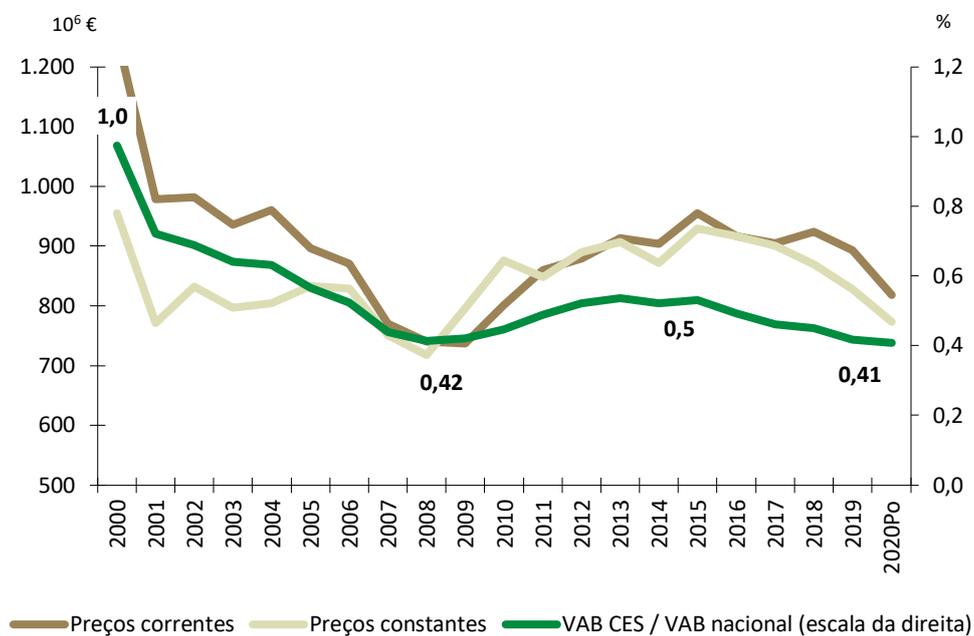
Em 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura decresceu em volume e em valor (-6,5% e -8,5%, respetivamente), mantendo a tendência decrescente registada desde 2015.

A produção diminuiu em termos reais (-5,8%) e nominais (-7,2%), em resultado do decréscimo generalizado em todos os produtos silvícolas, com exceção da madeira para energia.

Para a diminuição em volume da produção contribuíram, em particular, as produções de madeira para serrar ou tritar (excluindo a madeira para energia) que decresceram 9,6% e 4,6%, respetivamente, e a cortiça e os serviços silvícolas e de exploração florestal, que diminuíram ambos 6,0%.

Pelo contrário, a produção de madeira para energia apresentou, em 2020, um aumento em volume de 1,2%, situação que poderá estar relacionada com as restrições impostas pela pandemia COVID 19. Com efeito, a maior presença em casa poderá ter causado um maior consumo deste produto.

FIGURA 11.1
VAB da silvicultura
(2000-2020)



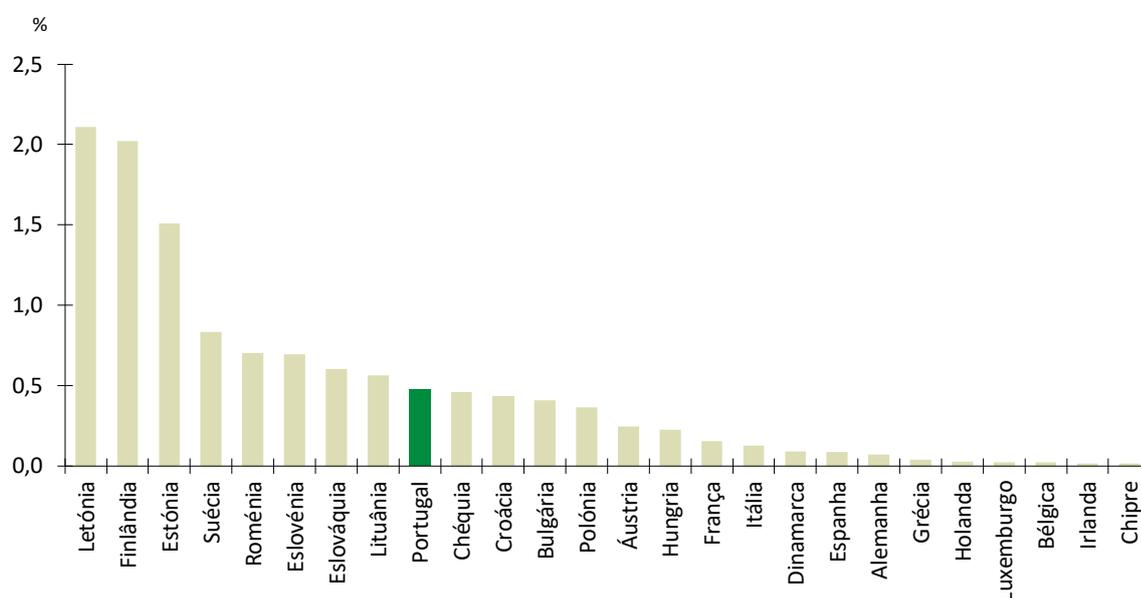
FONTE: INE, I.P., Contas Económicas da Silvicultura; Base 2016

No que respeita ao decréscimo nominal da produção (-7,2%), destaca-se a diminuição da produção de cortiça (-12,6%), em resultado de variações no mesmo sentido, em volume (-6,0%) e em preço (-7,0%).

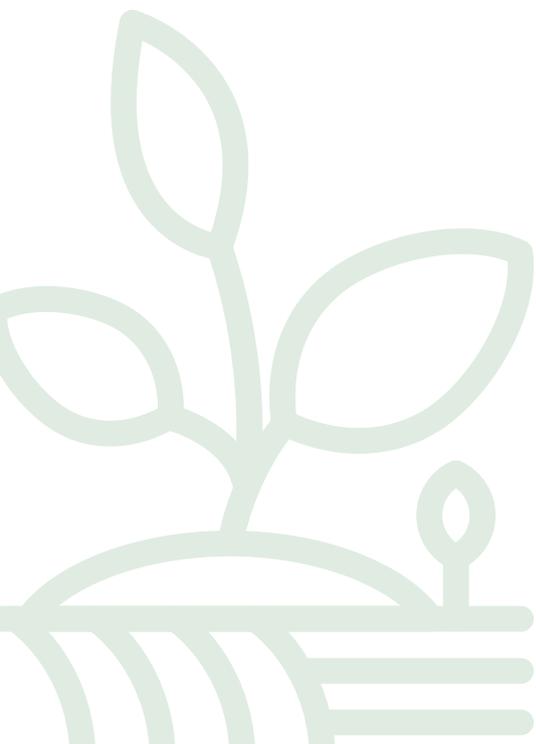
Ao longo dos últimos anos, a estrutura da produção silvícola nacional tem registado alterações. A cortiça, que no período 2000-2004 se apresentava como o produto mais relevante, foi perdendo importância para a madeira para tritar, que passou a assumir o lugar de maior destaque (39,5% em 2020).

Em 2019 (último ano com informação disponível para a UE), comparativamente com os restantes Estados Membros (EM), Portugal encontrava-se em 9º lugar em termos de importância relativa do VAB da silvicultura e exploração florestal no VAB da economia nacional (0,4%).

FIGURA 11.2
VAB da Silvicultura/VAB nacional por EM (2019)



FONTE: Eurostat, Contas Nacionais





12

METAINFORMAÇÃO
ESTATÍSTICA

CONCEITOS

produção vegetal

ano agrícola - o período de tempo em que se realizam as operações culturais necessárias à produção agrícola e que se inicia a 1 de novembro do ano n-1 e termina em 31 de outubro do ano n.

exploração agrícola - unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1) produzir produtos agrícolas ou manter em boas agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); 3) estar submetida a uma gestão única; 4) estar localizada num lugar determinado e identificável.

culturas forrageiras - culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao sol ou desidratadas artificialmente.

culturas permanentes - culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos.

culturas temporárias - culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.).

cultura temporária principal - cultura que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola. Por convenção, sempre que exista uma associação de matas e florestas com culturas temporárias, estas últimas serão as principais; na associação culturas temporárias e permanentes as primeiras são consideradas sempre secundárias.

pastagens permanentes - plantas, semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

leguminosas secas para grão - leguminosas cultivadas para colheita do grão após maturação completa, quer se destinem à alimentação humana ou à alimentação animal.

lagar de azeite - estabelecimento industrial destinado à produção de azeite a partir das azeitonas.

azeite virgem - azeite obtido a partir do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros processos físicos, em condições que não altere o azeite, e que não tenha sofrido outros tratamentos além da lavagem, da decantação, da centrifugação e da filtração, com exclusão do azeite obtidos com solvente, com adjuvantes de ação química ou bioquímica ou por processos de reesterificação e qualquer mistura com óleos de outra natureza.

produção animal

produção indígena bruta (carnes) - produção líquida acrescida do saldo do comércio internacional de animais vivos (exportação - importação), convertido a peso carcaça.

produção líquida (carnes) - produção correspondente ao abate de animais realizado dentro do território nacional e aprovado para consumo, para cujo cálculo não se entrou em linha de conta com a proveniência dos animais abatidos (produzidos internamente ou importados).

aviário de multiplicação - aviário que se destina à produção de ovos para incubação destinado à produção de aves de capoeira quer de rendimento (produção de ovos para consumo ou de carne) quer de multiplicação. Em determinados períodos, os ovos postos nestes aviários podem ser desviados, em quantidade variável, para consumo alimentar, por não interessar à produção do dia.

aves do dia - aves com menos de 72 horas e que ainda não foram alimentadas e destinadas aos aviários de produção e multiplicação.

ovos de incubação - ovos produzidos pelas aves de capoeira e destinados a serem incubados.

miudezas das aves - as vísceras das aves usadas como alimento, compreendendo a cabeça e as patas quando separadas da carcaça.

matadouro - estabelecimento aprovado e licenciado pelas entidades competentes para a execução de abates e preparação de carcaças das espécies (bovina, ovina, caprina, suína, equina, aves, leitões e espécies abrangidas na designação de caça de criação) destinadas ao consumo público ou destinadas à indústria.

carne aprovada para consumo público - carne que tenha sido inspecionada e aprovada sem qualquer limitação e que tenha sido marcada de acordo com a legislação em vigor.

carcaça - corpo de qualquer animal abatido após ter sido sangrado e preparado conforme a espécie.

peso limpo de carcaça - peso em frio do corpo do animal de abate depois de esfolado, sangrado, eviscerado e depois da ablação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, dos rins e das gorduras envolventes dos rins, assim como do úbere (ver peso limpo da carcaça de cada espécie de gado abatido).

peso limpo da carcaça dos bovinos - peso, a frio, do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, das gorduras envolventes dos rins e do úbere, bem como dos materiais de risco específicos.

peso limpo da carcaça dos caprinos e ovinos - peso em frio do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois de cortada a cabeça (separada ao nível das articulações occipito-atloidea), os pés (cortados ao nível das articulações carpo-metacárpicas ou tarsometatársicas), a cauda (cortada entre a 6ª e 7ª vértebras caudais), o úbere e os órgãos genitais. Os rins e as gorduras envolventes dos rins fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos suínos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado e eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, dos rins, das gorduras envolventes rins e banha. O toucinho do lombo, a cabeça, os pés e a cauda fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos equídeos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado, despojado da pele e de todos os órgãos internos com exceção dos rins e gordura envolvente, depois de desprovidos da cabeça, extremidades locomotoras e cauda.

miudezas do gado abatido - a carnes frescas não incluídas na carcaça, mesmo quando estando presas a esta pelas suas ligações naturais. Inclui a cabeça com ou sem língua, pulmões com a traqueia, coração, diafragma, esófago, estômago, intestinos (tripa), fígado, baço, pâncreas, epiplons, mesentério, órgãos genito-urinários, (exceto rins, verga e útero), extremidades locomotoras e cauda.

reses ou animais de talho - animais domésticos, destinados à alimentação humana, das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina, cujas carnes são vendidas sob a designação comercial, respetivamente de vaca, vitela, vitelão e novilho, de carneiro ou borrego, de cabra ou cabrito, de porco ou leitão e de cavalo.

boi - bovino macho castrado, que não seja considerado vitelo.

novilha - bovino fêmea não parida, que não seja considerado vitelo.

novilho - bovino macho inteiro, que não seja considerado vitelo.

vitelão - bovino, macho ou fêmea, com idade superior a 8 meses, mas inferior ou igual a 12 meses.

vitela - bovino, macho ou fêmea, com idade inferior ou igual a 8 meses.

vaca - bovino fêmea que já pariu.

vaca leiteira - bovino fêmeas que já tenha parido e cujo leite seja exclusiva ou principalmente vendido ou consumido pela família do produtor (inclui as vacas leiteiras de refugio).

outras vacas - compreende as vacas aleitantes (incluindo as de refugio) e as vacas de trabalho.

ovelha - ovino fêmea que já pariu. Inclui-se no conceito as borregas destinadas à reprodução e as ovelhas de refugio.

borrega coberta - fêmea da espécie ovina coberta pela primeira vez.

cabra - caprino fêmea que já pariu. Inclui as cabras de refugio.

chiba coberta - fêmea nova coberta pela primeira vez, da espécie caprina.

equídeos - animais domésticos da espécie "Equus", mais vulgarmente designados por cavalos. Esta designação abrange também outras espécies como o burro e a zebra e cruzamentos como a "mula" ou o "macho".

porcas reprodutoras - suínos fêmeas com um peso vivo igual ou superior a 50 kg e mais que já pariram e as não paridas, mas destinadas à reprodução (exceto as porcas de refugio).

porcos de engorda - suínos machos e fêmeas não reprodutores com peso vivo igual ou superior a 20 kg.

varrasco - suíno macho reprodutor com mais de 50 kg de peso vivo, que efetue regularmente a cobrição.

leitões - suínos machos e fêmeas com peso vivo inferior a 20 kg.

produção de leite - inclui a totalidade do leite produzido: entregas à indústria, vendas diretas e leite utilizado na exploração agrícola (destinado à alimentação animal exceto o mamado diretamente pelas crias, autoconsumido e transformado em produtos lácteos).

leite cru - leite que não tenha sido aquecido a uma temperatura superior a 40°C., nem submetido a um tratamento de efeito equivalente.

produção florestal

matas e florestas - superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração (com ou sem culturas sob coberto).

matas e florestas sem culturas sob coberto - superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração.

floresta - terrenos dedicados à atividade florestal. Estão incluídos os povoamentos florestais, áreas ardidadas de povoamentos florestais, áreas a corte raso e outras áreas arborizadas.

floresta natural - floresta de espécies indígenas, maioritariamente “laurissilva”, regenerada naturalmente, que não está exposta a ações ou intervenções humanas e cujos processos ecológicos não estão significativamente afetados.

povoamento florestal - áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogêneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

áreas de corte raso - extensões de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$ de uso florestal, anteriormente ocupado por floresta e que, devido ao corte de árvores, está ocupado com cepos, ou com solo temporariamente nu. Os cortes podem ser rasos, se existir um corte simultâneo de todas as árvores, ou salteados ou sucessivos quando apenas algumas árvores são cortadas.

outras áreas florestais - outras áreas não consideradas em povoamentos nem em corte raso. Inclui “Outras áreas arborizadas” e áreas de “floresta natural”.

outras áreas arborizadas - extensões de terreno com área mínima de 0,5 ha e largura $\geq 20\ m$, que tenham um grau de coberto entre 5 e 10% e onde se verifica a presença de espécies florestais que na maturidade atingem porte arbóreo ou em que se verifique a presença de espécies florestais comum grau de coberto $\geq 10\%$, mas que, devido às condições em que vegetam, não conseguem atingir os 5 m de altura na idade adulta ou ainda, as áreas onde vegetem espécies florestais de porte subarbóreo como por exemplo o medronheiro e carrasco.

incêndio florestal - combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.

ocorrência (de incêndio florestal) - incêndio, queimada ou falso alarme que origina a mobilização de meios dos bombeiros.

reacendimento - reativamento de um incêndio, depois de este ter sido considerado extinto. A fonte de calor é proveniente do incêndio inicial. O reacendimento é considerado parte integrante do incêndio principal (a primeira ignição observada não depende de qualquer outra área percorrida pelo incêndio).

áreas ardidadas de povoamentos - extensões de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$ anteriormente ocupado por floresta e que, devido à passagem de incêndio, está ocupado com cepos, troncos de árvores carbonizadas ou vegetação carbonizada.

áreas percorridas por incêndios florestais - área com povoamentos florestais ou inculta, atingida por um incêndio.

produção de madeira - diz respeito ao volume sólido ou ao peso da produção total dos produtos. Inclui a produção de produtos que podem ser imediatamente consumidos na produção de outro produto (pasta de papel, que pode ser imediatamente convertida em papel como parte do processo contínuo). Exclui a produção de folheados usados para a produção de contraplacados no mesmo país. A unidade de reporte é o metro cúbico sólido sem casca (em volume) no caso da madeira serrada ou das aparas ou dos resíduos ou dos painéis de madeira e toneladas métricas no caso do carvão, pasta e produtos de papel.

quantidade de madeira removida - toda a madeira removida com ou sem casca. É um agregado que inclui a lenha, a madeira para serrar e folhear (toros) e para triturar (rolaria) e outras madeiras redondas industriais.

madeira para triturar (redonda e partida) - madeira redonda em bruto, exceto toros, para a produção de pasta, painéis de partículas ou de fibras. Esta madeira pode ser contabilizada com ou sem casca e pode estar na forma de madeira redonda ou partida.

outra madeira redonda industrial - madeira redonda industrial (madeira em bruto) exceto toros para serrar e folhear e/ou triturar. Inclui madeira redonda que será usada para estacas, postes, vedações, etc.

lenha - quantidade de madeira redonda removida para ser consumida nesse estado (para aquecimento, para cozinhar) ou para ser utilizada como matéria-prima para a obtenção de carvão.

aparas e estilhas - madeira que foi deliberadamente reduzida a pequenos pedaços durante a transformação de outros produtos de madeira e é apropriada para a produção de pasta de madeira, painéis de partículas e de fibras, para uso como combustível ou outro. Exclui as estilhas de madeira vindas diretamente da floresta porque já foram contabilizadas como madeira para triturar.

madeira serrada - madeira que foi produzida tanto com madeira redonda nacional ou importada, serrando longitudinalmente ou por um processo de quebra da madeira com uma espessura superior a 5 mm (com pequenas exceções). Inclui pranchas, travessas, vigas, tábuas, esteios, pedaços de madeira, ripas, caixotes e caixas.

carvão vegetal - madeira carbonizada por combustão parcial ou pela aplicação de calor a partir de fontes externas.

contraplacado - placa de madeira constituída pela sobreposição de três, cinco ou mais folhas de madeira, e pequena espessura, dispostas com as fibras cruzadas entre si, que se grudam e se submetem seguidamente à pressão hidráulica em prensas.

folheados - finas folhas de madeira de espessura uniforme, descascadas, cortadas às fatias ou serradas. Inclui madeira usada para o fabrico de material de construção laminado, mobília, contentores, etc.

cortiça virgem - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a primeira vez que se extrai cortiça.

cortiça secundária - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez que se extrai cortiça.

cortiça de reprodução - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez ou seguintes que se extrai cortiça (inclui a cortiça amadia, secundária, bocados de amadia e refugo cru).

cortiça amadia - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a terceira vez ou seguintes que se extrai cortiça.

gema (resina) - é um produto de secreção própria das resinosas, que serve para proteger e conservar estas árvores. O pinheiro bravo é a espécie em que normalmente, entre nós, se pratica a resinagem.

pasta de papel - material fibroso preparado de rolaria para triturar, resíduos de madeira, partículas ou resíduos por processo mecânico e/ou químico para produção de papel, cartão, painel de fibras ou outros processos celulósicos. A unidade de reporte é a tonelada métrica em peso seco ao ar, isto é com 10% de humidade (90% sdt).

pastas químicas ao sulfato (ou kraft) - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de um licor de hidróxido de sódio (soda). Esta pasta pode ser branqueada ou crua. Os usos finais são muito numerosos, sendo a pasta branqueada utilizada em particular para papéis de usos gráficos, tissues e cartolinas. A pasta crua é utilizada geralmente para liner, para cartão canelado, papéis de embrulho, papéis para embalagem (sacos), envelopes e outros papéis especiais não branqueados.

pastas químicas ao sulfito - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de licor de bissulfito. Os usos finais incluem papel de jornal, papéis de escrita, tissues e papéis de uso doméstico e sanitário. Esta pasta pode ser branqueada ou crua.

painel de fibras - painel produzido a partir de fibras de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos. Inclui painéis de fibras que são pressionados para ser lisos e produtos de painéis de fibras moldados. Subdivide-se em painel de fibras duras (densidade > 0,8 g/cm) e MDF (painel de fibras de média densidade - $0,5 < \text{densidade} \leq 0,8 \text{ g/cm}^3$).

painel de partículas - painel produzido a partir de pequenos pedaços de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos juntos por um aglutinante orgânico com um ou mais agentes (calor, pressão, humidade, etc.).

papéis para embalagem - inclui materiais para caixa, papéis para embalagem, outros papéis e cartões principalmente para embalagem e outros papéis e cartões (para fins industriais e especiais).

papéis para usos domésticos e sanitários - incluem uma larga gama de tissues e outros papéis para a higiene utilizados em casas de habitação ou instalações comerciais e industriais.

papéis para usos gráficos - inclui papel de jornal, papéis não revestidos de pasta mecânica, papéis não revestidos de pasta química e papéis revestidos.

agricultura e ambiente

limite máximo de resíduos (LMR) - concentração máxima autorizada do resíduo de um pesticida no interior e à superfície de géneros alimentícios ou de alimentos para animais.

produtos fitofarmacêuticos - substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

fumigante de solo - líquido volátil para combate de fungos, bactérias, insetos, nemátodos ou infestantes do solo.

fungicida - substância ou preparado que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

herbicidas - produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

inseticidas e acaricidas - substâncias ou preparados usados para controlar e combater insetos e ácaros.

nematodocida - substância ou preparado usado para combater nemátodos.

óleo mineral - hidrocarboneto usado para combater insetos, ácaros e infestantes ou como adjuvante.

fertilizante - substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

adubos - fertilizantes que pela sua natureza e pelo teor em um ou vários nutrientes se destinam a melhorar as produções agrícolas, por rapidamente disponibilizarem os nutrientes para as plantas.

indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco

transformação industrial - quantidades de produtos utilizados na fabricação de um produto derivado alimentar, para o qual existe um balanço específico.

utilização industrial - emprego que inclui as quantidades de produtos utilizados pela indústria para fabricação de outros não destinados à alimentação humana ou animal, nomeadamente os consumidos pela indústria dos químicos, da cerveja, do álcool, etc.

alimentação animal - quantidades de produtos utilizados na alimentação animal direta e/ou consumidos na fabricação de alimentos para animais (rações).

leite para consumo - leite destinado ao consumo humano, cru ou submetido a um tratamento pelo calor (pasteurizado, esterilizado e UHT).

leite gordo ou inteiro - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor natural de matérias gordas seja igual ou superior a 3,5% ou cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a 3,5% no mínimo.

leite meio gordo (ou parcialmente desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai de 1,5% no mínimo a 1,8% no máximo.

leite magro (ou desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai até 0,3%, no máximo.

leite fermentado (ou acidificado) - leite caracterizado por ser um produto acidificado pelo ácido láctico e por escassas quantidades de outros compostos orgânicos, igualmente ácidos, produzidos por bactérias típicas; como consequência deste processo acidificação as proteínas do leite coagulam e precipitam-se dissociando-se posteriormente em aminoácidos. As bactérias lácteas fermentam uma parte da lactose do leite produzindo ácido, bem como outros açúcares.

leites em pó - produto pulverulento, obtido diretamente, por eliminação da água do leite, do leite parcialmente desnatado, do leite magro ou de uma mistura destes com ou sem nata e cujo teor de humidade seja inferior ou igual a 5%, em massa, do produto final.

nata - produto obtido do leite através da concentração da sua matéria gorda e que apresenta um teor de matéria gorda superior a 10% do peso do produto.

soro de leite - subproduto do fabrico do queijo ou da caseína através da ação dos ácidos, do coalho e/ou de processos físico-químicos.

bebidas à base de leite - produtos líquidos que contenham, pelo menos 50% de produtos lácteos, incluindo os produtos à base de soro de leite. Inclui o leite vitaminado, os leites achocolatados, o leite com aditivos ou aromatizado, etc..

queijo - produto fresco ou curado, de consistência variável, obtido por coagulação e dessoramento do leite ou do leite (total ou parcialmente desnatado, mesmo que reconstituído), assim como da nata, do leite e a mistura de alguns ou de todos estes produtos, (incluindo lactosoro), sem ou com adição de outros géneros alimentícios.

queijo fundido - produto obtido a partir de um ou vários tipos de queijo, submetidos a fusão emulsificante, sem ou com adição de outros géneros alimentícios, podendo ou não ser esterilizado. Inclui as preparações à base de queijo fundido.

manteiga - produto butiroso obtido exclusivamente do leite de vaca ou da sua nata, com ou sem adição de sal e/ou culturas lácteas, apresentando-se sob a forma de uma emulsão sólida e maleável, com teor de matéria gorda igual ou superior a 80 % e inferior a 90%, com teor de humidade máximo de 16% e de matéria seca desengordurada de 2%. Inclui a manteiga com ervas, especiarias ou aromas.

leitelho - subproduto do fabrico da manteiga, obtido após batida ou butirização em contínuo da nata e separação da fração gorda sólida, que embora possa ser utilizado na alimentação humana, é quase sempre utilizado na alimentação de suínos ou de vitelos.

óleo - gordura líquida extraída de substâncias animais, minerais e ou vegetais de numerosas espécies usadas como alimento, matéria-prima industrial, combustível, lubrificante, etc..

vinho (sem certificação) - vinhos destinados ao consumo humano que não se enquadra nas outras designações existentes, cumprindo com as disposições nacionais e comunitárias em vigor.

vinho com denominação de origem protegida (DOP) - designação comunitária adotada para designar os vinhos com Denominação de Origem aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação geográfica protegida (IGP) - Designação comunitária adotada para designar os vinhos com Indicação Geográfica aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação de casta - vinho sem indicação geográfica, que mediante o cumprimento de determinados requisitos pode utilizar na rotulagem o ano de colheita e/ou as castas utilizadas na sua elaboração.

balanço de aprovisionamento

balanço de aprovisionamento - síntese de informação estatística, através da qual se quantificam, para um dado produto ou agrupamento de produtos alimentares, todos os fluxos ocorridos ao nível da exploração agrícola nacional e/ou ao nível do mercado. Equivale ao estabelecimento de um equilíbrio recursos/emprego em dados físicos.

grau de autoaprovisionamento - coeficiente, traduzido em percentagem, dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias primas nacionais) e a utilização interna total; mede, para um dado produto o grau de dependência de um território, relativamente ao exterior (necessidade de importação) ou a sua capacidade de exportação.

balança alimentar

capitação - consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

capitação edível - valor que se obtém por aplicação de um coeficiente percentual (parte edível de um produto), variável consoante o produto alimentar ou bebida, sobre a capitação bruta que é definido segundo a Tabela de Composição de Alimentos Portugueses.

consumo humano - emprego que corresponde às quantidades de produtos consumidos pela população residente, quer sob a forma de produto primário, consumido nesse estado, quer sob a forma de produto industrializado, convertido a primário, durante o período de referência.

preços na agricultura

preço de aquisição de meios de produção - Preço pago pelo agricultor (correspondente à última fase de comercialização), na aquisição de meios de produção, excluindo subsídios e descontos, e incluindo impostos, exceto o IVA dedutível.

preço no produtor - preço de compra ao agricultor/ produtor ou preço de primeira venda pelo agricultor/ /produtor, à saída da exploração agrícola/unidade produtiva, excluindo subsídios ao produto e incluindo prémios de qualidade (sempre que existam) e impostos, exceto o IVA dedutível.

contas nacionais e regionais

ramo de atividade - um ramo de atividade agrupa as unidades de atividade económica ao nível local que exercem uma atividade económica idêntica ou similar. Ao nível mais pormenorizado de classificação, um ramo de atividade compreende o conjunto das UAE locais inseridas numa mesma classe (4 dígitos) da NACE Rev.1 e que exercem, por conseguinte, a mesma atividade, tal como definida na NACE Rev.1.

contas económicas da silvicultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade silvícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da silvicultura.

produção do ramo silvícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações silvícolas (silvicultura, exploração florestal e atividades de serviços relacionados), incluindo os intraconsumos.

contas económicas da agricultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade agrícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da agricultura.

produção do ramo agrícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, produção animal, serviços agrícolas e atividades secundárias), incluindo os intraconsumos.

produção utilizável - quantidade disponível para a eventual utilização dentro e fora da agricultura, resultante do processo de produção e durante o período de referência, após a dedução das perdas de colheita e de transporte do campo para a exploração agrícola e das destruições efetuadas no próprio campo.

vendas (saídas da agricultura) - emprego que compreende os quantitativos de produtos escoados para o mercado pelos produtores agrícolas ou outros, com exclusão das quantidades usadas em autoconsumo, os intraconsumos, as variações de existências e as perdas na exploração.

intraconsumo - conjunto de produtos agrícolas com origem na própria agricultura e aí utilizados como meios de produção (ex.: sementes e plantas, alimentos para animais, ovos para incubação, etc.).

variação de existências - diferença entre o valor existente de bens adquiridos ou produzidos pela unidade estatística de produção no fim e no início do período de referência, considerando a sua regularização.

excedente líquido de exploração ou rendimento misto - saldo contabilístico que corresponde ao rendimento que as unidades geram pela utilização dos seus ativos de produção. É obtido retirando ao rendimento de fatores as remunerações dos assalariados. O excedente líquido de exploração avalia o rendimento da terra, do capital e do trabalho não assalariado. É o saldo da conta de exploração, que indica a distribuição do rendimento entre os fatores de produção e o setor das administrações públicas.

consumo aparente - total de recursos disponíveis para serem utilizados no mercado interno (inclui eventuais perdas e stocks).

consumo de capital fixo - o consumo de capital fixo representa a depreciação verificada, no decurso do período considerado, pelo capital fixo em resultado da utilização normal e da obsolescência previsível, incluindo uma provisão para perdas de bens de capital fixo na sequência de prejuízo acidentais seguráveis.

consumo intermédio - o consumo intermédio consiste no valor dos bens e serviços consumidos como elementos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo. Os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo produtivo.

formação bruta de capital fixo - a formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos ativos não produzidos obtidas através da atividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

indicador A - a variação anual do Rendimento da Atividade Agrícola corresponde ao “Indicador A” (Variação anual, em %, do Rendimento dos fatores, deflacionado, por Volume de mão-de-obra agrícola total). Foi determinado com base em informação disponível até 31 de janeiro de 2019.

$$\text{Indicador A} = \frac{[(\text{Rendimento de Fatores ano n}/\text{deflador do PIB})/\text{VMOA ano n}]}{(\text{Rendimento de Fatores ano n-1}/\text{VMOA ano n-1})} = \frac{[(2922,65/101,38 \times 100)/244,72]}{(2868,42/243,90)} \times 100 - 100 = +0,2\%$$

juros - nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida.

outros impostos sobre a produção - são todos os impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos. Podem ser devidos por terrenos, ativos fixos ou mão-de-obra empregada no processo de produção ou em certas atividades ou operações.

outros subsídios à produção - os “outros subsídios à produção” recebidos por unidades produtivas residentes em consequência da sua atividade produtiva são subsídios não ligados à quantidade ou ao valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

remuneração dos assalariados - as remunerações dos assalariados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos assalariados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência.

rendimento dos fatores - indicador económico que permite medir a remuneração de todos os fatores de produção que deram origem à Produção do Ramo. Esta variável é calculada subtraindo ao valor acrescentado líquido a preços de base, os outros impostos sobre a produção e somando os outros subsídios à produção.

rendimento empresarial líquido da agricultura - saldo contabilístico obtido adicionando ao excedente líquido de exploração os juros recebidos pelas unidades agrícolas constituídas em sociedade e deduzindo as rendas (isto é, rendas de terrenos e parcerias) e os juros pagos. Mede a remuneração do trabalho não assalariado, das terras pertencentes às unidades e do capital. É semelhante ao conceito, usado na contabilidade das empresas, de lucro corrente antes da distribuição e dos impostos sobre o rendimento. Embora o rendimento empresarial líquido não seja habitualmente calculado para os ramos de atividade, é geralmente possível calculá-lo para o ramo agrícola, pois pode se determinar a parte dos juros e das rendas ligada exclusivamente à atividade agrícola (e às atividades secundárias não agrícolas).

transferências de capital - são transferências, em dinheiro ou em espécie, efetuadas pelas administrações públicas ou pelo resto do mundo a unidades de produção, para lhes permitir financiar, na totalidade ou em parte, o custo de aquisição de ativos fixos ou indemnizar os proprietários de bens de capital que tenham sido destruídos por atos de guerra, catástrofes naturais ou perdas excepcionais devidas a causas externas à unidade de produção.

unidade de trabalho ano (UTA) - unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

valor acrescentado líquido - valor acrescentado bruto deduzido do consumo de capital fixo (de bens de equipamento, edifícios, construções e plantações agrícolas).

valor acrescentado bruto (VAB) - corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

volume de mão-de-obra-agrícola (VMOA) - equivale ao trabalho efetivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das atividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não Assalariado e é expresso em unidades trabalho ano (UTA). A UTA corresponde à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efetua, a tempo inteiro e durante todo o ano, atividades agrícolas numa unidade agrícola.

PESOS E MEDIDAS

Produtos	Unidade	Equivalência
		kg
Animais de açougue		
- Vitelos	unidade	(a) 154,4
- Novilhos	»	(a) 293,8
- Bois	»	(a) 337,1
- Vacas	»	(a) 263,3
- Novilhas	»	(a) 215,6
- Caprinos	»	(a) 6,1
- Equídeos	»	(a) 163,1
- Ovinos	»	(a) 10,5
- Suínos	»	(a) 64,5
Animais de capoeira		
- Coelhos	unidade	(a) 1,2
- Frangos	»	(a) 1,4
- Galinhas	»	(a) 2,0
- Patos	»	(a) 2,7
- Perus	»	(a) 10,3
- Pombos	»	(a) 0,2
Diversos		
- Azeite	hectolitro	91,66
- Azeitonas	»	65,00
- Ovos	milhar	62,00
- Vinho	hectolitro	100,00
Leite inteiro de:		
- Cabra	litro	1,035
- Ovelha	»	1,038
- Vaca	»	1,031
Madeiras		
- Azinho	m ³	1.070,00
- Castanho	»	580,00
- Choupo	»	470,20
- Criptoméria	»	270,00
- Eucalipto	»	800,00
- Faia	»	720,00
- Nogueira	»	680,00
- Pinheiro bravo	»	530,00
- Pinheiro manso	»	580,00
- Sobreiro	»	803,00
Caça		
- Coelhos	unidade	(b) 0,800
»	»	(a) 0,560
- Lebres	»	(b) 1,600
»	»	(a) 1,120
- Perdizes	»	(b) 0,400
»	»	(a) 0,340

(a) Peso limpo (b) Peso sem tripas

FATORES DE CONVERSÃO

Produtos	Unidade	Equivalência aproximada
Animais de açougue		
- Bovinos	- 1 kg de peso vivo	- 0,59 kg de peso limpo
- Caprinos	- 1 kg » »	- 0,40 kg de » »
- Equídeos	- 1 kg » »	- 0,55 kg de » »
- Ovinos	- 1 kg » »	- 0,40 kg de » »
- Suínos	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
Animais de capoeira		
- Coelhos	- 1 kg de peso vivo	- 0,60 kg de peso limpo
- Galináceos	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
- Patos	- 1 kg » »	- 0,70 kg de » »
- Perus	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
Caça		
- Coelhos	- 1 kg de peso vivo	- 0,60 kg de peso limpo
- Lebres	- 1 kg » »	- 0,60 kg de » »
- Perdizes	- 1 kg » »	- 0,80 kg de » »
Cereais		
- Arroz	- 1 kg de arroz em casca	- 0,70 kg de arroz descascado
- Centeio	- 1 kg em grão	- 0,76 kg de farinha
- Cevada	- 1 kg »	- 0,66 kg de »
- Milho	- 1 kg »	- 0,91 kg de »
- Trigo	- 1 kg »	- 0,80 kg de »
Frutas secas		
- Amêndoa	- 1 kg de amêndoa em casca	- 0,225 kg de amêndoa descascada
- Amendoim	- 1 kg » amendoim em casca	- 0,73 kg » amendoim descascado
- Avelã	- 1 kg » avelã em casca	- 0,73 kg » avelã descascada
- Noz	- 1 kg » noz em casca	- 0,73 kg » noz descascada
Laticínios		
- Leite	- 1 l de leite de vaca	- 0,12 kg de leite em pó
- »	- 1 l » » » » desnatado	- 0,08 a 0,09 kg de leite em pó
- »	- 1 l » » » » »	- 0,36 kg de leite condensado a 65%
- »	- 1 l » » » » »	- 0,04 kg de manteiga
- »	- 1 l » » » » »	- 0,08 kg de queijo curado de vaca
- »	- 1 l » » » ovelha	- 0,14 a 0,17 kg de queijo curado de ovelha
- »	- 1 l » » » cabra	- 0,12 kg de queijo curado de cabra
Diversos		
- Azeite	- 1 l de azeite virgem	- (100 - $\frac{2n+2}{100}$) de azeite refinado 100 (n - grau de acidez)
- Azeitonas	- 1 kg de azeitona	- 0,16 l de azeite
- Cana sacarina	- 1 kg » cana sacarina	- 0,07 kg de açúcar
- Chá	- 1 kg » folhas verdes	- 0,24 kg de chá
- Cortiça	- 1 kg » cortiça	- 0,60 kg de granulado
- »	- 1 kg » »	- 0,36 kg de aglomerados de isolamento
- »	- 1 kg » »	- 0,80 kg de aglom. de revest. e compostos
- Tabaco	- 1 kg » tabaco verde (planta)	- 0,56 kg » tabaco verde (folha)
- »	- 1 kg » » » (folha)	- 0,10 kg » » seco

OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

- Preços e índices de preços mensais no produtor de alguns produtos agrícolas (output);
- Preços e índices de preços mensais dos meios de produção na agricultura (input);
- Produção de azeite segundo o tipo de lagar e sistema de extração;
- Produção de pintos do dia;
- Reses abatidas e aprovadas para consumo, segundo as espécies, por meses.

www.ine.pt

ISBN 978-989-25-0605-0

Ano de edição 2022



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



ESTATÍSTICAS
AGRÍCOLAS
2021





FICHA TÉCNICA

TÍTULO |

Estatísticas Agrícolas - 2021

EDITOR |

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Av. António José de Almeida

1000-043 Lisboa

Portugal

Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO |

Francisco Lima

DESIGN E COMPOSIÇÃO |

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Publicação periódica|

Anual

Agricultura, floresta e pescas | Agricultura, floresta e pescas

Edição digital |

ISSN 0079-4139

ISBN 978-989-25-0605-0



 Apoio | ao utilizador

218 440 695

O INE, I.P. na Internet
www.ine.pt



INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a edição de 2021 das “Estatísticas Agrícolas”, um retrato atual e abrangente da agricultura nacional, reportando-se a informação ao último período temporal disponível. De referir que o layout desta edição foi renovado, sendo que os quadros de informação estão disponíveis apenas em formato editável. A publicação está organizada em 12 capítulos, constando no final de cada um, sempre que disponível, os links para os respetivos indicadores do portal.

O INE tem vindo a desenvolver esforços no sentido da apropriação de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, com o objetivo de reduzir os custos e a carga sobre os respondentes.

O INE agradece a todos os que contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial aos agricultores, associações de produtores e às empresas que responderam aos inquéritos, bem como ao Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e da Alimentação (GPP), à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ao Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), às Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), ao Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), à Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e a todas as outras entidades que facultaram informação em tempo oportuno.

Acreditando que a crítica construtiva serve de estímulo para o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade da informação estatística, o INE agradece todas as sugestões formuladas pelos utilizadores que possam contribuir para a valorização da informação sobre o setor agrícola.

julho de 2022

INTRODUCTION

Statistics Portugal presents the 2021 compendium of “Agriculture Statistics” edition, reporting the information to the last available reference period and a wide scope of data concerning national agriculture activity. It should also be noted that the layout was renewed, being the tables only available in editable format. The publication is organized into 12 chapters, with links to the Statistics Portugal web portal indicators at the end of each one, whenever available.

Statistics Portugal has been developing efforts towards the use of administrative data to produce official statistics, to reduce the costs and the burden on respondents.

Statistics Portugal would like to thank all entities that have contributed to this publication and acknowledge particularly the survey respondents, as well as the following entities: Office of Planning, Policies and General Administration of Ministry of Agriculture and food, Institute for Nature Conservation and Forestry, General Directorate of Food and Veterinary, Wine and Vineyard Institute, General Directorate of Agriculture and Rural Development, Regional Directorates of Agriculture and Fisheries, Azores Regional Statistical Service, Madeira Regional Statistical Directorate, and to all the other entities that supplied information on time.

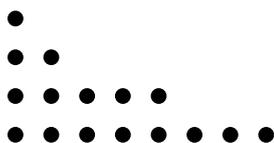
Believing that constructive criticism serves as a stimulus for improving the quality of statistical information, Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions from users, which will play a role in improving future information for the agricultural sector.

july 2022

ÍNDICE

INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	3
SUMÁRIO EXECUTIVO/EXECUTIVE SUMMARY	5
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS	15
1 - PRODUÇÃO VEGETAL	17
2 - PRODUÇÃO ANIMAL	37
3 - PRODUÇÃO FLORESTAL	47
4 - AGRICULTURA E AMBIENTE	63
5 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES DAS BEBIDAS E DO TABACO	76
6 - COMÉRCIO INTERNACIONAL: PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES E PRODUTOS FLORESTAIS	81
7 - BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO	100
8 - BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA	107
9 - PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA	112
10 - CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA	116
11 - CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA	119
12 - META-INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	122





SUMÁRIO EXECUTIVO

PRODUÇÃO VEGETAL - ANO AGRÍCOLA 2020/2021

O ano agrícola 2020/2021 em Portugal continental caracterizou-se em termos meteorológicos como quente e seco.

A produção de cereais de Outono/Inverno foi de 189,2 mil toneladas, uma das mais baixas dos últimos 35 anos (apenas superior às campanhas de 2005, 2011 e 2012), reflexo de uma redução quase generalizada em todas as espécies.

A produção de cereais de Primavera/Verão aumentou 10,3% no milho e 32,5% no arroz.

A quantidade rececionada de tomate para a indústria atingiu 1,591 milhões de toneladas (1,255 milhões de toneladas na campanha anterior) devido a produtividades historicamente elevadas, próximas das 100 toneladas por hectare.

A produção de maçã alcançou as 368,2 mil toneladas, a segunda colheita mais produtiva dos últimos 35 anos (apenas ultrapassada pela de 2019, com 370,7 mil toneladas).

A produção de pera registou um valor de 225,4 mil toneladas, refletindo um acréscimo de 72% face à campanha anterior (uma das piores da última década).

A produção de kiwi ultrapassou pela primeira vez as 55 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de 21,0%, face à campanha anterior.

A campanha da cereja foi a mais produtiva dos últimos 49 anos, maioritariamente devido à inédita produção das variedades de estação/tardias.

A entrada em produção de novos amendoais intensivos contribuiu para um aumento de produção de 31,1%, atingindo as 41,5 mil toneladas de amêndoa.

A produção de castanha registou uma quebra de 11,9% devido ao surto de septoriose desencadeado pela ocorrência de vários períodos de precipitação e de temperaturas médias relativamente baixas durante o final de julho e princípio de agosto.



A produção de vinho aumentou 14,7%, alcançando os 7,2 milhões de hectolitros, volume superior à vindima de 2020 (6,3 milhões de hectolitros) e à média dos últimos cinco anos (6,4 milhões de hectolitros).

A produção de azeite disparou para um máximo histórico de 2,29 milhões de hectolitros (+49% que em 2019, o segundo melhor registo desde 1915) em resultado de condições meteorológicas favoráveis, conjugadas com o aumento da importância dos olivais intensivos de regadio e com o facto ter sido um ano de safra.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2021

A produção total de carne situou-se nas 911 mil toneladas, refletindo um aumento de 1,0%, face a 2020.

A carne de reses (inclui a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos), registou uma ligeira subida (+ 0,8%) atingindo as 498 mil toneladas;

A produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos) ascendeu a 398 mil toneladas, um acréscimo de 1,3%, face ao ano anterior.

As produções de carne de bovino (103 mil toneladas), ovino (15,9 mil toneladas) e caprino (1,3 mil toneladas), mostraram, face a 2020, acréscimos de 5,3%, 9,0% e 14,8%, respetivamente.

As 377 mil toneladas de carne de suíno indicam praticamente uma manutenção do volume total relativamente ao ano anterior (-0,7%).

A produção bruta de carne de frango registou um nível semelhante a 2020 (+0,8%), tendo-se situado nas 313 mil toneladas, a carne de peru (55,0 mil toneladas) aumentou 3,8% e a de pato (10,4 mil toneladas) cresceu 1,1%.

A produção bruta de ovos de galinha foi 142 mil toneladas, o que representou uma redução de 2,9% face ao ano anterior, com o volume de ovos para consumo (122 mil toneladas) inferior em 3,5% e o de ovos para incubação (20,4 mil toneladas) com uma variação pouco significativa (+0,8%).

O total de leite contabilizou 2 029 milhões de litros, correspondente a menos 0,5% relativamente ao ano 2020, com o volume de leite de vaca (1 928 milhões de litros) a apresentar uma ligeira variação negativa (-0,4%) e os leites de ovelha e cabra também com ligeiros decréscimos de 0,5% e 1,6%, respetivamente.

A produção da indústria de lacticínios nacional resultou num menor volume total de produtos lácteos em 2021, evolução que ficou a dever-se à redução ocorrida nos produtos frescos, sobretudo no leite para consumo, que diminuiu 6,2% face a 2020. Contrariamente, os produtos transformados registaram um maior volume de produção, nomeadamente o queijo de vaca e o leite em pó.

3

PRODUÇÃO FLORESTAL

Em Portugal, o número de incêndios rurais em 2021 foi 8 230, menos 15,0% de ocorrências face a 2020 e marcadamente inferior à média das duas últimas décadas, que superaram o número de incidências em 1,9 e 3,4 vezes respetivamente.

A superfície ardida em Portugal em 2021 foi de 28,4 mil hectares no Continente e 0,07 mil hectares na R.A.M (68,6 mil hectares e 1,4 mil hectares em 2020), o que posiciona 2021 como o segundo da última década (2012-2021) com menor área ardida (4,5 vezes inferior à média da área ardida na década em análise).

Em Portugal Continental, no ano 2021, a área de caça distribuiu-se por 6 979 mil hectares distribuídos por 5 145 zonas de caça, mais 42 espaços distribuídos por menos 30,0 mil hectares que em 2020.

As 115 726 licenças de caça emitidas na época venatória 2021/2022 (111 926 em 2020/2021), traduzem um acréscimo de 3,4%, gerando uma receita de 5,7 milhões de euros, superior em 3,8% à de 2020/2021.

4

AGRICULTURA E AMBIENTE

Portugal é o EM da UE27 com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo), registando em 2020 um consumo aparente de 31,0 kg por hectare de SAU, menos de metade da média da UE27 (72,6 kg por hectare de SAU).

Em 2020 foram vendidos 2,3 kg de substância ativa dos principais grupos de pesticidas por hectare de SAU, proporção acima da média europeia (2,0 quilogramas de substância ativa por hectare de SAU).

O balanço bruto do azoto no solo foi de 142,6 mil toneladas de azoto em 2021, equivalente a 35,8 kg de azoto por hectare de SAU (41,3 kg de azoto por hectare de SAU em 2020).

Em 2021 o balanço do fósforo registou um excesso de 8,1 mil toneladas (12,2 mil toneladas de P em 2020), equivalente a 2,0 kg de fósforo por hectare de SAU (3,1 kg de P por hectare de SAU em 2020).

5

INDÚSTRIA ALIMENTAR, DAS BEBIDAS E DO TABACO - 2020

As Indústrias Alimentares mantiveram-se como a principal atividade da produção industrial nacional com 14,5% do total das vendas em 2020 (13,0% em 2019).

Em 2020, 7,5% do valor das vendas teve como destino o mercado nacional (-2,8 p.p. face a 2019) e 90,8% a União Europeia (+2,6 p.p. face a 2019).

Valor das vendas das Indústrias Alimentares em 2020 fixou-se nos 11,7 mil milhões de euros, menos 78 milhões de euros face a 2019.

Atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das Indústrias Alimentares com 20,9% do total do valor de vendas (21,0% em 2019).

Indústria das Bebidas faturou 2,8 mil milhões de euros em 2020, menos 250 milhões de euros que em 2019, tendo a “indústria do vinho” contribuído com 55,7% do total do valor das vendas (51,8% em 2019).

COMÉRCIO INTERNACIONAL - 2021

O défice da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)” totalizou 3 845,9 milhões de euros em 2021, um agravamento de 401,6 milhões de euros face ao ano anterior.

Os “Cereais” foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, aumentando o défice em 154,6 milhões de euros, o 2º maior défice (depois das “carnes e miudezas, comestíveis”) no conjunto dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas).

O saldo da balança comercial das “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” aumentou 101,6 milhões de euros face a 2020, atingindo um excedente de 790,3 milhões de euros.

O saldo da balança comercial dos “Produtos do setor florestal” alcançou os 2 744,2 milhões de euros em 2021, aumentando 364,7 milhões de euros comparativamente ao ano anterior.

BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO

Em 2021 o mercado interno contribuiu com 81,6% da quantidade de carne necessária para satisfazer as necessidades nacionais de consumo (80,2% em 2020). A carne de animais de capoeira foi a mais consumida (43,5 kg/habitante, que compara com 44,3 kg/habitante em 2020), seguida da carne de suíno (42,1 kg/habitante vs 41,1 kg/habitante em 2020).

O grau de autoaprovisionamento do leite para consumo público manteve-se excedentário e até aumentou em 2021, atingindo 110,5% (106,7% em 2020). Este resultado deveu-se ao facto do decréscimo no consumo (-8,2%) ter superado a diminuição da produção (-6,1%).

O grau de autoaprovisionamento dos cereais (exceto arroz) ficou-se pelos 19,4%, refletindo os decréscimos verificados na produção de grão (-8,1%) e nas exportações (-4,5%), uma vez que as importações mantiveram-se ao mesmo nível da campanha anterior.

A quantidade total de frutos disponível para consumo humano diminuiu 0,2% em 2020/2021 equivalendo a um consumo *per capita* de 148,8 kg de frutos por habitante (149,2 kg na campanha 2019/2020). O grau de autoaprovisionamento fixou-se nos 70,1%, 29,9 p.p. abaixo da autossuficiência.

O consumo humano de azeite foi de 58 mil toneladas em 2020 (70 mil toneladas em 2019), equivalente a um consumo *per capita* de 5,6 kg por habitante (6,8 kg em 2019).

Na campanha 2020/2021, o grau de autoaprovisionamento do vinho registou um decréscimo de 19,6 p.p. fixando-se em 113,0% (132,6% na campanha anterior). Para este resultado contribuiu o decréscimo de 1,7% na produção vinícola e o aumento do consumo humano em 22,6%.

BALANÇA ALIMENTAR

O aporte calórico médio diário por habitante no período 2016-2020 foi de 4 075 kcal, duas vezes o valor recomendado para um adulto com um peso médio saudável.

O índice de adesão à dieta mediterrânica melhorou em 2020, registando um nível idêntico ao obtido em 2012 em plena crise económica (1,157).

ESTATÍSTICAS DE PREÇOS AGRÍCOLAS - 2021

O índice de preços de produção dos bens agrícolas aumentou 5,6%. Este crescimento deveu-se às evoluções de +8,0% no índice de preços da produção vegetal e de +2,0% no índice de preços da produção animal.

O índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura registou uma variação de +14,2% e o índice de preços dos bens e serviços de investimento da atividade agrícola uma evolução de +3,2%.

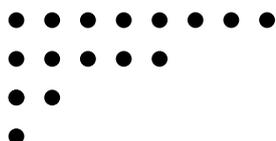
CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA - 2021

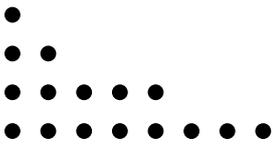
Em 2021, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), apresentou um aumento (+9,6%), em consequência dos acréscimos do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (+7,1%) e dos Outros subsídios à produção (+12,0%), após uma quase estagnação em 2020 (-0,1%).

O aumento do VAB, em termos nominais, resultou do efeito combinado dos crescimentos nominais da Produção do ramo agrícola (+10,7%) e do Consumo intermédio (+13,0%). Em termos reais, o VAB aumentou um pouco mais (+9,4%), refletindo a diminuição do deflator implícito.

CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA - 2020

Em 2020, o VAB da silvicultura decresceu em volume e em valor (-6,5% e -8,5%, respetivamente), mantendo a tendência decrescente registada desde 2015. A produção diminuiu em termos nominais e reais (-5,8% e -7,2%, respetivamente), em resultado do decréscimo generalizado em todos os produtos silvícolas, com exceção da madeira para energia.





EXECUTIVE SUMMARY

CROP PRODUCTION - CROP YEAR 2019/2020

Crop year 2020/2021 in mainland Portugal was meteorologically characterized as hot and dry.

Winter cereal production was 189.2 thousand tonnes, one of the lowest in the last 35 years (only above 2005, 2011 and 2012 campaigns), reflecting an almost generalized reduction in all species.

In summer crops, production increased by 10.3% in maize and 32.5% in rice.

The amount of tomato growing for processing reached 1,591 million tonnes (1,255 million tonnes in the previous season) due to historically high yields, close to 100 tonnes per hectare.

Apple production reached 368.2 thousand tonnes, the second most productive harvest in the last 35 years (only surpassed by 2019, with 370.7 thousand tonnes).

Pear production registered a value of 225.4 thousand tonnes, reflecting an increase of 72.0% compared to the previous season (one of the worst in the last decade).

Kiwi production exceeded 55 thousand tonnes for the first time, which corresponds to an increase of 21.0% compared to the previous campaign.

The cherry season was the most productive in the last 49 years, mainly due to the unprecedented production of mid-season/late varieties.

The entry into production of new intensive almonds groves contributed to a 31.1% increase in production, reaching 41.5 thousand tonnes of almonds.

Chestnut production fell by 11.9% due to the outbreak of Septoria, triggered by the occurrence of several periods of precipitation and relatively low average temperatures during late July and early August.

Wine production increased by 14.7%, reaching 7.2 million hectolitres, a volume higher than the 2020 harvest (6.3 million hectolitres) and the average of the last five years (6.4 million hectolitres).

Olive oil production soared to an all-time high of 2.29 million hectolitres (+49% compared to 2019, the second-best record since 1915) as a result of favourable weather conditions, combined with the increased importance of intensive irrigated olive groves and with the fact that the previous campaign was a bad harvest year.



ANIMAL PRODUCTION - 2021

Total meat production was 911 thousand tonnes, reflecting a raise of 1.0% when compared with 2020.

Total bovine, pig, sheep, goat and horse meat had a slight increase (+0.8%), reaching 498 thousand tonnes.

Poultry meat (includes chicken, turkeys, and ducks) had a total production of 398 thousand tonnes, higher by 1.3%, vis-à-vis 2020.

Beef meat (103 thousand tonnes), sheep meat (15.9 thousand tonnes) and goat meat (1.3 thousand tonnes) rose by 5.3%, 9.0% and 14.8%, respectively.

Pig meat production of 377 thousand tonnes was practically a maintenance (-0.7%), when compared to the previous year.

Broiler meat production (313 thousand tonnes) had a similar level to the one registered in 2020 (+0.8%), turkey meat (55.0 thousand tonnes) increased by 3.8% and duck meat (10.4 thousand tonnes) grew by 1.1%.

Total production of chicken eggs was 142 thousand tonnes, a drop of 2.9% vis-à-vis 2020, with eggs for consumption (122 thousand tonnes) lower by 3.5% and eggs for hatching (20.4 thousand tonnes) showing a small variation (+0.8%).

Total milk production (2,029 million liters) showed a variation of less 0.5%, relatively to 2020, with cow's milk (1,928 million liters) showing a small decrease of 0.4%, while sheep milk and goat milk production also slightly reduced by 0.5% and 1.6%, respectively.

Total dairy industry production was lower in 2021, due to the reduction of fresh milk products, especially drinking milk, which decreased by 6.2% vis-à-vis 2020. On the contrary, manufactured products had a larger production level, namely for cow's cheese and milk powder.



FOREST PRODUCTION

The number of rural fires in 2021 in Portugal was 8,230, 15.0% fewer occurrences compared to 2020, and significantly lower than the average of the last two decades, which exceeded the number of incidents by 1.9 and 3.4 times, respectively.

The area burned in Portugal in 2021 was 28.4 thousand hectares on the mainland and 0.07 thousand hectares in the R.A.M (68.6 thousand hectares and 1.4 thousand hectares in 2020). This result places 2021 as the second in the last decade (2012-2021) with the lowest burnt area (4.5 times lower than the average burnt area in the decade under analysis).

In mainland Portugal, in 2021, the hunting area was distributed over 6,979 thousand hectares allocated into 5,145 hunting areas, 42 more spaces and 30.0 thousand hectares less than in 2020.

The 115,726 hunting licenses issued in the 2021/2022 hunting season (111,926 in 2020/2021), means an increase of 3.4%, generating revenue of 5.7 million euros, 3.8% higher than in 2020/2021.

4 AGRICULTURE AND THE ENVIRONMENT

Portugal is the MS in the EU27 with the lowest consumption of mineral fertilizers (nitrogen and phosphorus), recording in 2020 an apparent consumption that is less than half the EU27 average (31.0 kg compared to 72.6 kg per hectare of UAA).

In 2020, 2.3 kg of active substance from the main groups of pesticides were sold per hectare of UAA, an amount above the European average (2.0 kg of active substance per hectare of UAA).

The net nitrogen balance in the soil was 142.6 thousand tonnes nitrogen in 2021, equivalent to 35.8 kg of nitrogen per hectare of UAA (41.3 kg of nitrogen per hectare of UAA in 2020).

In 2021, the phosphorus balance recorded an excess of this nutrient in the order of 8.1 thousand tonnes of phosphorus (12.2 thousand tonnes of phosphorus in 2020), equivalent to 2.0 kg of phosphorus per hectare of UAA (3.1 kg of phosphorus per hectare in 2020).

5 FOOD, BEVERAGE AND TOBACCO INDUSTRY - 2020

Food Industries remained the main activity of national industrial production with 14.5% of total sales in 2020 (13.0% in 2019).

In 2020, 7.5% of the value of food sales was destined to national market (-2.8 p.p. compared to 2019) and 90.8% to European Union (+2.6 p.p. compared to 2019).

The value of Food Industry sales reached 11.7 billion Euros, less 78 million Euros compared to 2019.

The activity of “slaughter of animals, preparation and preservation of meat and meat products” was the most valued of the food industries with 20.9% of total sales value (21.0% in 2019).

The beverage industry accounted around 2.8 billion Euros of sales in 2020, less 250 million Euros than in 2019, while the “wine industry” accounted for 55.7% of total sales (51.8 % in 2019).

Tobacco industry sales totalled 676.3 million Euros, plus 72 million higher than in 2019.



INTERNATIONAL TRADE - 2021

The commercial deficit of agricultural and food products (excluding beverages and fishery products) reached 3,845.9 million Euros in 2021, which represents an increase of 401.6 million Euros over the previous year.

“Cereals” were the group that most contributed to this escalation, increasing the deficit by 154.6 million Euros, the 2nd largest deficit (after “meat and edible meat offal”) in the group of “Agricultural and food products” (excluding beverages and fishery products).

The trade balance of “Beverages, spirits and vinegars” increased 101.6 million Euros reaching a commercial surplus of 790.3 million Euros.

Trade balance of forest products had a surplus of 2,744.2 million Euros in 2021, increasing 364.7 million Euros, when compared with the previous year.



SUPPLY BALANCES

In 2021 the domestic market contributed with 81.6% of the meat necessary to satisfy the national consumption needs (80.2% in 2020). Poultry meat was the most consumed type of meat (43.5 kg/inhab which compares with 44.3 kg/inhab in 2020) followed by pig meat (42.1 kg/inhab vis-à-vis 41.1 kg/inhab in 2020).

Self sufficiency of milk for public consumption remained in surplus and even increased in 2021, reaching 110.5% (106.7% in 2020). This result was due to the fact that the decrease in consumption (-8.2%) outweighed the decrease in production (-6.1%).

Self sufficiency of cereals (except rice) stood at 19.4%, reflecting the decreases in grain production (-8.1%) and exports (-4.5%), since imports remained at the same level as in the previous year.

Total amount of fruit available for human consumption decreased by 0.2% in 2020/2021 campaign, equivalent to a consumption of 148.8 kg of fruit per inhabitant (149.2 kg in 2019/2020 campaign). The self-sufficiency stood at 70.1%, 29.9 p.p. below self sufficiency;

Human consumption of olive oil was 58 thousand tonnes in 2020 (70 thousand tonnes in 2019), equivalent to a consumption of 5.6 kg per inhabitant (6.8 kg in 2019);

In the 2020/2021 campaign, wine self sufficiency decreased by 19,6 p.p. and stood at 113.0% (132.6% in previous campaign). To this result contributed the decrease in production (-1.7%) and the increase of human consumption (+22.6%).

8

FOOD BALANCE

Average daily caloric intake per inhabitant in the period 2016-2020 was 4,075 kcal, twice the recommended value for an adult with an average healthy weight.

Adherence to the Mediterranean diet improved in 2020, registering a level identical to that obtained in 2012 during the economic crisis (1,157).

9

AGRICULTURAL PRICE STATISTICS – 2021

The agricultural goods output price index registered an increase of 5.6%. This growth was due to an increase of 8.0% in the crop output price index and of 2.0% in the animal output price index.

The price index of goods and services currently consumed in agriculture increased by 14.2% and the price index of goods and services contributing to agricultural investment grew by 3.2%.

10

ECONOMIC ACCOUNTS FOR AGRICULTURE – 2021

In 2021 the income from agricultural activity, in real terms, per annual work unit (AWU), registered an increase (+9.6%), as a result of the increases in Gross Value Added (GVA) (+7.1%) and Other subsidies on production (+12.0%), after a stagnation in 2020 (-0.1%).

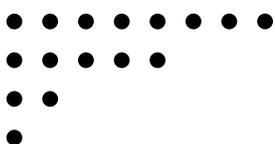
The increase in GVA, in nominal terms, resulted from the combined effect of a nominal growth of Output of the agricultural industry (+10.7%) and Intermediate consumption (+13.0%). In real terms, GVA increased slightly more (+9.4%), reflecting the decrease in the implicit deflator.

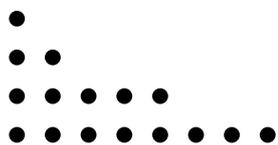
11

ECONOMIC ACCOUNTS FOR FORESTRY – 2020

In 2020, the GVA of forestry decreased in volume and value (-6.5% and -8.5%, respectively), maintaining the downward trend recorded since 2015.

Output decreased in nominal and real terms (-5.8 % and -7.2%, respectively), because of the general decrease in all forestry products, except for wood for energy.





SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
ə	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
Pe	Valor preliminar
Po	Valor provisório
Rc	Valor retificado
Rv	Valor revisto

SIGLAS

AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário em Portugal
BAP	Balança Alimentar Portuguesa
c	Cabeças
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CEA	Contas Económicas da Agricultura
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CES	Contas Económicas da Silvicultura
CI	Consumo Intermédio
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DRAP	Direções Regionais de Agricultura e Pescas
DOP	Denominação de Origem Protegida
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EEE	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EM	Estado-Membro
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
g	Gramas
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFN	Inventário Florestal Nacional

INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IRH	Indicador de risco harmonizado
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
H	Homens
ha	Hectare
hl	Hectolitro
HM	Total de homens e mulheres
kWh	Quilovátios-hora (Kilowatt-hora)
l	Litro
LMR	Limite Máximo de Resíduos
M	Mulheres
n. e.	Não especificado
n.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
COM	Organização Comum do Mercado
p	Peso
PAC	Política Agrícola Comum
pc	Peso carcaça
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POEC	Plano de Ordenação de Exploração Cinegética
pv	Peso vivo
s.a.	Substância ativa
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
t	Tonelada
UE	União Europeia
unid.	Unidade
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

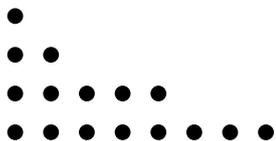


NOTAS

Além destes sinais e siglas, são utilizados os símbolos do sistema métrico decimal.

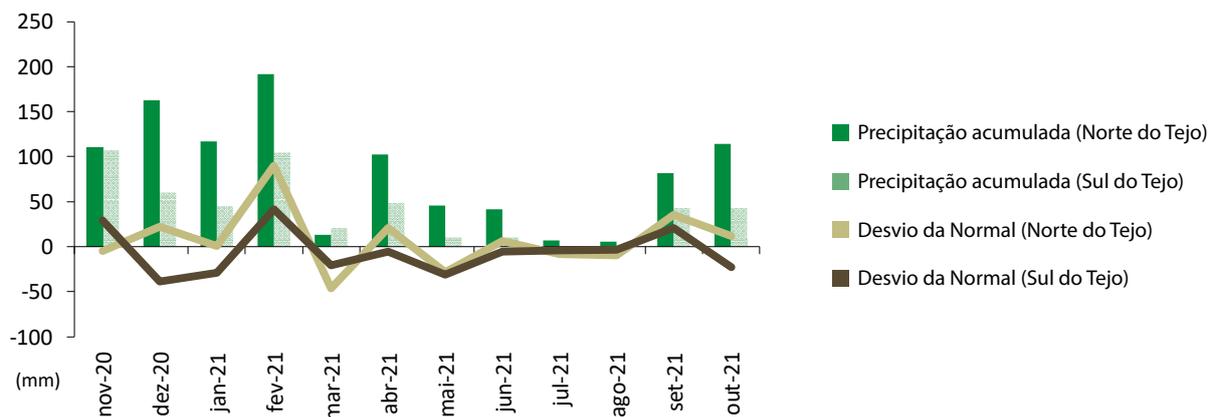


PRODUÇÃO VEGETAL



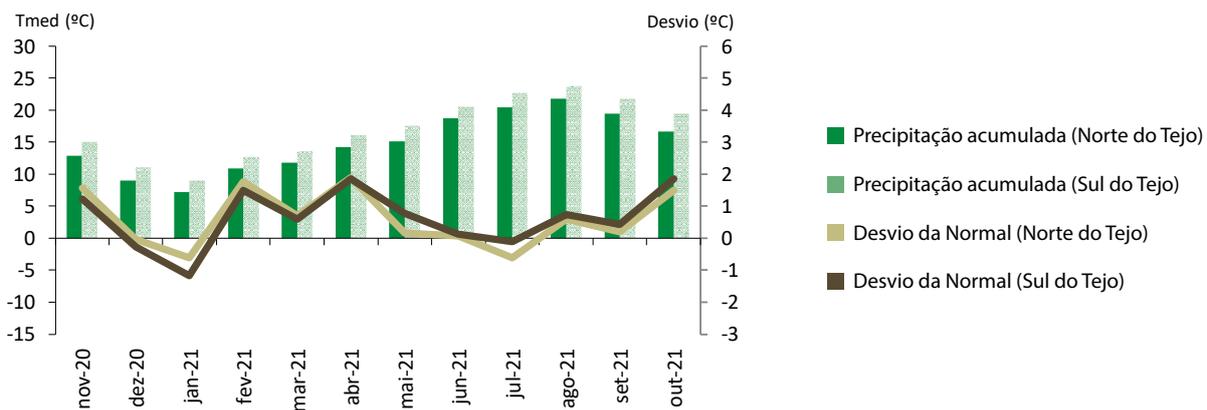
O ano agrícola 2020/2021 em Portugal continental caracterizou-se em termos meteorológicos como quente e seco.

FIGURA 1.1
Precipitação
(ano agrícola 2020/2021)



FORNTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

FIGURA 1.2
Temperatura
(ano agrícola 2020/2021)



FORNTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

O outono foi quente e normal em relação à precipitação. O valor médio da temperatura média do ar, 16,8°C, foi 0,5°C superior à normal. Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de setembro a novembro, 263,5mm, correspondeu a cerca de 106% do valor médio.

FIGURA 1.3
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Outono (2000-2020)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

O inverno 2020/21 (dezembro 2020, janeiro e fevereiro 2021) classificou-se como quente em relação à temperatura do ar e normal em relação à precipitação. O valor da temperatura média do ar, 9,8°C, foi superior à normal com uma anomalia de +0,3°C. O total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de dezembro a fevereiro, 373,3mm, corresponde a cerca de 106% do valor médio. Realce para a situação o mês de fevereiro, que foi o quinto mais quente desde 1931.

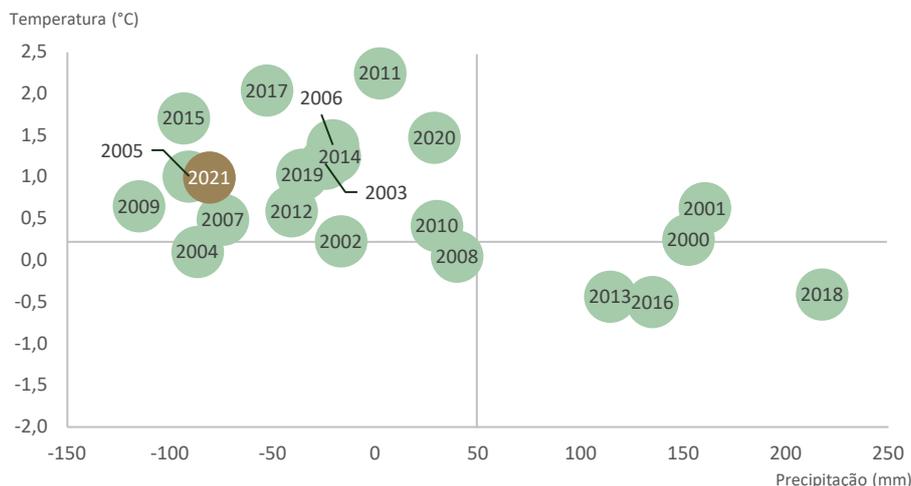
FIGURA 1.4
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Inverno (2000-2021)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

A primavera de 2021 classificou-se como muito quente e muito seca. O valor da temperatura média do ar, 14,6°C, foi superior à normal com uma anomalia de + 1,0°C. Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de março a maio, 130,6mm, corresponde a cerca de 62% do valor médio. Destaque para o mês de abril que registou valores de temperatura do ar (mínima, média e máxima) muito superiores ao normal.

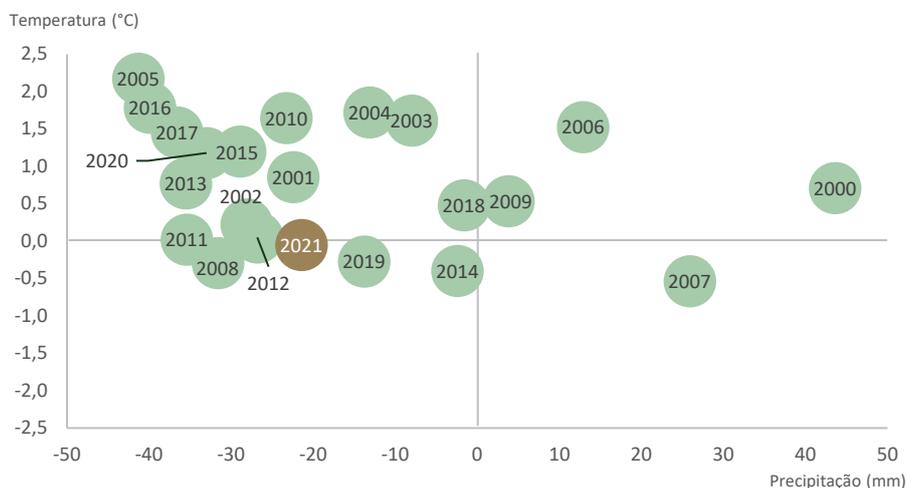
FIGURA 1.5
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Primavera (2000-2021)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

O verão de 2021 classificou-se como normal em relação à temperatura do ar e seco em relação à precipitação. O valor da temperatura média do ar foi de 21,2°C (-0,1°C em relação ao valor normal). Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de junho a agosto, 38,3mm, foi inferior ao normal e corresponde a cerca de 64% do valor médio.

FIGURA 1.6
Desvios da temperatura média e precipitação face à normal 1971-2000 Verão (2000-2021)



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

Prados, pastagens e culturas forrageiras

As condições climáticas ocorridas durante a primavera (excetuando março, que foi muito seco) foram favoráveis ao desenvolvimento das pastagens e promoveram o aumento de biomassa da generalidade das culturas destinadas à alimentação dos efetivos pecuários. A disponibilidade de matéria verde nas pastagens da maioria das explorações pecuárias em sistema extensivo garantiu, até ao início do verão, a alimentação dos efetivos, com contribuições pontuais de fenos, palhas, silagens e/ou alimentos concentrados em quantidades inferiores às da campanha anterior. Ao longo do verão as disponibilidades dos restolhos das culturas forrageiras e dos cereais de inverno foram diminuindo, tendo sido necessário recorrer ao contributo dos fenos e silagens em quantidades próximas das habituais nesta época do ano. Globalmente as condições meteorológicas permitiram uma produção forrageira 10% a 20% superior à obtida na campanha anterior, garantindo as necessárias provisões para alimentar os efetivos nos períodos de menor produção forrageira das pastagens (verão/inverno).

Cereais de outono/inverno

Os períodos de precipitação de novembro e dezembro dificultaram as sementeiras dos cereais de outono/inverno, registando-se a interrupção destas operações quando as condições não eram agronomicamente aceitáveis (solos encharcados). Apesar dos atrasos, as germinações foram boas e as searas apresentaram povoamentos homogéneos e um aspeto vegetativo dentro dos padrões normais.

A campanha cerealífera decorreu com normalidade, embora a acentuada redução dos teores de humidade do solo tenha condicionado o enchimento do grão, principalmente nas searas instaladas mais cedo e, em particular, no Alentejo Central e Baixo Alentejo. De referir que algumas searas continuaram a ser atacadas por javalis, principalmente no interior Norte e Centro, com prejuízos assinaláveis para alguns produtores.

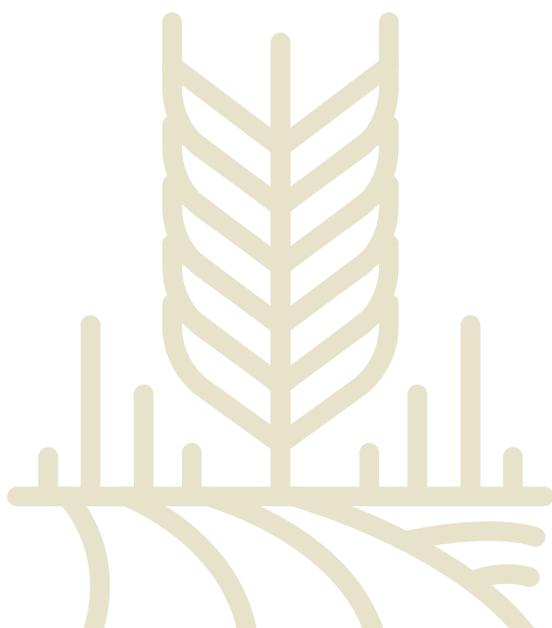
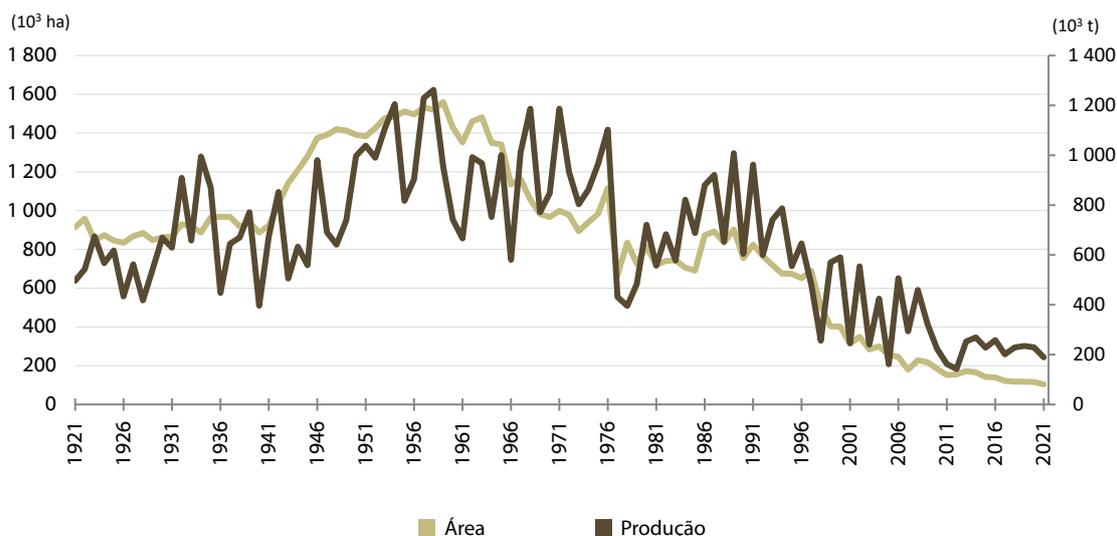


FIGURA 1.7
Área e produção de cereais de inverno
(1921-2021)



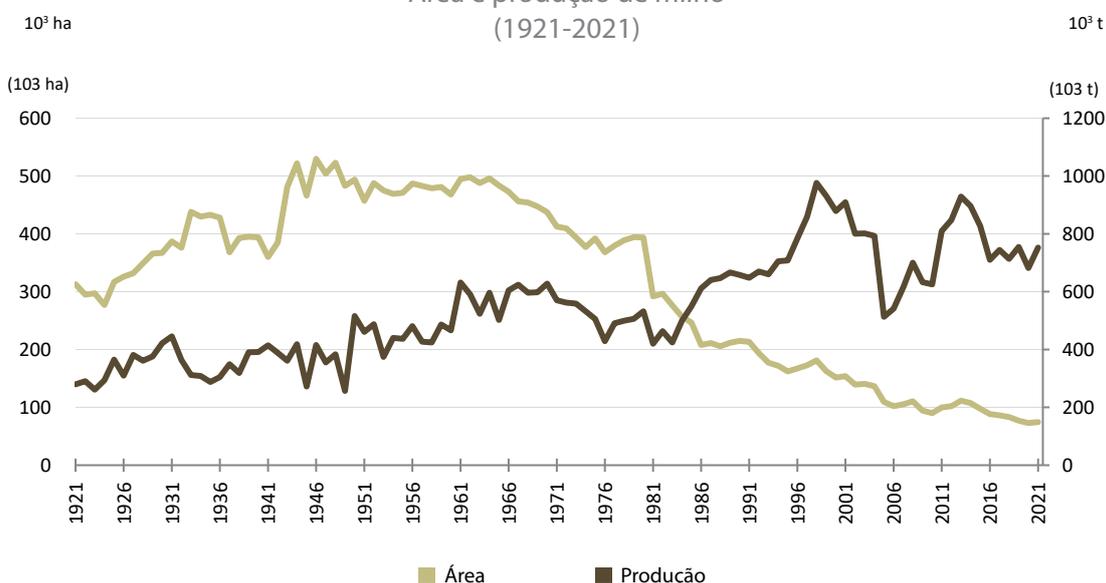
FONTA: INE, I. P.

Grande parte da colheita dos cereais de inverno estava terminada no final de julho, registando-se quebras em todos os cereais de inverno, com exceção do trigo duro, cujo significativo aumento de área determinou uma subida de 16% na produção.

Cereais de primavera/verão

As sementeiras do milho terminaram, na generalidade, durante a primeira quinzena de junho, e decorreram sem incidentes. Apesar da tendência de subida de preços muito significativa desta *commodity* agrícola nos mercados internacionais (praticamente duplicou o preço entre agosto de 2020 e maio de 2021), a área instalada apenas aumentou 2%, face a 2020.

FIGURA 1.8
Área e produção de milho
(1921-2021)

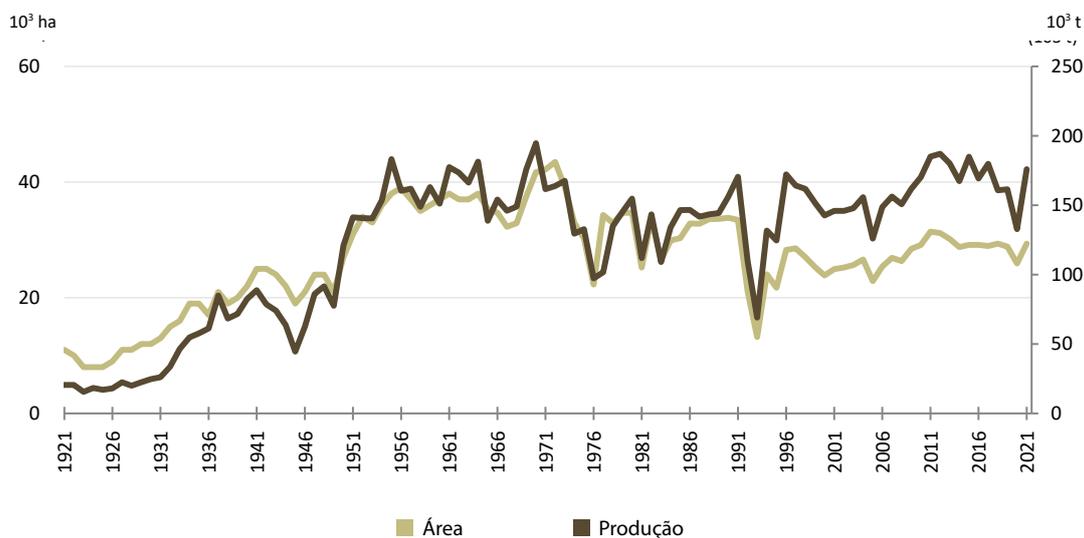


FONTA: INE, I. P.

A colheita do milho de regadio foi antecipada devido à precipitação dos últimos dias do mês de outubro, para evitar o aumento dos teores de humidade do grão e assim desaproveitar a secagem natural. Em resultado da forte precipitação, verificaram-se algumas situações de acama nas searas do Baixo Mondego. No entanto, a produção global (regadio e sequeiro) alcançou as 752,5 mil toneladas, o que corresponde a aumentos de 10,3% relativamente à última campanha e de 3,1% face à média do último quinquénio.

A campanha do arroz decorreu de forma distinta nas principais regiões produtoras: no Baixo Mondego, a produtividade alcançada foi ligeiramente inferior à da campanha anterior (-2%), sobretudo devido à falta de luminosidade e calor durante o verão, ao surgimento não controlado de pirculariose¹ e ao elevado grau de infestação das searas por milhã (situação recorrente e transversal, nas últimas campanhas, a todas as regiões). No Ribatejo, os níveis de luminosidade foram superiores e, apesar da forte presença de infestantes, a produtividade média aumentou cerca de 30%. No Alentejo, o incremento de produção foi essencialmente suportado pelo aumento da área semeada, com a reutilização dos cerca de 3 mil hectares de canteiros no Vale do Sado que, devido a obras de requalificação na infraestrutura de regadio que os alimentava, não puderam ser explorados em 2020.

FIGURA 1.9
Área e produção de arroz
(1921-2021)



FORNTE: INE, I. P.

Globalmente, a produção alcançou as 175,9 mil toneladas, 8,5% acima da média do último quinquénio.

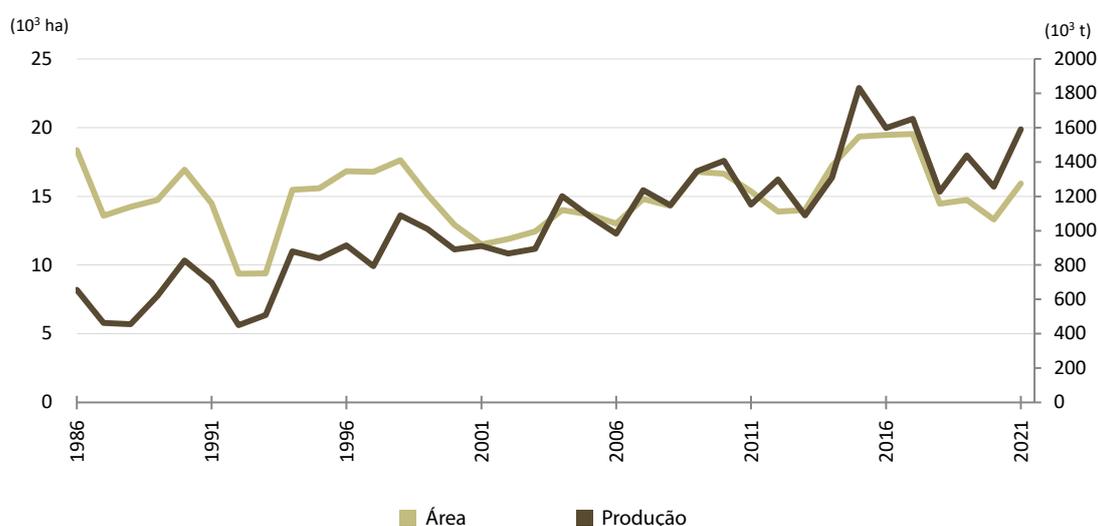
¹ Doença causada pelo fungo *Pyricularia oryzae*, pode atacar toda a parte aérea do arroz, com implicações sérias na produtividade potencial alcançada.

Tomate para a indústria

No tomate para a indústria, as plantações iniciaram-se na última semana de março e decorreram, na generalidade, conforme o planeado, tendo sido concluídas na primeira semana de junho.

As condições meteorológicas favoráveis possibilitaram um bom desenvolvimento vegetativo da cultura e conduziram a uma boa mostra de frutos, que maturaram corretamente. A colheita do tomate para a indústria concluiu-se na primeira semana de outubro, tendo sido rececionadas 1,591 milhões de toneladas, o que corresponde a rendimentos unitários historicamente elevados, próximos das 100 toneladas por hectare.

FIGURA 1.10
Área e produção de tomate para indústria
(1986-2021)



FONTE: INE, I. P.

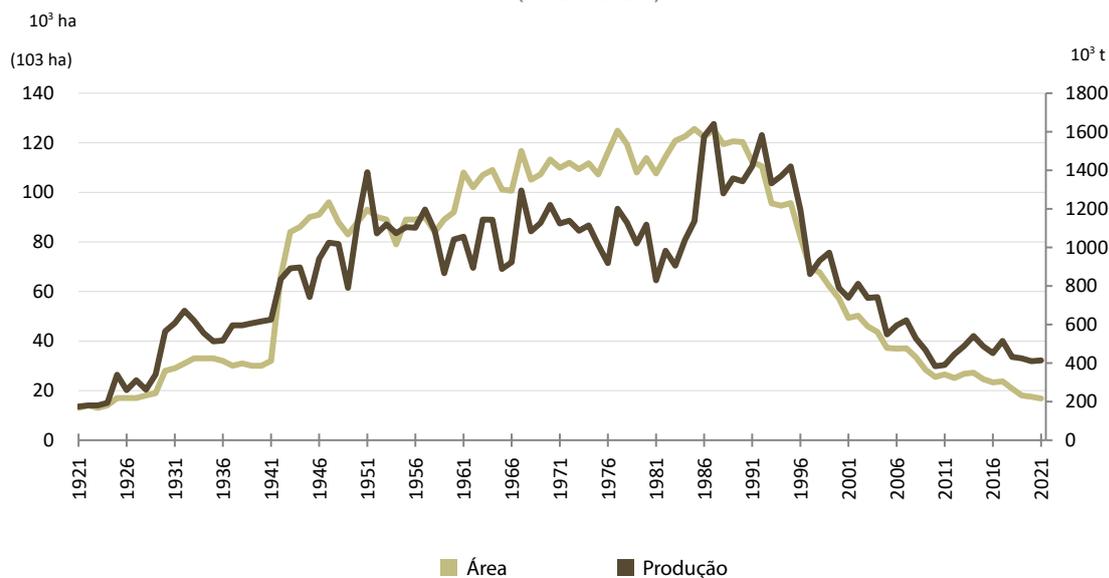
De referir que a qualidade geral da matéria-prima entregue na indústria transformadora foi elevada, com bons índices de cor e valores elevados de grau Brix², embora se tenham verificado, principalmente após as chuvadas do final de setembro, situações de podridão e de alguma sobrematuração.

² A escala de graus Brix (ou o Brix) permite aferir o teor de sólidos solúveis totais de uma solução, sendo que nos frutos/hortícolas mede, essencialmente, os açúcares presentes (frutose e glucose).

Batata

As plantações de batata efetuaram-se com algum atraso, as de sequeiro devido ao frio intenso de janeiro e à precipitação de fevereiro e as de regadio devido à precipitação de abril, que obrigou ao prolongamento da instalação desta cultura pelo mês de maio. Estes condicionalismos resultaram num decréscimo de 4,1% da superfície plantada, face a 2020.

FIGURA 1.11
Área e produção de Batata
(1921-2021)



FONTE: INE, I. P.

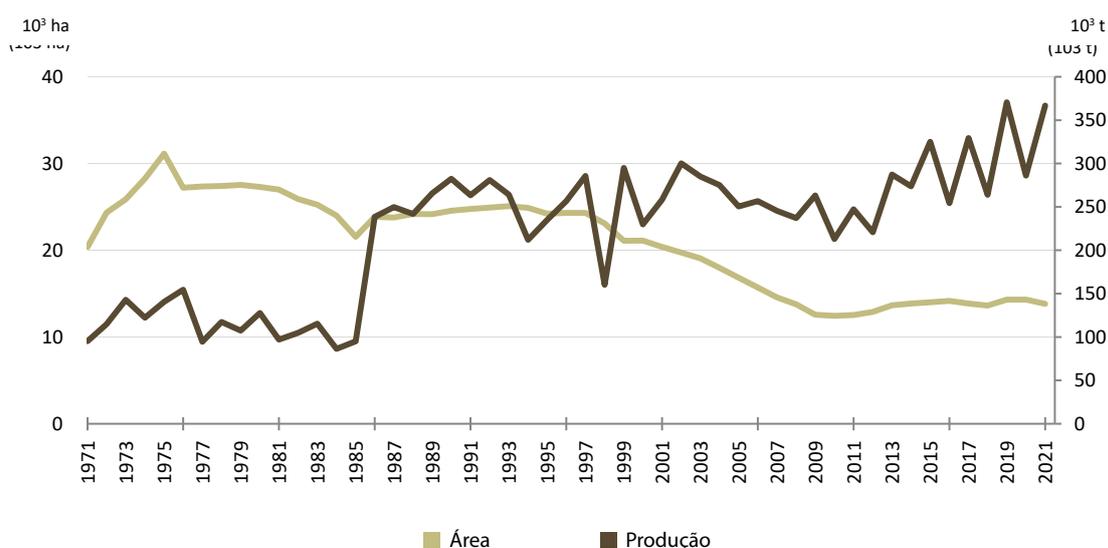
As emergências foram boas, com povoamentos homogéneos e bom desenvolvimento vegetativo, tendo a produtividade ultrapassado as 24 toneladas por hectare. Globalmente, a produção de 413,3 mil toneladas corresponde a um aumento de 0,9% face à campanha anterior.



Frutos frescos, frutos subtropicais e citrinos

O ciclo produtivo das maçãs decorreu favoravelmente nas principais regiões produtoras. Em Trás-os-Montes a produção global foi superior em 33%, face à campanha anterior, sendo os frutos de boa qualidade. A fase da floração/vingamento decorreu em condições meteorológicas muito favoráveis, tendo resultado numa carga de frutos de tal forma elevada que, mesmo após a monda química e a normal queda fisiológica de frutos em junho, houve necessidade de realizar uma monda manual seletiva em muitos pomares, por forma a alcançar frutos de calibre comercializável em fresco. Os prejuízos provocados pela queda de granizo no verão foram reduzidos (quer pela extensão onde ocorreram, quer pela existência de coberturas protetoras em alguns pomares), tal como os originados pelos dias de calor intenso, em parte devido à maior utilização do caulino como agente protetor dos frutos. No Oeste, as produções das variedades dos grupos das Galas (as predominantes na região) e das Fuji aumentaram consideravelmente, enquanto as variedades do grupo das Golden, Reinetas e Granny mantiveram produções semelhantes às alcançadas no ano anterior. A produção de maçã atingiu as 368,2 mil toneladas, a segunda mais produtiva dos últimos 35 anos (apenas ultrapassada pela de 2019, com 370,7 mil toneladas).

FIGURA 1.12
Área e produção de Maçã
(1971-2021)

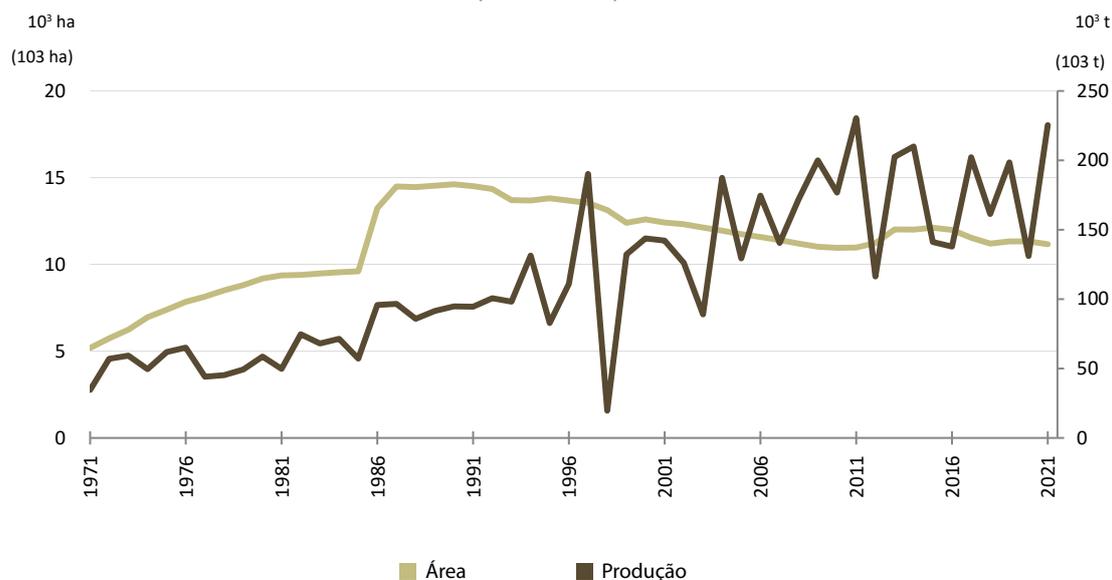


FONTE: INE, I. P.

A colheita da pera decorreu entre a primeira semana de agosto e o início de setembro no Oeste (zona que concentra cerca de 85% da produção nacional). Após uma das piores campanhas da última década, a produção em 2021 registou um valor de 225,4 mil toneladas (+72%). De referir que a qualidade das peras, embora boa, foi afetada pelas temperaturas amenas e baixa radiação durante o período de desenvolvimento dos frutos, originando em geral graus Brix mais baixos, frutos de menor calibre e maior predomínio de carepa³.

³ Pontuado acastanhado na epiderme das pomóideas, podendo ocorrer naturalmente (caraterística genética) ou devido a fatores externos (baixas temperaturas, alternância de teores de humidade, etc.). Apesar de não estar estabelecida a relação direta entre a presença de carepa e a qualidade do fruto, o seu maior predomínio é atualmente considerado como um fator negativo pelos consumidores, com natural penalização no preço pago ao produtor.

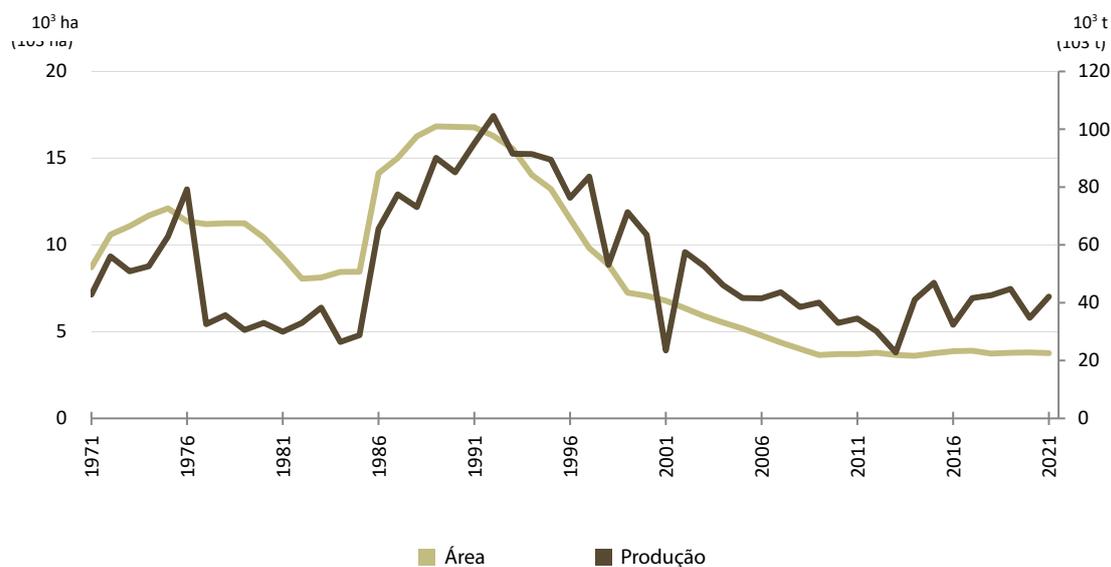
FIGURA 1.13
Área e produção de Pera
(1971-2021)



FONTE: INE, I. P.

A colheita do pêsegue, pavia e nectarina terminou em setembro nas principais regiões produtoras. As condições meteorológicas foram favoráveis ao longo de todo o período de desenvolvimento vegetativo, contribuindo para uma produção de 42,1 mil toneladas (+21,2% que na passada campanha). A produção que reunia condições para ser comercializada para consumo em fresco teve procura e foi, durante quase toda a campanha, valorizada dentro das expectativas dos intervenientes na fileira. Contrariamente, a restante produção teve dificuldades de escoamento, uma vez que a indústria apenas começou a receber pêsegos de polpa amarela e pavias numa fase avançada da colheita, não aceitando nectarinas.

FIGURA 1.14
Área e produção de pêsego
(1971-2021)

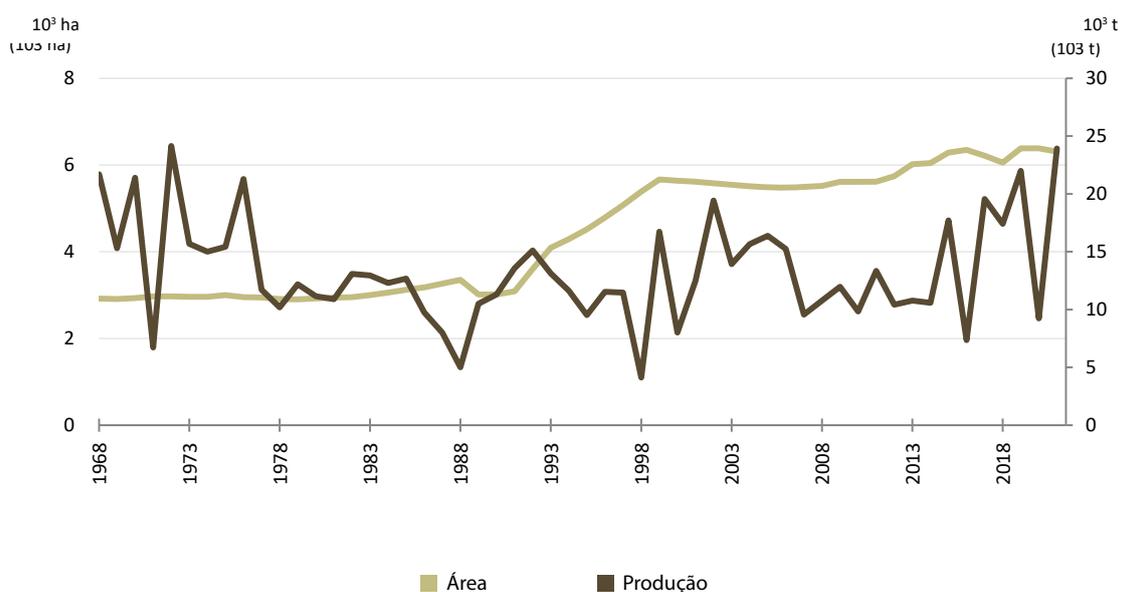


FONTE: INE, I. P.

A colheita de kiwis iniciou-se em outubro, tendo-se prolongado até à primeira semana de dezembro. Decorreu sem incidentes, à medida que os pomares foram atingindo os parâmetros técnicos indicadores do estado ótimo de maturação, nomeadamente o grau Brix. O número de horas de sol de novembro garantiu o amadurecimento adequado do fruto na árvore. Nas regiões produtoras de kiwi (Entre Douro e Minho e Beira Litoral), o elevado número de horas de frio no inverno (<7,2°C) e o recurso a modernas tecnologias de produção (como a utilização de produtos promotores da quebra da dormência, a realização da polinização artificial ou a presença de apiários), proporcionaram uma boa floração e vingamento, conduzindo a uma elevada carga de frutos. A produção de kiwi registou um aumento de 21,0%, face à campanha anterior, ultrapassando pela primeira vez as 55 mil toneladas. Os calibres foram genericamente inferiores ao ano passado, embora as mondas de frutos mais rigorosas tenham possibilitado a colheita de kiwis de maior calibre.

A colheita da cereja iniciou-se em pleno na terceira semana de maio. A qualidade comercial da primeira produção das variedades precoces foi muito afetada pela precipitação de finais de abril/princípios de maio. No entanto, a inédita produção das variedades de estação/tardias posicionaram esta campanha como a mais produtiva dos últimos 49 anos, com cerca de 23,9 mil toneladas. Não se observaram problemas com o escoamento da produção que, em resultado da boa qualidade dos frutos, foi valorizada acima das expectativas da fileira.

FIGURA 1.15
Área e produção de Cereja
(1971-2021)

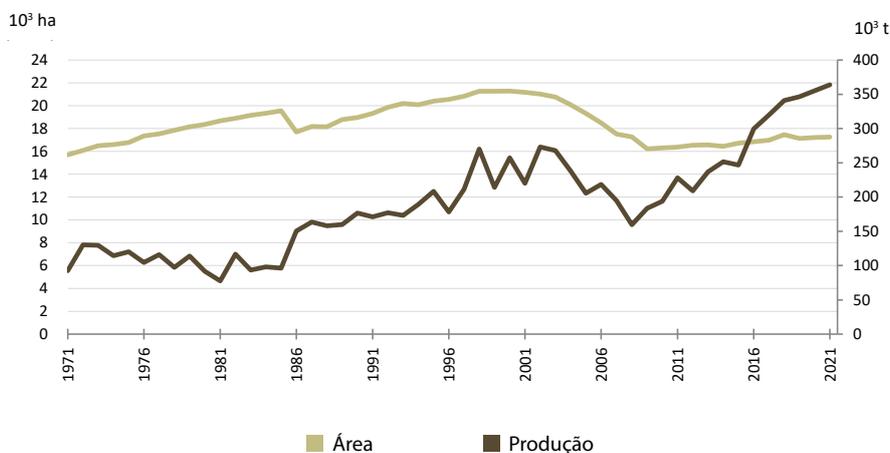


FONTE: INE, I. P.



Nas cultivares de laranjas temporãs (cuja mais representativa é a Newhall), as produções foram ligeiramente superiores às do ano transato, sobretudo devido à entrada em plena produção dos novos pomares, principalmente em Silves e Tavira. De uma forma geral os frutos destas cultivares apresentaram uma coloração normal e um sabor adocicado.

FIGURA 1.16
Área e produção de Laranja
(1971-2021)



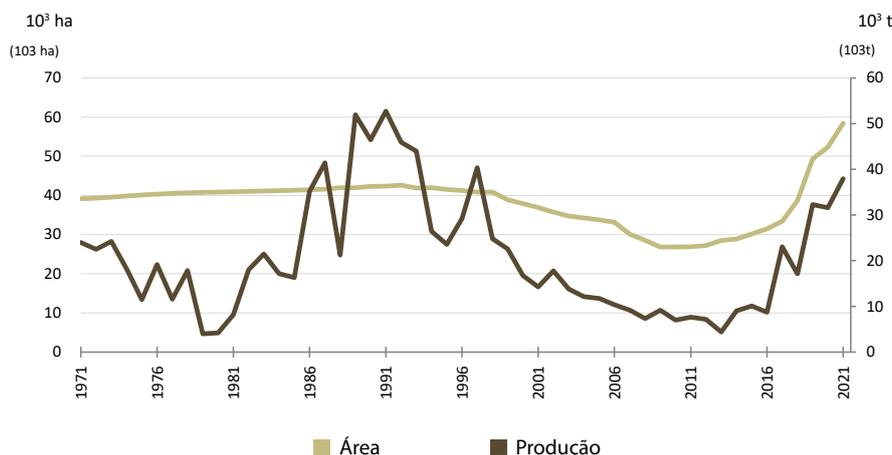
FONTE: INE, I. P.

Em contrapartida, nas cultivares mais tardias (Valência Late, D. João), cuja colheita terminou no início de setembro, as produções diminuíram ligeiramente, apresentando os frutos teores de açúcar e calibres normais. Globalmente registou-se um acréscimo na produção de laranja de 2,4%, confirmando-se a tendência sustentada de aumento de produção desde 2015.

Frutos de Casca Rija

A entrada em produção de novos amendoais intensivos, quer nas principais regiões produtoras (Trás-os-Montes e Alentejo), quer noutras regiões com menor tradição nesta cultura (como a Beira Interior, onde a quantidade colhida superou as expectativas), contribuíram para uma produção de 41,4 mil toneladas de amêndoa, o que corresponde a um aumento de 31,1%, face a 2020.

FIGURA 1.17
Área e produção de Amêndoa
(1971-2021)

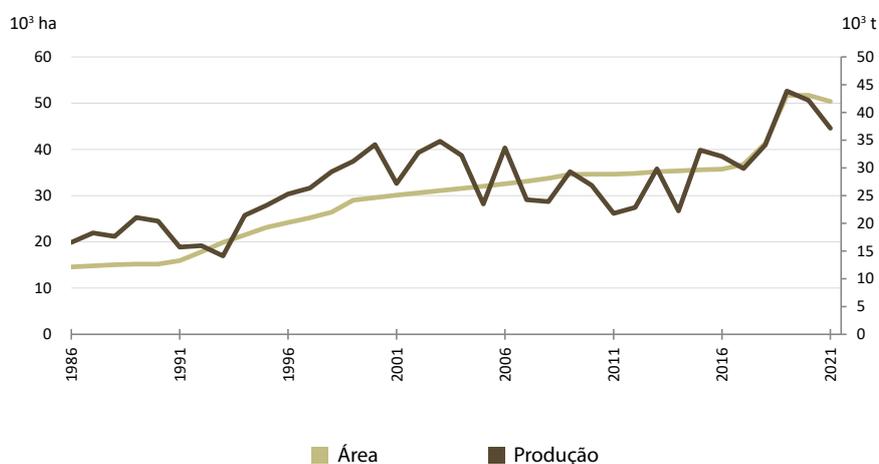


FONTE: INE, I. P.

De referir que, após uma redução sistemática da área de amêndoa entre 1994 e 2009 (a um ritmo médio anual de mil hectares por ano), o interesse por esta cultura ressurgiu, com a instalação de novos pomares intensivos (maioritariamente de regadio no Alentejo e Beira Baixa e de sequeiro em Trás-os-Montes) e a reconversão de áreas. A partir de 2010, a superfície de amendoal iniciou um processo contínuo de aumento (+117% entre 2011 e 2021), com reflexo, necessariamente retardado, na produção (os amendoais intensivos iniciam a produção entre o segundo e o terceiro ano após a plantação e atingem a plena produção em cerca de sete anos). Ainda assim, os efeitos da entrada em produção das novas plantações (mais produtivas que as tradicionais) são já visíveis, tendo-se passado das 7,7 mil toneladas em 2011 para as 41,5 mil toneladas em 2021 (+439%).

Nos soutos, a ocorrência de vários períodos de precipitação e de temperaturas médias não muito elevadas durante o final de julho e princípio de agosto potenciaram o aparecimento e desenvolvimento da septoriose, doença provocada pelo fungo *Mycosphaerella maculiformis* que, habitualmente, tem ocorrência marginal e de pouco impacto económico. Apesar da situação ter sido identificada e de terem sido emitidas recomendações para a realização de um tratamento preventivo à base de cobre, nem todos os soutos foram protegidos, observando-se em muitos castanheiros a presença de necroses no pedúnculo do ouriço, que conduziram à sua queda precoce (antes da maturação) ou, na melhor das hipóteses, a castanhas com calibres inferiores. Desta forma, registou-se uma redução da produção global de castanha na ordem dos 11,9%, face a 2020. Recorde-se que o último grande ataque descontrolado de septoriose tinha ocorrido em 2014, com grande impacto na produção (a segunda menor das últimas duas décadas).

FIGURA 1.18
Área e produção de Castanha
(1986-2021)



FORNTE: INE, I. P.

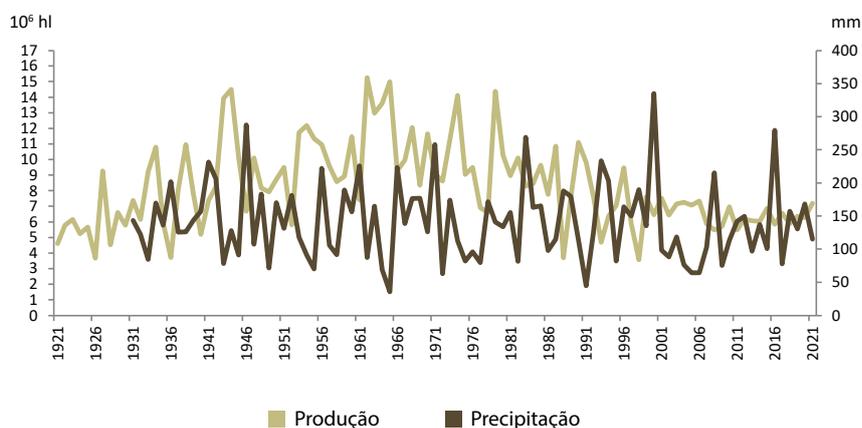


Vinho

As vindimas terminaram em outubro, em alguns casos com as uvas em deficientes condições sanitárias. A campanha foi marcada pela forte precipitação na primavera, que obrigou a uma intensificação dos tratamentos fitossanitários (quer pela conjugação da humidade com a subida da temperatura, quer pelo rápido crescimento dos lançamentos), originando ainda a ocorrência de situações de desavinho e bagoinha (em especial na região vitivinícola do Minho). O verão ameno conduziu, de uma forma relativamente generalizada a norte do Tejo, a teores de açúcar abaixo do pretendido, obrigando a atrasar a colheita o mais possível, por forma a permitir a obtenção de mostos com maior potencial de produção alcoólica. No entanto, a precipitação de setembro desencadeou processos de deterioração da qualidade das uvas, com o aumento da incidência da podridão cinzenta (*Botrytis cinerea*), alterando o foco dos produtores da procura de mais açúcares para a urgência da realização das vindimas, de modo a evitar mostos com demasiada acidez (de um modo geral, os mostos apresentaram bom equilíbrio na relação entre a acidez e os açúcares, ainda que com teores de açúcar inferiores ao habitual).



FIGURA 1.19
Produção de vinho (1921-2021) e precipitação acumulada
nos meses de abril e maio (1931-2021)



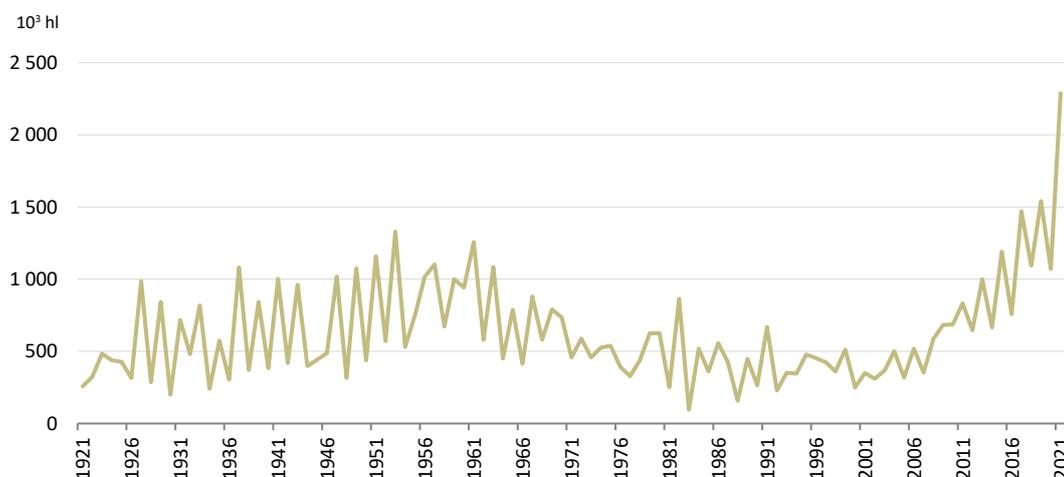
FONTE: INE, IP; Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Globalmente, registou-se um aumento de produção de vinho de 14,7%, face a 2020. De referir que a produção anual de vinho nas últimas duas décadas tem registado uma estabilização entre os 5,5 e os 7,5 milhões de hectolitros, que contrasta com as grandes flutuações de produção observadas no século passado, eventualmente relacionadas com as condições de humidade nos meses de abril e maio (nos anos em que a primavera foi seca as produções foram em regra mais elevadas).

Azeite

As condições meteorológicas favoráveis ao longo do ciclo da campanha oleícola de 2021, principalmente durante a floração e vingamento dos frutos, conjugadas com o aumento da importância dos olivais intensivos de regadio⁴ e com o facto de ter sido um ano de safra⁵, contribuíram para a maior produção de sempre, a rondar os 2,29 milhões de hectolitros de azeite (+48,6% que em 2019, o segundo melhor registo desde 1915). De um modo geral, o azeite produzido foi de boa qualidade, com baixa acidez e boas características organoléticas.

FIGURA 1.20
Produção de azeite
(1921-2021)



FONTE: INE, I. P.



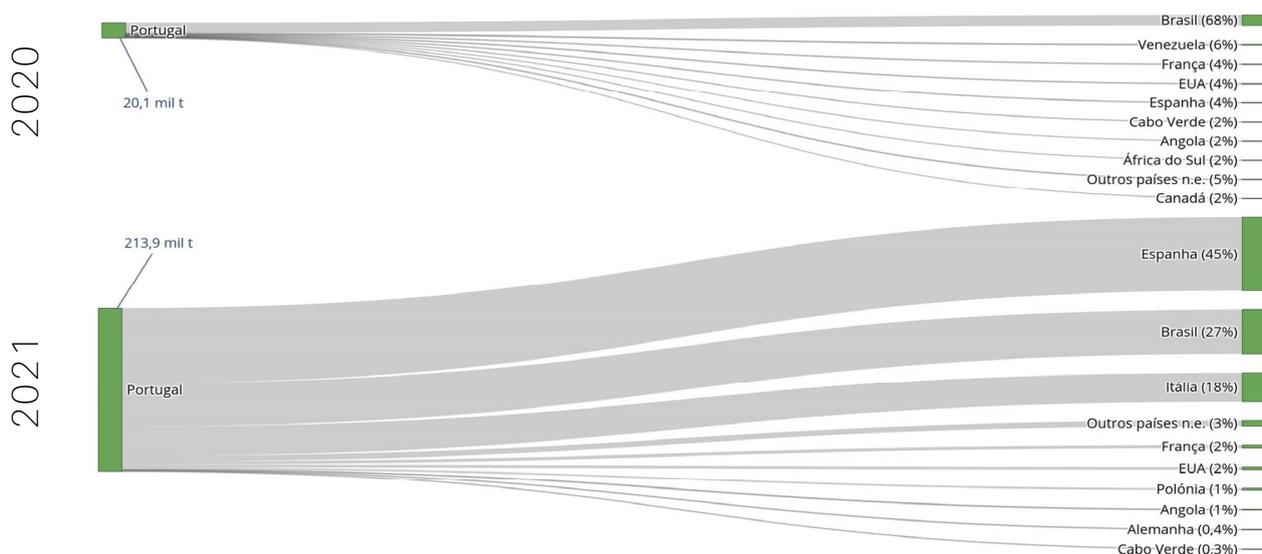
⁴ Em 2019, 20% da área de olival para azeite tinha uma densidade superior a 300 árvores por hectare e era regada, em contraste com os 7% da mesma realidade em 2009.

⁵ Safra e contrassafra - alternância produtiva anual evidente em determinadas culturas, muitas vezes ligada a práticas culturais e sistemas de produção. Num ano de safra a produção é elevada; por oposição, num ano de contrassafra a produção é baixa.

Nota para as dificuldades sentidas pela fileira do azeite para fazer face a uma inédita quantidade de matéria-prima que, concentrada num período de pouco mais de um mês (que correspondeu ao pico dos trabalhos de colheita), foi colhida e transportada para os lagares. Em resultado do processamento desta azeitona pelos lagares, a quantidade de bagaço direcionado para as unidades de receção e extração de bagaço de azeitona foi extraordinariamente elevada, conduzindo, após a última semana de novembro, ao esgotamento da capacidade máxima instalada nessas unidades e, conseqüentemente, à suspensão da sua receção. Esta decisão teve repercussões nos lagares, que também tiveram que suspender a laboração, e nos olivicultores, que pararam de colher/entregar a azeitona, deixando-a na árvore em sobrematuração, comprometendo potencialmente a quantidade e qualidade dos azeites obtidos. De referir que, por forma a contornar esta situação, alguns produtores optaram por entregar parte da sua produção em lagares espanhóis.

A Espanha e a Itália, os maiores produtores mundiais de azeite, são os primeiro e terceiro principais clientes de Portugal, respetivamente.

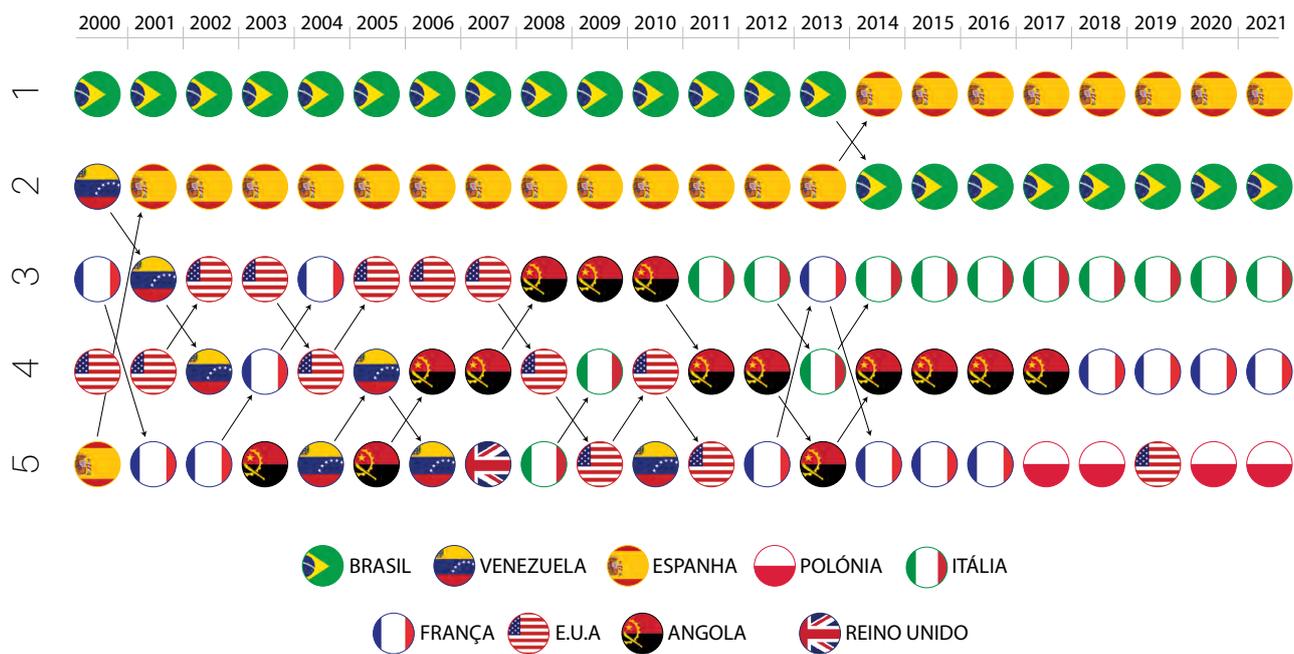
FIGURA 1.21
Evolução da quantidade de azeite exportado de Portugal
(2000 e 2021)



FONTE: INE, I. P.

Entre 2000 e 2021 o Brasil manteve-se como um importante importador de azeite português, enquanto os PALOP e os países da diáspora portuguesa perderam importância.

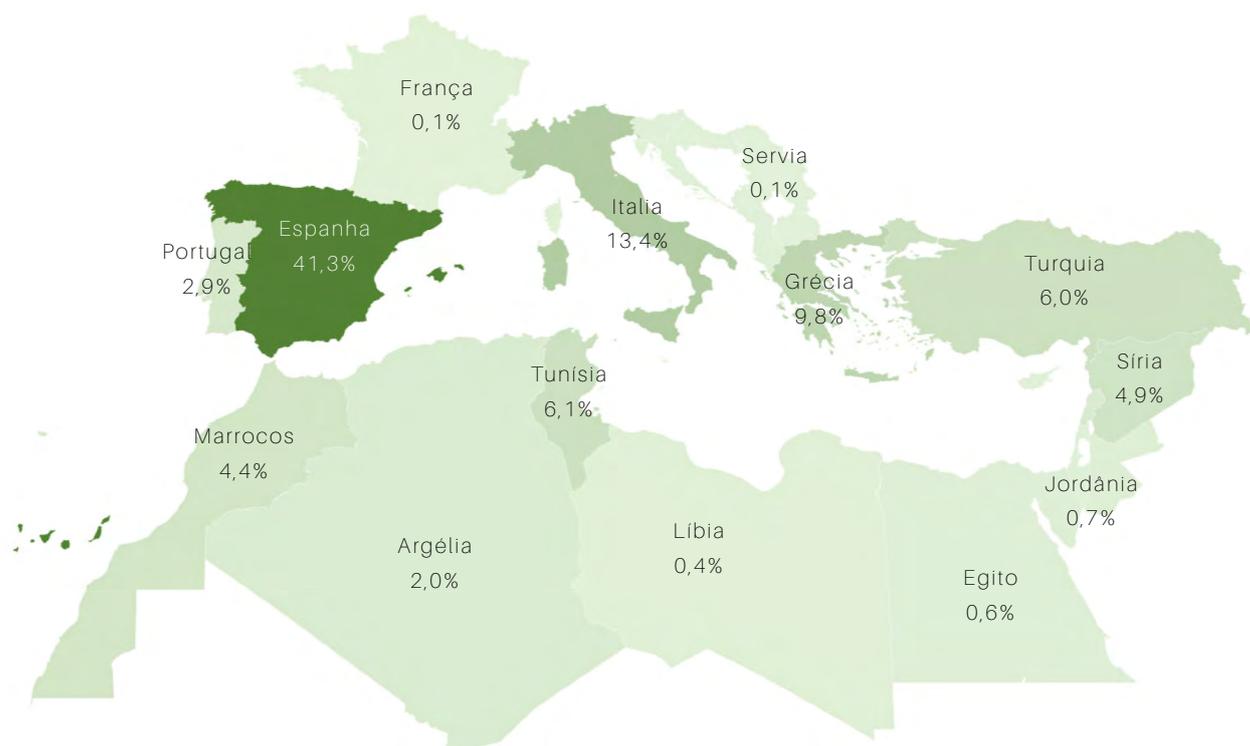
FIGURA 1.22
 Ranking dos principais países importadores de azeite produzido em Portugal



FORNTE: INE, I. P.

De referir que na bacia do Mediterrâneo é produzido praticamente todo o azeite mundial (97,3%).

FIGURA 1.23
 Produção mundial de azeite
 (média 2009-2019)



FORNTE: FAO.

PRINCIPAIS INDICADORES

- Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie; Anual
- Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie; Anual
- Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie; Anual
- Azeite produzido por quintal de azeitona (hl/ q) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido por quintal de azeitona (hl/ q) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado ; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite , Grau de acidez e Sistema de extracção utilizado
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado ; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Grau de acidez; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez (1995 - 2003) e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez (1995 - 2003) e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (Região agrária); Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (NUTS - 2002); Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (NUTS - 2013); Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual

(CONT.)

PRINCIPAIS INDICADORES

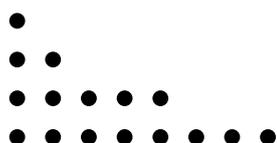
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (Região agrária) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2002) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2013) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelo produtor por Local de vinificação (Região agrária) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2002) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2013) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (Região agrária) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2002) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (Região agrária) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2002) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (Região agrária), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2013), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2013) e Espécie frutícola; Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (Região agrária); Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (NUTS - 2002); Anual





2

PRODUÇÃO ANIMAL



PRODUÇÃO DE CARNE

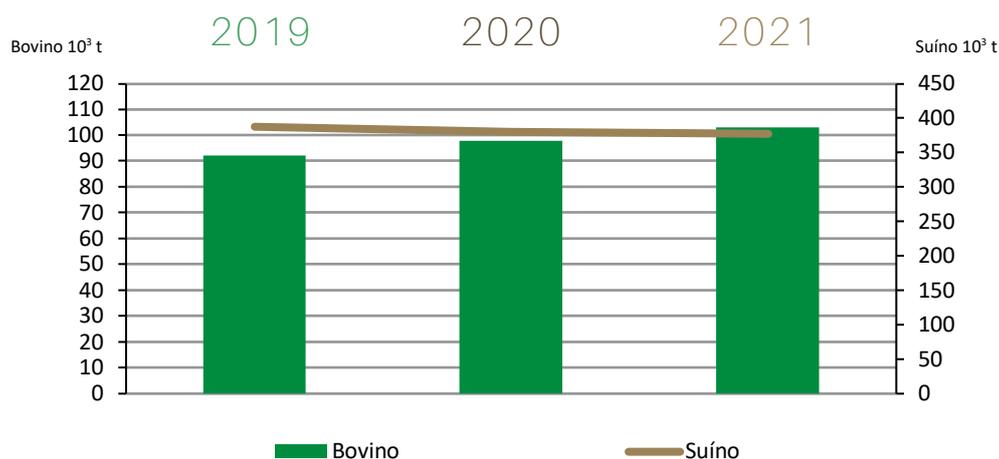
Em 2021 a produção total de carne situou-se nas 911 mil toneladas, refletindo um aumento de 1,0%, quando comparada com a produção de 2020. Houve uma ligeira subida de 0,8% do total de carne de reses (498 mil toneladas, incluindo a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos), bem como um acréscimo de 1,3% da produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos), cujo volume total atingiu as 398 mil toneladas.

Carne de bovino, suíno, ovino e caprino

A produção de carne de bovino atingiu as 103 mil toneladas, refletindo um aumento de 5,3% em relação a 2020. Observou-se um aumento quer na carne de vitelo (+4,8%) quer na carne de bovinos adultos, onde o acréscimo foi de 5,5%, com maior volume de abate das categorias novilhas (+7,9%) e vacas (+15,7%), estando para os novilhos praticamente estável (-0,8%)

O efetivo reprodutor voltou a aumentar no final de 2020, havendo disponibilidade de maior número de animais em 2021. Em termos gerais, o consumo interno e a possibilidade de exportação para o mercado externo, que se manteve, permitiu o escoamento da produção, particularmente de vitelos, mas também de novilhos e novilhas. O aumento registado no volume de bovinos vivos exportados foi de +13,3%, devido exclusivamente à maior saída para países terceiros, particularmente para Israel.

FIGURA 2.1
Produção de carne de bovino e suíno



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

A falta de capacidade de fornecimento de carne nos valores habituais pelos principais fornecedores externos, nomeadamente Espanha, França e outros países da UE, fez o volume de importações de animais vivos cair cerca de 74% face a 2020. Esta situação provocou um aumento na procura interna de animais para abate e conseqüentemente um aumento dos preços em 2021, com o índice de preços ao produtor superior em 1,1% face ao ano anterior.

O aumento acentuado dos custos de produção (sobretudo da alimentação animal), provocou receios nos produtores, que aproveitaram os preços estarem mais elevados para vender animais, inclusivamente os de menor peso, resultando num aumento significativo no abate de vitelos.

As 377 mil toneladas de carne de suíno indicaram praticamente uma manutenção do volume total relativamente a 2020 (-0,7%), com os abates a registarem um acréscimo na categoria leitões (+17,8%), uma quase manutenção nos porcos de engorda (-0,6%) e um volume de abate de reprodutores significativamente inferior ao registado em 2020 (-24,8%). O abate total de suínos em número de cabeças registou, no entanto, um ligeiro aumento (+2,7%).

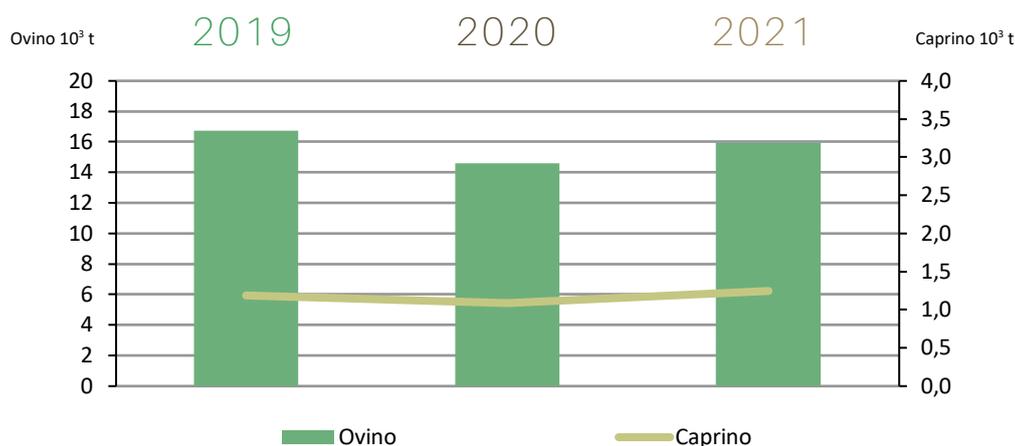
A produção de porcos em 2021 mostrou alguma recuperação do impacto da pandemia COVID 19 no subsetor da carne de leitão, que foi particularmente afetado pelo encerramento da restauração em 2020. A diminuição do peso médio ao abate no ano em análise foi potenciada pelo maior abate de leitões e pelo menor número de reprodutores abatidos, resultante da estabilização dos efetivos e do facto de se ter retomado a saída de porcas de refugo enviadas para abate em Espanha, reduzindo o seu abate em Portugal.

O comércio internacional de suínos registou assim um aumento de 4,7% no volume de animais vivos exportados, enquanto a carne teve um decréscimo de 9,5%, tendo tido como principal destino países terceiros, nomeadamente a China. Já as importações viram o seu volume reduzido em 10,5% para os suínos vivos, contrabalançado pelo maior volume importado de carne desta espécie (+5,0%) em 2021.

No que diz respeito ao preço dos suínos no produtor, registou uma quebra de 6,4% em relação a 2020.

A produção nacional de carne de pequenos ruminantes para consumo interno mostrou acréscimos face a 2020, que foram de 9,0% para a carne de ovinos (15,9 mil toneladas) e de 14,8% para a de caprinos (1,3 mil toneladas).

FIGURA 2.2
Produção de carne de ovino e caprino

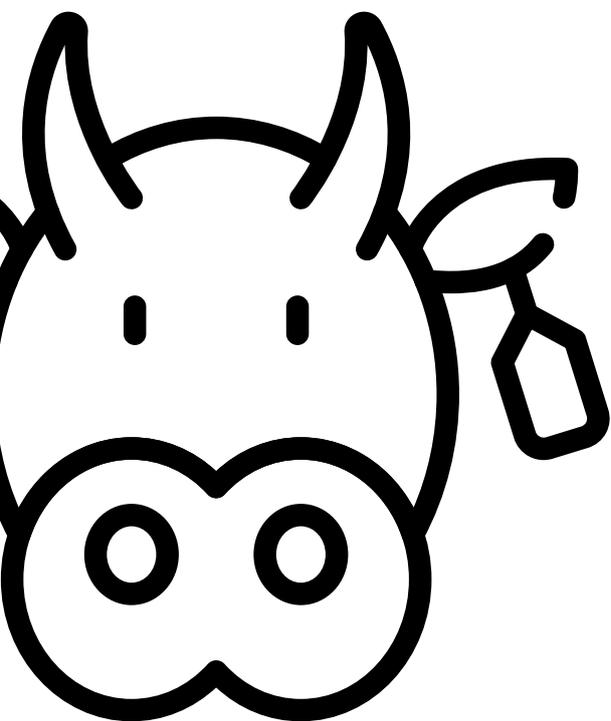


FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

Este aumento reflete em grande parte a recuperação relativamente às dificuldades de escoamento e consumo interno sentidas por este sector em 2020, como consequência da conjuntura gerada pela pandemia COVID19.

O volume de ovinos e caprinos vivos importados em 2021 cresceu cerca de 26% comparativamente a 2020, oriundos principalmente de Espanha, acompanhado por uma redução das importações de carne (-2,5%). A exportação de animais vivos destas espécies apresentou um aumento de 18,2% (em particular para Espanha), tendo o volume de carne exportada sido inferior em 7,6%, devido à menor saída para a UE, uma vez que para países terceiros a quantidade praticamente duplicou face a 2020, nomeadamente para países árabes.

Os preços médios ao produtor foram superiores aos registados no ano anterior em cerca de 15%. Esta situação foi resultado da recuperação ocorrida em 2021, face aos preços do ano transato, com aumentos nos índices semestrais de 8,1% e 21,4% nos primeiro e segundo semestres do ano, respetivamente.



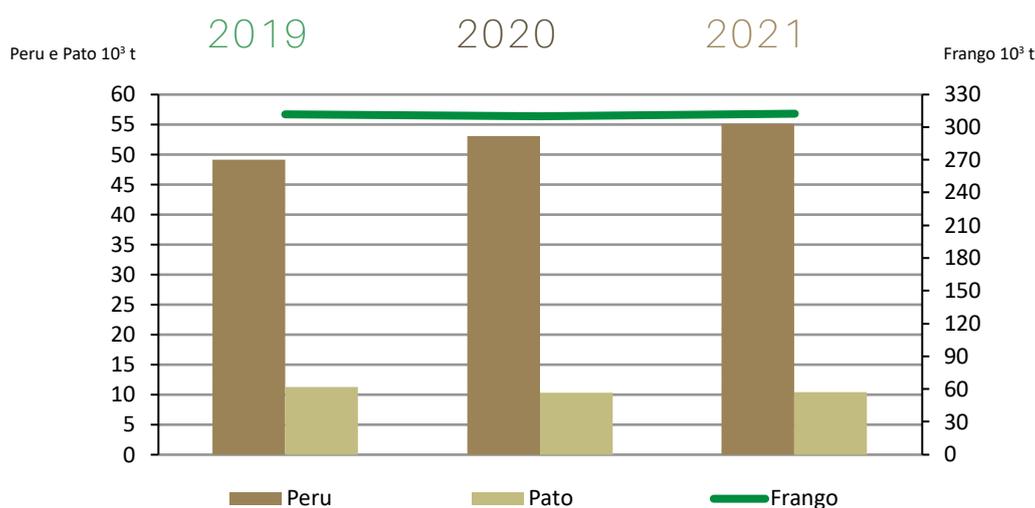
Carne de animais de capoeira

Em 2021 a produção de carne de animais de capoeira registou um aumento global de 1,3%, com 398 mil toneladas produzidas.

A produção bruta de carne de frango registou um nível semelhante a 2020 (+0,8%), tendo-se situado nas 313 mil toneladas. De facto, a redução de pintos nos aviários de multiplicação destinados à produção de frango foi contrabalançada pelo aumento significativo da importação deste tipo de aves do dia, que duplicou no ano em análise.

No segmento da carne de peru houve efetivamente um crescimento (+3,8%) em relação a 2020, com o reforço da capacidade instalada para satisfazer o nível de consumo doméstico no ano em análise, tendo sido atingido um volume de produção total de 55,0 mil toneladas.

FIGURA 2.3
Produção de carne animais de capoeira



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

No segmento da carne de pato (10,4 mil toneladas produzidas), o aumento face a 2020 foi menos expressivo (+1,1%).

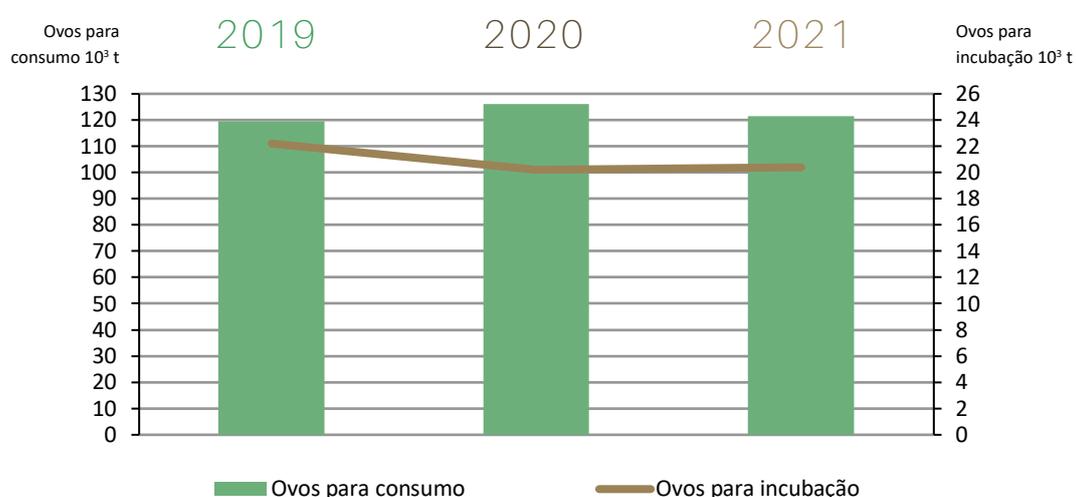
O Índice de Preços à Produção das aves de capoeira a nível nacional registou um aumento de 8,0% em 2021, sendo que no primeiro semestre a variação foi de +12,6%, seguida de uma maior estabilização no segundo semestre, em que o aumento foi de apenas 4,1% face ao período homólogo de 2020.

A produção total de “outras carnes” (inclui caça, pombos, coelhos, codornizes e avestruzes) foi de 15,4 mil toneladas em 2021, ou seja, uma variação pouco significativa de mais 0,8%. No ano em análise o menor volume de carne de coelho (-3,8%), foi contrabalançado pelos aumentos registados nas outras espécies, nomeadamente a codorniz, que aumentou 17,0% em relação ao ano anterior.

PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA PARA CONSUMO ALIMENTAR E INCUBAÇÃO

Em 2021 a produção bruta de ovos de galinha foi 142 mil toneladas, o que representou uma redução de 2,9%. A produção de ovos para consumo (122 mil toneladas) mostrou um nível de produção inferior a 2020 em 3,5%, com os efetivos de galinhas poedeiras a estabilizarem.

FIGURA 2.4
Produção de ovos de galinha



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

O Índice de Preços à Produção aumentou cerca de 15% no ano em análise, sendo que no primeiro semestre se observou um aumento de apenas 3,1% enquanto no segundo semestre ocorreu uma subida de 25,4%.

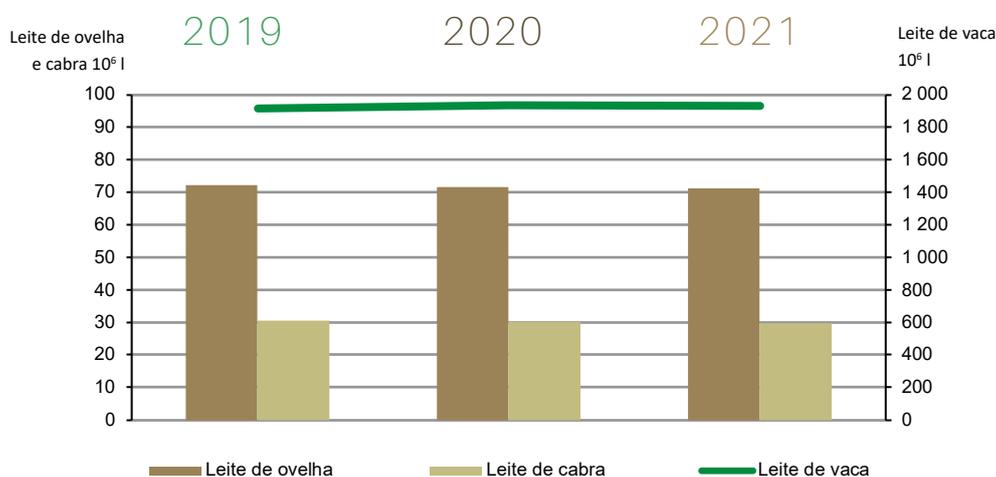
A evolução da produção total de ovos de galinha para incubação em aviários nacionais (20,4 mil toneladas) foi pouco significativa (+0,8%) face a 2020. É de assinalar praticamente uma manutenção da produção de ovos de incubação nas estirpes de aptidão carne (+0,9%) e uma redução nas estirpes de aptidão ovos (-13,1%).

PRODUÇÃO DE LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS

A produção global de leites em 2021 totalizou 2 029 milhões de litros, correspondente a uma variação pouco significativa (-0,5%) relativamente a 2020.

O leite de ovelha, com 71,2 milhões de litros, registou uma variação negativa do volume de produção pouco significativa (-0,5%), enquanto o leite de cabra (29,7 milhões de litros) decresceu 1,6%. Quanto ao leite de vaca (1 928 milhões de litros), que constituiu cerca de 95% do total de leite produzido, teve também uma ligeira variação negativa (-0,4%) face ao volume produzido em 2020.

FIGURA 2.5
Produção de leites



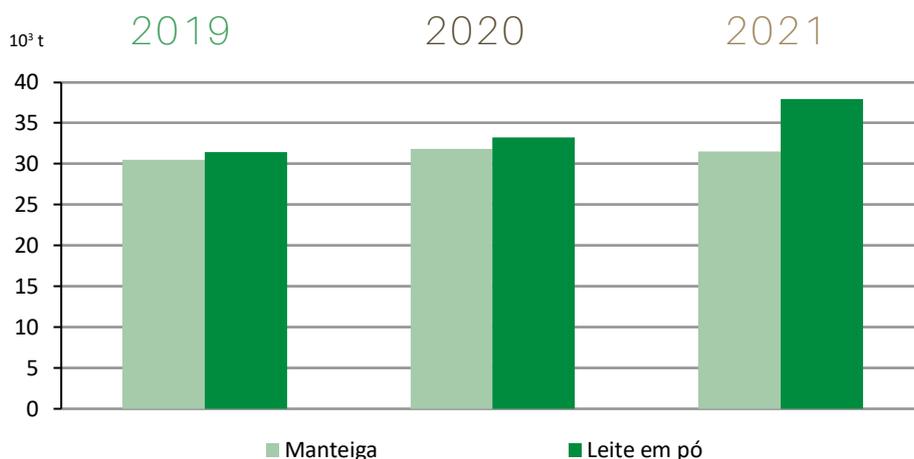
FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

Relativamente à produção de leite durante o ano de 2021, o fator mais determinante prendeu-se com o aumento generalizado do custo dos fatores de produção (energia, alimentos para animais, fertilizantes e fitofármacos), que não foi refletido a jusante na cadeia de valor, uma vez que o preço do leite no produtor apresentou pouca alteração (+0,8%) em 2021, o que gerou uma conjuntura pouco atrativa para o sector leiteiro.

A produção da indústria de lacticínios nacional em 2021 resultou num menor volume total de produtos lácteos, evolução que ficou a dever-se ao decréscimo ocorrido nos produtos lácteos frescos, nomeadamente no leite para consumo, já que os produtos transformados registaram um maior volume de produção face ao ano anterior.

A produção de manteiga diminuiu 1,1%, com 31 mil toneladas e o leite em pó teve um incremento de 14,2%, com uma produção global que ascendeu a 38 mil toneladas em 2021.

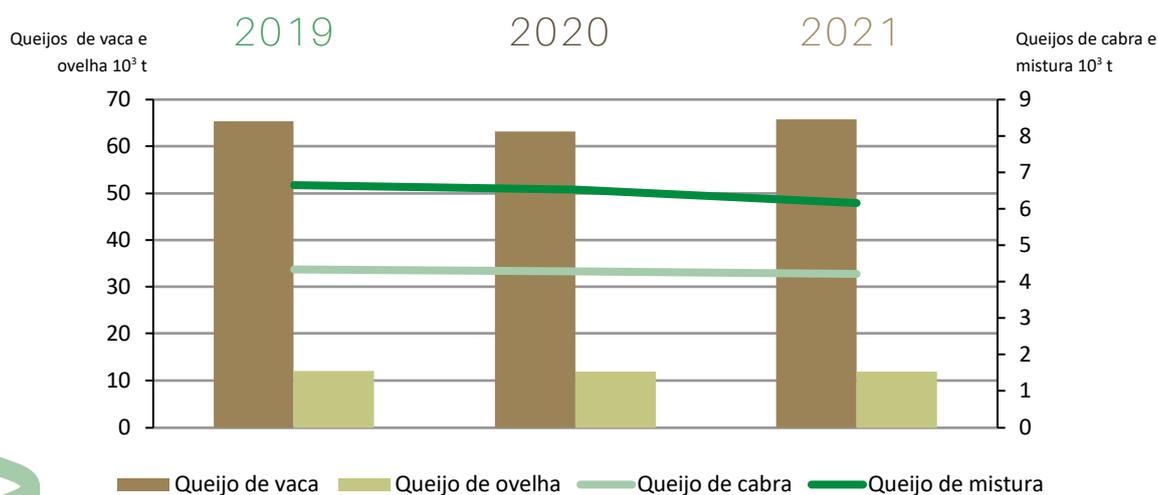
FIGURA 2.6
Produção de manteiga e leite em pó



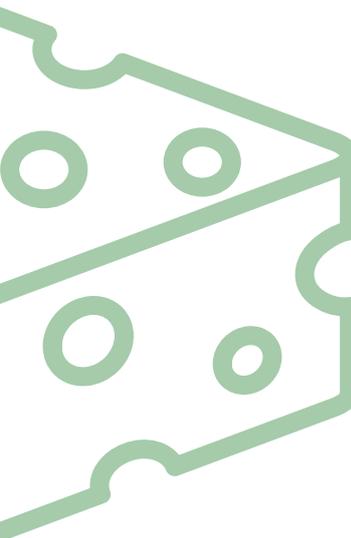
FONTE: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite.

A produção total de queijo a nível nacional cresceu 2,5%, tendo atingido as 88 mil toneladas em 2021. Registou-se um maior volume para o queijo estreme de vaca (+4,2%) com 65,7 mil toneladas, enquanto os queijos de ovelha (11,9 mil toneladas), cabra (4,2 mil toneladas) e mistura (6,2 mil toneladas) apresentaram decréscimos de produção de 0,5%, 1,6% e 5,4%, respetivamente.

FIGURA 2.7
Produção de queijo



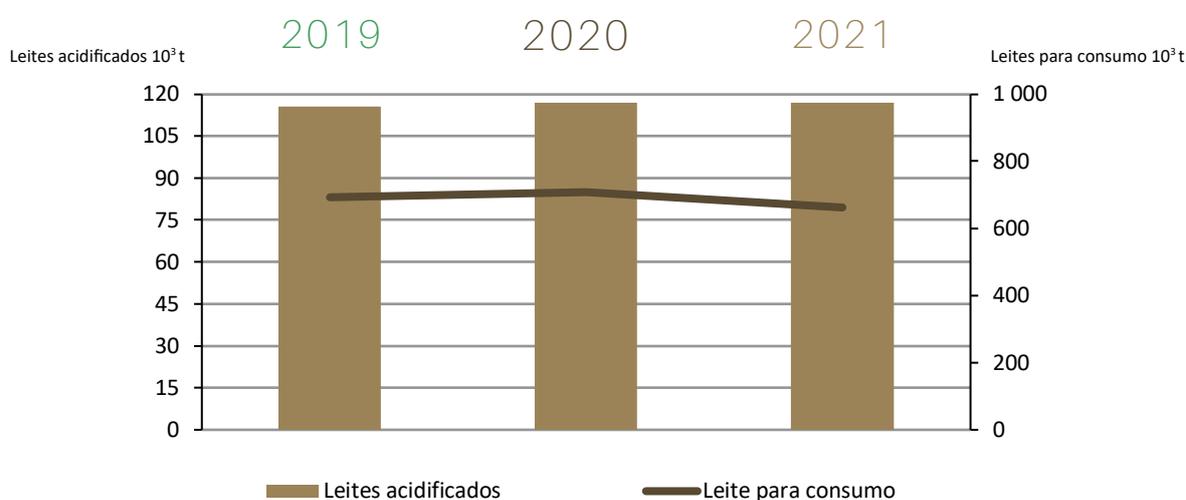
FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.



A crise sanitária COVID19 pôs problemas particulares na comercialização do queijo em 2020, sobretudo no subsetor do leite de pequenos ruminantes, pelo facto da restauração, feiras, mercados locais e encontros festivos, muito relevantes no escoamento da produção de queijos de ovelha e cabra, terem sido fortemente afetados pela crise pandémica. Em 2021 houve alguma recuperação da produção (notória no sector do queijo de vaca, responsável por cerca de 75% do volume total de queijo produzido em Portugal), tendo-se assistido a um aumento de 16,1% do volume de exportação de “Queijo e requeijão”, face a 2020.

O menor volume de produtos lácteos frescos determinou a quebra da produção global de lacticínios registada em 2021, devido essencialmente ao leite para consumo, cujo volume (664 mil toneladas) foi inferior em 6,2% face a 2020. A quantidade de leites acidificados (inclui os iogurtes) manteve-se no ano em análise (+0,1%), com 117 mil toneladas produzidas.

FIGURA 2.8
Produção de leite para consumo e de leites acidificados



FONTE: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite.



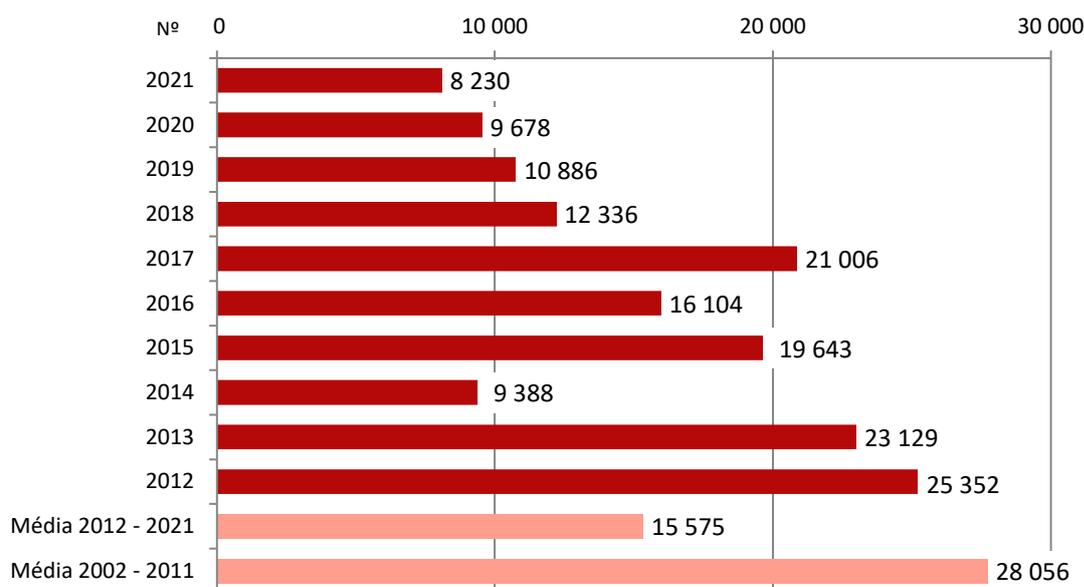
PRINCIPAIS INDICADORES

- Produção de carne (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de carnes; Anual
- Produção de banha de porco (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de miudezas de reses (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de leite (l) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de leite; Anual
- Produção de leite (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de leite; Anual
- Produção de queijo (t) por Tipo de queijo; Anual
- Produção de manteiga (t); Anual
- Produção de ovos (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de ovos; Anual
- Produção de mel (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de cera (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de lã (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Leite recolhido (l) por Local de origem (NUTS - 2013) e Tipo de leite (Recolhido); Anual
- Leite recolhido (t) por Local de origem (NUTS - 2013) e Tipo de leite (Recolhido); Anual
- Produtos lácteos (t) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Efectivo bovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo bovino); Semestral
- Efectivo suíno (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo suíno); Anual
- Efectivo ovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo ovino); Anual
- Efectivo caprino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo caprino); Anual
- Cabeças de gado abatido e aprovado para consumo (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Peso limpo de gado abatido e aprovado para consumo (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Peso médio de gado abatido e aprovado para consumo (kg/ cabeça) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (N.º) por Localização geográfica (Região agrária) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual
- Peso limpo de aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual
- Peso médio de aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (kg/ cabeça) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual

INCÊNDIOS

Em Portugal, o número de incêndios rurais em 2021 foi 8 230, menos 15,0% de ocorrências face a 2020 e marcadamente inferior à média das duas últimas décadas, que superaram o número de incidências em 1,9 e 3,4 vezes respetivamente.

FIGURA 3.1
Número de Incêndios rurais em Portugal
(2012-2021, médias 2002-2011 e 2012-2021)



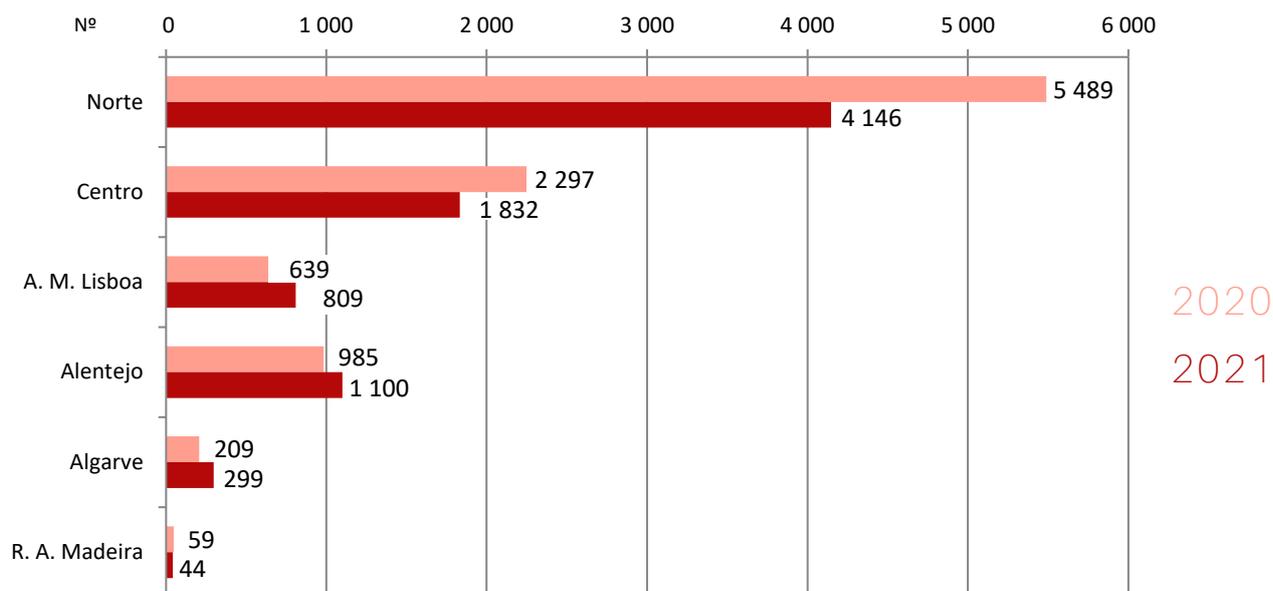
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);

Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

NOTA: No Continente a informação refere-se aos Incêndios rurais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais, áreas de matos e/ou áreas agrícolas). Na RAM a informação refere-se apenas aos incêndios florestais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais e áreas de matos). Toda a série de informação de dados foi revista em 2018 pelo ICNF. A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

O maior número de incêndios rurais, tendo por referência a origem do ponto de ignição, incidiu na NUTII Norte com 50,4% das ocorrências (56,7% em 2020), seguido do Centro com 22,3% (23,7% em 2020). Estas duas regiões foram fustigadas por um total de 5 978 incêndios rurais, ou seja 72,6% do total de incêndios ocorridos em Portugal em 2021 (80,5% em 2020).

FIGURA 3.2
Número de Incêndios rurais, por NUTS II



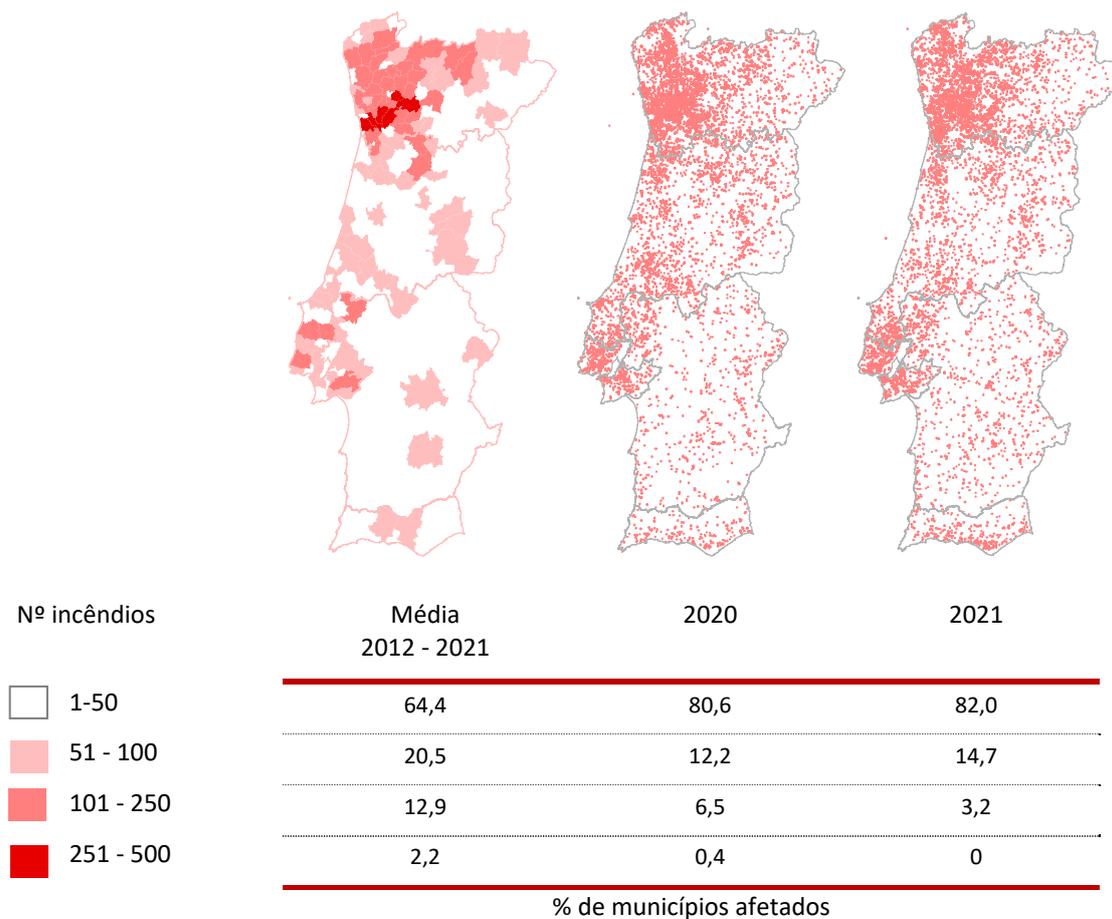
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

NOTA: No Continente a informação refere-se aos Incêndios rurais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais, áreas de matos e/ou áreas agrícolas). Na RAM a informação refere-se apenas aos incêndios florestais (compreende ocorrências que inclui áreas de povoamentos florestais e áreas de matos). Toda a série de informação de dados foi revista em 2018 pelo ICNF. A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Na última década (2012-2021), 64,4% dos municípios do Continente foram alvo de incêndios. No Norte, 2,2% de municípios tiveram durante este período mais de 250 ocorrências, sendo Paredes o município mais fustigado, com uma média de 423 ocorrências registadas (138 em 2021), seguido de Penafiel com uma média de 367registos (122 em 2021). Os municípios mais afetados em 2021, foram Santa Maria da Feira com 202 ocorrências (124 em 2020) e Montalegre com 191 ocorrências (134 em 2020), distanciando-se da média anual de 29 ocorrências por município.



FIGURA 3.3
Número de Incêndios rurais no Continente,
por município



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Analisando os incêndios no Continente por classe de área ardida em 2021, constata-se, à semelhança da última década, que as ocorrências com dimensão inferior a 1 hectare, os fogachos, são predominantes, representando 82,6% do total, seguida da classe entre 1 e 10 hectares, com 13,8% das ocorrências. O número de incêndios registados com dimensão superior a 100 hectares foi de 31 (0,4%), ou seja, 3,8 vezes inferior à década de 2012-2021.

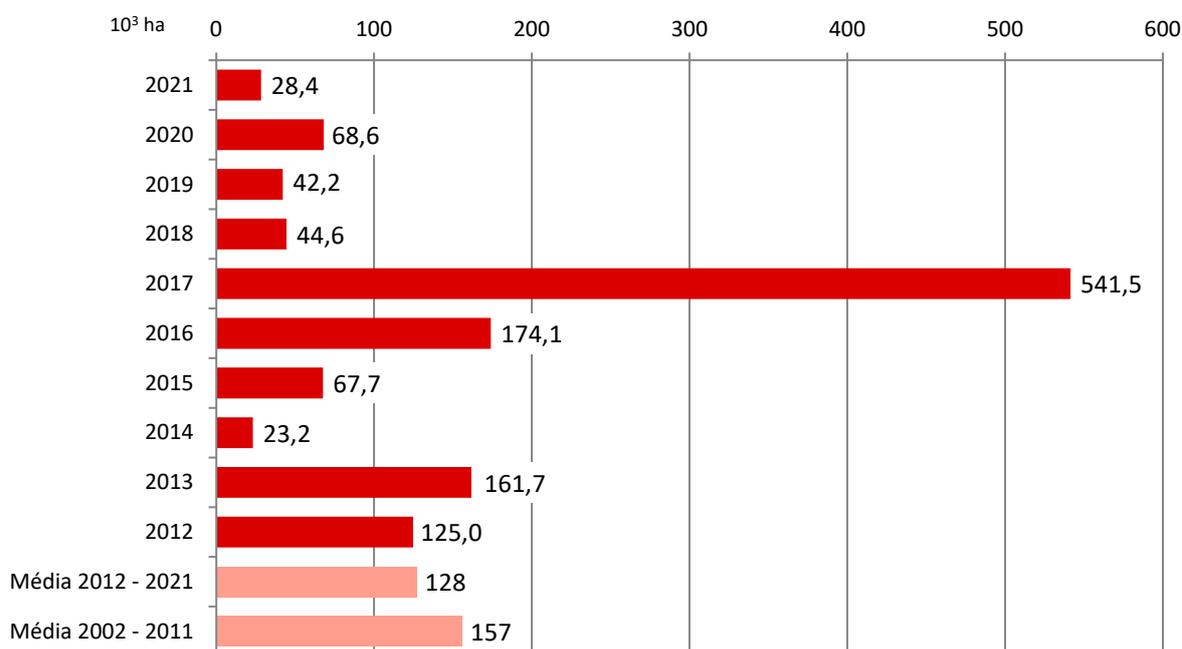
FIGURA 3.4
Número de incêndios rurais por classe de área ardida no Continente
(2012-2021)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

A superfície ardida em Portugal em 2021 foi de 28,4 mil hectares no Continente e 0,07 mil hectares na R.A.M (68,6 mil hectares e 1,4 mil hectares em 2020), o que posiciona 2021 como o segundo da última década (2012-2021) com menor área ardida (4,5 vezes inferior à média da área ardida na década em análise).

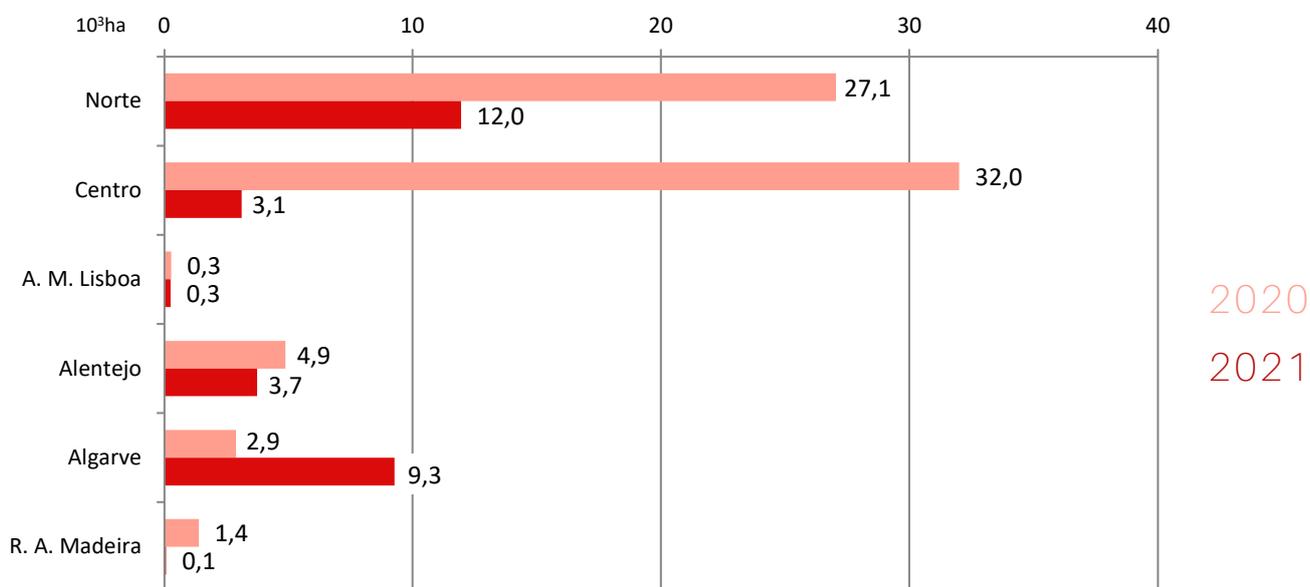
FIGURA 3.5
Superfície ardida em Portugal
(2012-2021, médias 2002-2011 e 2012-2021)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

A análise por NUTII revelou que a região Norte apresentou a maior extensão de superfície ardida em 2021, com 12,0 mil hectares, menos 55,8% que em 2020, seguida do Algarve, com 9,3 mil hectares (+215,9%). No cômputo geral os incêndios que deflagraram nestas duas regiões foram responsáveis por 74,7% da área ardida em 2021 (43,8% em 2020). No Continente, e contrastando com o cenário de 2020, o Centro foi a NUTII menos fustigada, tendo ardido uma área inferior em 10,2 vezes, num total de 3,1 mil hectares.

FIGURA 3.6
Superfície ardida, por NUTS II

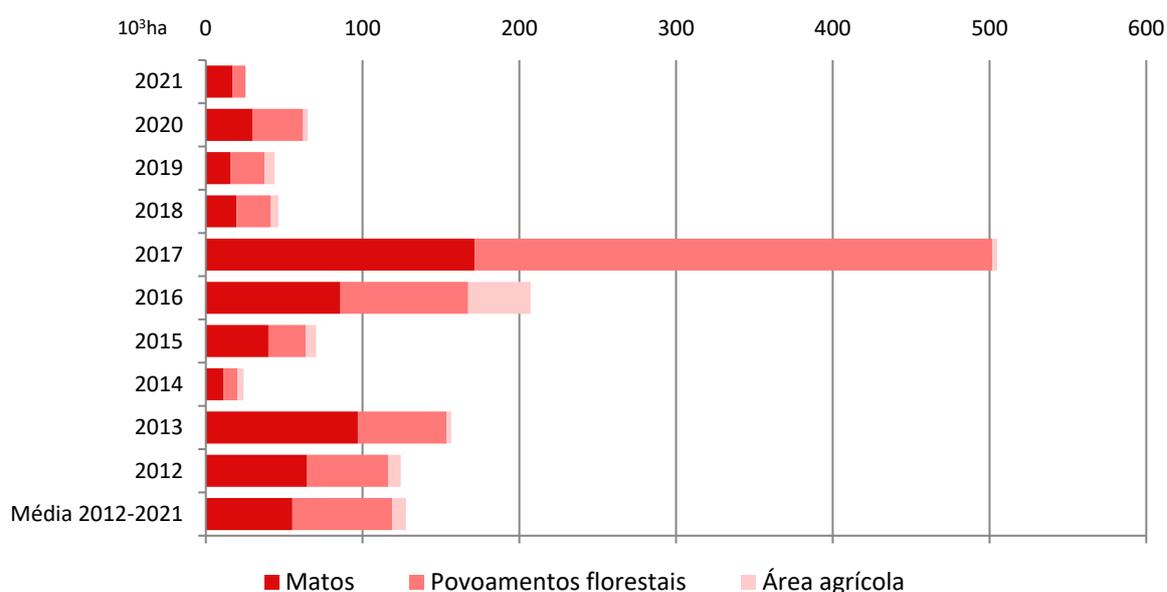


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

Em 2021, 60,6% dos incêndios rurais ocorreram em área ocupadas por matos (43,3% em 2020), 28,8% em povoamentos florestais (47,2% em 2020) e 10,7% em área agrícola (9,5% em 2020). Na última década, o ano 2021 foi o que registou a menor superfície ardida de povoamentos florestais, sendo que também relativamente às superfícies ardidas de área florestal e agrícola, a comparação com a média do período em análise permite constatar que o resultado de 2021 está baixo em 4,7 e 2,9 vezes, respetivamente.



FIGURA 3.7
Superfície Ardida no Continente, por tipo de ocupação
(2012-2021)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A grande maioria dos incêndios ocorridos em 2021 (80,9% dos municípios do Continente) tiveram uma área ardida compreendida entre 0 e 100 hectares, mais 6,1 p.p que em 2020 e mais 49,7 p.p que a média da última década (2012-2021). Nos restantes 53 municípios a superfície ardida total foi superior a 100 hectares, dos quais 6 (15 em 2020) registaram uma superfície ardida superior a 1 000 hectares. Quanto ao tipo de ocupação do solo mais afetada, no município de Tavira para uma superfície ardida de 2 977 hectares, 68,2% da área era matos, enquanto no município de Odemira e para uma superfície ardida de 1 090 hectares, 95,4% da área atingida estava ocupada com povoamentos florestais.

Em 75,5% dos municípios, a área agrícola ardida ocorreu em extensões que não excederam os 10 hectares.

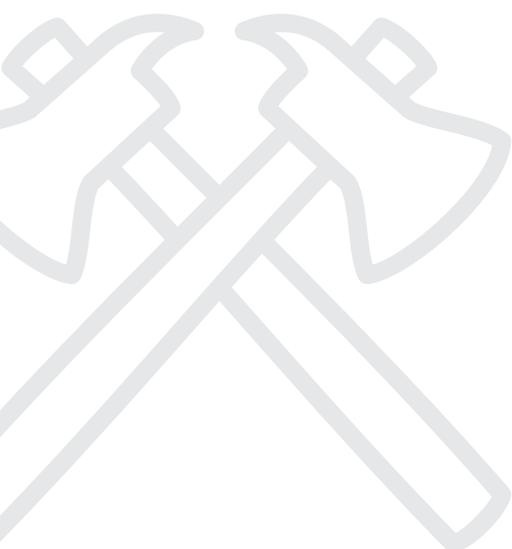
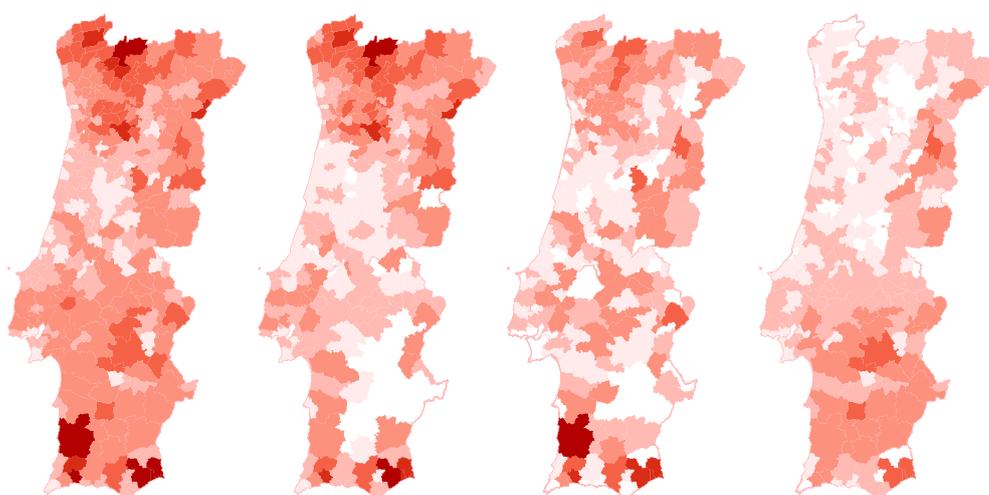
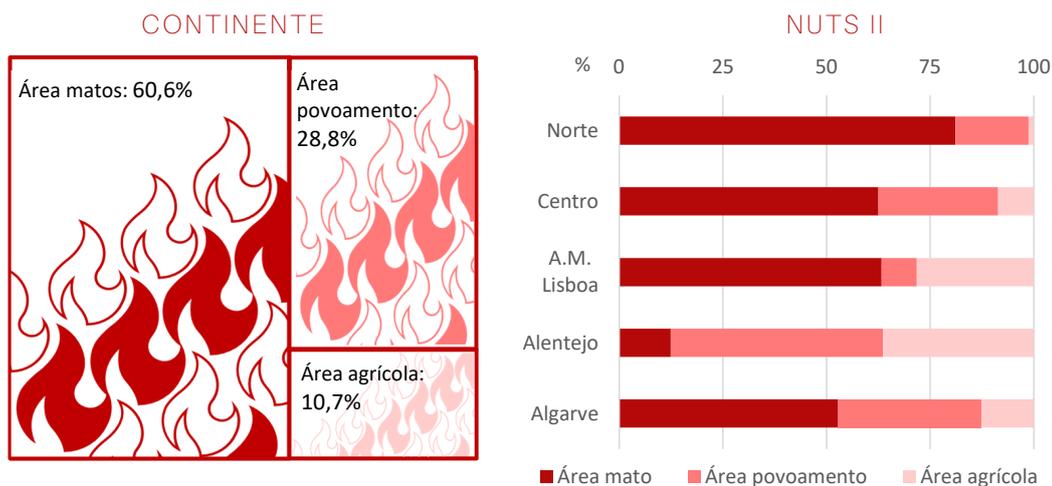


FIGURA 3.8
Representação da área ardida por tipo de superfície no Continente
(2021)



Classe área ardida	Total	Matos	Povoamentos	Agrícola
Sem área	0	7,2	19,4	10,4
0 - 1	14,4	28,4	27,3	42,8
1 - 10	31,3	30,2	25,5	32,7
10 - 100	35,3	19,8	22,7	11,5
100 - 500	14,7	11,2	3,2	2,5
500 - 1 000	2,2	2,5	1,4	0
> 1 000	2,2	0,7	0,4	0

ha

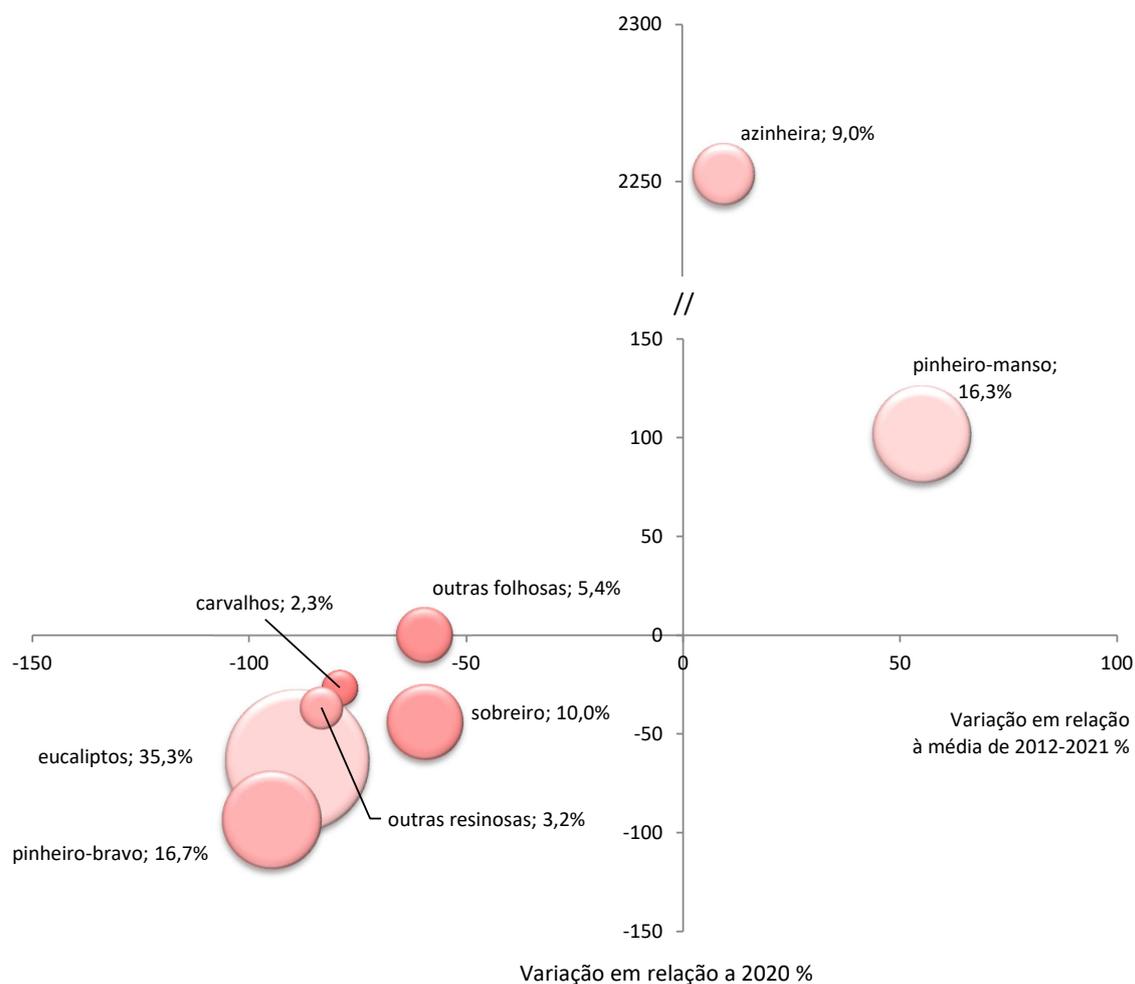
% de municípios afetados

FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

A espécie florestal mais afetada pelos incêndios de 2021 foi o eucalipto, com 35,3% do total da superfície ardida de povoamentos florestais, embora tenha diminuído 63,3% face a 2020 e sido 88,9% inferior à média da última década. Os povoamentos de azinheira foram bem mais fustigados face a 2020, com um aumento de 2 252,3%, apesar de ter aumentado apenas 13,8% em relação à média da última década. Já a área de pinheiro-manso afetada mais que duplicou (101,7%) comparativamente ao ano anterior.

FIGURA 3.9
Superfície Ardida de povoamentos florestais por espécie
(2021)

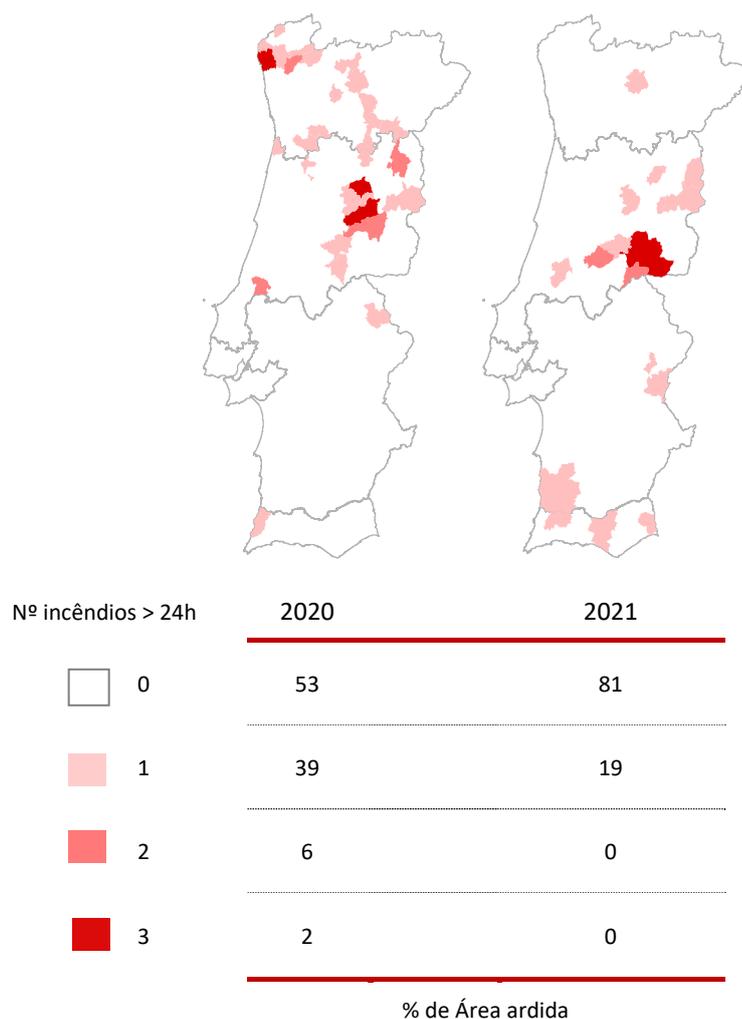


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

*Dimensão do globo representa a área ardida de cada espécie florestal em 2021.

No universo de 8 186 incêndios registados no Continente em 2021, houve 21 ocorrências com uma duração superior a 24 horas (41 em 2020), responsáveis por 19,1% da área ardida, 46,7% em 2020.

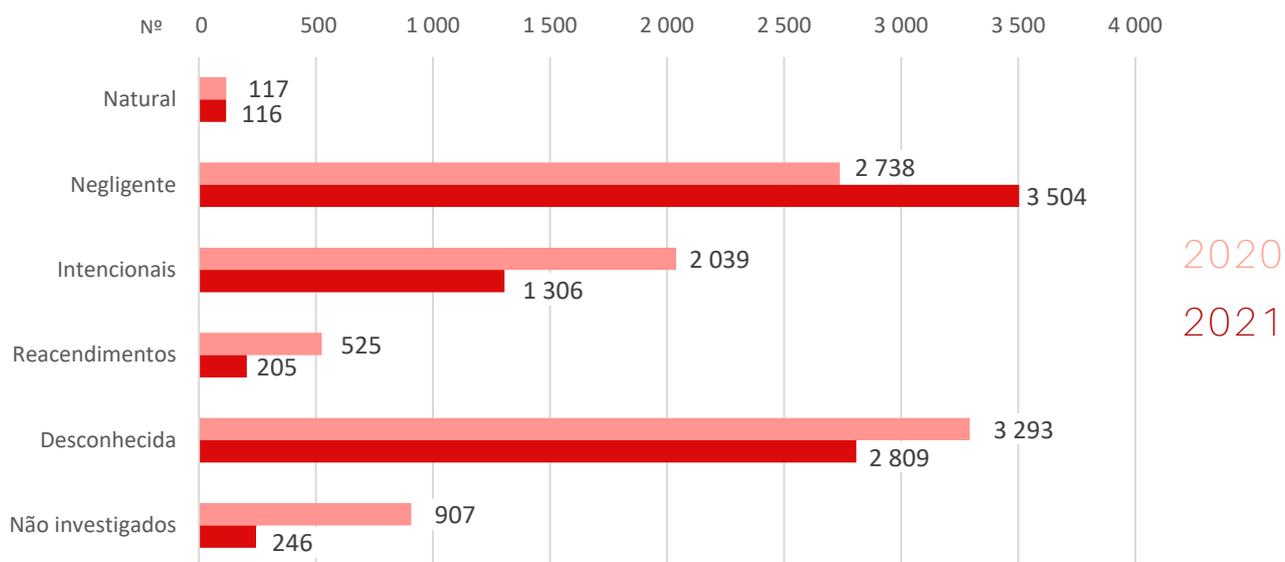
FIGURA 3.10
Incêndios com duração superior a 24 horas e
representação da área ardida



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Em 2021 ficaram por apurar 37,3% das causas de incêndio (43,7% em 2020), das quais 3,0% ainda se encontram em fase de investigação. A causa conhecida mais representativa do número de incêndios foi a negligência, (42,8% do total que compara com 28,5% em 2020) seguidas pelas causas intencionais (16,0%), os reacendimentos (2,5%), e por último as causas naturais com 1,4%.

FIGURA 3.11
Incêndios no Continente por tipo de causa



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

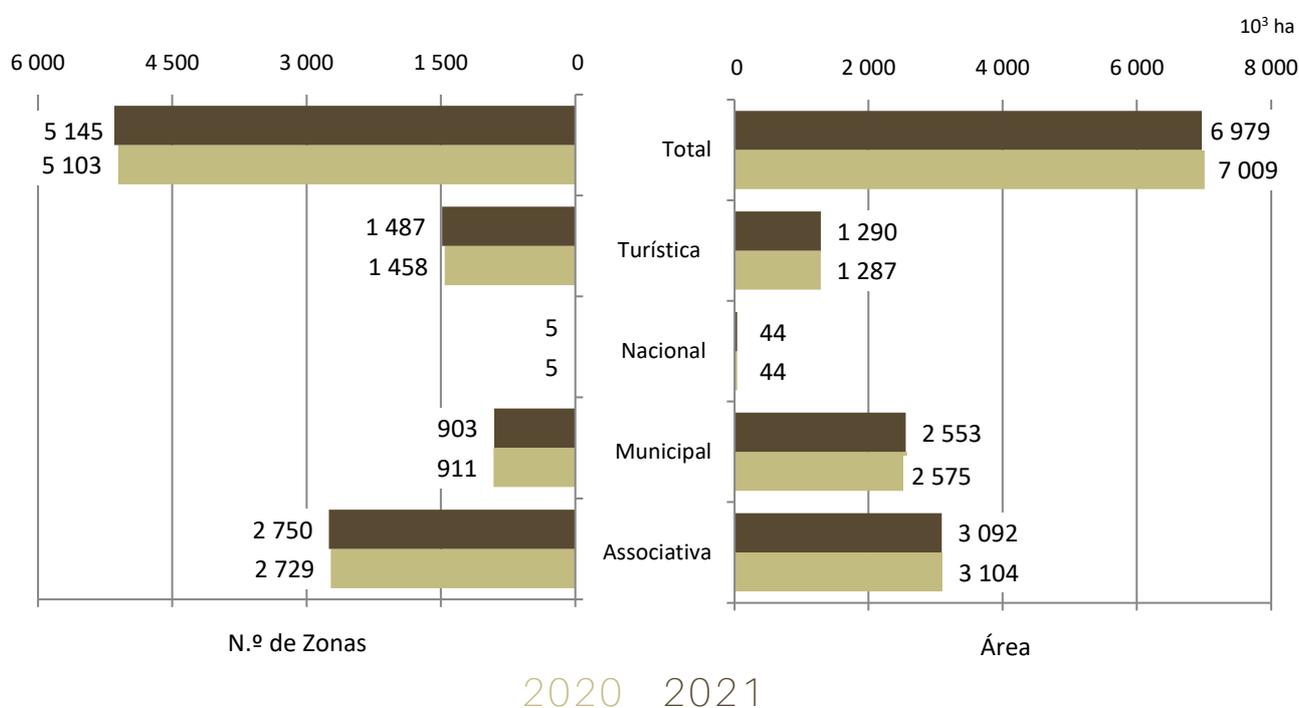


CAÇA

A classificação das zonas de caça é feita consoante a natureza da respetiva entidade gestora ou do fim a que se destina: Turística quando gerida por entidades que tenham por objetivo a exploração económica dos recursos cinegéticos; Nacional se governada pelo Estado ou a quem este transferir a gestão; Municipal nas situações em que é administrada por autarquias ou associações de caçadores com vista a proporcionar o exercício organizado da caça, a um número maximizado de caçadores com condições de acesso especial e Associativa, quando é gerida por associações ou clubes de caçadores.

Em Portugal Continental, no ano 2021, a área de caça distribuiu-se por 6 979 mil hectares correspondendo a 5 145 zonas de caça, mais 42 espaços distribuídos por menos 30,0 mil hectares que em 2020.

FIGURA 3.12
Zonas de caça por tipo de zona



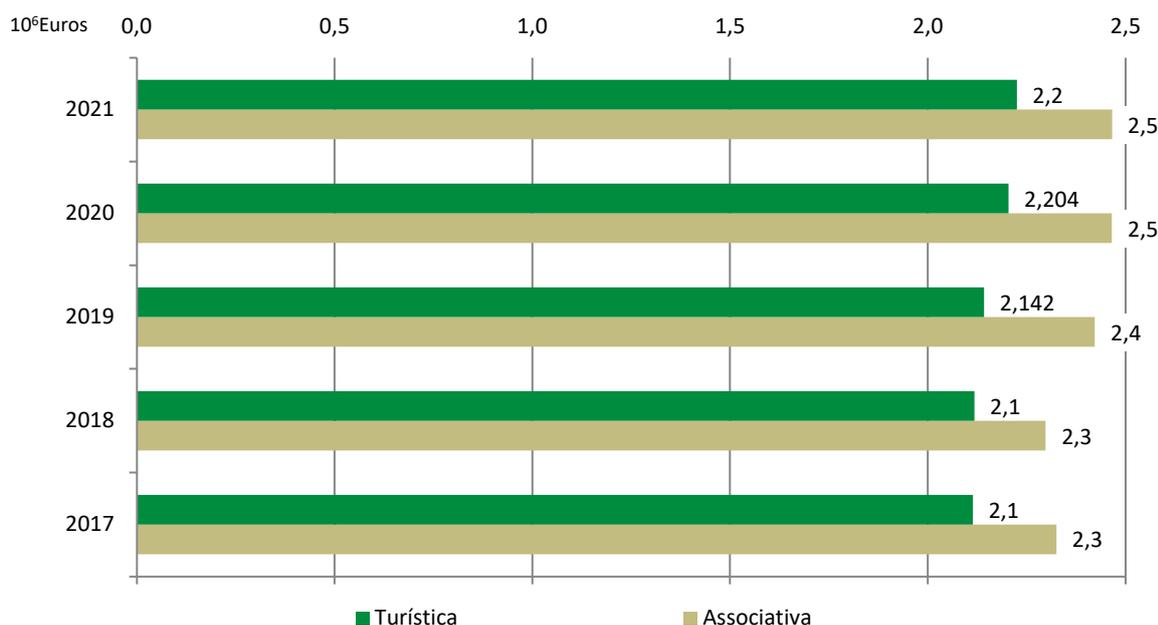
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O maior aumento do número das zonas de caça incidiu nos espaços turísticos (+29), seguido dos administrados associativamente (+21). À semelhança dos últimos anos, em 2021 as zonas de caça mais representativas foram as associativas (53,4%), abrangendo 3 092 mil hectares que corresponderam a 44,3% da extensão destes espaços em Portugal Continental. As zonas de caça municipais, apesar de estarem em menor número, representando 17,6% do total, têm uma dimensão média superior e ocupam 36,7% destas áreas, com cerca de 2 553 mil hectares; seguidas das zonas de caça turísticas e das nacionais, com 1 287 e 44 mil hectares, respetivamente.

A atividade da caça em zona associativa ou turística implica o pagamento de taxas anuais ao abrigo da Portaria n.º 431/2006, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 210/2010 de 15 de abril. A taxa anual devida pelas concessões de caça (zonas de caça associativas e turísticas) destina-se a pagar uma exclusividade de utilização (do recurso caça) ao Estado que a concede às respetivas entidades gestoras. Esta taxa é calculada por hectare de área concessionada e é diferenciada consoante o tipo de zona, pagando as associativas, metade da taxa devida pelas turísticas.

A receita gerada por esta taxa em 2021 foi de 4,7 milhões de euros (+0,5% de receita face a 2020), sendo 52,6% proveniente das zonas associativas e 47,4% das zonas turísticas.

FIGURA 3.13
Taxas Anuais por tipo de Zona de caça
(2017-2021)

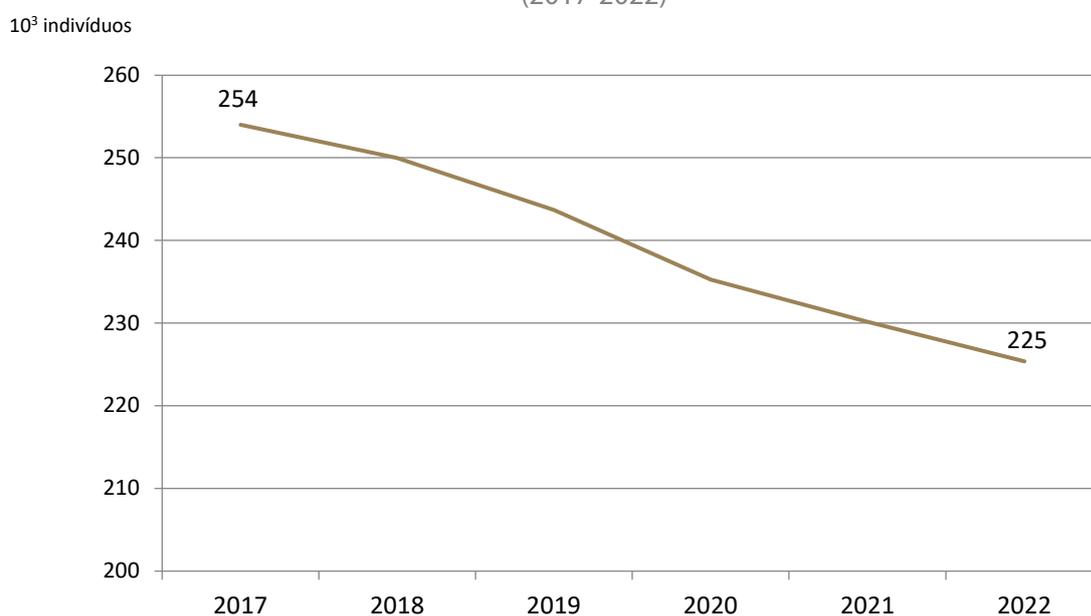


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O número de caçadores registados engloba todos os indivíduos detentores de carta de caçador, independentemente de terem ou não tirado a licença de caça. Esta carta deverá ser renovada anualmente, mediante o pagamento de uma taxa específica. No Decreto-Lei 24/2018⁶ é agora mencionada a afetação de parte das receitas provenientes das licenças de caça ao Fundo Florestal Permanente, por forma a garantir o financiamento da gestão correta e racional dos recursos cinegéticos, com vista ao desenvolvimento e valorização do mundo rural.

Em 2022 foram contabilizados 225 397 caçadores, tendo ocorrido um decréscimo de 2,1% face ao ano anterior, ou seja, menos 4 775 indivíduos requereram a licença de caça. Esta diminuição do número de caçadores registados incidiu principalmente em indivíduos com idade entre os 31 e 40 anos (-7,7%) e os 51 e os 60 anos (-4,5%). Por oposição, o número de licenças aumentou nas idades mais jovens (+12,1% até 30 anos) e nos escalões etários de 71 ou mais anos (+3,7%).

FIGURA 3.14
Caçadores registados
(2017-2022)



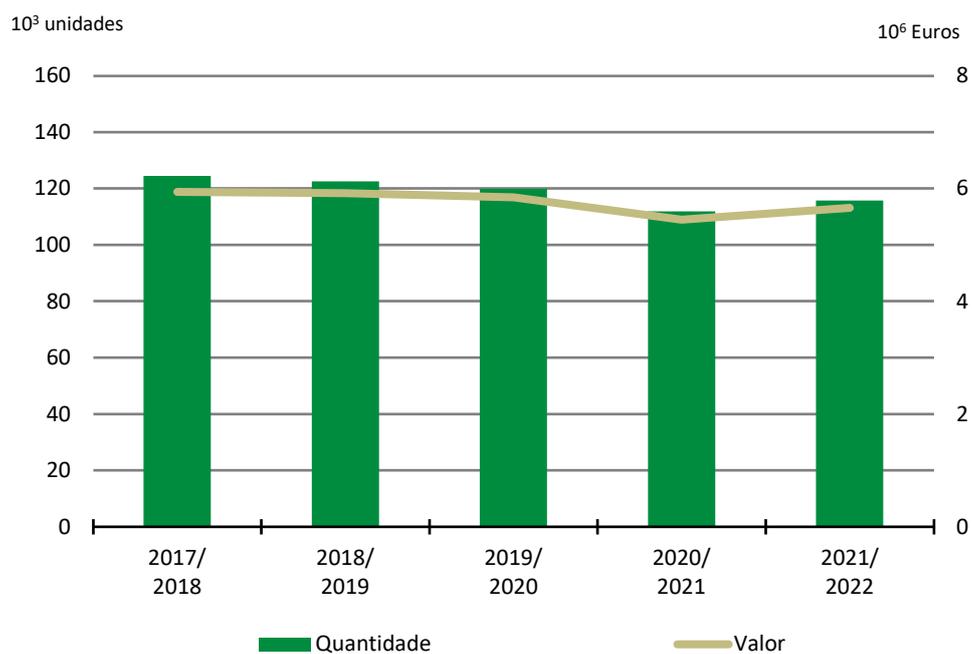
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

As licenças de caça emitidas pelo ICNF permitem o exercício da atividade da caça em território determinado e para uma época venatória específica. Para cada época deverá ser feita a atualização da licença, mediante o pagamento de uma taxa, variável consoante o tipo de licença pretendido.

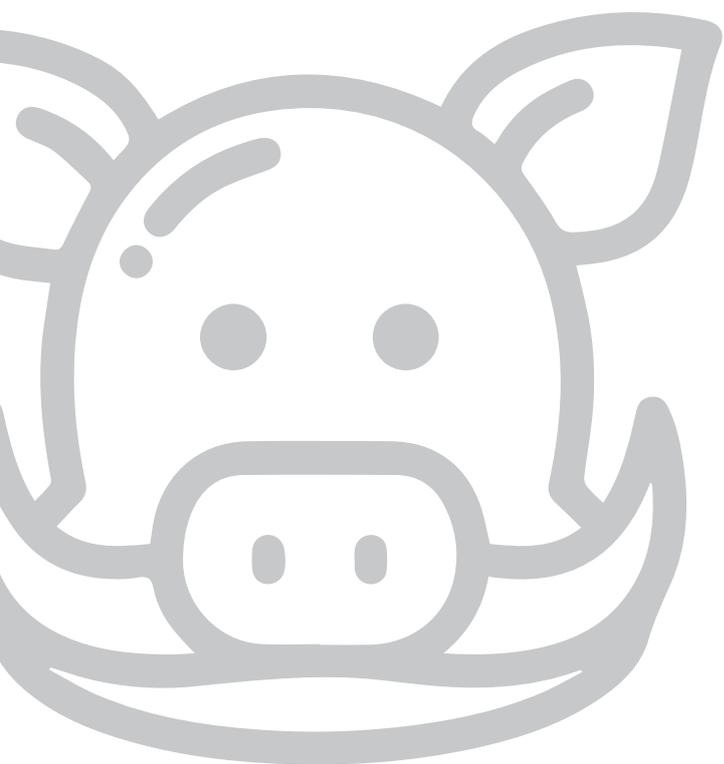
As 115 726 licenças de caça emitidas na época venatória 2021/2022 (111 926 em 2020/2021), corresponderam a um acréscimo de 3,4%, gerando uma receita de 5,7 milhões de euros, superior em 3,8% à de 2020/2021.

⁶ Altera o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável.

FIGURA 3.15
Licenças de caça emitidas



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).



PRINCIPAIS INDICADORES

- Preço médio da resina nacional à entrada da fábrica (€/ kg) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Incêndios rurais com duração superior a 24 horas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Incêndios rurais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de superfície ardida; Anual
- Superfície ardida média (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Superfície florestal (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (superfície florestal); Decenal



4

AGRICULTURA E AMBIENTE

PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal foi de 9,7 mil toneladas em 2020, menos 1,6% face a 2019. A este decréscimo não será alheia a incerteza da prorrogação, por parte da Comissão Europeia, da validade da aprovação de determinadas substâncias ativas (como por exemplo diflufenicão, metsulfurão-metilo e clortolurão) que levou a uma retração por parte dos distribuidores e comerciantes na encomenda dos respetivos produtos.

A análise à estrutura de vendas permite destacar o grupo dos fungicidas, representando em 2020 cerca de 66,0% do volume total de vendas (58,5% em 2019), seguido dos herbicidas com 24,7% (22,5% em 2019), em terceiro lugar o grupo dos inseticidas e acaricidas com 4,3% (8,2% em 2019).

FIGURA 4.1
Venda de produtos fitofarmacêuticos,
por tipo de função (2017-2020)

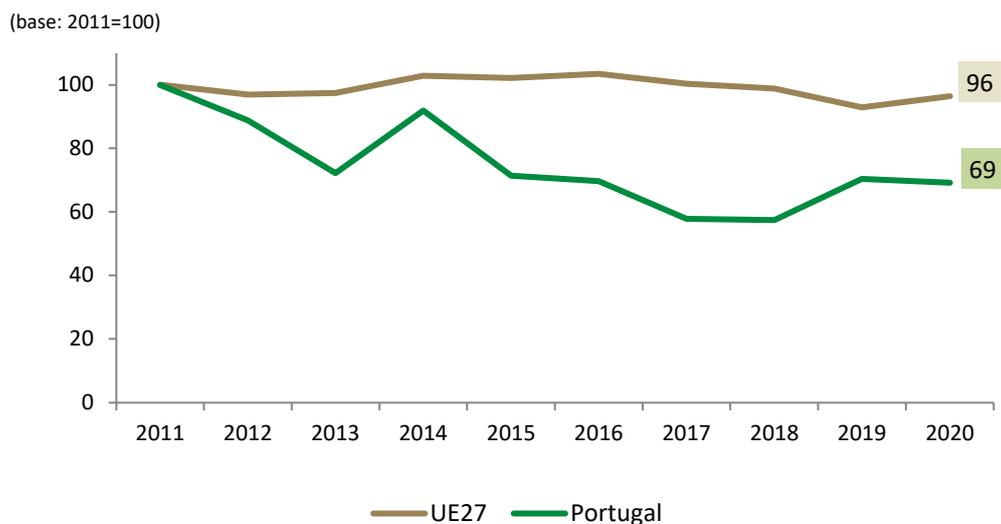


FONTE: Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

O enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável por 60,9% (53,4% em 2019) do volume de vendas dos fungicidas e por 40,2% do volume total de produtos fitofarmacêuticos (31,2% em 2019).

A evolução das vendas dos produtos fitofarmacêuticos na UE27 mantém-se relativamente constante desde 2011, enquanto Portugal apresenta uma tendência decrescente marcada por flutuações irregulares. Neste contexto, o desempenho de Portugal afigura-se mais positivo do ponto de vista ambiental, posicionando-se sempre abaixo da média da UE27, evoluindo a uma taxa de variação anual de -3,8%, enquanto na UE27 a taxa é de -0,4%.

FIGURA 4.2
Evolução das vendas de produtos fitofarmacêuticos em
Portugal e na UE-27 (2011-2020)



FONTE: Eurostat.

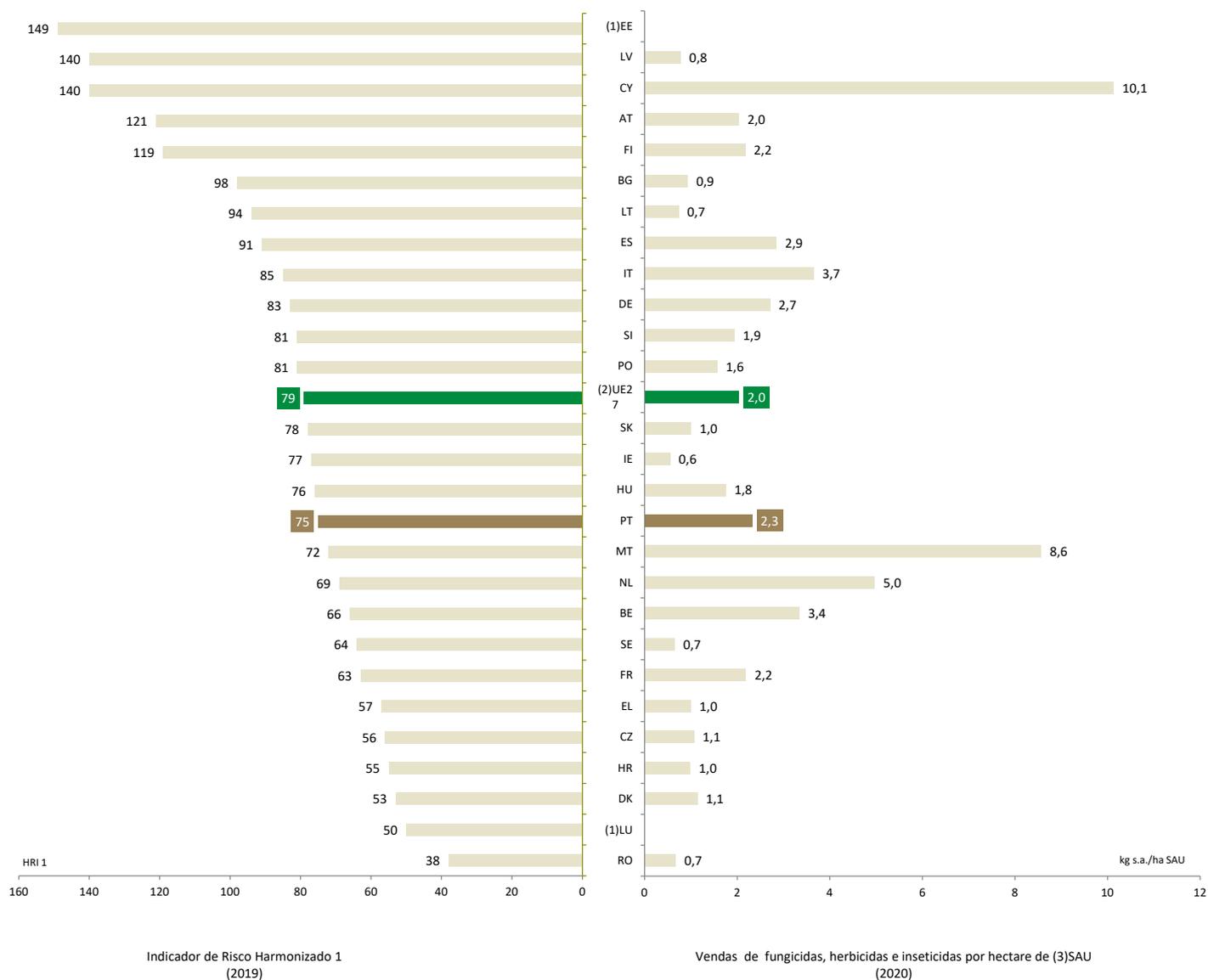
Desde 2011 até 2019 que em Portugal o IRH1⁷ decresceu 25,0%, redução mais intensa que a verificada na UE27 (21,0%).

No ano de 2020 Chipre, Malta e Países Baixos foram os países que registaram maior quantidade vendida de substância ativa dos principais grupos de pesticidas quando relativizada por hectare de SAU. Portugal encontra-se em oitavo lugar relativamente a este indicador e ligeiramente acima da média da UE27.



⁷ Indicador de Risco Harmonizado 1 (IRH1) é calculado com base nas quantidades de substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos, tendo por base de referência (100), a média do período 2011-2013. Este indicador está subdividido em 4 grupos de substâncias de acordo com a sua perigosidade, contribuindo cada grupo com o coeficiente de risco para o cálculo ponderado do indicador. O cálculo de Indicadores de Risco Harmonizados associado ao uso dos produtos fitofarmacêuticos foi definido pela Diretiva (UE) 2019/782 da Comissão.

FIGURA 4.3
 Vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas por hectare de SAU (2020) e
 indicador de risco harmonizado 1 (2019) nos EM da UE27



(1)Dados de vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas não disponíveis para o período em análise.

(2)Não inclui as vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas da Estónia e do Luxemburgo (dados não disponíveis para o período em análise).

(3)Dados de SAU de 2016 para todos os países exceto Portugal com dados de SAU de 2019.

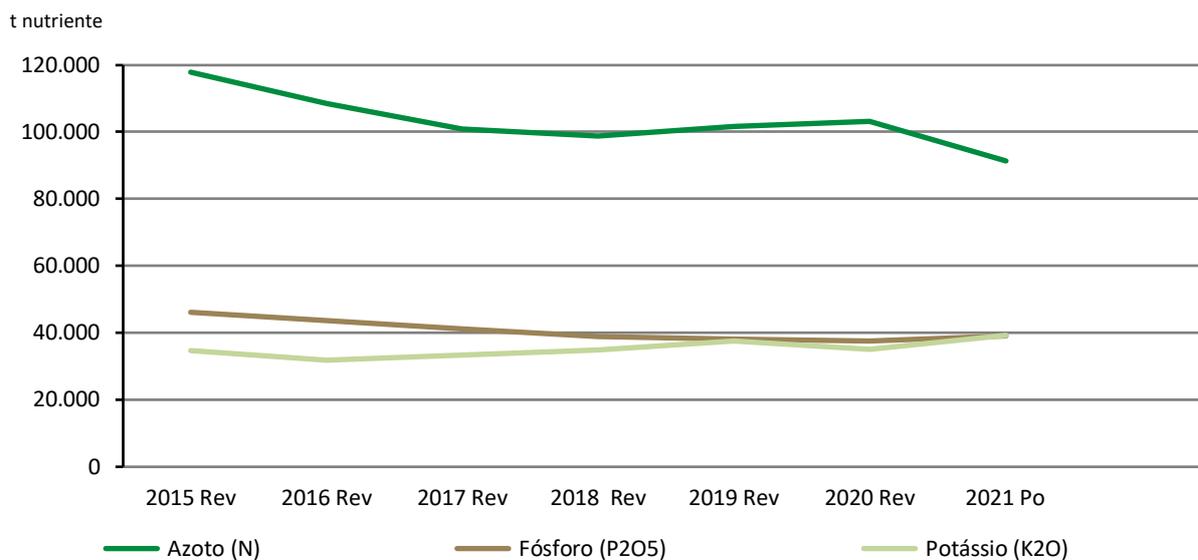
FONTE: Eurostat.

CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES

O consumo aparente de fertilizantes, expresso em macronutrientes Azoto (N), Fósforo (P_2O_5) e Potássio (K_2O), foi de 170 mil toneladas em 2021 (176 mil toneladas em 2020), refletindo um decréscimo de 3,5% face ao ano anterior.

A representatividade dos macronutrientes nos fertilizantes permite evidenciar o azoto, macronutriente com maior expressão no total do consumo aparente de fertilizantes com 53,8% em 2021 (58,6% em 2020), seguido do potássio com 23,2% (19,9% em 2020) e por último do fósforo com 23,0% (21,4% em 2020). Entre 2015 e 2021, realçam-se os decréscimos da utilização do azoto (-22,5%) e fósforo (-15,5%) e o aumento da utilização de potássio (+13,5%). Para o decréscimo do consumo aparente de azoto terá contribuído a redução em 22,7% da área de cereais no período em análise. Para o aumento do consumo de potássio não será alheio o acréscimo em 11,6 % da área de culturas permanentes.

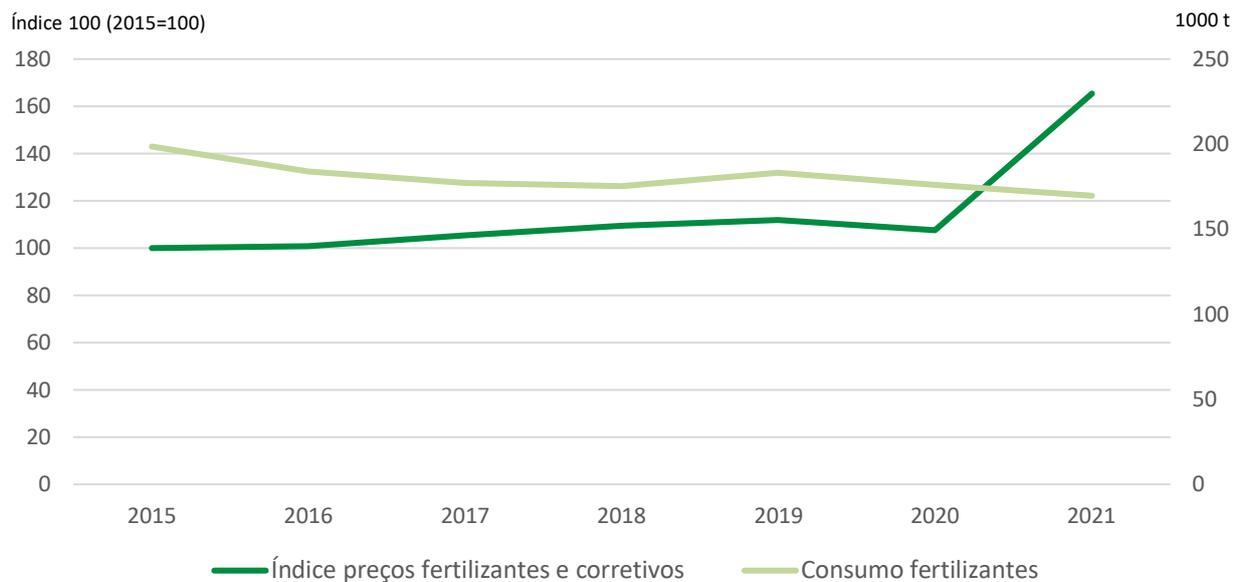
FIGURA 4.4
Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos na agricultura
(2015-2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Em 2021, comparativamente a 2020, verifica-se um decréscimo do consumo aparente de fertilizantes de 3,5% e um aumento do índice de preços de fertilizantes e corretivos de 53,9%.

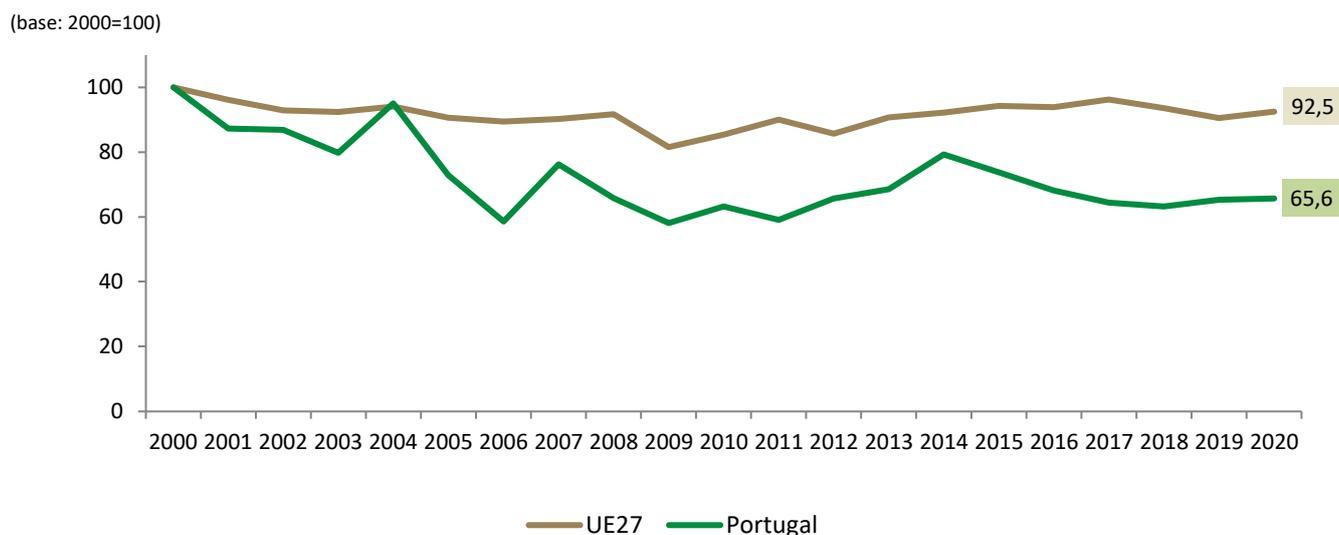
FIGURA 4.5
Índice de preços fertilizantes e corretivos e consumo total de fertilizantes
(2015-2021)



FONTE: INE, I. P., Índice de Preços na Agricultura e Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Na UE27, a quantidade de fertilizantes minerais disponível para consumo reduziu-se um ritmo médio anual de 0,4% entre 2000 e 2020, enquanto em Portugal a variação foi de -2,2% ao ano. Para esse período o decréscimo acumulado de Portugal é de 34,4%, enquanto para a UE27 esse decréscimo é de 7,5%.

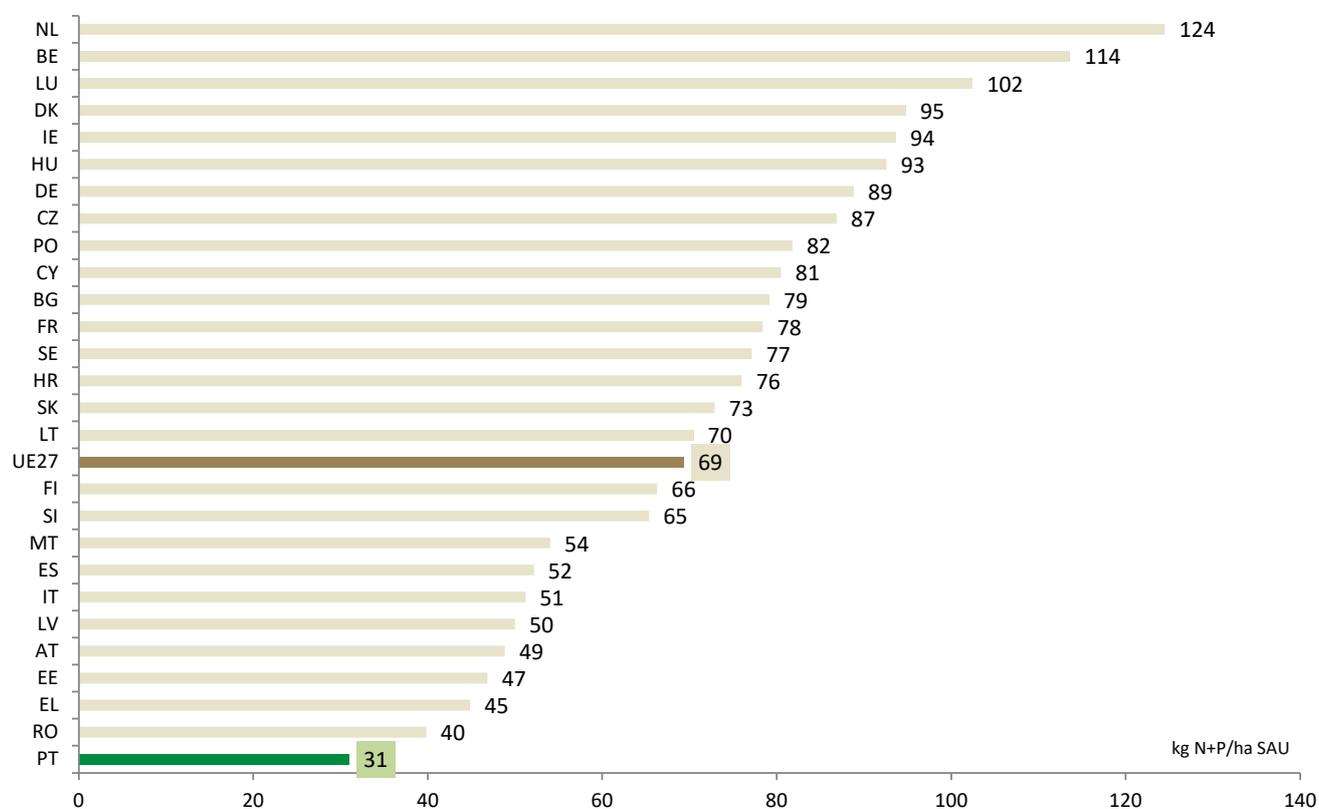
FIGURA 4.6
Evolução do consumo de fertilizantes minerais em Portugal e na UE27
(2000-2020)



FONTE: Eurostat.

Em 2020, Portugal manteve-se como o país com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo) por hectare de SAU da UE27, com um consumo que é menos da metade da média da UE27.

FIGURA 4.7
Consumo de fertilizantes minerais por hectare de SAU nos EM da UE27
(2020)



FONTE: Eurostat.

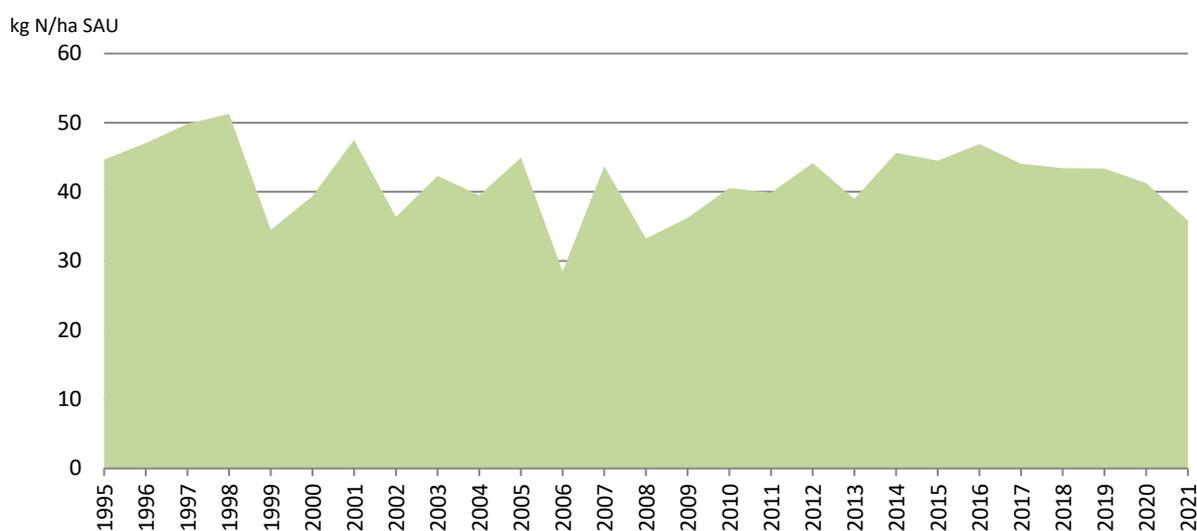


BALANÇO DE NUTRIENTES

Balanço do azoto

O balanço bruto do azoto no solo foi de 143 mil toneladas de N em 2021 (164 mil toneladas de N em 2020), equivalente a 36 kg de azoto por hectare de superfície agrícola utilizada (41 kg de azoto por hectare em 2020). Face a 2020, o balanço líquido deste macronutriente diminuiu 12,0%.

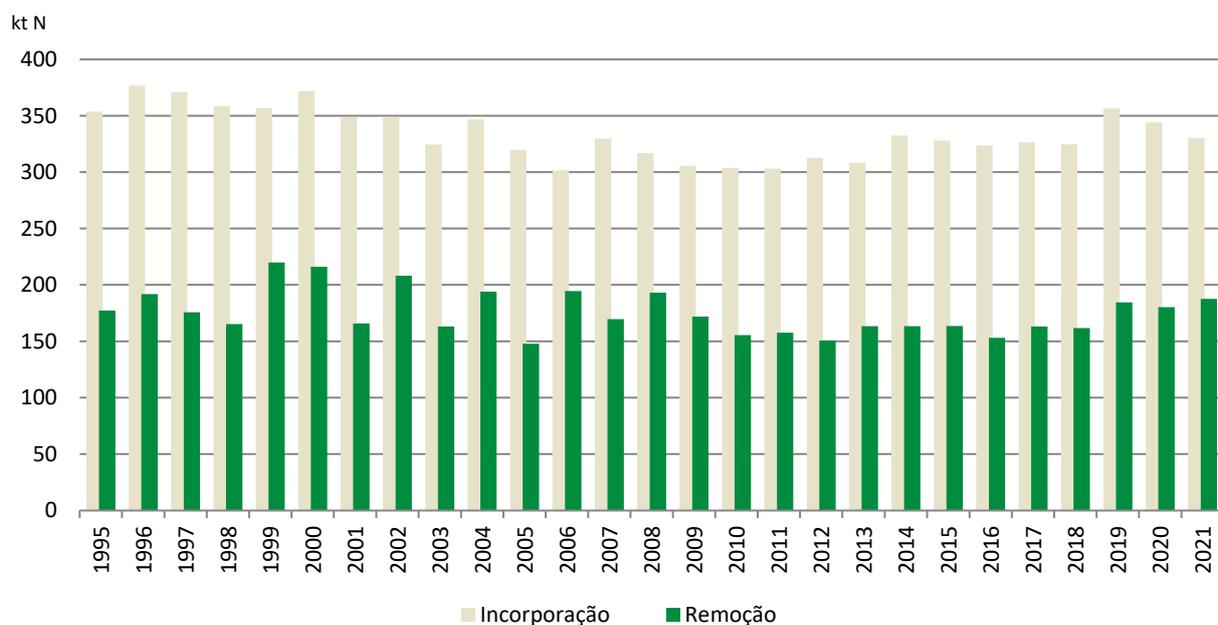
FIGURA 4.8
Balanço de azoto por superfície agrícola utilizada (1995-2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Esta evolução justifica-se pelo decréscimo em 4,0 % da incorporação deste nutriente no solo face a 2020 (-14 mil toneladas de azoto), que resultou da menor incorporação de fertilizantes inorgânicos no solo (-11,5%) e da menor incorporação de estrume no mesmo período (-1,7%).

FIGURA 4.9
Incorporação e remoção de azoto do solo (1995-2019)



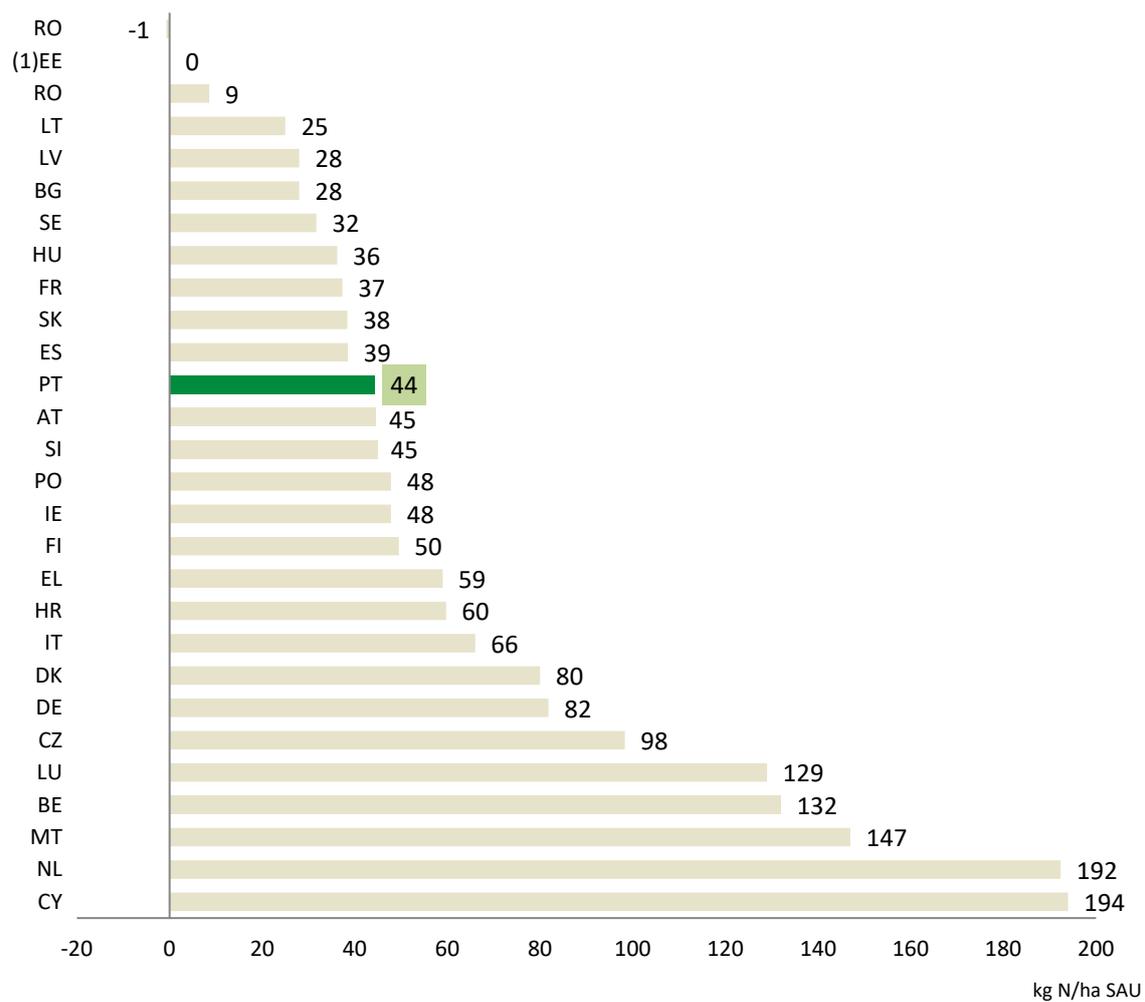
FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Por outro lado, em 2021, o aumento da remoção de azoto do solo na ordem dos 4,1% (mais 7,4 mil toneladas face a 2020), deveu-se sobretudo ao aumento da área das culturas permanentes que removeram mais 5,9 mil toneladas de N relativamente ao ano anterior.

Em 2015, último ano em que o Eurostat publicou o balanço bruto de azoto para os 27 EM, Portugal com 44,3 kg N/ha SAU situava-se em 17.º lugar relativamente aos restantes EM. A Roménia foi o único país a apresentar um resultado negativo do balanço bruto de azoto (-0,7 kg N/ha SAU), enquanto o Chipre foi o país com maior valor, com 194,0 kg N/ha SAU, seguido dos Países Baixos com 192,4 kg N/ha SAU.



FIGURA 4.10
 Balanço bruto de azoto por hectare de SAU na UE27 (2015)



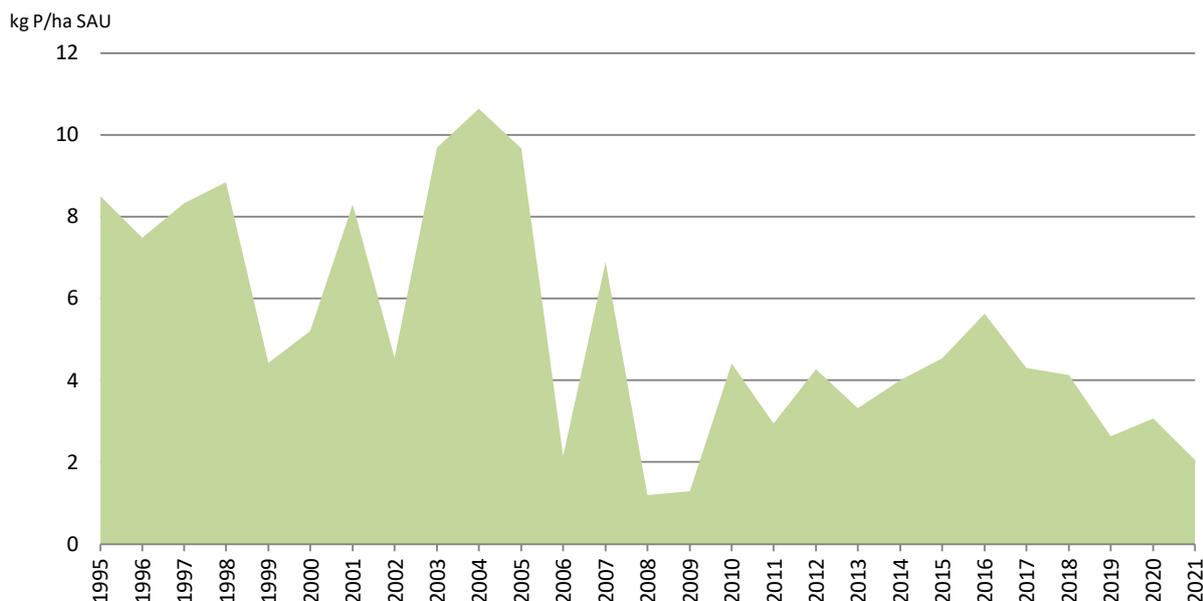
(1)Dados não disponíveis para o período em análise

FONTE: Eurostat.

BALANÇO DO FÓSFORO

Em 2021, o balanço do fósforo registou um excesso de 8,1 mil toneladas (12,2 mil toneladas de P em 2020), equivalente a 2,0 kg de fósforo por hectare de superfície agrícola utilizada (3,1 kg de P por hectare em 2020). Relativamente a 2020, o balanço deste macronutriente decresceu 33,2%.

FIGURA 4.11
Balanço de fósforo por superfície agrícola utilizada (1995-2021)

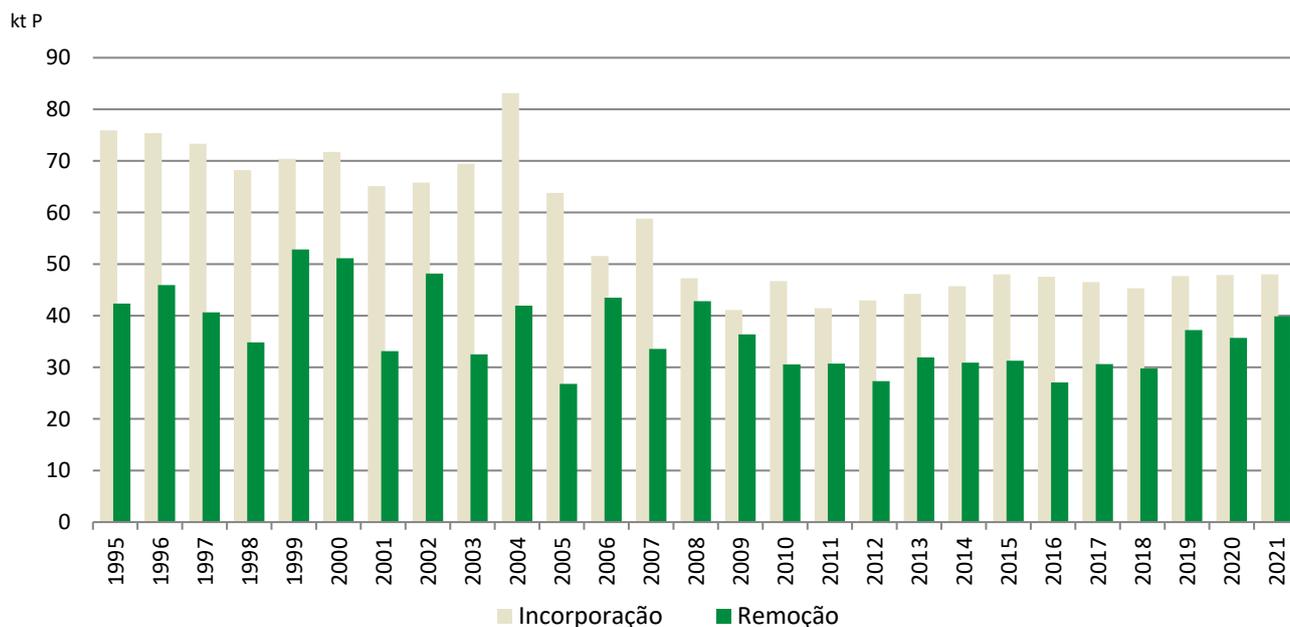


FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Em 2021 a remoção de P pelas culturas foi de 39,9 mil toneladas, um aumento de 11,7% face ao ano anterior. A incorporação de azoto (48,0 mil toneladas) manteve-se próxima da registada no ano anterior (+0,3%). Neste cenário, o balanço de P diminuiu 33,2%, fixando-se a excedência em 8,1 mil toneladas de P equivalente a menos 4,0 mil toneladas face ao apurado em 2020.



FIGURA 4.12
Incorporação e remoção de fósforo do solo (1995-2021)



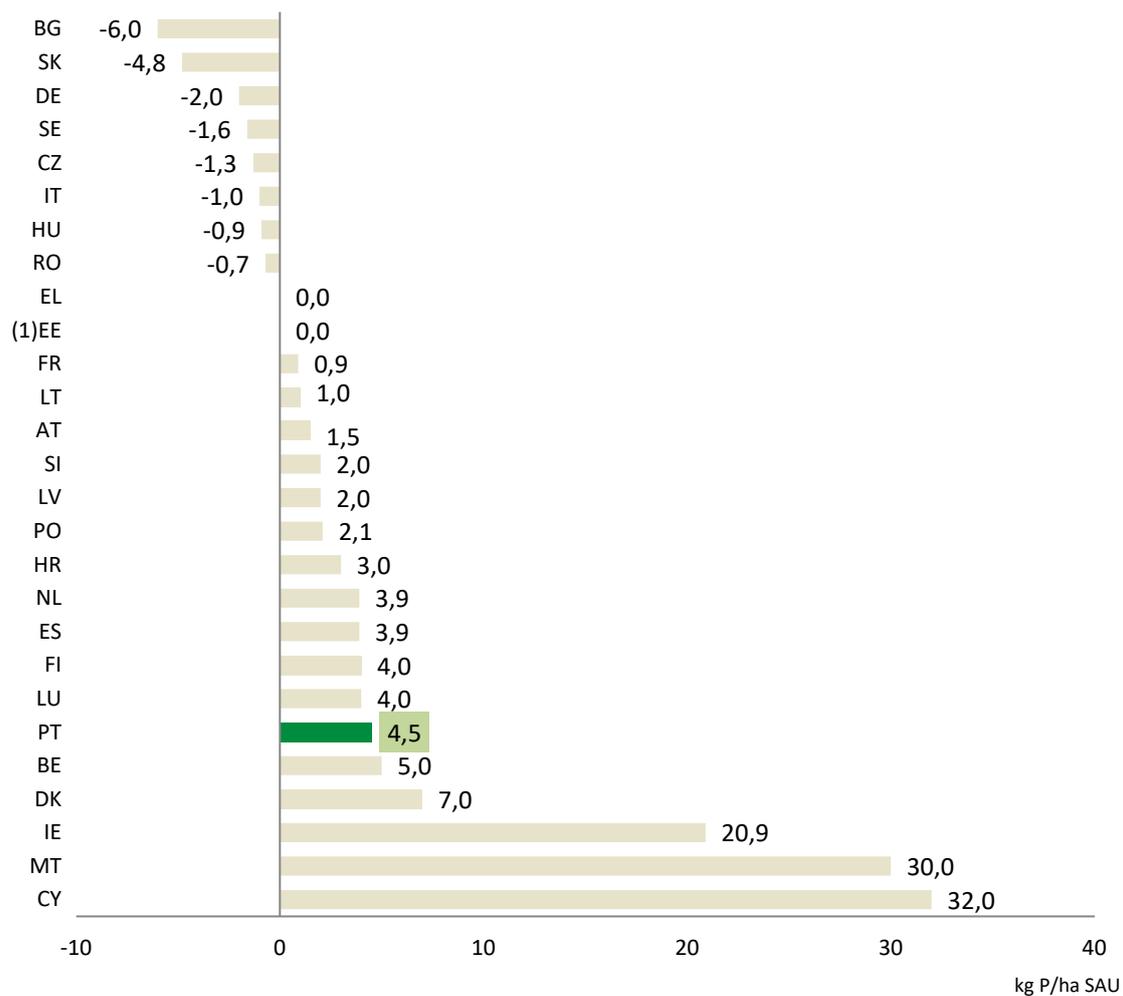
FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

O acréscimo da remoção de fósforo em 2021 foi particularmente expressivo nas culturas permanentes (75,7% face a 2020, equivalente a 4,3 mil toneladas de P).

Na comparação com a UE27 para o último ano com informação disponível (2015), Portugal foi o sexto EM com maior excedência de P/ha SAU (4,5 kg); o EM cujo balanço apresenta um resultado mais elevado foi o Chipre com 32,0 kg P/ha SAU, seguido de Malta com 30 kg P/ha SAU e da Irlanda com 20,9 kg P/ha SAU. Realça-se ainda que oito EM apresentaram balanços brutos de fósforo negativos.



FIGURA 4.13
 Balanço bruto de fósforo por hectare de SAU na UE27 (2015)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.



PRINCIPAIS INDICADORES

- Quantidades vendidas de produtos fitofarmacêuticos por superfície agrícola utilizada (substância activa - kg/ ha) por Tipo de função; Anual
- Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Indicador de risco harmonizado 1 do uso de pesticidas (IRH1) (-) por Localização geográfica; Anual
- Balanço do azoto por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Balanço do fósforo por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual



5

INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO

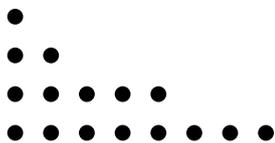


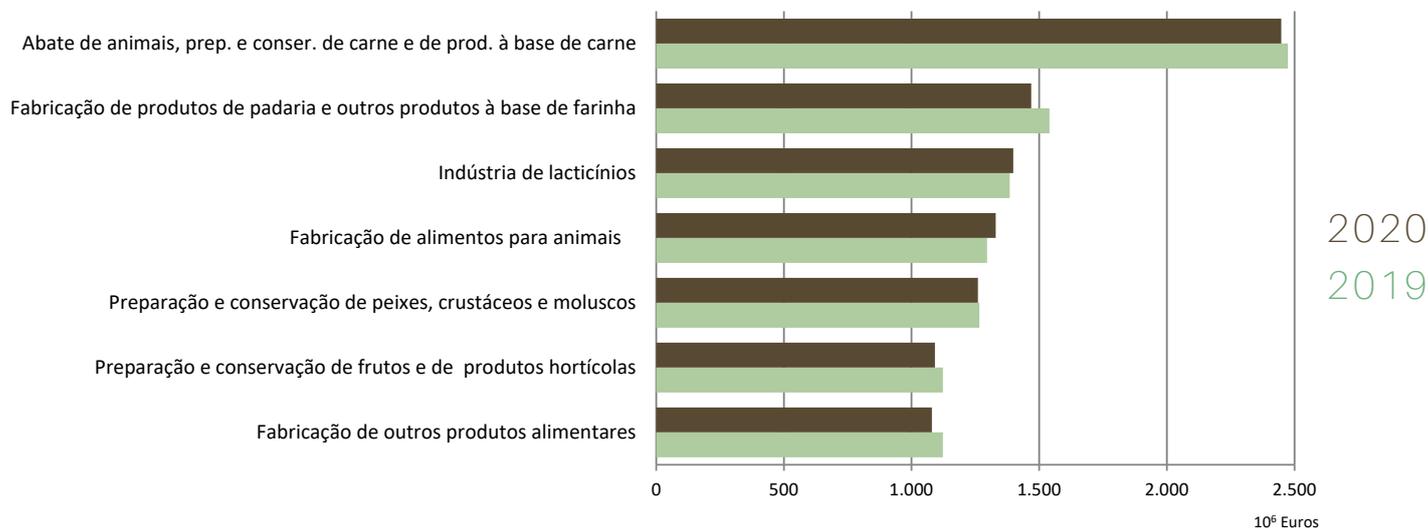
FIGURA 5.1
Valor de vendas das Indústrias Transformadoras
(2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

Em 2020, o valor das vendas das Indústrias Alimentares atingiu 11,7 mil milhões de euros, menos 78 milhões de euros face a 2019. O posicionamento estrutural, relativamente ao total da Indústria Transformadora, manteve-se, continuando a indústria alimentar a ser a principal atividade da produção industrial nacional com 14,5% do total das vendas em 2020 (13,0% em 2019).

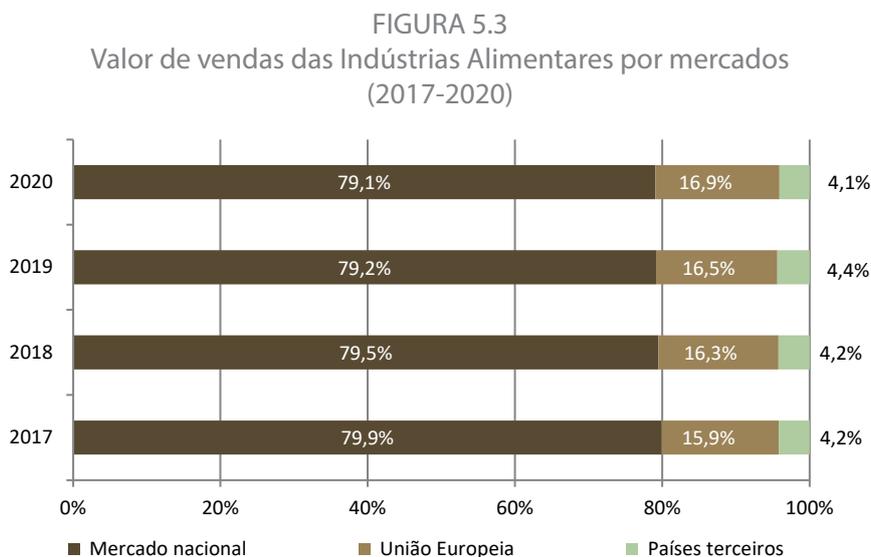
FIGURA 5.2
Valor de vendas das Indústrias Alimentares
(2019, 2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

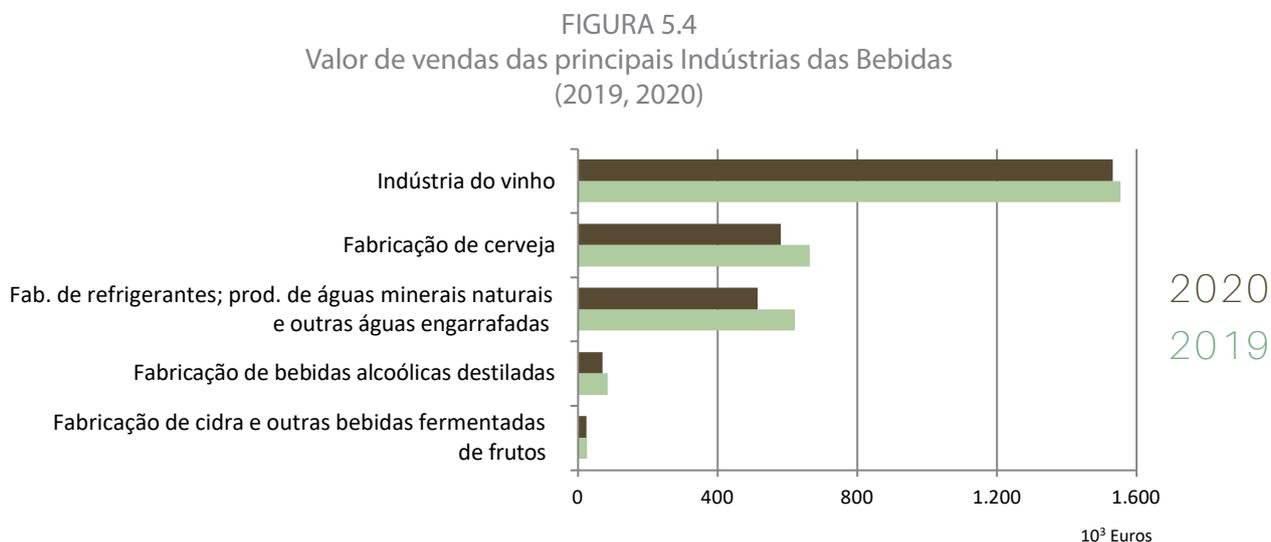
A atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das indústrias alimentares com 20,9% do total do valor de vendas em 2020 (21,0% em 2019), seguida da “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” com 12,6% (13,1% em 2019) e da “indústria de laticínios” com 12,0% (11,8% no ano anterior).

Em 2020, destaca-se a diminuição de 71,4 milhões de euros observado no valor de vendas da atividade de “fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” face ao ano anterior. Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo da atividade “fabricação de alimentos para animais” com mais 33,7 milhões de euros de vendas face a 2019.



Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A análise à distribuição do valor de vendas por tipo de comércio revela que o mercado interno se mantém como principal destino da produção das Indústrias Alimentares. Em 2020, a sua contribuição para o valor total das vendas foi de 79,1%. O mercado intracomunitário, com um peso de 16,9%, registou um aumento de 0,4 p.p. face a 2019. Os países terceiros representaram 4,1% do total das vendas, com uma diminuição de 0,3 p.p. face ao ano anterior.

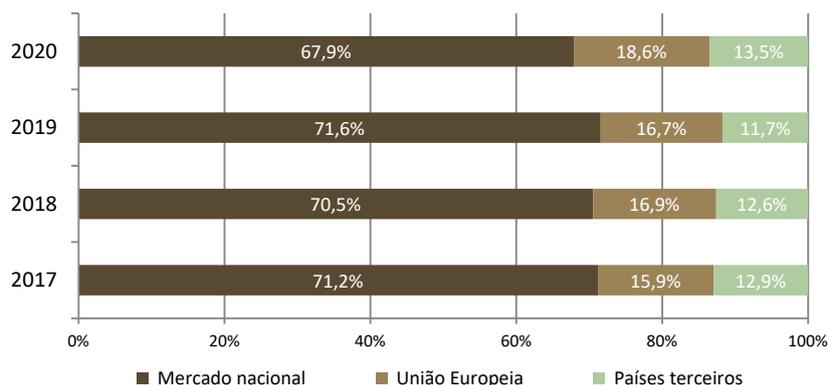


Fonte: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A indústria das bebidas faturou, em 2020, 2,8 mil milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de cerca de 250 milhões de euros face a 2019. A “indústria do vinho” contribuiu com 55,7% do total do valor das vendas (51,8% em 2019), seguida da “fabricação de cerveja” com 21,1% (22,1% em 2019) e da “fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas” com 18,7% (20,7% em 2019).

Os decréscimos comparativamente com o ano anterior foram transversais nas várias atividades da indústria das bebidas, salientando-se o registado na “fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas”, de menos 105,8 milhões de euros, e na “fabricação de cerveja” que decresceu 82,6 milhões de euros.

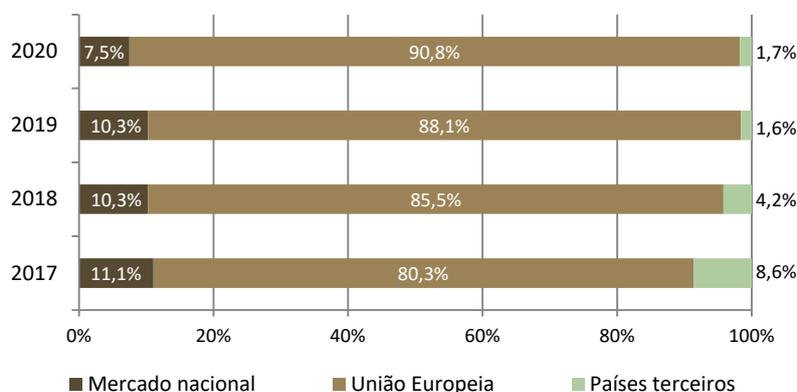
FIGURA 5.5
Valor de vendas da Indústria das Bebidas por mercados
(2017-2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

Tal como nas Indústrias Alimentares, também na Indústria das Bebidas as vendas tiveram como principal destino o mercado nacional (67,9% do valor das vendas), tendo, no entanto, aumentado a expressão do mercado externo: União Europeia com 18,6% (+1,9 p.p. face a 2019) e os Países Terceiros com 13,5% (+1,8 p.p. face a 2019).

FIGURA 5.6
Valor de vendas da Indústria do Tabaco
(2017-2020)



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

O valor das vendas obtido pela Indústria do Tabaco totalizou, em 2020, 676,3 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 72 milhões face a 2019 (+11,9%).

Em termos da distribuição do valor de vendas por mercados, constata-se que 7,5% do valor das vendas em 2020 teve como destino o mercado nacional (-2,8 p.p. face a 2019) e que 90,8% das vendas se destinaram à União Europeia (+2,6 p.p. face a 2019). O mercado dos Países Terceiros representou 1,7% do total em 2020 (peso equivalente em 2019).



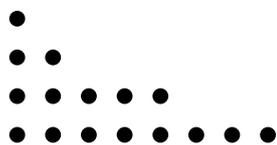
PRINCIPAIS INDICADORES

- Produtos vendidos na indústria por Tipo de produto (Por CAE Rev. 3); Anual
- Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual
- Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual
- Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual
- Formação bruta de capital fixo (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual



6

COMÉRCIO INTERNACIONAL: PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES E PRODUTOS FLORESTAIS

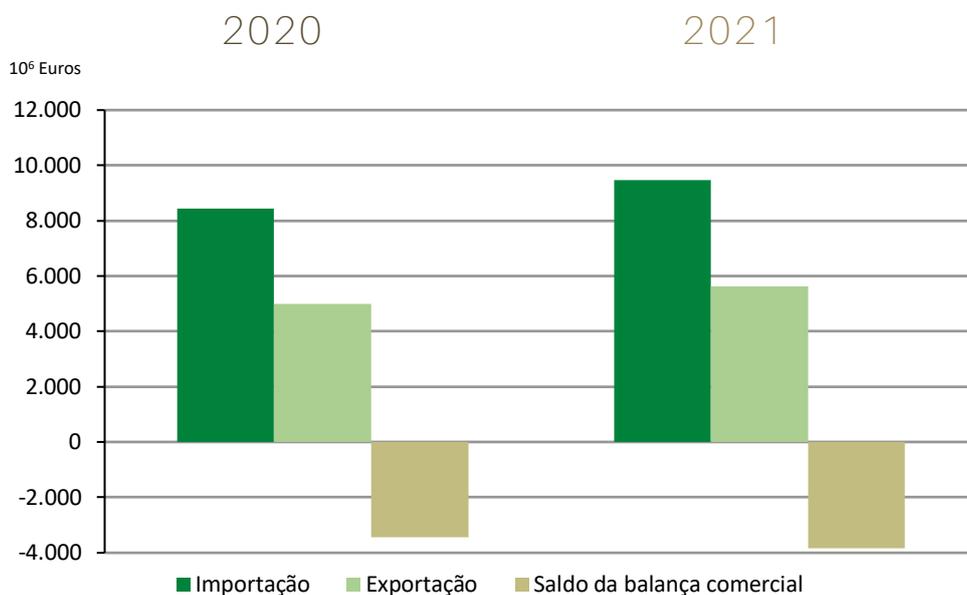


PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES (exceto bebidas)

Saldo da Balança Comercial

O défice da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) atingiu 3 845,9 milhões de euros em 2021, um agravamento em 401,6 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável resultou de um aumento das importações (+1 033,5 milhões de euros) superior ao acréscimo das exportações (+631,9 milhões de euros) deste tipo de produtos.

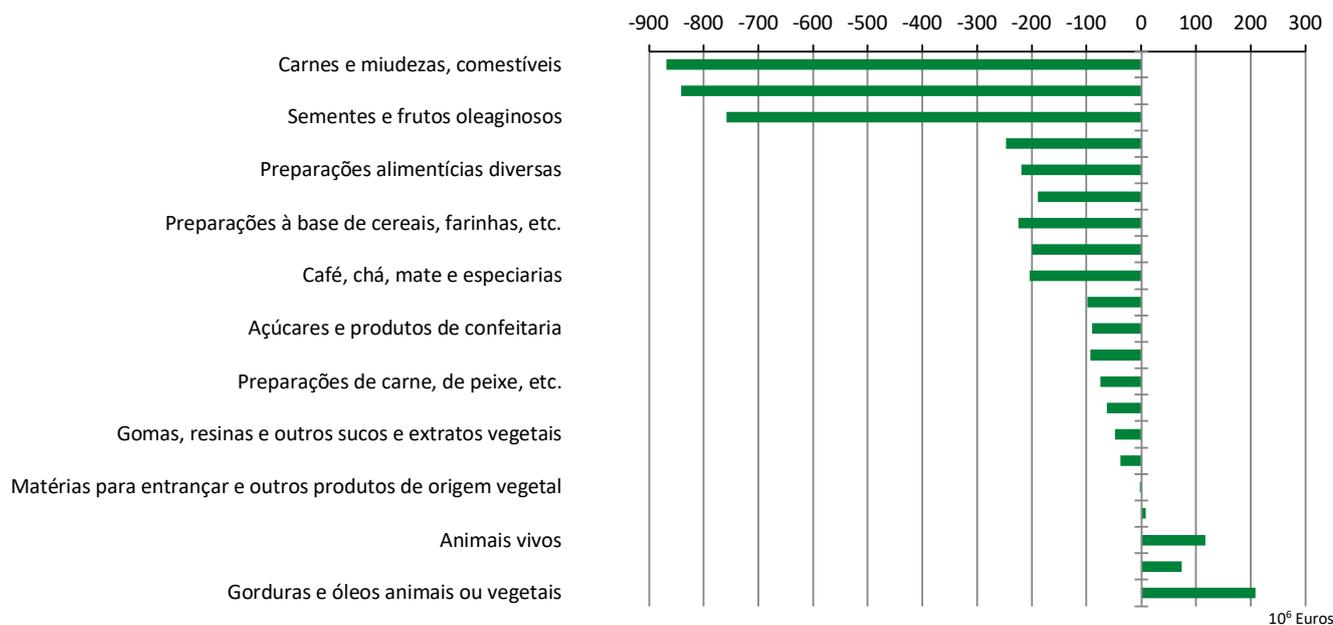
FIGURA 6.1
Comércio Internacional dos produtos agrícolas e agroalimentares



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Os “Cereais” foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, registando um aumento do défice de 154,6 milhões de euros, continuando a apresentar o 2º maior défice no conjunto dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), atingindo 840,6 milhões de euros em 2021. Em sentido contrário, destaca-se o aumento de 58,1 milhões de euros no saldo dos “Animais vivos”, totalizando um excedente de 116,9 milhões de euros.

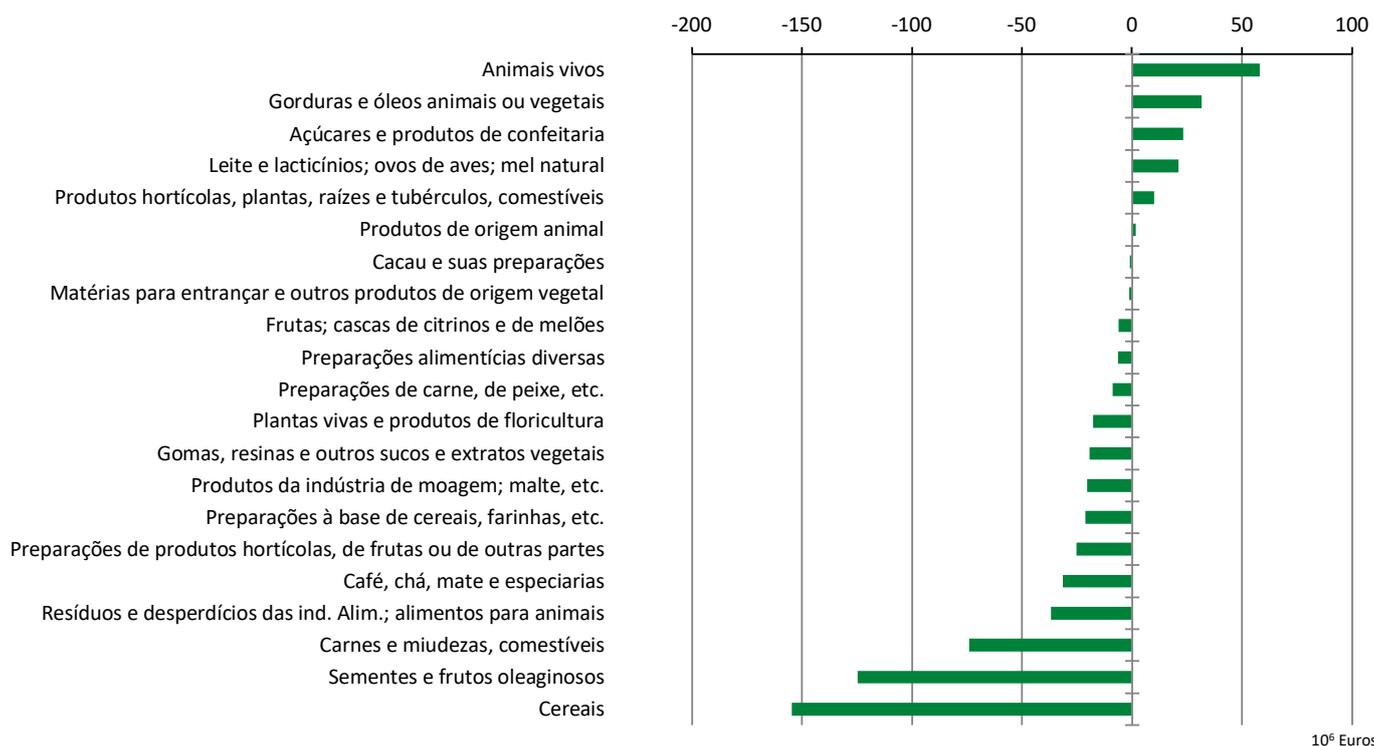
FIGURA 6.2
Saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em 2021, o grupo das “Carnes e miudezas, comestíveis” continuou a apresentar o maior saldo negativo (-867,8 milhões de euros), enquanto o 3º maior déficit se manteve no grupo das “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais” (-758,3 milhões de euros).

FIGURA 6.3
Variação do saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (2021)

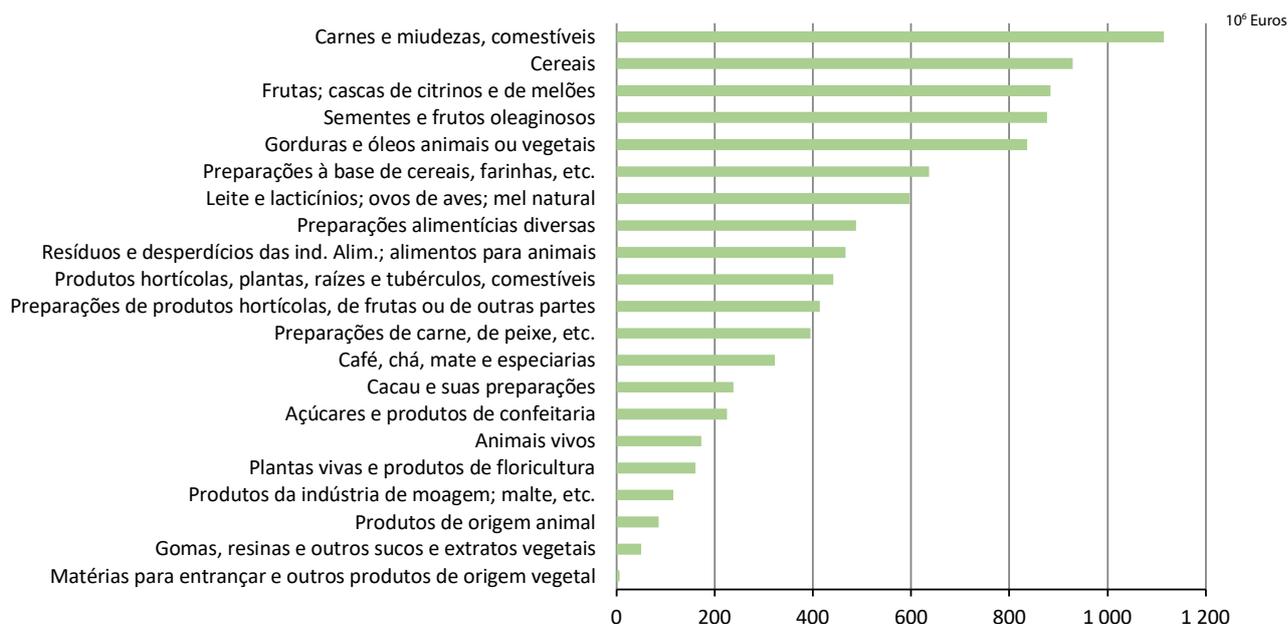


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 12,3% face ao ano anterior (-1,7% em 2020; +10,3% face a 2019), atingindo 9 460,9 milhões de euros em 2021. Este aumento deveu-se, principalmente, aos grupos “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, “Cereais” e “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais”.

FIGURA 6.4
Importações dos produtos agrícolas e agroalimentares
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

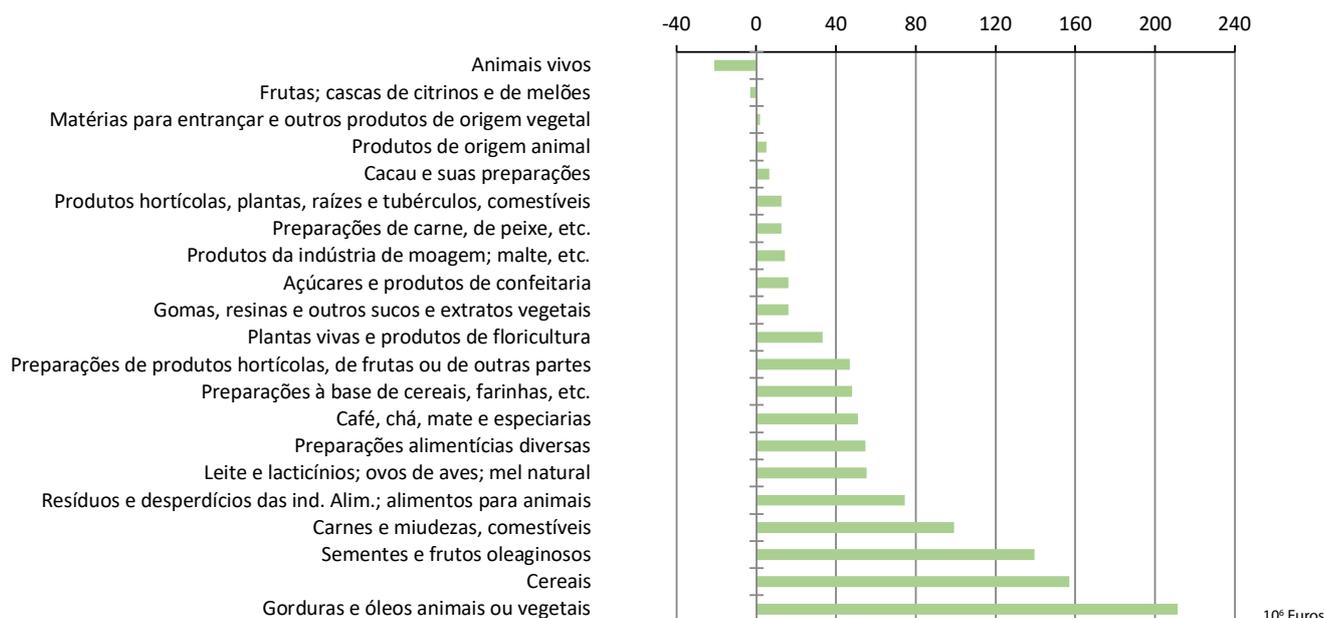
As importações de “Gorduras e óleos animais ou vegetais” atingiram 836,0 milhões de euros, registando o maior aumento absoluto face ao ano anterior (+211,3 milhões de euros, correspondente a +33,8%), principalmente devido às transações de “Azeite” (+67,5 milhões de euros) e de “Óleo de girassol, cártamo ou algodão” (+49,9 milhões de euros). Este acréscimo resultou, sobretudo, das transações com Espanha (+34,1%), que se manteve como principal fornecedor com um peso de 76,5% (76,3% no ano anterior).

O segundo maior aumento ocorreu no grupo dos “Cereais” (+20,4%), sobretudo nas importações de “Milho”, passando a 2º principal grupo importado (3º em 2020) com um peso de 9,8%, +0,7 p.p. que no ano anterior. Destaca-se o aumento nas importações provenientes de Espanha (+39,2%), que passou a 3º principal fornecedor (4º em 2020), ultrapassando o Brasil. A França (peso de 19,7%, -2,0 p.p. face a 2020) e a Ucrânia (peso de 16,4%, +0,5 p.p.) permaneceram como 1º e 2º principais fornecedores deste grupo de produtos, respetivamente.

As importações de “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais” aumentaram 18,9% face ao ano anterior, principalmente do Brasil (+29,3%), que se manteve como principal fornecedor com um peso de 33,6% (+2,7 p.p. em relação a 2020).

As “Carnes e miudezas, comestíveis” continuaram a ser o principal grupo importado, com um peso de 11,8% (-0,3 p.p. que em 2020), enquanto as “Frutas; cascas de citrinos; melões” desceram de 2º para 3º principal grupo importado em 2021, com um peso de 9,3% (-1,2 p.p. face ao ano anterior).

FIGURA 6.5
Variação das importações
(2021/2020)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Entre os “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), destaca-se o grupo dos “Animais vivos”, que registou o maior decréscimo (-10,8%), essencialmente nas importações provenientes de Espanha (-14,0%), que ainda assim permaneceu como principal país fornecedor, atingindo o peso de 86,4% (89,7% em 2020).

Os países Intra-UE reforçaram o seu domínio como fornecedores de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) em 2021, com um peso de 79,4% (+1,0 p.p. em relação ao ano anterior). As importações destes produtos provenientes de Espanha registaram o maior aumento na globalidade dos parceiros (+460,9 milhões de euros, correspondente a +11,5%), continuando a ser o principal fornecedor com um peso de 47,2% (-0,3 p.p. face a 2020). O acréscimo nas importações provenientes de Espanha verificou-se, principalmente, nas “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, mantendo-se como 2º principal grupo importado deste mercado. Os 1º e 3º principais grupos importados deste fornecedor continuaram a ser as “Carnes e miudezas, comestíveis” e as “Frutas; cascas de citrinos; melões”, respetivamente.

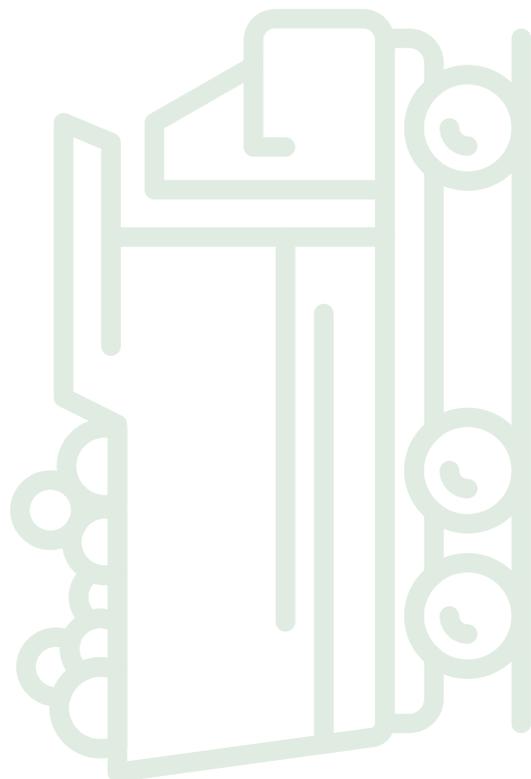
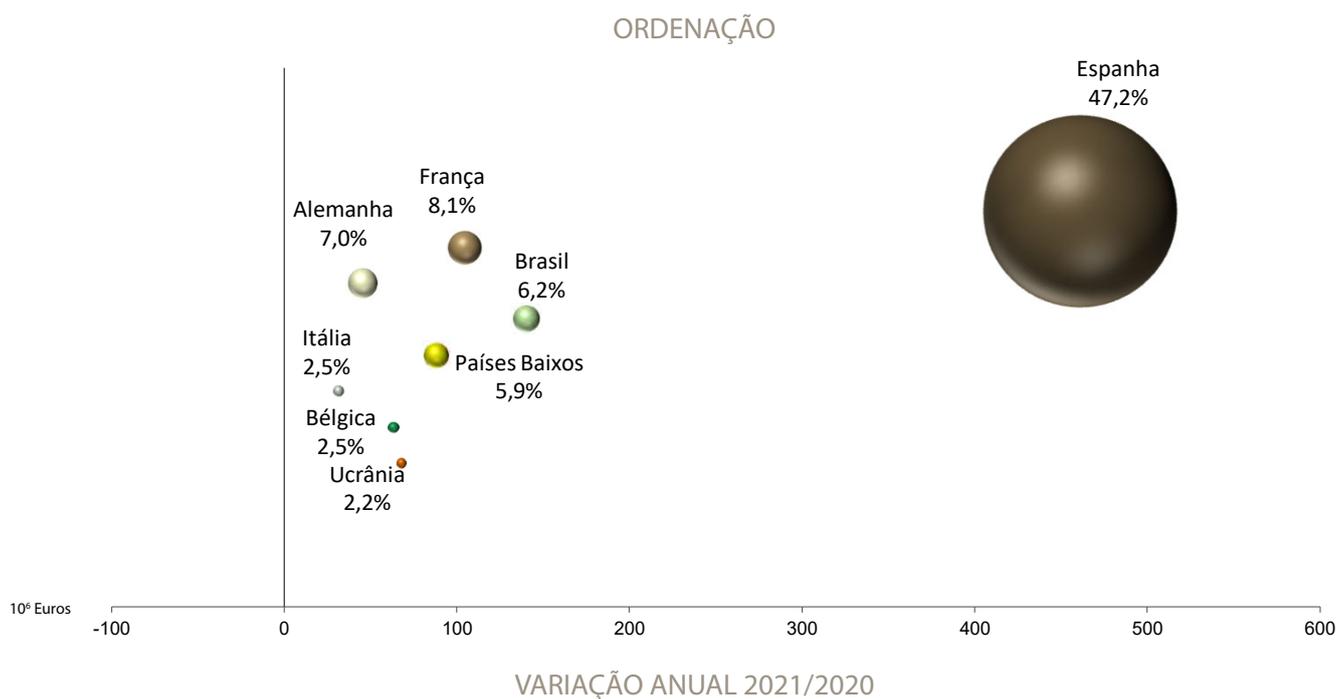


FIGURA 6.6
 Importações de produtos agrícolas e agroalimentares
 por principais países (2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

Os 2º e 3º maiores acréscimos nas importações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) ocorreram nas importações provenientes do Brasil (+31,4%) e de França (+15,8%), respetivamente. Em ambos os países, os aumentos ficaram a dever-se, principalmente, às transações de “Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais”, destacando-se também o acréscimo nas importações de “Café, chá e especiarias” provenientes de França.

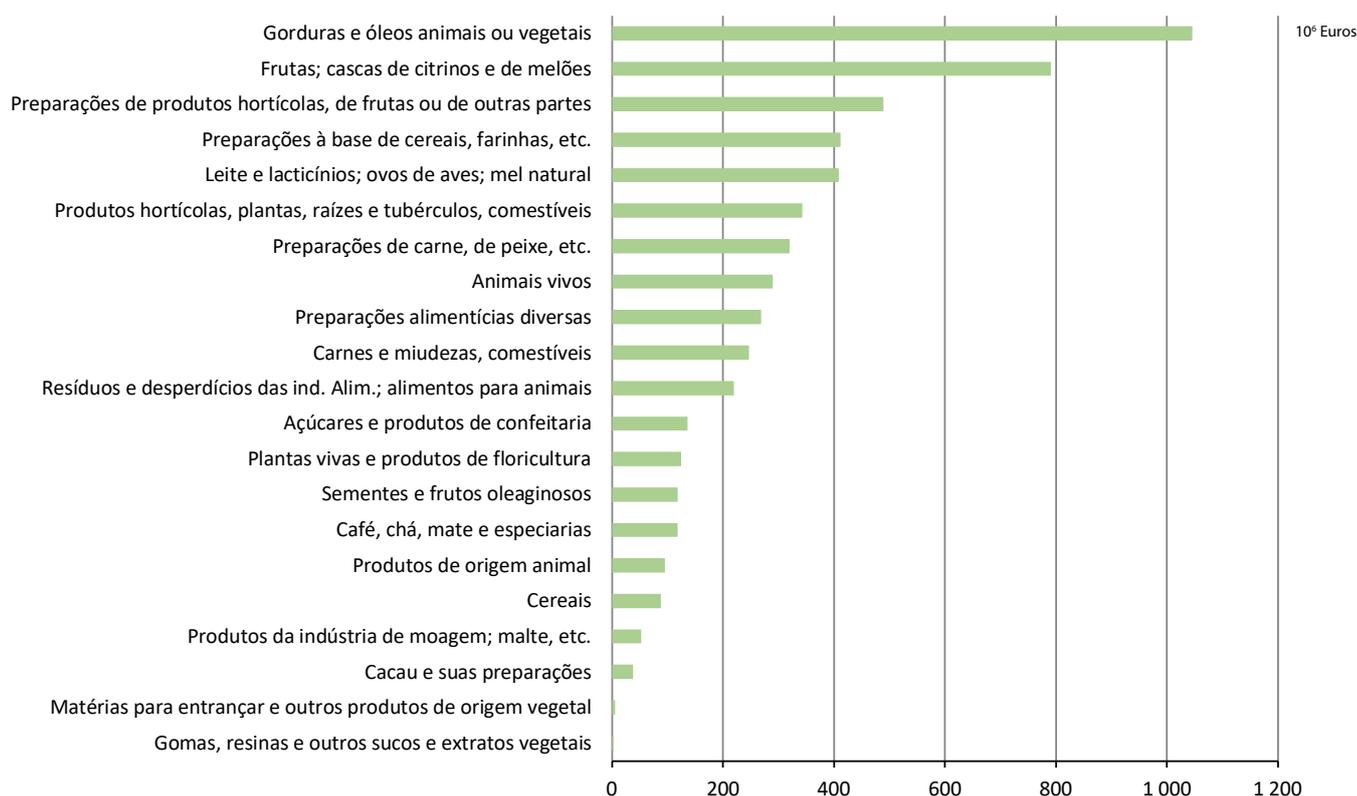
A França continuou a ser o 2º principal fornecedor de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), com um peso de 8,1% (+0,2 p.p. face ao ano anterior) e a Alemanha continuou a ocupar a 3ª posição, com um peso de 7,0% (-0,3 p.p.).



Exportações

As exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) aumentaram 12,7% face ao ano anterior (+5,4% em 2020; +18,8% face a 2019), atingindo 5 615,1 milhões de euros em 2021. Os grupos que mais contribuíram para este acréscimo foram as “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, o “Leite e lacticínios; ovos; mel” e as “Preparações alimentícias diversas”.

FIGURA 6.7
Exportações dos produtos agrícolas e agroalimentares
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O maior aumento ocorreu nas exportações de “Gorduras e óleos animais ou vegetais” (+30,3%), que se manteve como principal grupo de produtos exportado (peso de 18,6%, +2,5 p.p. que em 2020), sobretudo devido às transações de “Azeite”, que representaram 66,3% do total deste grupo, correspondendo a 126,7 milhões de euros. Nas exportações deste grupo, destaca-se o aumento de 60,0% nas transações com Espanha, que reforçou a sua posição como principal cliente (peso de 43,6%, +8,1 p.p. face ao ano anterior).

O 2º maior aumento absoluto verificou-se nas exportações de “Leite e lacticínios; ovos; mel” (correspondente a +23,2%), principalmente para Espanha (+24,0%) que se manteve como principal cliente, com um peso de 42,3% (+0,3 p.p. face ao anterior). Este grupo de produtos ganhou expressão, representando 7,3% das exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) em 2021, 0,6 p.p. acima do peso observado em 2020.

As exportações de “Preparações alimentícias diversas” também registaram um aumento significativo face ao ano anterior (+22,0%), principalmente devido aos “Preparados para molhos e temperos”, atingindo um peso de 4,8% (+0,4 p.p. em relação a 2020). Este acréscimo verificou-se maioritariamente nas exportações para Espanha (+27,2%) e Reino Unido (+30,7%), que se mantiveram como 1º e 2º principais clientes, respetivamente.

FIGURA 6.8
Variação das exportações
(2021/2020)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em sentido contrário, o maior decréscimo verificou-se nas exportações de “Frutas; cascas de citrinos; melões” (-8,8 milhões de euros, correspondente a -1,1%), destacando-se as transações com o Reino Unido (-55,8%). Este grupo permaneceu, ainda assim, como 2º principal grupo exportado em 2021 (peso de 14,1%, -2,0 p.p. que em 2020), mantendo-se a Espanha como principal cliente (peso de 44,5%, +2,4 p.p. face ao ano anterior).

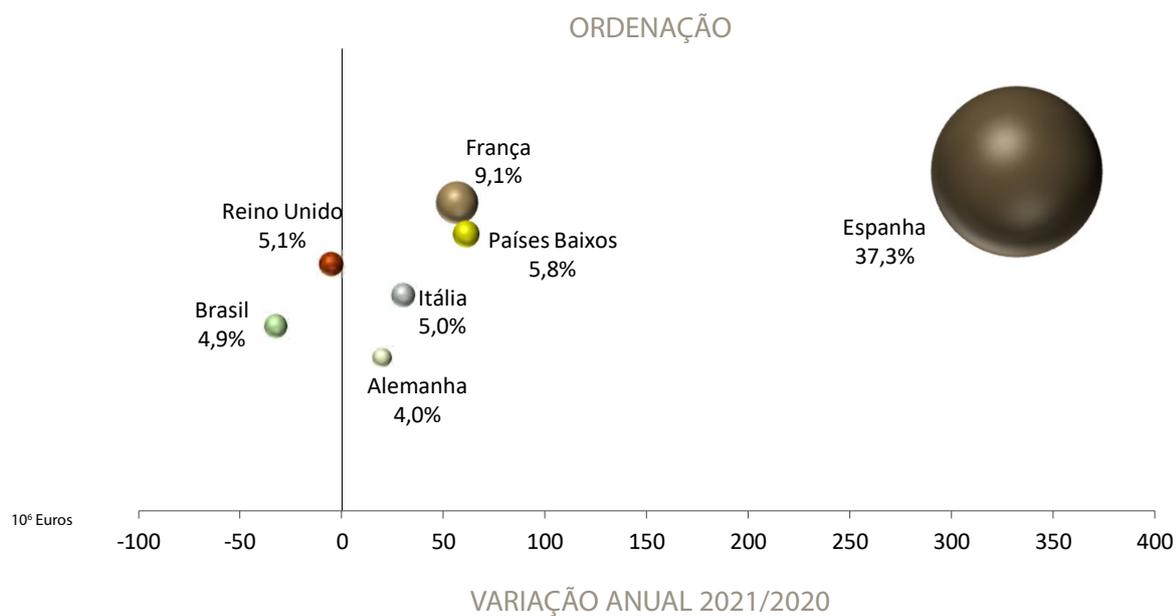
As “Preparações de produtos hortícolas” mantiveram-se como 3º principal grupo exportado (peso de 8,7%, -0,7 p.p. face a 2020), com um acréscimo de 4,7%. Em relação ao ano anterior, não se observaram alterações nos principais países de destino: Espanha, Reino Unido e França, que no seu conjunto concentraram 46,2% das exportações deste grupo de produtos (-1,5 p.p. face a 2020).

Os países Intra-UE reforçaram o seu domínio como destino das exportações portuguesas de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas), totalizando um peso de 69,1% (+1,9 p.p. face a 2020).

As exportações para Espanha registaram o maior aumento na globalidade dos países parceiros (+332,1 milhões de euros, +18,9%), reforçando a sua posição como principal cliente das exportações nacionais destes produtos, com um peso de 37,3% (35,3% em 2020). Este aumento deveu-se, sobretudo, às “Gorduras e óleos animais ou vegetais”, ultrapassando as “Frutas; cascas de citrinos; melões” como principal grupo exportado para este país.

A França (peso de 9,1%, o mesmo que no ano anterior) permaneceu como 2º principal país de destino. O Brasil (peso de 4,9%, 6,1% em 2020) desceu da 3ª para 6ª posição em 2021, após registar o maior decréscimo na globalidade dos países (-10,6%), sobretudo devido às “Gorduras e óleos animais ou vegetais”. Os Países Baixos passaram a ocupar a 3ª posição (5ª em 2020), com um peso de 5,8% (+0,5 p.p. face ao ano anterior), tendo-se verificado um aumento de 23,2% nas exportações de “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) para este país.

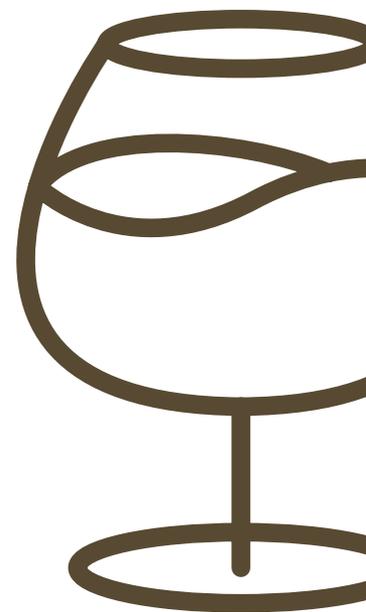
FIGURA 6.9
Exportações de produtos agrícolas e agroalimentares por principais países
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.



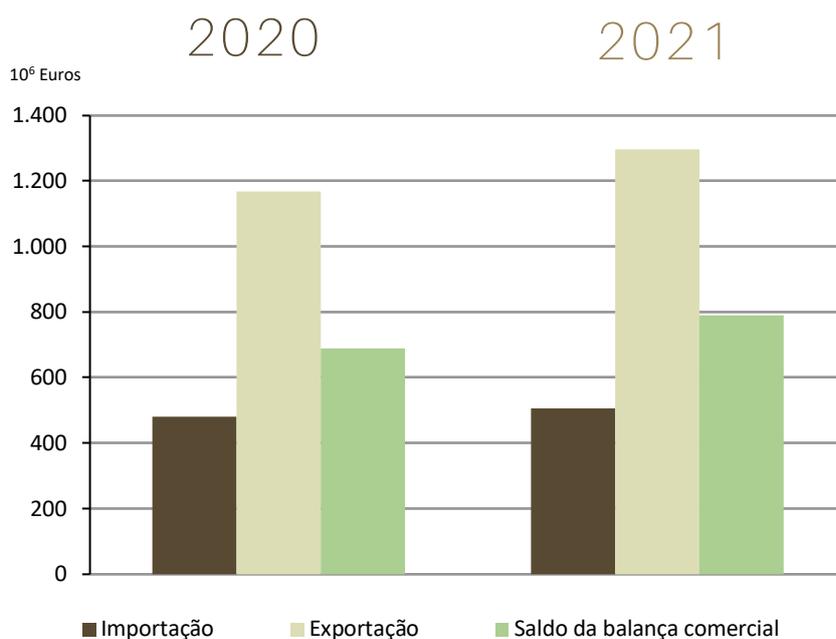


BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES

Saldo da Balança Comercial

Em 2021, o saldo da balança comercial das “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” aumentou 101,6 milhões de euros face ao ano anterior, atingindo um excedente de 790,3 milhões de euros.

FIGURA 6.10
Comércio Internacional das Bebidas

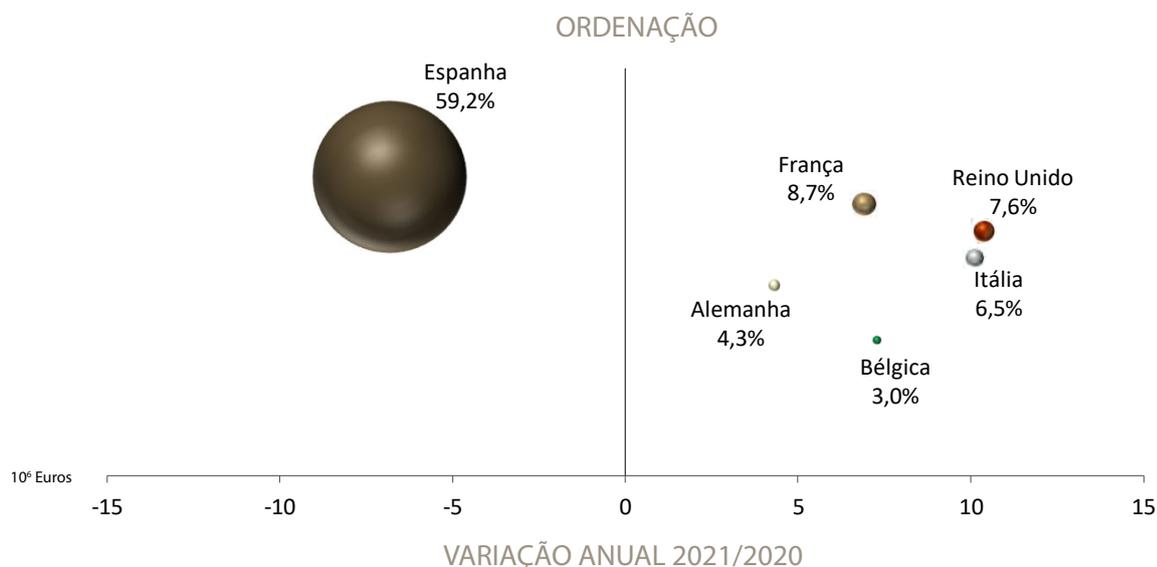


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” totalizaram 506,1 milhões de euros em 2021, o que corresponde a um acréscimo de 5,6% em relação ao ano anterior (-8,3% em 2020). Face a 2019, as importações

FIGURA 6.11
Importações de bebidas por principais países
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

Para o aumento em relação ao ano anterior, contribuíram sobretudo as importações provenientes do Reino Unido, da Itália e da Bélgica. Espanha manteve-se como principal fornecedor destes produtos, assegurando 59,2% do abastecimento (63,9% em 2020), apesar do decréscimo de 2,2%. A França e o Reino Unido mantiveram-se como 2º e 3º principais fornecedores, respetivamente.

Salienta-se o decréscimo nas importações provenientes dos Países Baixos (-44,0%), o maior na globalidade dos países, descendo de 4º principal fornecedor em 2020 para 8º em 2021.

Os países Intra-UE continuaram a ser os principais fornecedores deste tipo de produtos, concentrando 86,9% das importações portuguesas de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” (-2,4 p.p. face a 2020).

Exportações

As exportações de “Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres” aumentaram 11,0% face ao ano anterior (+2,8% em 2020), atingindo 1 296,3 milhões de euros em 2021. Face a 2019, as exportações destes produtos aumentaram 14,1%.

FIGURA 6.12
Exportações de bebidas por principais países
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.

Os maiores aumentos verificaram-se nas exportações para Espanha, Estados Unidos e França. A Espanha (peso de 15,1%, +0,9 p.p. face ao ano anterior) e a França (peso de 11,4%, -0,3 p.p.) mantiveram-se como 1º e 2º principais clientes, respetivamente. Os Estados Unidos passaram a ser o 3º principal cliente (4º em 2020), ultrapassando o Reino Unido.

O maior decréscimo absoluto na globalidade dos países verificou-se nas exportações para a China (-6,9%).

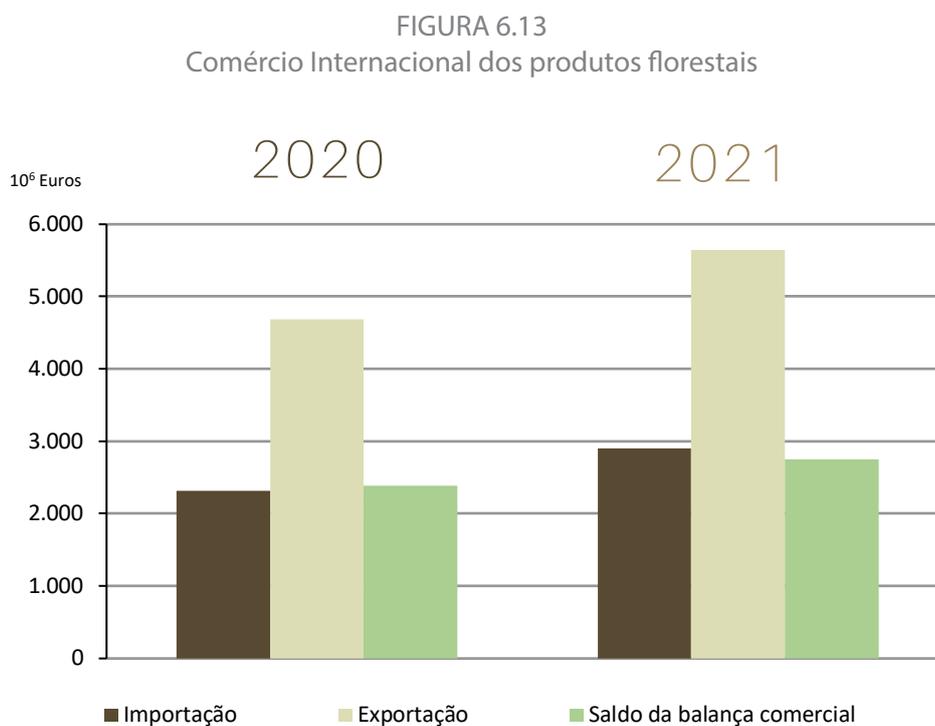
Tal como nas importações, destaca-se a relevância dos parceiros Intra-UE nas exportações deste tipo de produtos, representando 52,1% do total (o mesmo peso que em 2020).

Nota:
Para simplificação da terminologia associada às estatísticas do Comércio Internacional é efetuada apenas a referência a “importações” e “exportações”, sendo, contudo, identificado o mercado respetivo (Intra-UE, Extra-UE e Comércio Internacional, que congrega ambos os mercados)

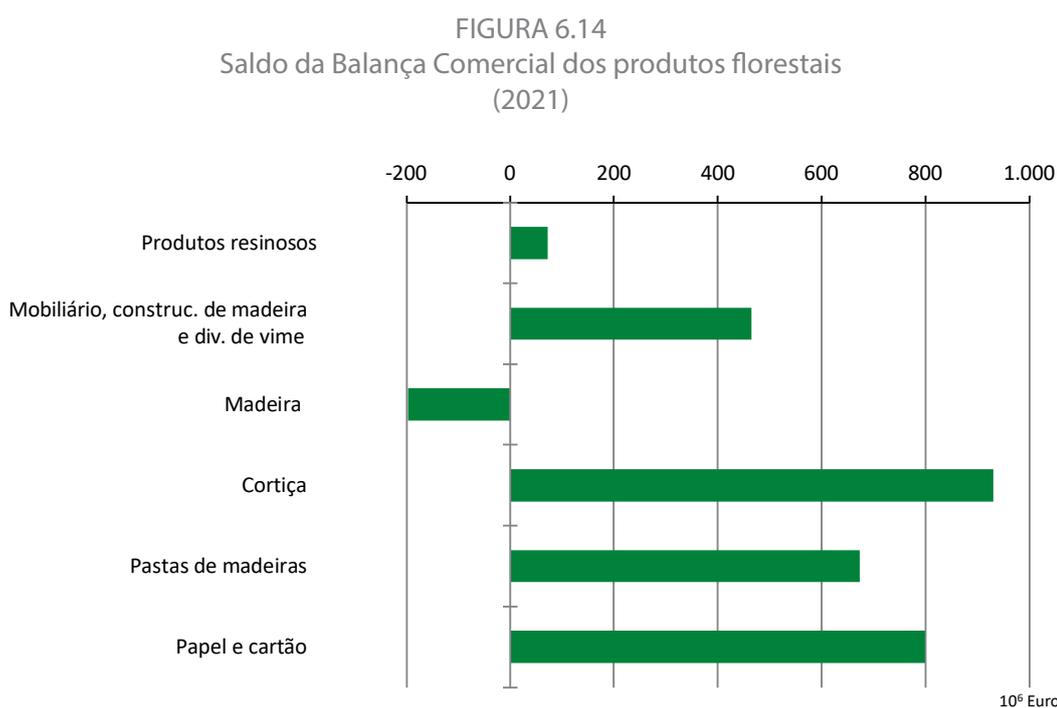
COMÉRCIO INTERNACIONAL - PRODUTOS FLORESTAIS

Saldo da Balança Comercial

O saldo da balança comercial dos “Produtos do setor florestal” atingiu 2 744,2 milhões de euros em 2021, o que corresponde a um aumento de 364,7 milhões de euros face a 2020.



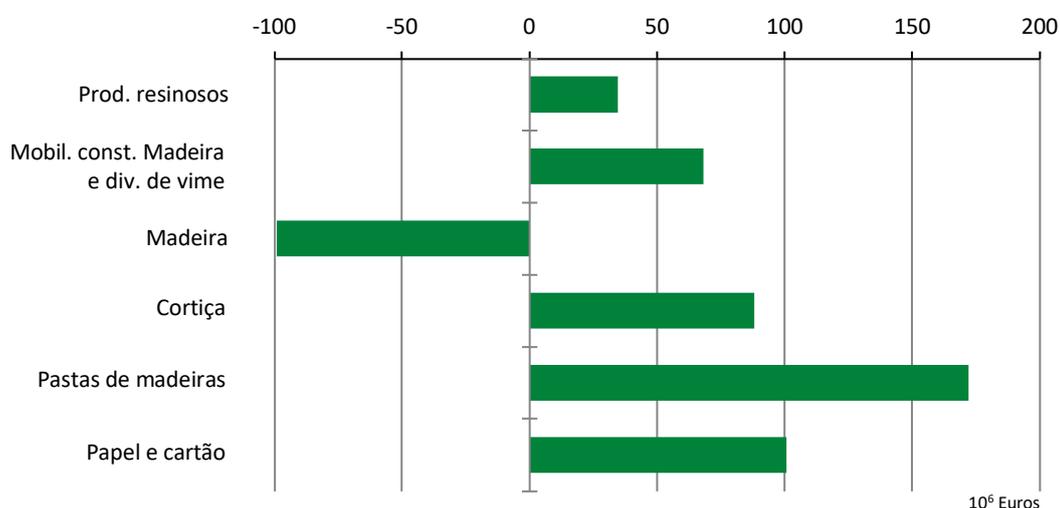
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Para esta evolução favorável, contribuíram sobretudo as “Pastas de madeiras” (+172,1 milhões de euros), o “Papel e cartão” (+100,8 milhões de euros) e a “Cortiça” (+88,0 milhões de euros). O maior saldo entre os “Produtos do setor florestal” manteve-se nas transações de “Cortiça”, atingindo 931,3 milhões de euros em 2021.

FIGURA 6.15
Variação do saldo da Balança Comercial dos produtos florestais
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

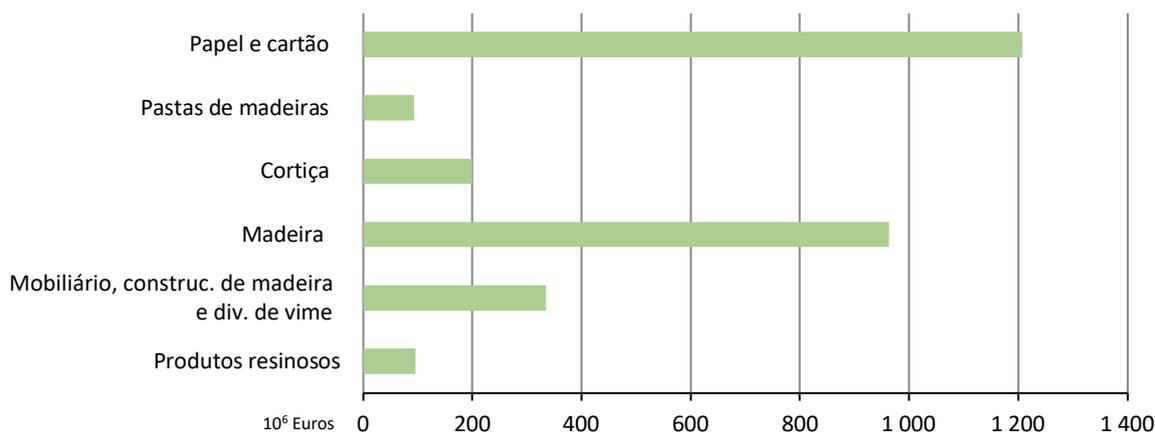
Apenas se verificou um agravamento do saldo no grupo da “Madeira” (-99,0 milhões de euros em relação ao ano anterior), continuando a registar o único défice entre os “Produtos do setor florestal” em 2021 (-197,1 milhões de euros).

Importações

As importações de “Produtos do setor florestal” totalizaram 2 895,8 milhões de euros em 2021, refletindo um acréscimo de 25,4% face ao ano anterior (+10,3% comparando com 2019).

Todos os grupos de “Produtos do setor florestal” registaram acréscimos das importações face a 2020, embora a “Cortiça” e as “Pastas de madeiras” tenham ficado ainda abaixo dos níveis de 2019 (-1,3% e -6,3%, respetivamente).

FIGURA 6.16
Importações dos produtos florestais
(2021)

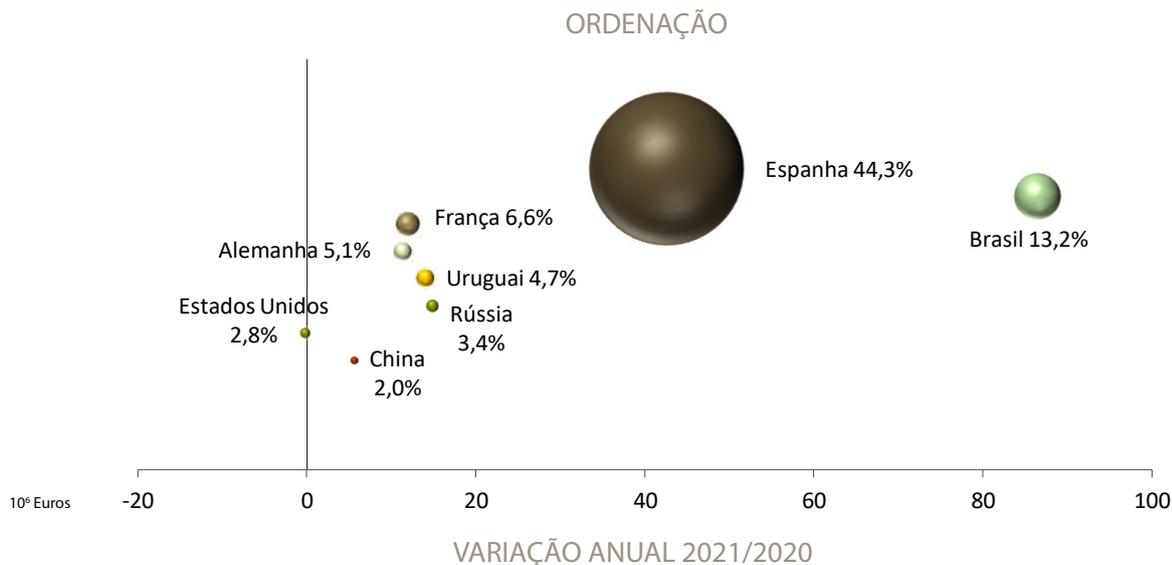


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

As importações de “Madeira” registaram o maior aumento absoluto no âmbito dos “Produtos do setor florestal” (+32,3%), totalizando 963,4 milhões de euros e mantendo-se como 2º principal grupo importado em 2021 (peso de 33,3%, +1,7 p.p. face a 2020). A Espanha manteve-se como principal fornecedor (peso de 44,3%; -8,5 p.p.), seguida do Brasil (3º em 2020), que ultrapassou a França, após registar o maior aumento no conjunto dos países parceiros (+212,2%).



FIGURA 6.17
 Importações de madeira por principais países
 (2021)

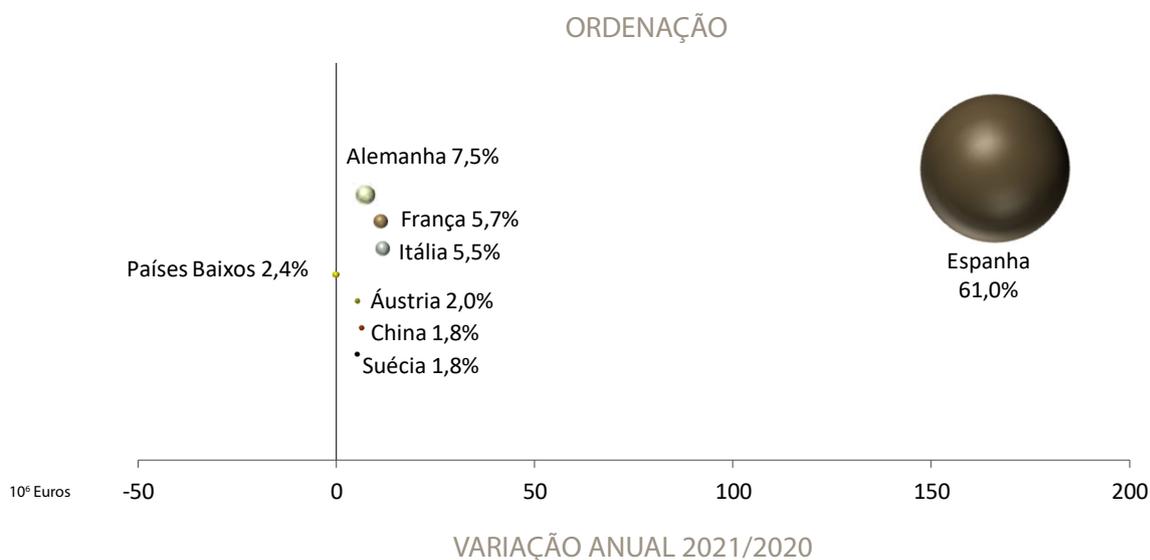


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

O “Papel e cartão” manteve-se como principal grupo importado no âmbito dos “Produtos do setor florestal”, com um peso de 41,7% (-0,9 p.p. face a 2020), atingindo 1 207,1 milhões de euros em 2021, tendo registado o 2º maior aumento (+22,8% face ao ano anterior). A Espanha permaneceu como principal fornecedor (peso de 61,0%, +3,0 p.p. face a 2020), apresentando o maior aumento na globalidade dos países parceiros (+29,2%).

FIGURA 6.18
 Importações de papel e cartão por principais países
 (2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2021.

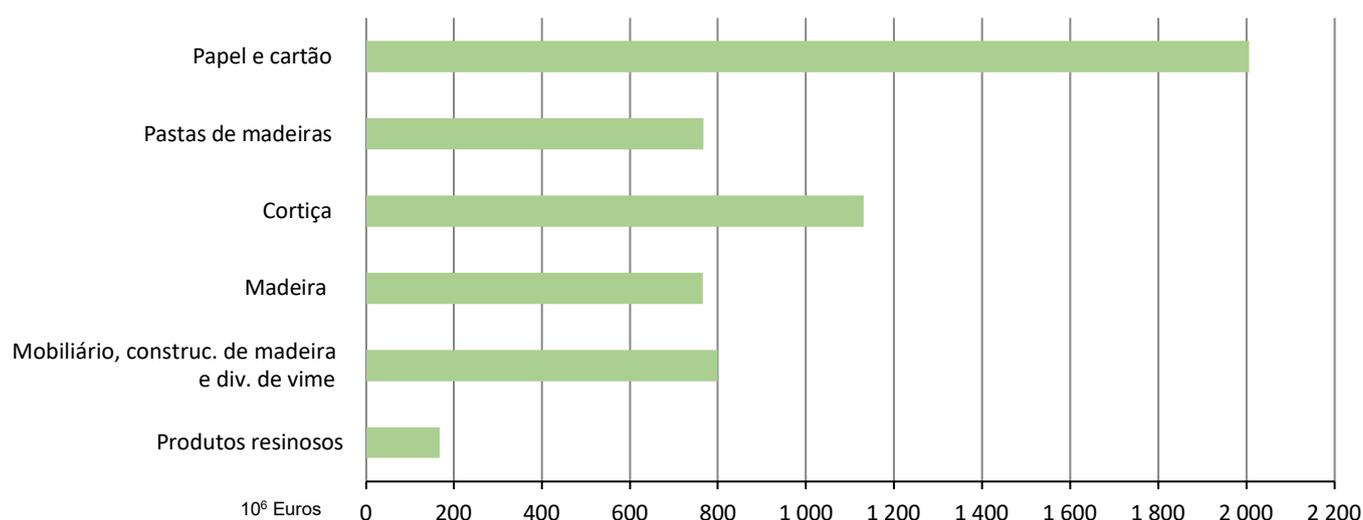
As importações de “Mobiliário, construções de madeira e div. de vime” representaram 11,6% das importações de “Produtos do setor florestal” em 2021 (12,4% em 2020), atingindo 335,4 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 17,2% em comparação com 2020. Este aumento correspondeu ao 3º maior contributo para o acréscimo global das importações de “Produtos do setor florestal”, mantendo-se como 3º principal grupo importado. A Espanha continuou a concentrar mais de metade das importações (53,6%, -0,3 p.p. que em 2020), registando o maior aumento no conjunto dos países fornecedores (+16,5%).

Os países da UE continuaram a predominar como principais fornecedores de “Produtos do setor florestal”, apesar da redução do seu peso (80,8%; 83,9% em 2020), em resultado principalmente do acréscimo significativo das importações do Brasil, após o decréscimo verificado em 2020. A Espanha manteve-se como principal fornecedor em 2021, assegurando 52,1% do abastecimento total destes produtos (-2,0 p.p. em relação ao ano anterior), seguida do Brasil (5ª posição em 2019, com 3,7%), da Alemanha, da França e de Itália (pesos de 6,6%, 6,0%, 5,5% e 4,3%, pela mesma ordem, em 2021).

Exportações

Em 2021, as exportações de “Produtos do setor florestal” cresceram 20,3%, em relação ao ano anterior (+8,5% face a 2019), totalizando 5 640,0 milhões de euros, com todos os grupos de produtos a aumentarem, especialmente o “Papel e cartão”, as “Pastas de madeiras” e a “Madeira”.

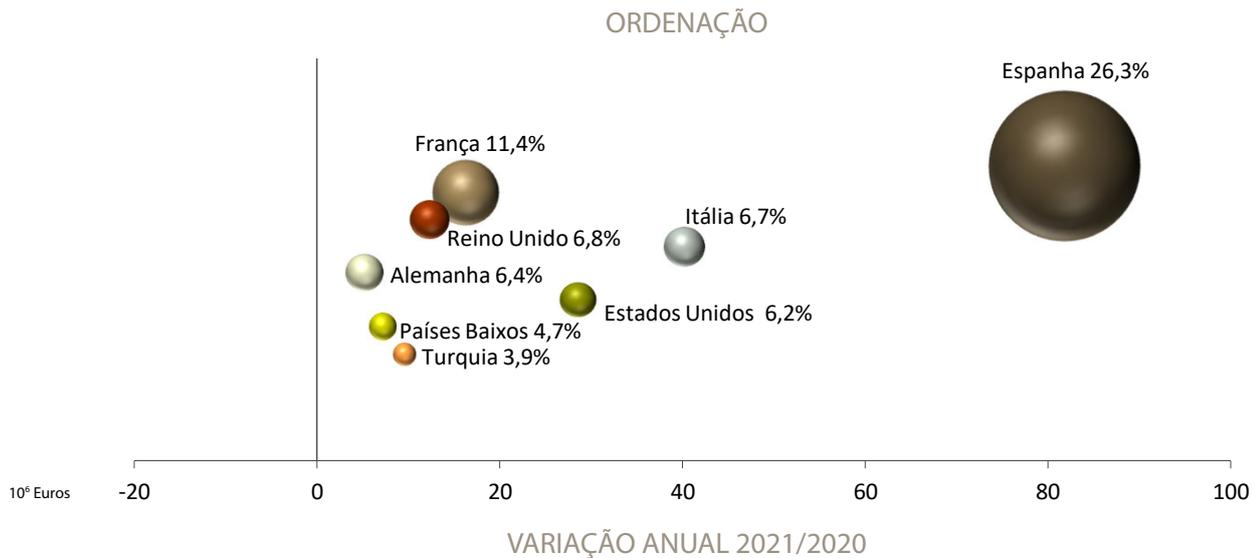
FIGURA 6.19
Exportações dos produtos florestais
(2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O “Papel e cartão” foi o grupo de produtos que apresentou o maior aumento entre os “Produtos do setor florestal”, face a 2020 (+19,3%), principalmente para Espanha (+18,3%), registando também o maior peso (35,6%; 35,9% em 2020), atingindo 2 006,8 milhões de euros. A Espanha e a França mantiveram-se como principais clientes destes produtos (pesos de 26,3% e 11,4%, respetivamente).

FIGURA 6.20
Exportações de papel e cartão por principais países
(2021)



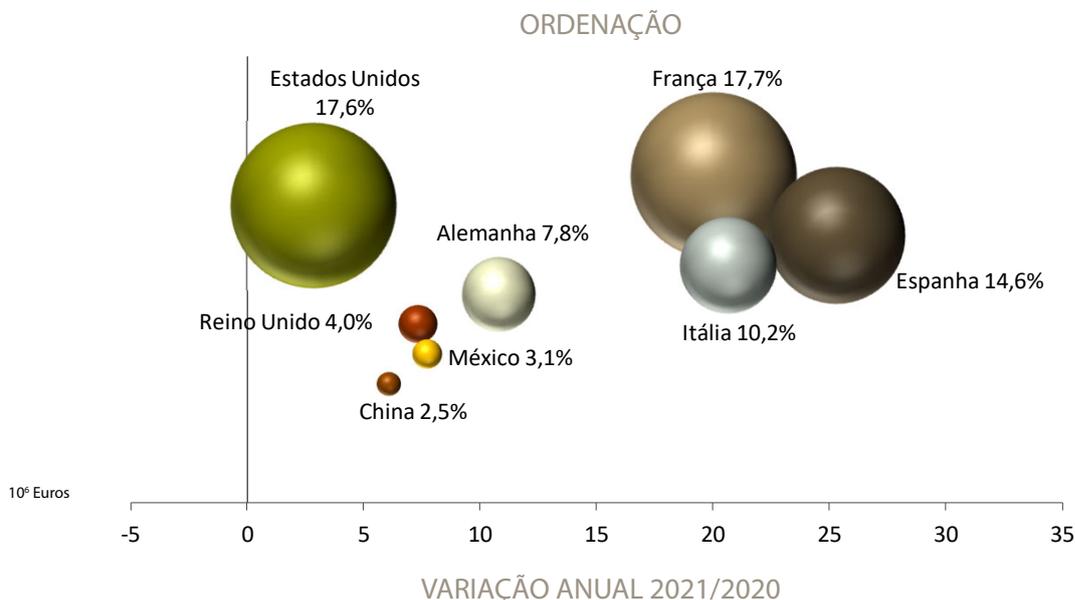
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.

As exportações de “Pastas de madeiras” e de “Madeira” registaram os 2º e 3º maiores aumentos absolutos no âmbito dos “Produtos do setor florestal” (correspondentes a +33,6% e +21,7%, respetivamente).

A “Cortiça” manteve-se como segundo principal grupo de produtos exportado em 2021 (peso de 20,1%), atingindo 1 131,4 milhões de euros. A França (peso de 17,7%, o mesmo que no ano anterior) foi o principal cliente destes produtos em 2021, tendo voltado a ocupar a posição de liderança, situação que se tinha invertido em 2020, por troca com os Estados Unidos.

FIGURA 6.21
Exportações de cortiça por principais países
(2021)

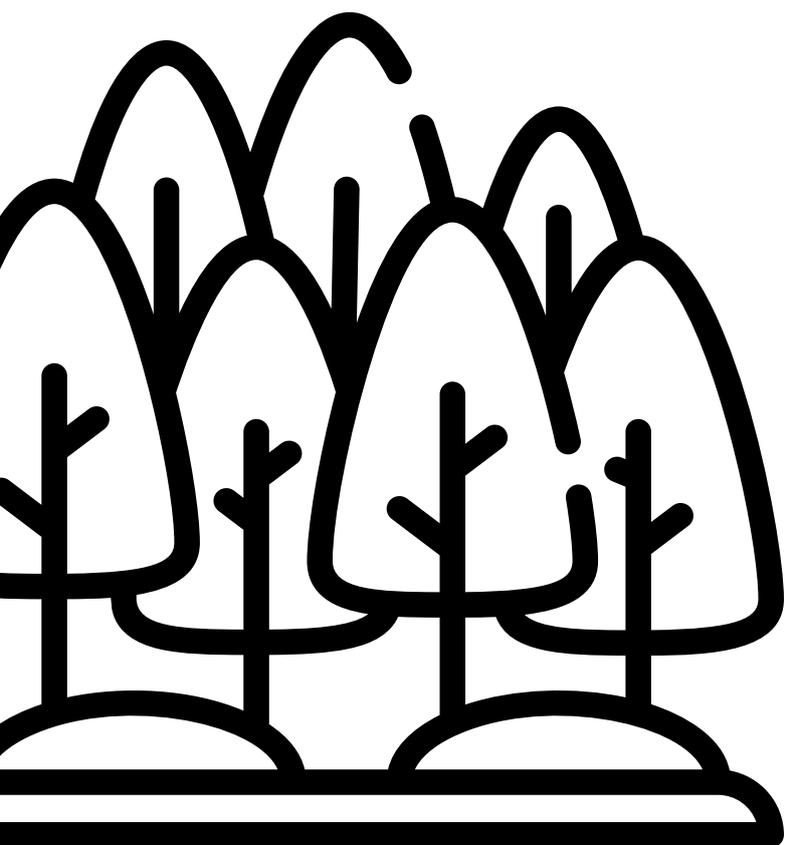


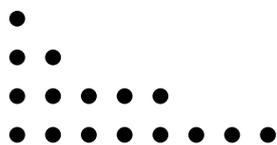
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2021.

O "Mobiliário, construções de madeira e div. de vime" continuou a ser o 3º principal grupo exportado (peso de 14,2%, -0,4 p.p. face a 2020), totalizando 800,0 milhões de euros (+17,2% em relação ao ano anterior). A França (peso de 36,5%, -0,1 p.p.) e a Espanha (peso de 20,5%, +0,3 p.p.) mantiveram-se como 1º e 2º principais clientes, respetivamente.

Os países Intra-UE continuaram a representar mais de metade das exportações destes produtos (65,4%, +1,3 p.p. que em 2020). A Espanha e a França continuaram a ser os principais clientes, com pesos de 24,8% e 14,6%, respetivamente. Seguiram-se os Estados Unidos (7,4%) e a Alemanha (6,8%).





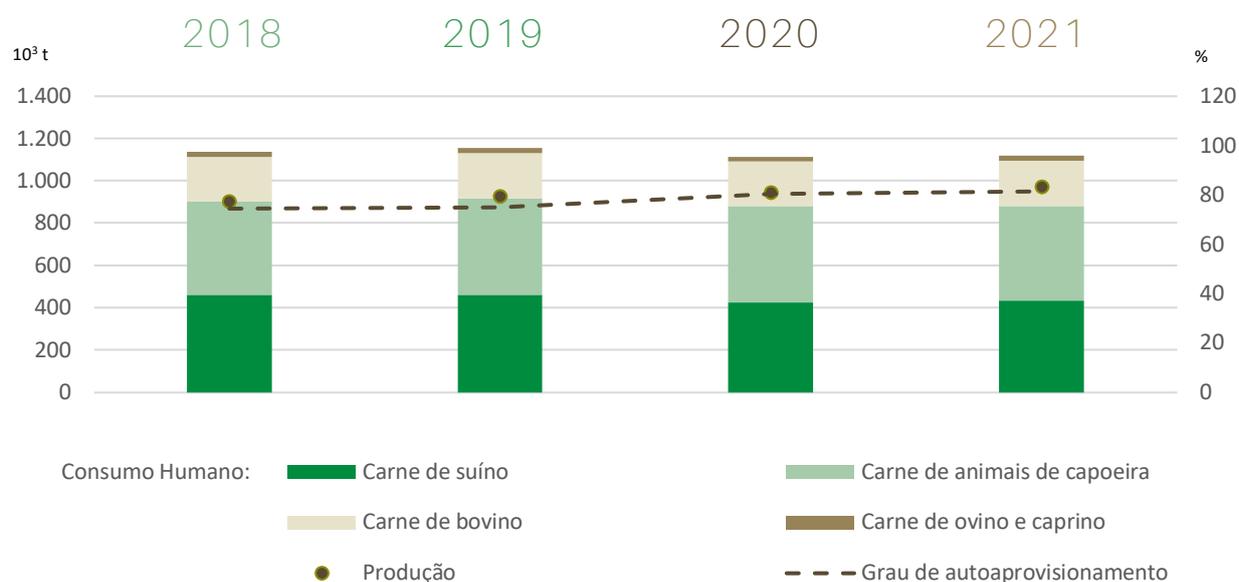
Carnes

A produção de carnes aumentou a um ritmo médio anual de 2,5% no período 2018-2021, atingindo as 973 mil toneladas em 2021. Ainda assim, este nível de produção só permitiu satisfazer 81,6% das necessidades de consumo do mercado interno em 2021. Com um consumo de carnes de 1 192 mil toneladas em 2021 (1 179 em 2020), a importação de carnes foi de 366 mil toneladas, o que reflete um acréscimo de 8,5% face ao ano anterior.

Tendo em conta as diferentes espécies, a carne de ovinos e caprinos foi a que apresentou o maior grau de autoaprovisionamento (87,5% em 2021; 87,8% no período em análise) seguida da carne de animais de capoeira (89,7% em 2021; 87,8% no período em análise). Pelo contrário, a produção de carne de bovino foi a mais deficitária cobrindo 59,8% das necessidades de consumo em 2021 (54,5% de grau de autoaprovisionamento no período em análise).

O consumo de carne aumentou 1,1% em 2021 promovido pelo maior consumo das carnes de suíno (+2,4%), ovino e caprino (+9,1%) e bovino (+0,9%). Apesar do consumo de carne de animais de capoeira não ter evoluído positivamente (-1,8%), esta continua a ser a carne mais consumida (43,5 kg/habitante) seguida da carne de suíno (42,1 kg/habitante).

FIGURA 7.1
Balço de aprovisionamento das carnes



FONTE: INE I. P., Balços de aprovisionamento dos produtos animais.

Leite e derivados

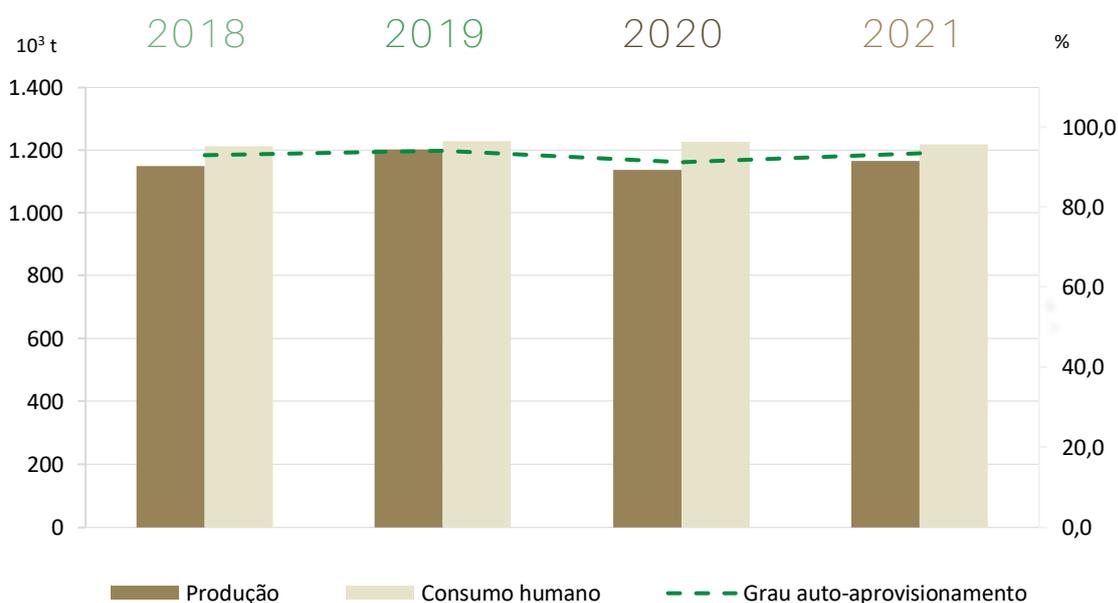
Em 2021, o grau de autoaprovisionamento para o conjunto dos produtos lácteos (leite e derivados) foi de 95,5% que compara com 94,1% em 2020.

Apesar da produção de leite para consumo público em 2021 ter-se reduzido, o grau de autoaprovisionamento manteve-se excedentário e até aumentou atingindo 110,5% (106,7% em 2020). Este resultado deveu-se ao facto do decréscimo no consumo (-8,2%) ter superado a diminuição da produção (-6,1%).

Para os restantes produtos lácteos, a produção total aumentou 3,7% face a 2020, motivada pelo aumento da produção de leite em pó gordo e meio gordo (+33,3%), bebidas à base de leite (+11,3%) e queijo (+3,4%).

O consumo de leite e produtos derivados diminuiu 3,8% justificado pelos decréscimos no consumo de leite (-61 mil toneladas) e de leites acidificados (- 3 mil toneladas correspondente a - 1,4%). De referir que em 2021 as exportações de leite e derivados tiveram um acréscimo de 22,3% em relação ao período em análise, justificado pelo aumento de 34,1% do leite no mesmo período.

FIGURA 7.2
Balanço de aprovisionamento de leite e derivados

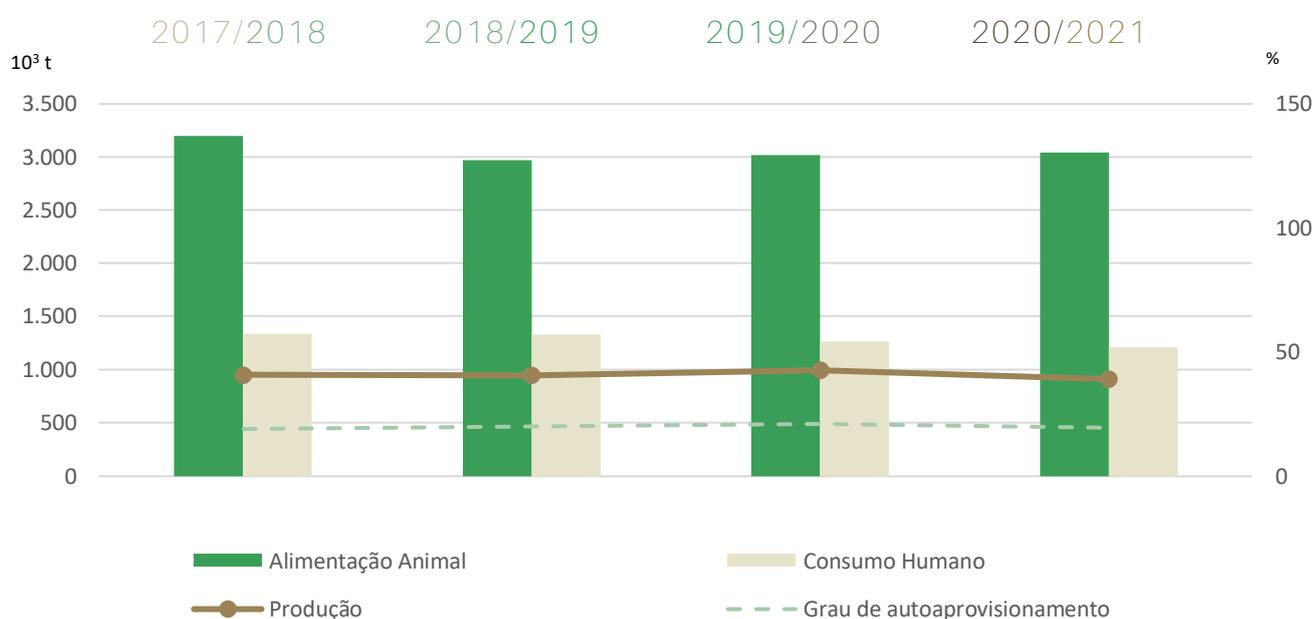


FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos animais.

Cereais, exceto arroz

A produção nacional de cereais 2020/2021 decresceu, face à campanha anterior, 8,1% correspondente a 913 mil toneladas de grão de cereais. Esta diminuição justifica-se sobretudo pela redução da produção de milho (-9,7% correspondente a 73 mil toneladas). A principal utilização interna dos cereais é a alimentação animal (64,6%) que compara com 63,5% na campanha anterior. As exportações decresceram 4,5% em relação à campanha 2019/2020 e 6,8% em relação ao período em análise.

FIGURA 7.3
Balanco de aprovisionamento de cereais, exceto arroz



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais.



Arroz branqueado

A produção de arroz branqueado em Portugal aumentou 6,7% no período em análise, atingindo as 190 mil toneladas produzidas na última campanha. Esta evolução reforçou a autossuficiência nacional em arroz branqueado em 0,7 p.p. fixando-se o grau de autoaprovisionamento em 122,6%. O consumo humano de arroz branqueado, em 2020/2021, não apresentou alteração face à campanha anterior, consumindo cada habitante, em média, 14,8 kg de arroz.

As transações com o mercado externo na campanha 2020/2021 foram caracterizadas por decréscimos, quer das importações (-39,4%), quer das exportações (-16,7%).

FIGURA 7.4
Balanço de aprovisionamento do arroz branqueado

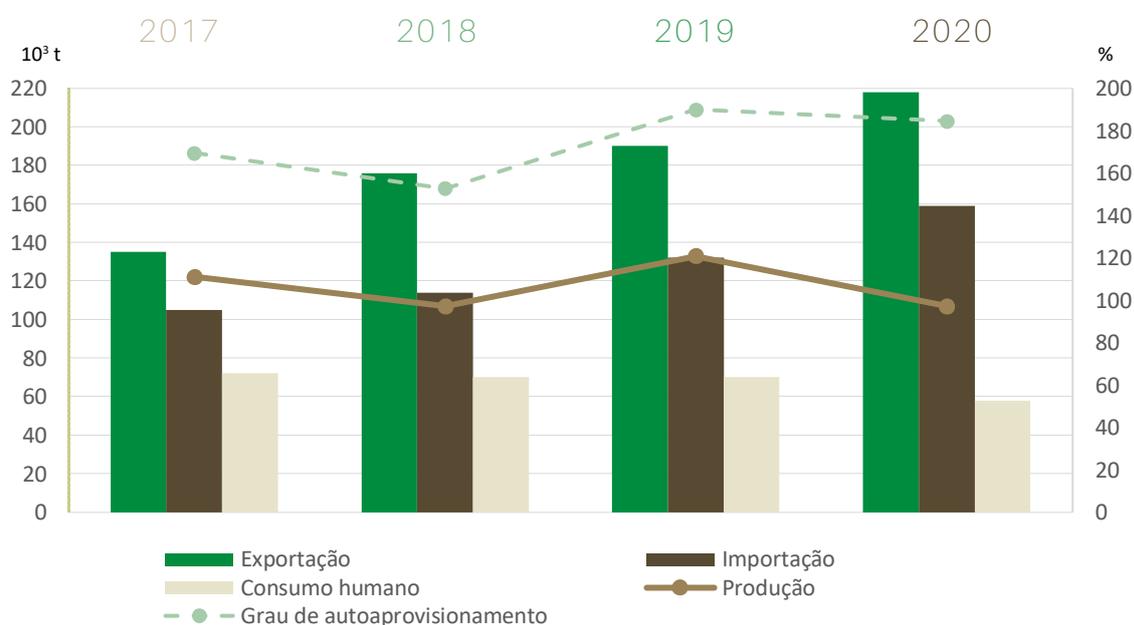


FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

Óleos e gorduras - Azeite

No período em análise verificou-se a já habitual alternância da produção. O consumo humano de azeite foi de 58 mil toneladas em 2020 (70 mil toneladas em 2019), equivalente a um consumo *per capita* de 5,6 kg por habitante (6,8 kg em 2019). O decréscimo de 17,1% no consumo humano decorreu do decréscimo da produção, o que obrigou a um aumento significativo das importações (+20,5%). Simultaneamente, as exportações de azeite aumentaram 14,7% face a 2019, tendência que se verificou ao longo do período em análise que apresenta uma taxa média e crescimento anual de 17,3%.

FIGURA 7.5
Balanço de aprovisionamento dos óleos e gorduras - azeite

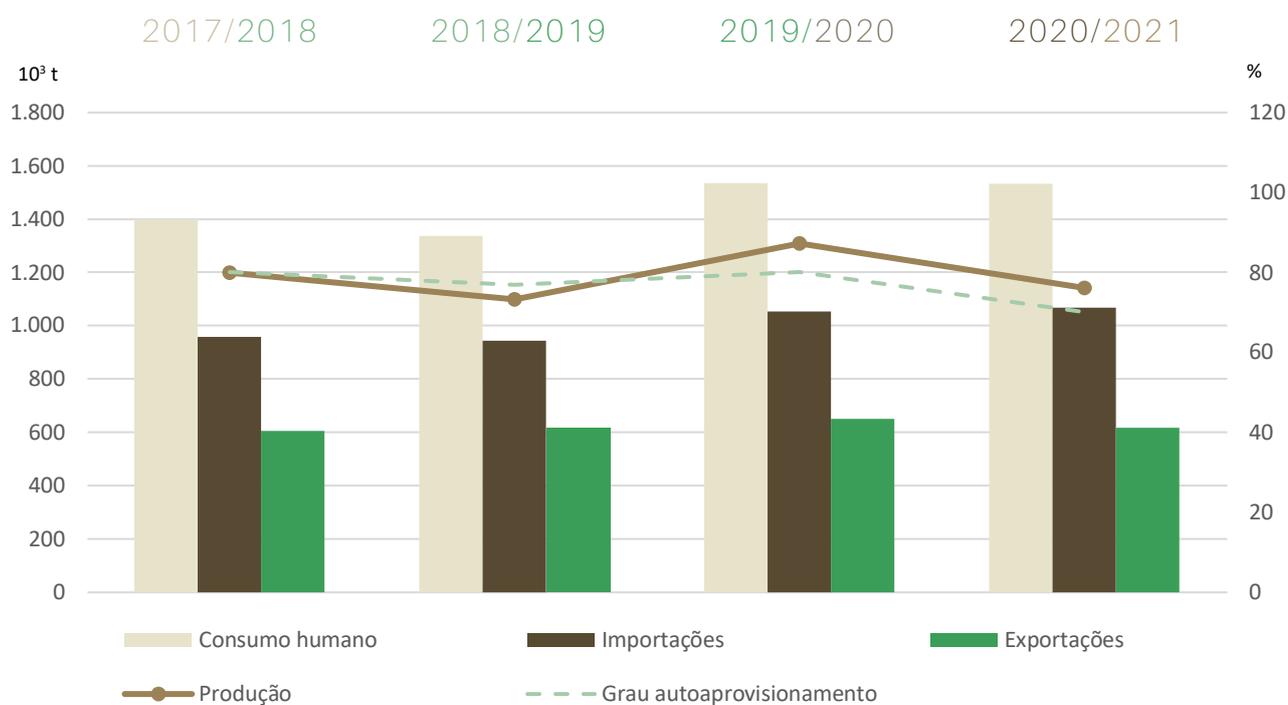


FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

Frutos

Portugal não é autossuficiente em frutos, tendo importado, em média, cerca de 23,2% do que consumiu entre 2017/2018 e 2020/2021. A evolução da produção está muito dependente dos anos agrícolas, como revela a evolução da produção no período em análise. Após um acréscimo de 19,1% na produção nacional de frutos na campanha 2019/2020, que totalizou 1 310 mil toneladas, fomentado pelo aumento dos frutos frescos, registou-se um decréscimo na campanha 2020/2021 que se saldou numa produção de 1 142 mil toneladas (-12,8% comparativamente à campanha anterior). O total de frutos disponível para consumo humano diminuiu 0,2% em 2020/2021 equivalente a um consumo *per capita* de 148,8 kg de frutos por habitante (149,2 kg na campanha 2019/2020). O grau de autoaprovisionamento, na campanha 2020/2021, fixou-se nos 70,1%, 29,9 p.p. abaixo da autossuficiência.

FIGURA 7.6
Balanço de aprovisionamento do total de frutos



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais



Vinho

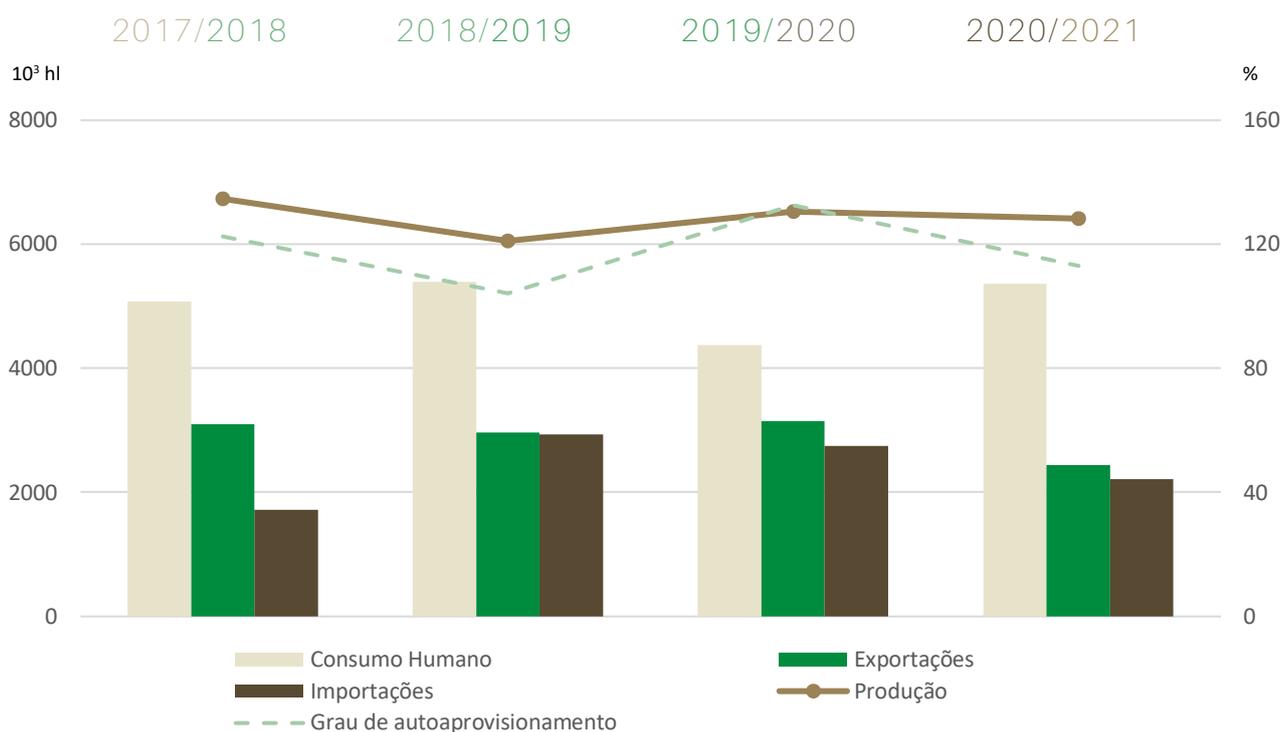
Tradicionalmente, Portugal é autossuficiente em vinho, produzindo mais do que consome e apresentando graus de autoaprovisionamento acima dos 100%.

Na campanha 2020/2021 o grau de autoaprovisionamento registou um decréscimo de 19,6 p.p. correspondendo a um grau de autoaprovisionamento de 113,0% (132,6% na campanha 2019/2020).

Para este resultado contribuiu o decréscimo de 1,7% na produção vinícola (6 418 mil hectolitros) e o aumento do consumo humano em 22,6%. O aumento do consumo não foi só em quantidade, mas também em qualidade. Os vinhos DOP e IGP que representavam respetivamente 35,0% e 23,3% do consumo humano em 2019/2020, passaram, em 2020/2021, para 42,5% e 27,0%, respetivamente.

De referir, ainda, um forte decréscimo das exportações de vinho (-22,7%) em relação à campanha anterior, com maior relevância nos DOP e Outros Vinhos.

FIGURA 7.7
Balanço de aprovisionamento do vinho



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

PRINCIPAIS INDICADORES

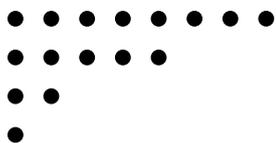
- Consumo humano de carne (t) por Tipo de carnes; Anual
- Consumo humano de carne per capita (kg/ hab.) por Tipo de carnes; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de carne (%) por Tipo de carnes; Anual
- Consumo humano de leite e produtos lácteos (t) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Consumo humano de leite e produtos lácteos per capita (kg/ hab.) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de leite e produtos lácteos (%) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Consumo humano de ovos (t); Anual
- Consumo humano de ovos per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de ovos (%); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de ovos para incubação (%); Anual
- Consumo humano de vinho (hl); Anual
- Consumo humano de vinho per capita (l/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento do vinho (%); Anual
- Consumo humano de cereais (t) por Espécie de cereais; Anual
- Consumo humano de cereais per capita (kg/ hab.) por Espécie de cereais; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de cereais (%) por Espécie de cereais; Anual
- Consumo humano de arroz branqueado e semibranqueado (t) por Comprimento do grão; Anual
- Consumo humano de arroz branqueado e semibranqueado per capita (kg/ hab.) por Comprimento do grão; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de arroz branqueado e semibranqueado (%) por Comprimento do grão; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de arroz em casca (%); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de arroz em película (%); Anual
- Consumo humano de trinca de arroz (t); Anual
- Consumo humano de trinca de arroz per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de trinca de arroz (%); Anual
- Consumo humano de batata (t); Anual
- Consumo humano de batata per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de batata (%); Anual

PRINCIPAIS INDICADORES

- Consumo humano de frutos (t) por Espécie frutícola; Anual
- Consumo humano de frutos per capita (kg/ hab.) por Espécie frutícola; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de frutos (%) por Espécie frutícola; Anual
- Consumo humano de frutos (t) por Espécie frutícola (Balances de mercado); Anual
- Consumo humano de frutos per capita (kg/ hab.) por Espécie frutícola (Balances de mercado); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de frutos (%) por Espécie frutícola (Balances de mercado); Anual
- Consumo humano de leguminosas secas (t) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Consumo humano de leguminosas secas per capita (kg/ hab.) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de leguminosas secas (%) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Consumo humano de sementes e frutos oleaginosos (t) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Consumo humano de sementes e frutos oleaginosos per capita (kg/ hab.) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de sementes e frutos oleaginosos (%) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Consumo humano de gorduras e óleos vegetais brutos (t) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Consumo humano de gorduras e óleos vegetais brutos per capita (kg/ hab.) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de gorduras e óleos vegetais brutos (%) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Consumo humano de margarinas (t); Anual
- Consumo humano de margarinas per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de margarinas (%); Anual
- Consumo humano de açúcar (t); Anual
- Consumo humano de açúcar per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de açúcar (%); Anual
- Consumo humano de mel (t); Anual
- Consumo humano de mel per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de mel (%); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de melaços (%); Anual



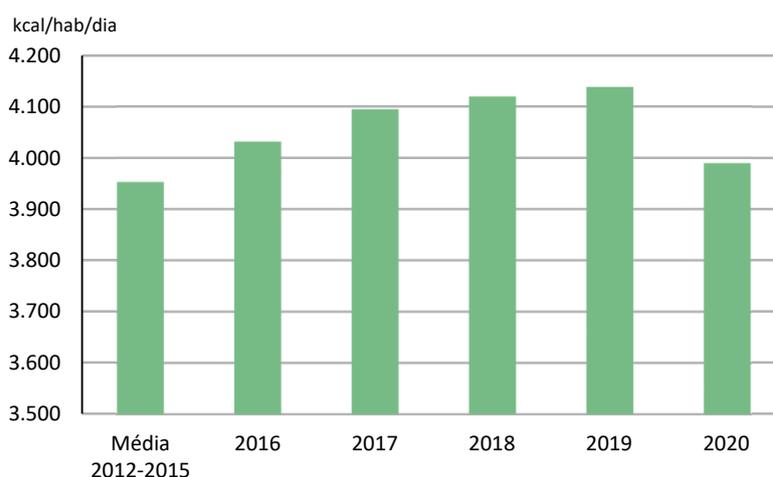
BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA



A Balança Alimentar Portuguesa (BAP) disponibiliza um conjunto de indicadores de referência que, apesar do seu carácter global, pode ser utilizado para diversas finalidades, nomeadamente para a avaliação, a nível nacional, das disponibilidades, da procura e das tendências de consumo alimentar como instrumento orientador de políticas de produção agrícola, das pescas ou da indústria alimentar.

As disponibilidades alimentares para consumo no período 2016-2020 continuam a evidenciar uma oferta alimentar excessiva e desequilibrada. No entanto, este período foi marcado pelo início da pandemia COVID-19, com as disponibilidades para consumo da maioria dos grupos alimentares abordados na Balança Alimentar Portuguesa a apresentarem variações negativas em 2020, quando a evolução dessas disponibilidades desde 2016 até ao início da pandemia era positiva e acima das verificadas em 2012-2015.

FIGURA 8.1
Disponibilidades diárias *per capita* de calorias
(média 2012-2015 e 2016-2020)

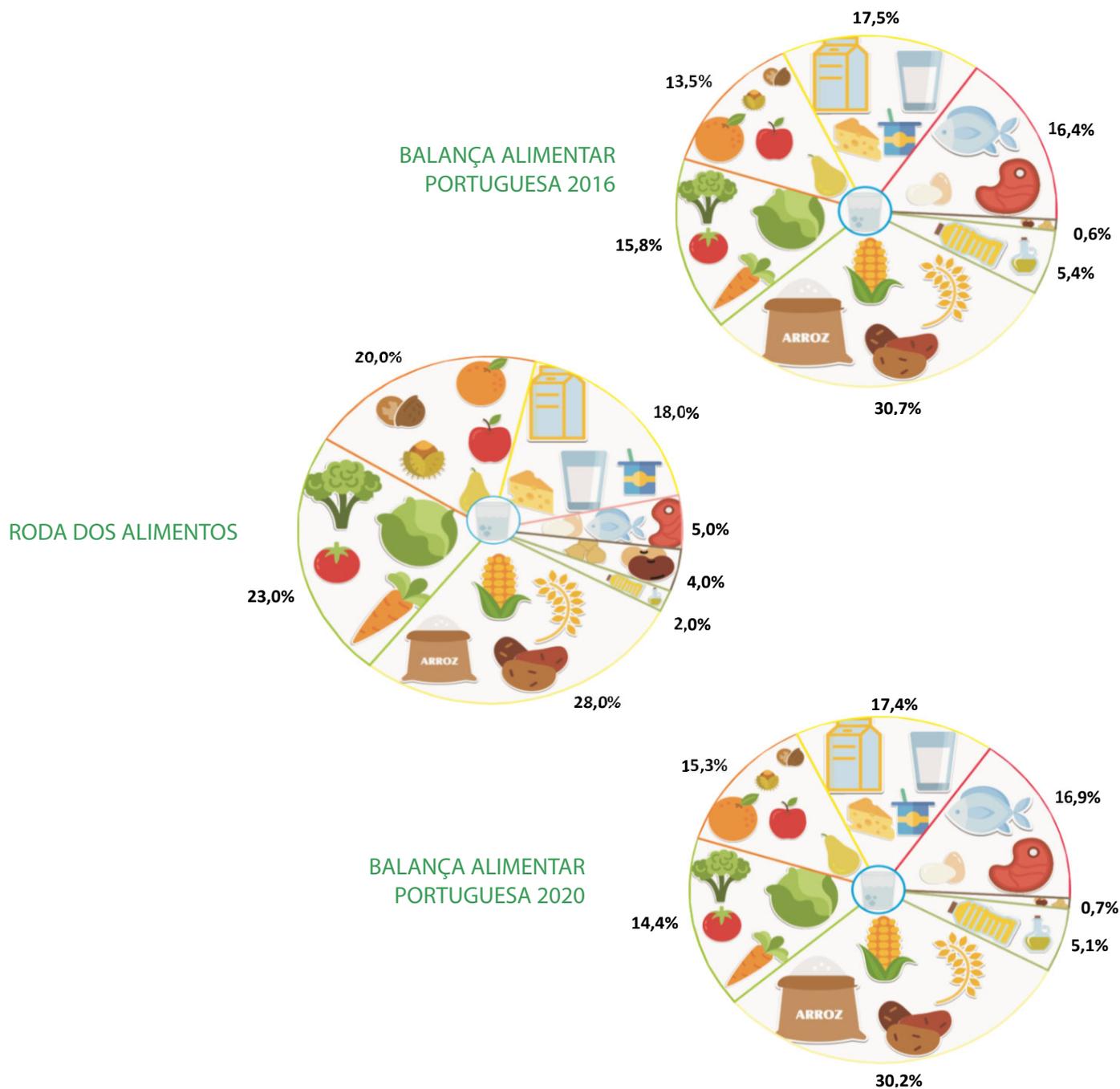


FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

No quinquénio 2016-2020, a BAP apurou um aporte calórico diário médio disponível para consumo por habitante de 4 075 kcal, superior às 3 954 kcal registadas no período anterior 2012-2015. O aporte calórico diário aumentou 2,7% (+107 kcal/hab), entre 2016 e 2019, infletindo a tendência em 2020 com uma redução de 3,6% (-149 kcal/hab), atingindo neste último ano 3 990 kcal/ hab/dia.



FIGURA 8.2
Roda dos Alimentos e Balança Alimentar Portuguesa
(2016 e 2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa
Figura adaptada da Roda dos Alimentos da Direção Geral do Consumidor

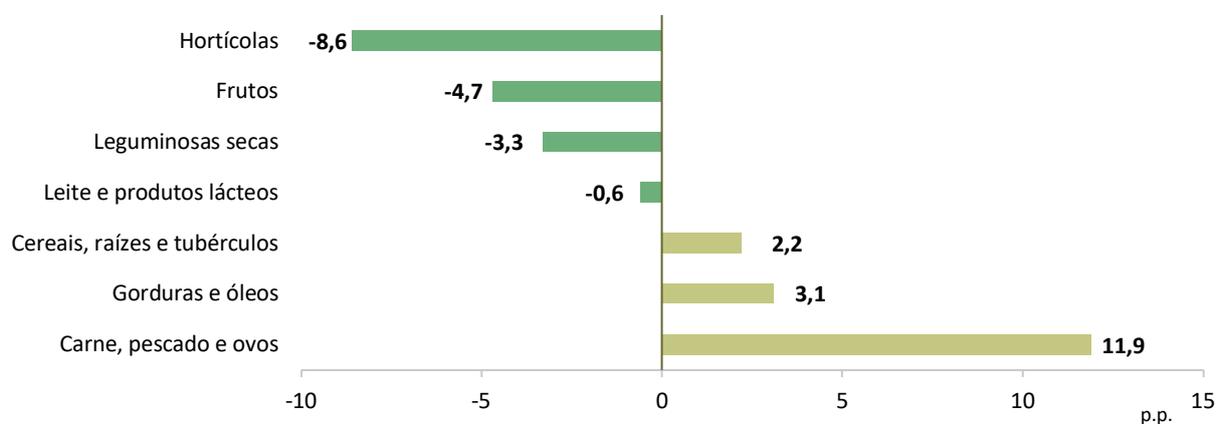
A comparação da distribuição das quantidades de produtos alimentares disponíveis diariamente para consumo *per capita* apuradas pela BAP com o padrão alimentar recomendado pela Roda dos Alimentos revela, uma vez mais, uma distorção do padrão das disponibilidades face ao recomendado.

FIGURA 8.3
Desequilíbrio das disponibilidades dos grupos alimentares face ao recomendado (2016)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

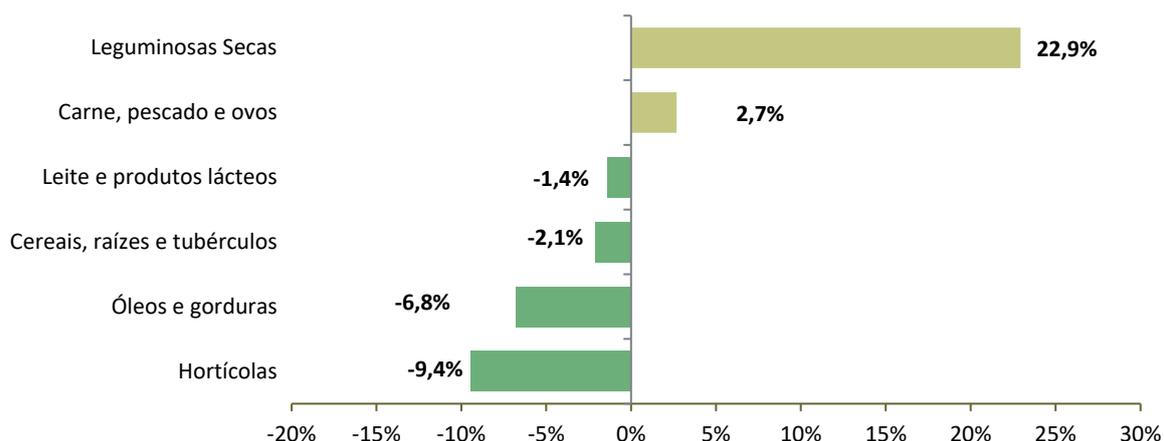
FIGURA 8.4
Desequilíbrio das disponibilidades dos grupos alimentares face ao recomendado (2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

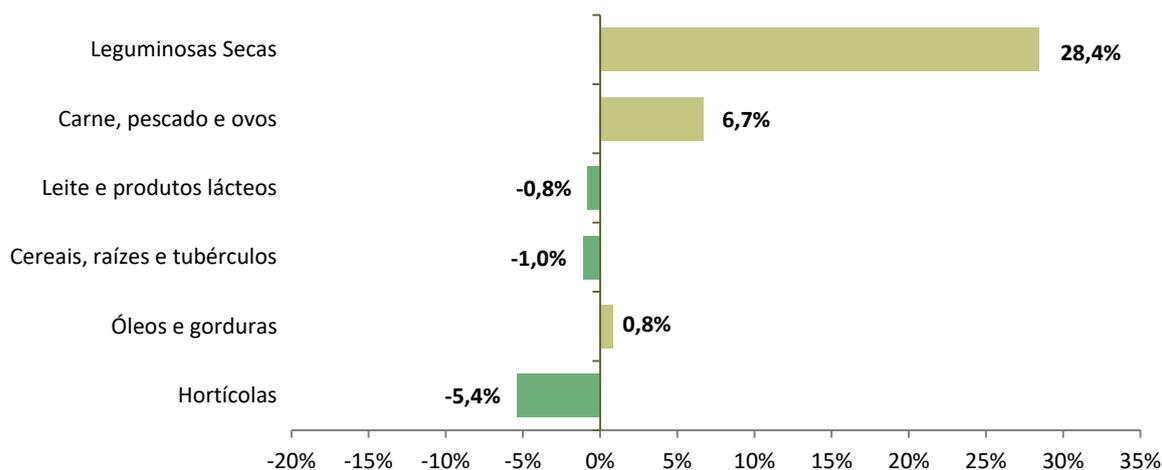
O aumento das disponibilidades para consumo dos grupos “Leguminosas secas” e “Frutos” em 2020 face a 2016, respetivamente +22,9% e +12,5%, não foi suficiente para corrigir o desequilíbrio das disponibilidades destes grupos face ao recomendado pela Roda dos Alimentos, mas no caso dos “Frutos” os desvios passaram de -6,5 p.p. em 2016 para -4,7 p.p. em 2020, o que indica uma melhoria no consumo aparente de frutos. No caso dos “Hortícolas”, verificou-se um decréscimo das disponibilidades diárias de 9,4%, o que agravou o desequilíbrio de -7,2 p.p. em 2016 para -8,8 p.p. em 2020; a variação negativa das disponibilidades de hortícolas em ano de pandemia fez com que as disponibilidades para consumo destes produtos diminuíssem.

FIGURA 8.5
Variação das disponibilidades diárias *per capita*
(2016/2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

FIGURA 8.6
Variação das disponibilidades diárias *per capita*
(2016/2019)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

No grupo “Carne, pescado e ovos”, o aumento das disponibilidades entre 2016 e 2020 (+2,7%) não permitiu reduzir os desvios face às recomendações, mantendo-se como o grupo de produtos com o maior desvio. No caso dos “Óleos e gorduras”, a redução das disponibilidades neste período (-6,8%) foi atenuada sobretudo pela variação negativa das disponibilidades para consumo destes produtos em 2020 já que entre 2016 e 2019, os “Óleos e gorduras” apresentaram uma variação positiva das disponibilidades (+0,8).

Relativamente ao grupo “Cereais, raízes e tubérculos”, cujas disponibilidades para consumo em 2016 apresentavam um desvio positivo face ao recomendado pela roda (+2,7 p.p.), mesmo com a variação negativa dessas disponibilidades no período 2016-2020 (-2,1%), mantiveram o desvio anterior (+2,2 p.p.). Realça-se que as variações das disponibilidades verificadas foram essencialmente promovidas pelas “Raízes e tubérculos”, uma vez que o consumo aparente de “Cereais” se manteve relativamente estável.

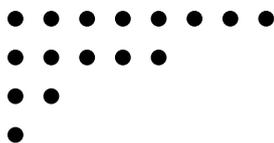
PRINCIPAIS INDICADORES

- Capitação diária total de macronutrientes disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Característica macronutriente; Anual
- Capitação diária de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de gorduras disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de hidratos de carbono disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de minerais disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (mg/ hab.) por Tipo de mineral e Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de vitaminas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (µg/ hab.) por Tipo de vitamina e Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de minerais disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (mg/ hab.) por Tipo de mineral e Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de vitaminas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (µg/ hab.) por Tipo de vitamina e Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação edível diária de bebidas não alcoólicas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (ml/ hab.) por Tipo de bebida não alcoólica; Anual
- Capitação diária total de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.); Anual
- Capitação edível diária de bebidas alcoólicas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (ml/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de gorduras disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária total de macronutrientes disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Característica macronutriente; Anual
- Capitação diária de proteínas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária total de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.); Anual
- Capitação diária de álcool disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual



9

PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA

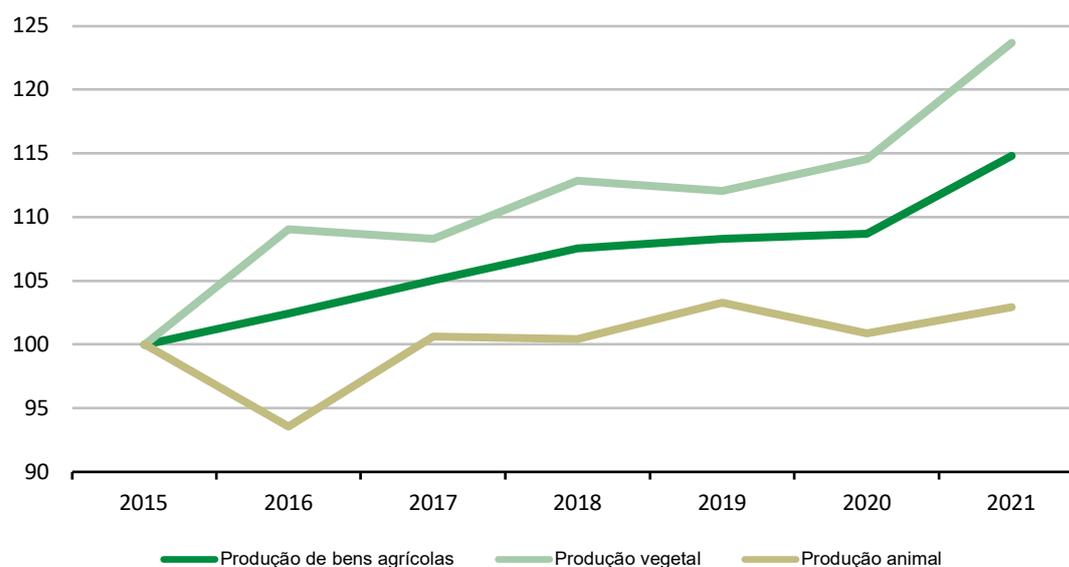


A informação relativa às estatísticas de preços na agricultura compreende os preços e os índices de preços da produção de bens agrícolas, dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura e os índices de preços dos bens e serviços de investimento na agricultura.

Os preços na agricultura são, por definição⁸, os preços recebidos pelo produtor (ou os preços de aquisição pagos pelo produtor), excluindo os subsídios e incluindo os impostos, exceto o IVA dedutível.

Alguns dos principais fatores responsáveis pelas variações dos preços dos produtos agrícolas, além da sazonalidade, própria deste tipo de atividade, são as condições meteorológicas ocorridas ao longo de cada ano e os preços dos produtos praticados nos mercados internacionais.

FIGURA 9.1
Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas
(2015-2021)
Base (2015 = 100)

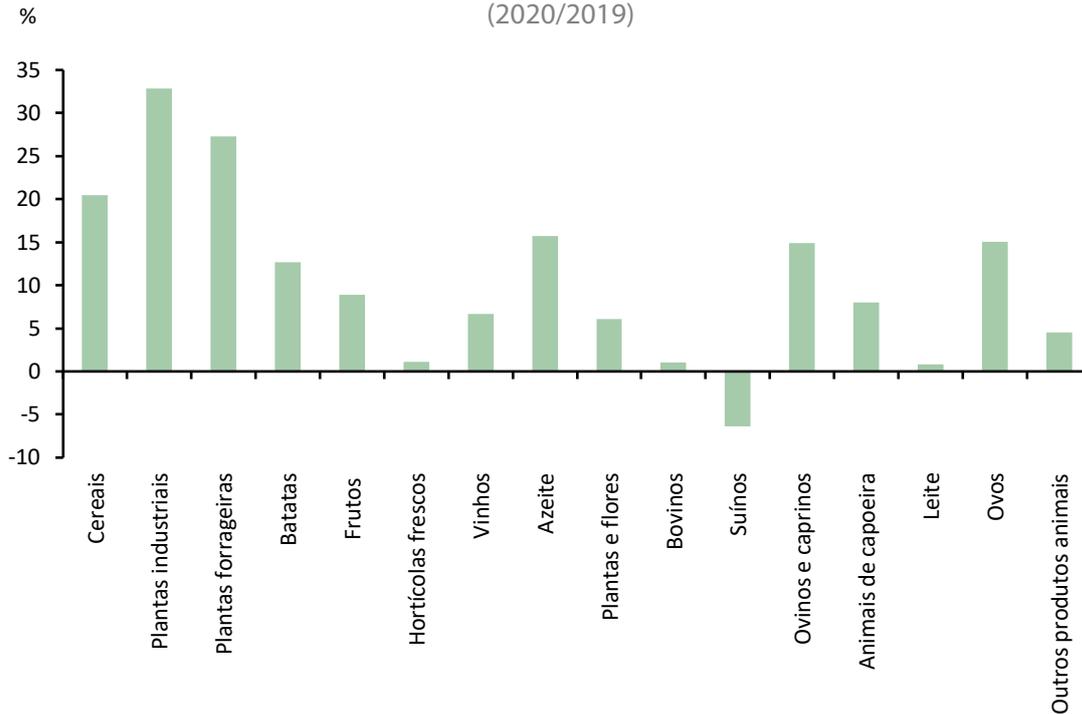


FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

No ano de 2021, em comparação com o ano anterior, foi observada uma variação de +5,6% no índice de preços de produção dos bens agrícolas. Este comportamento ficou a dever-se aos aumentos de 8,0% no índice de preços da produção vegetal e de 2,0% no índice de preços da produção animal.

⁸ Handbook for EU Agricultural Price Statistics", version 2.0, Eurostat, March 2008, Luxemburg.

FIGURA 9.2
Variação nos Índices de Preços no produtor
de produtos agrícolas
(2020/2019)

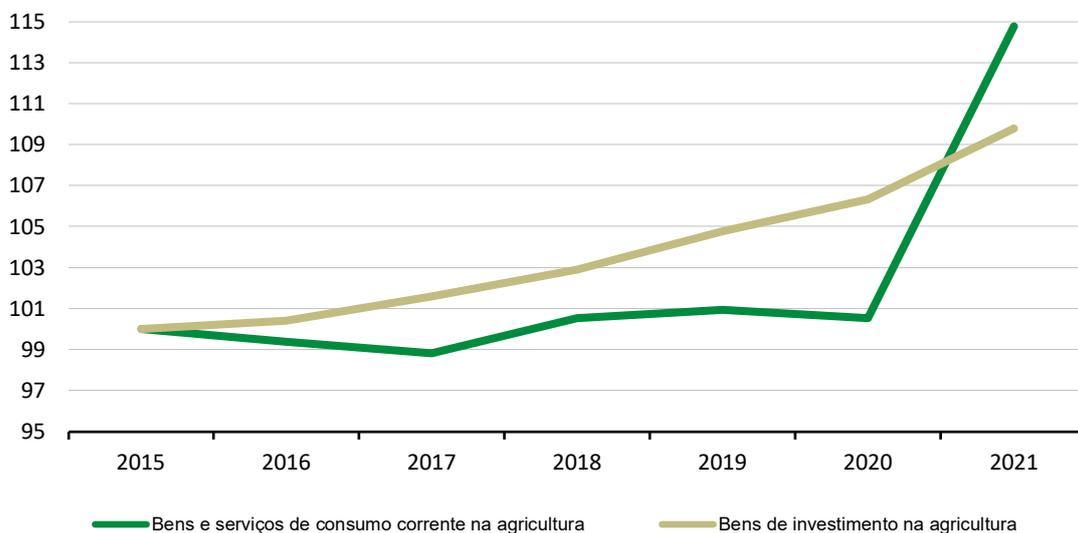


FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Os produtos que mais contribuíram para a evolução positiva no índice de preços da produção vegetal foram as plantas industriais (+32,8%), as plantas forrageiras (+27,3%), os cereais (+20,4%), o azeite (+15,7%), a batata (+12,7%) e os outros produtos vegetais (+14,0%).

O aumento de preço dos fatores de produção como os adubos, a energia e os transportes foi determinante para o crescimento dos preços da produção vegetal. Adicionalmente, para alguns produtos, como no caso dos cereais, a maior procura e a diminuição da oferta originaram um aumento dos preços nos mercados internacionais, que teve repercussão no mercado nacional.

FIGURA 9.3
Índices de Preços dos meios de produção na agricultura
(2015-2021)
Base (2015 = 100)

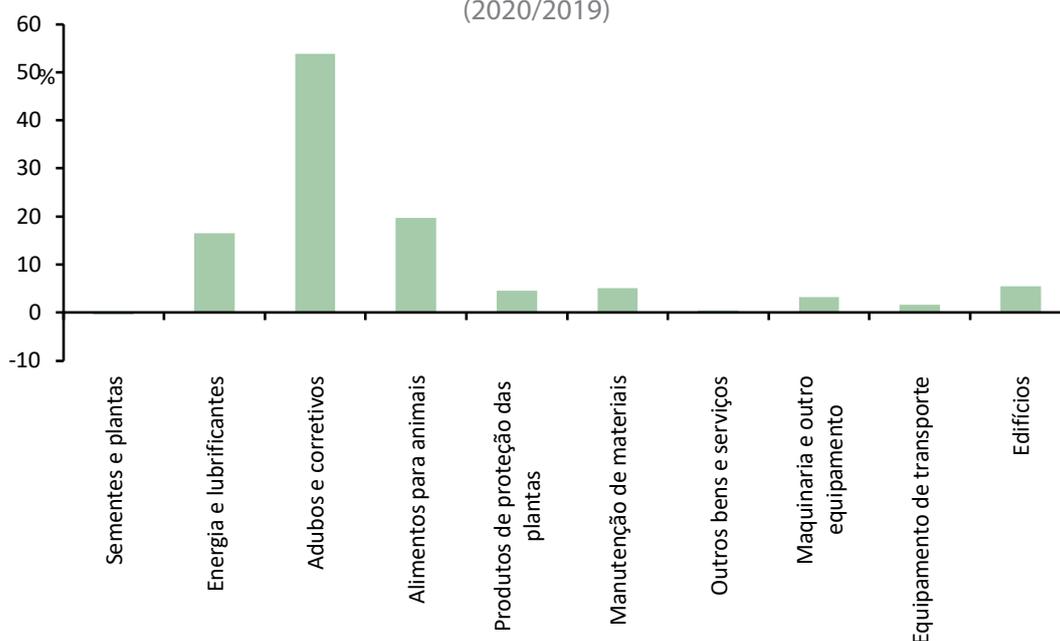


FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

No índice de preços da produção animal, os produtos que mais contribuíram para a evolução verificada foram os ovos (+15,1%), os ovinos e caprinos (+14,9%) e as aves de capoeira (+8,0%); os suínos foram os únicos animais que apresentaram uma variação negativa (-6,4%).

Na produção animal foram determinantes os aumentos registados nos preços dos alimentos para animais e da energia. Esta evolução, conjugada com o crescimento da procura, levou a um aumento quase generalizado dos preços na produção. A exceção foram os suínos: após um início de ano promissor, o preço caiu, em virtude da existência de grande oferta de carne em todo o espaço europeu, causada pela diminuição da procura por parte de países terceiros.

FIGURA 9.4
Variação nos Índices de Preços dos meios de produção na agricultura (2020/2019)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Em 2021, quando comparado com o ano anterior, o índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura teve uma variação de +14,2%, causada, principalmente, pela evolução do índice de preços dos adubos e corretivos (+53,9%), da energia e lubrificantes (+16,5%) e dos alimentos para animais (+19,7%).

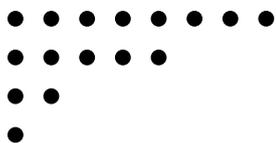
Em 2021, e também comparando com o ano anterior, o índice de preços dos bens de investimento apresentou um acréscimo de 3,2%, devido, principalmente, às evoluções registadas nos edifícios da exploração (não residenciais) (+5,4%), nos outros trabalhos exceto melhoramentos de terras (+5,0%) e na maquinaria e outro equipamento (+3,3%).





10

CONTAS ECONÓMICAS
DA AGRICULTURA

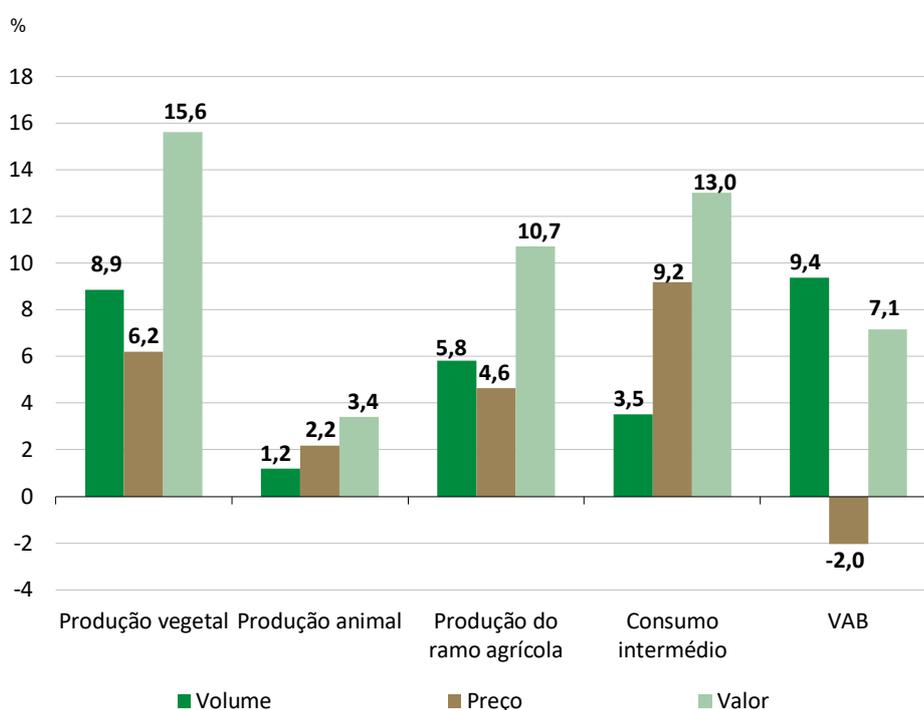


De acordo com a segunda estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2021, elaborada com dados disponíveis até 28 janeiro 2022, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), registou um aumento (+9,6%), em consequência dos acréscimos do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (+7,1%) e dos Outros subsídios à produção (+12,0%), após uma quase estagnação em 2020 (0,1%).

A evolução do VAB, em termos nominais, resultou do efeito combinado do crescimento em valor da Produção do ramo agrícola (+10,7%) e do Consumo intermédio (+13,0%). Em termos reais, o VAB aumentou um pouco mais (+9,4%), refletindo a diminuição do deflator implícito.

O acréscimo nominal da Produção do ramo agrícola foi consequência do crescimento do volume e do preço (+5,8% e +4,6%, respetivamente). A produção vegetal registou um aumento em valor (+15,6%) superior ao da produção animal (+3,4%).

FIGURA 10.1
Produção do ramo, Consumo intermédio e VAB
- variação em volume, preço e valor
(2021/2020)



FONTE: INE, I. P., Contas Económicas da Agricultura; Base 2016

A evolução nominal positiva da Produção vegetal decorreu de acréscimos em volume e em preço (+8,9% e +6,2%, respetivamente). Os Vegetais e produtos hortícolas e os Frutos foram determinantes para este crescimento.

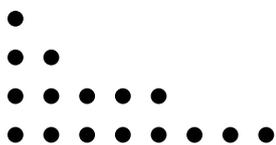
O aumento da Produção animal resultou de crescimentos em volume e em preços (+1,2% e +2,2%, respetivamente). As produções de bovinos, ovinos e caprinos, aves, leite e ovos foram decisivas para a evolução em termos nominais.

O Consumo intermédio aumentou 13,0%, na sequência de acréscimos em volume (+3,5%) e, sobretudo, em preço (+9,2%). Observou-se um crescimento nominal de todas as rubricas, com particular destaque para a energia (+16,5%), os adubos e corretivos do solo (+48,5%) e os alimentos para animais (+15,8%).





CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA



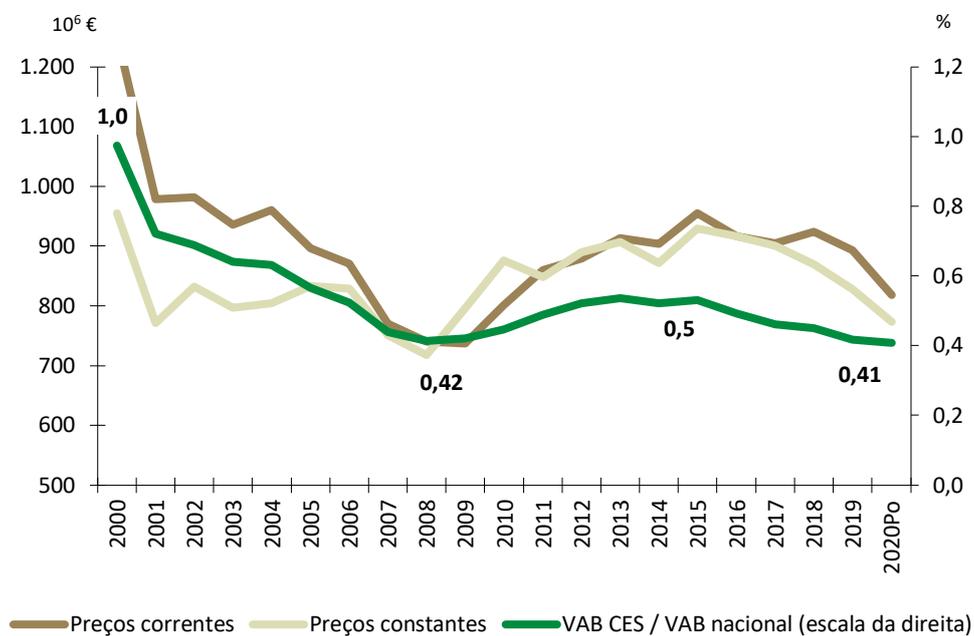
Em 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura decresceu em volume e em valor (-6,5% e -8,5%, respetivamente), mantendo a tendência decrescente registada desde 2015.

A produção diminuiu em termos reais (-5,8%) e nominais (-7,2%), em resultado do decréscimo generalizado em todos os produtos silvícolas, com exceção da madeira para energia.

Para a diminuição em volume da produção contribuíram, em particular, as produções de madeira para serrar ou tritar (excluindo a madeira para energia) que decresceram 9,6% e 4,6%, respetivamente, e a cortiça e os serviços silvícolas e de exploração florestal, que diminuíram ambos 6,0%.

Pelo contrário, a produção de madeira para energia apresentou, em 2020, um aumento em volume de 1,2%, situação que poderá estar relacionada com as restrições impostas pela pandemia COVID 19. Com efeito, a maior presença em casa poderá ter causado um maior consumo deste produto.

FIGURA 11.1
VAB da silvicultura
(2000-2020)



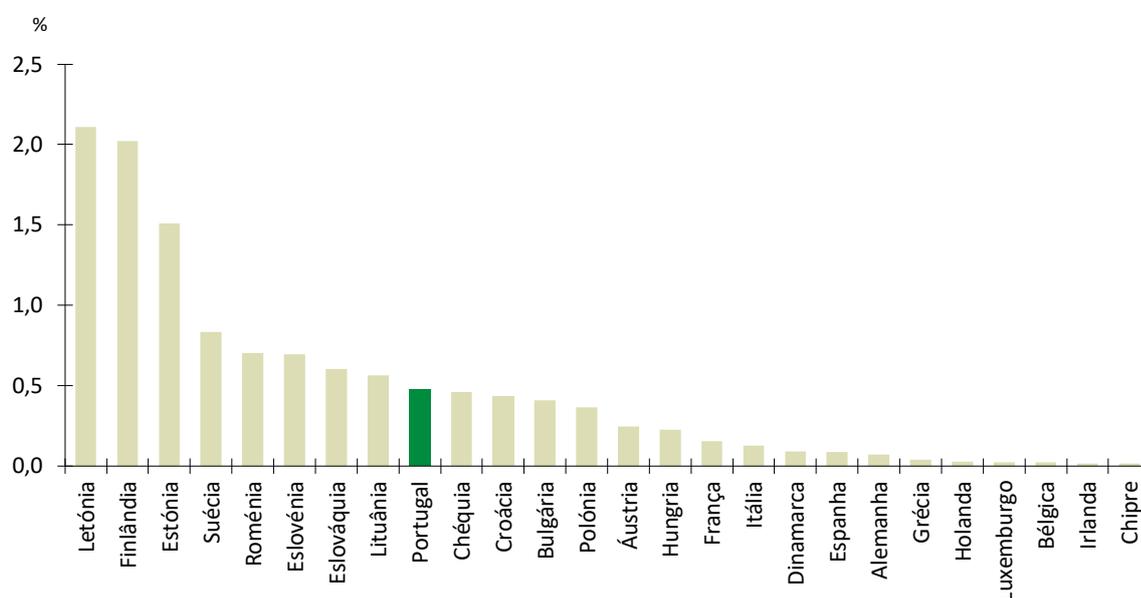
FONTE: INE, I.P., Contas Económicas da Silvicultura; Base 2016

No que respeita ao decréscimo nominal da produção (-7,2%), destaca-se a diminuição da produção de cortiça (-12,6%), em resultado de variações no mesmo sentido, em volume (-6,0%) e em preço (-7,0%).

Ao longo dos últimos anos, a estrutura da produção silvícola nacional tem registado alterações. A cortiça, que no período 2000-2004 se apresentava como o produto mais relevante, foi perdendo importância para a madeira para tritar, que passou a assumir o lugar de maior destaque (39,5% em 2020).

Em 2019 (último ano com informação disponível para a UE), comparativamente com os restantes Estados Membros (EM), Portugal encontrava-se em 9º lugar em termos de importância relativa do VAB da silvicultura e exploração florestal no VAB da economia nacional (0,4%).

FIGURA 11.2
VAB da Silvicultura/VAB nacional por EM (2019)



FONTE: Eurostat, Contas Nacionais





12

METAINFORMAÇÃO
ESTATÍSTICA

CONCEITOS

produção vegetal

ano agrícola - o período de tempo em que se realizam as operações culturais necessárias à produção agrícola e que se inicia a 1 de novembro do ano n-1 e termina em 31 de outubro do ano n.

exploração agrícola - unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1) produzir produtos agrícolas ou manter em boas agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); 3) estar submetida a uma gestão única; 4) estar localizada num lugar determinado e identificável.

culturas forrageiras - culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao sol ou desidratadas artificialmente.

culturas permanentes - culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos.

culturas temporárias - culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.).

cultura temporária principal - cultura que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola. Por convenção, sempre que exista uma associação de matas e florestas com culturas temporárias, estas últimas serão as principais; na associação culturas temporárias e permanentes as primeiras são consideradas sempre secundárias.

pastagens permanentes - plantas, semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

leguminosas secas para grão - leguminosas cultivadas para colheita do grão após maturação completa, quer se destinem à alimentação humana ou à alimentação animal.

lagar de azeite - estabelecimento industrial destinado à produção de azeite a partir das azeitonas.

azeite virgem - azeite obtido a partir do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros processos físicos, em condições que não altere o azeite, e que não tenha sofrido outros tratamentos além da lavagem, da decantação, da centrifugação e da filtração, com exclusão do azeite obtidos com solvente, com adjuvantes de ação química ou bioquímica ou por processos de reesterificação e qualquer mistura com óleos de outra natureza.

produção animal

produção indígena bruta (carnes) - produção líquida acrescida do saldo do comércio internacional de animais vivos (exportação - importação), convertido a peso carcaça.

produção líquida (carnes) - produção correspondente ao abate de animais realizado dentro do território nacional e aprovado para consumo, para cujo cálculo não se entrou em linha de conta com a proveniência dos animais abatidos (produzidos internamente ou importados).

aviário de multiplicação - aviário que se destina à produção de ovos para incubação destinado à produção de aves de capoeira quer de rendimento (produção de ovos para consumo ou de carne) quer de multiplicação. Em determinados períodos, os ovos postos nestes aviários podem ser desviados, em quantidade variável, para consumo alimentar, por não interessar à produção do dia.

aves do dia - aves com menos de 72 horas e que ainda não foram alimentadas e destinadas aos aviários de produção e multiplicação.

ovos de incubação - ovos produzidos pelas aves de capoeira e destinados a serem incubados.

miudezas das aves - as vísceras das aves usadas como alimento, compreendendo a cabeça e as patas quando separadas da carcaça.

matadouro - estabelecimento aprovado e licenciado pelas entidades competentes para a execução de abates e preparação de carcaças das espécies (bovina, ovina, caprina, suína, equina, aves, leitões e espécies abrangidas na designação de caça de criação) destinadas ao consumo público ou destinadas à indústria.

carne aprovada para consumo público - carne que tenha sido inspecionada e aprovada sem qualquer limitação e que tenha sido marcada de acordo com a legislação em vigor.

carcaça - corpo de qualquer animal abatido após ter sido sangrado e preparado conforme a espécie.

peso limpo de carcaça - peso em frio do corpo do animal de abate depois de esfolado, sangrado, eviscerado e depois da ablação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, dos rins e das gorduras envolventes dos rins, assim como do úbere (ver peso limpo da carcaça de cada espécie de gado abatido).

peso limpo da carcaça dos bovinos - peso, a frio, do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, das gorduras envolventes dos rins e do úbere, bem como dos materiais de risco específicos.

peso limpo da carcaça dos caprinos e ovinos - peso em frio do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois de cortada a cabeça (separada ao nível das articulações occipito-atloidea), os pés (cortados ao nível das articulações carpo-metacárpicas ou tarsometatársicas), a cauda (cortada entre a 6ª e 7ª vértebras caudais), o úbere e os órgãos genitais. Os rins e as gorduras envolventes dos rins fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos suínos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado e eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, dos rins, das gorduras envolventes rins e banha. O toucinho do lombo, a cabeça, os pés e a cauda fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos equídeos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado, despojado da pele e de todos os órgãos internos com exceção dos rins e gordura envolvente, depois de desprovidos da cabeça, extremidades locomotoras e cauda.

miudezas do gado abatido - a carnes frescas não incluídas na carcaça, mesmo quando estando presas a esta pelas suas ligações naturais. Inclui a cabeça com ou sem língua, pulmões com a traqueia, coração, diafragma, esófago, estômago, intestinos (tripa), fígado, baço, pâncreas, epiplons, mesentério, órgãos genito-urinários, (exceto rins, verga e útero), extremidades locomotoras e cauda.

reses ou animais de talho - animais domésticos, destinados à alimentação humana, das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina, cujas carnes são vendidas sob a designação comercial, respetivamente de vaca, vitela, vitelão e novilho, de carneiro ou borrego, de cabra ou cabrito, de porco ou leitão e de cavalo.

boi - bovino macho castrado, que não seja considerado vitelo.

novilha - bovino fêmea não parida, que não seja considerado vitelo.

novilho - bovino macho inteiro, que não seja considerado vitelo.

vitelão - bovino, macho ou fêmea, com idade superior a 8 meses, mas inferior ou igual a 12 meses.

vitela - bovino, macho ou fêmea, com idade inferior ou igual a 8 meses.

vaca - bovino fêmea que já pariu.

vaca leiteira - bovino fêmeas que já tenha parido e cujo leite seja exclusiva ou principalmente vendido ou consumido pela família do produtor (inclui as vacas leiteiras de refugio).

outras vacas - compreende as vacas aleitantes (incluindo as de refugio) e as vacas de trabalho.

ovelha - ovino fêmea que já pariu. Inclui-se no conceito as borregas destinadas à reprodução e as ovelhas de refugio.

borrega coberta - fêmea da espécie ovina coberta pela primeira vez.

cabra - caprino fêmea que já pariu. Inclui as cabras de refugio.

chiba coberta - fêmea nova coberta pela primeira vez, da espécie caprina.

equídeos - animais domésticos da espécie "Equus", mais vulgarmente designados por cavalos. Esta designação abrange também outras espécies como o burro e a zebra e cruzamentos como a "mula" ou o "macho".

porcas reprodutoras - suínos fêmeas com um peso vivo igual ou superior a 50 kg e mais que já pariram e as não paridas, mas destinadas à reprodução (exceto as porcas de refugio).

porcos de engorda - suínos machos e fêmeas não reprodutores com peso vivo igual ou superior a 20 kg.

varrasco - suíno macho reprodutor com mais de 50 kg de peso vivo, que efetue regularmente a cobrição.

leitões - suínos machos e fêmeas com peso vivo inferior a 20 kg.

produção de leite - inclui a totalidade do leite produzido: entregas à indústria, vendas diretas e leite utilizado na exploração agrícola (destinado à alimentação animal exceto o mamado diretamente pelas crias, autoconsumido e transformado em produtos lácteos).

leite cru - leite que não tenha sido aquecido a uma temperatura superior a 40°C., nem submetido a um tratamento de efeito equivalente.

produção florestal

matas e florestas - superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração (com ou sem culturas sob coberto).

matas e florestas sem culturas sob coberto - superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração.

floresta - terrenos dedicados à atividade florestal. Estão incluídos os povoamentos florestais, áreas ardidadas de povoamentos florestais, áreas a corte raso e outras áreas arborizadas.

floresta natural - floresta de espécies indígenas, maioritariamente “laurissilva”, regenerada naturalmente, que não está exposta a ações ou intervenções humanas e cujos processos ecológicos não estão significativamente afetados.

povoamento florestal - áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogéneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

áreas de corte raso - extensões de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$ de uso florestal, anteriormente ocupado por floresta e que, devido ao corte de árvores, está ocupado com cepos, ou com solo temporariamente nu. Os cortes podem ser rasos, se existir um corte simultâneo de todas as árvores, ou salteados ou sucessivos quando apenas algumas árvores são cortadas.

outras áreas florestais - outras áreas não consideradas em povoamentos nem em corte raso. Inclui “Outras áreas arborizadas” e áreas de “floresta natural”.

outras áreas arborizadas - extensões de terreno com área mínima de 0,5 ha e largura $\geq 20\ m$, que tenham um grau de coberto entre 5 e 10% e onde se verifica a presença de espécies florestais que na maturidade atingem porte arbóreo ou em que se verifique a presença de espécies florestais comum grau de coberto $\geq 10\%$, mas que, devido às condições em que vegetam, não conseguem atingir os 5 m de altura na idade adulta ou ainda, as áreas onde vegetem espécies florestais de porte subarbóreo como por exemplo o medronheiro e carrasco.

incêndio florestal - combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.

ocorrência (de incêndio florestal) - incêndio, queimada ou falso alarme que origina a mobilização de meios dos bombeiros.

reacendimento - reativamento de um incêndio, depois de este ter sido considerado extinto. A fonte de calor é proveniente do incêndio inicial. O reacendimento é considerado parte integrante do incêndio principal (a primeira ignição observada não depende de qualquer outra área percorrida pelo incêndio).

áreas ardidadas de povoamentos - extensões de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$ anteriormente ocupado por floresta e que, devido à passagem de incêndio, está ocupado com cepos, troncos de árvores carbonizadas ou vegetação carbonizada.

áreas percorridas por incêndios florestais - área com povoamentos florestais ou inculta, atingida por um incêndio.

produção de madeira - diz respeito ao volume sólido ou ao peso da produção total dos produtos. Inclui a produção de produtos que podem ser imediatamente consumidos na produção de outro produto (pasta de papel, que pode ser imediatamente convertida em papel como parte do processo contínuo). Exclui a produção de folheados usados para a produção de contraplacados no mesmo país. A unidade de reporte é o metro cúbico sólido sem casca (em volume) no caso da madeira serrada ou das aparas ou dos resíduos ou dos painéis de madeira e toneladas métricas no caso do carvão, pasta e produtos de papel.

quantidade de madeira removida - toda a madeira removida com ou sem casca. É um agregado que inclui a lenha, a madeira para serrar e folhear (toros) e para triturar (rolaria) e outras madeiras redondas industriais.

madeira para triturar (redonda e partida) - madeira redonda em bruto, exceto toros, para a produção de pasta, painéis de partículas ou de fibras. Esta madeira pode ser contabilizada com ou sem casca e pode estar na forma de madeira redonda ou partida.

outra madeira redonda industrial - madeira redonda industrial (madeira em bruto) exceto toros para serrar e folhear e/ou triturar. Inclui madeira redonda que será usada para estacas, postes, vedações, etc.

lenha - quantidade de madeira redonda removida para ser consumida nesse estado (para aquecimento, para cozinhar) ou para ser utilizada como matéria-prima para a obtenção de carvão.

aparas e estilhas - madeira que foi deliberadamente reduzida a pequenos pedaços durante a transformação de outros produtos de madeira e é apropriada para a produção de pasta de madeira, painéis de partículas e de fibras, para uso como combustível ou outro. Exclui as estilhas de madeira vindas diretamente da floresta porque já foram contabilizadas como madeira para triturar.

madeira serrada - madeira que foi produzida tanto com madeira redonda nacional ou importada, serrando longitudinalmente ou por um processo de quebra da madeira com uma espessura superior a 5 mm (com pequenas exceções). Inclui pranchas, travessas, vigas, tábuas, esteios, pedaços de madeira, ripas, caixotes e caixas.

carvão vegetal - madeira carbonizada por combustão parcial ou pela aplicação de calor a partir de fontes externas.

contraplacado - placa de madeira constituída pela sobreposição de três, cinco ou mais folhas de madeira, e pequena espessura, dispostas com as fibras cruzadas entre si, que se grudam e se submetem seguidamente à pressão hidráulica em prensas.

folheados - finas folhas de madeira de espessura uniforme, descascadas, cortadas às fatias ou serradas. Inclui madeira usada para o fabrico de material de construção laminado, mobília, contentores, etc.

cortiça virgem - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a primeira vez que se extrai cortiça.

cortiça secundária - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez que se extrai cortiça.

cortiça de reprodução - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez ou seguintes que se extrai cortiça (inclui a cortiça amadia, secundária, bocados de amadia e refugo cru).

cortiça amadia - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a terceira vez ou seguintes que se extrai cortiça.

gema (resina) - é um produto de secreção própria das resinosas, que serve para proteger e conservar estas árvores. O pinheiro bravo é a espécie em que normalmente, entre nós, se pratica a resinagem.

pasta de papel - material fibroso preparado de rolaria para triturar, resíduos de madeira, partículas ou resíduos por processo mecânico e/ou químico para produção de papel, cartão, painel de fibras ou outros processos celulósicos. A unidade de reporte é a tonelada métrica em peso seco ao ar, isto é com 10% de humidade (90% sdt).

pastas químicas ao sulfato (ou kraft) - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de um licor de hidróxido de sódio (soda). Esta pasta pode ser branqueada ou crua. Os usos finais são muito numerosos, sendo a pasta branqueada utilizada em particular para papéis de usos gráficos, tissues e cartolinas. A pasta crua é utilizada geralmente para liner, para cartão canelado, papéis de embrulho, papéis para embalagem (sacos), envelopes e outros papéis especiais não branqueados.

pastas químicas ao sulfito - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de licor de bissulfito. Os usos finais incluem papel de jornal, papéis de escrita, tissues e papéis de uso doméstico e sanitário. Esta pasta pode ser branqueada ou crua.

painel de fibras - painel produzido a partir de fibras de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos. Inclui painéis de fibras que são pressionados para ser lisos e produtos de painéis de fibras moldados. Subdivide-se em painel de fibras duras (densidade > 0,8 g/cm) e MDF (painel de fibras de média densidade - $0,5 < \text{densidade} \leq 0,8 \text{ g/cm}^3$).

painel de partículas - painel produzido a partir de pequenos pedaços de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos juntos por um aglutinante orgânico com um ou mais agentes (calor, pressão, humidade, etc.).

papéis para embalagem - inclui materiais para caixa, papéis para embalagem, outros papéis e cartões principalmente para embalagem e outros papéis e cartões (para fins industriais e especiais).

papéis para usos domésticos e sanitários - incluem uma larga gama de tissues e outros papéis para a higiene utilizados em casas de habitação ou instalações comerciais e industriais.

papéis para usos gráficos - inclui papel de jornal, papéis não revestidos de pasta mecânica, papéis não revestidos de pasta química e papéis revestidos.

agricultura e ambiente

limite máximo de resíduos (LMR) - concentração máxima autorizada do resíduo de um pesticida no interior e à superfície de géneros alimentícios ou de alimentos para animais.

produtos fitofarmacêuticos - substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

fumigante de solo - líquido volátil para combate de fungos, bactérias, insetos, nemátodos ou infestantes do solo.

fungicida - substância ou preparado que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

herbicidas - produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

inseticidas e acaricidas - substâncias ou preparados usados para controlar e combater insetos e ácaros.

nematodocida - substância ou preparado usado para combater nemátodos.

óleo mineral - hidrocarboneto usado para combater insetos, ácaros e infestantes ou como adjuvante.

fertilizante - substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

adubos - fertilizantes que pela sua natureza e pelo teor em um ou vários nutrientes se destinam a melhorar as produções agrícolas, por rapidamente disponibilizarem os nutrientes para as plantas.

indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco

transformação industrial - quantidades de produtos utilizados na fabricação de um produto derivado alimentar, para o qual existe um balanço específico.

utilização industrial - emprego que inclui as quantidades de produtos utilizados pela indústria para fabricação de outros não destinados à alimentação humana ou animal, nomeadamente os consumidos pela indústria dos químicos, da cerveja, do álcool, etc.

alimentação animal - quantidades de produtos utilizados na alimentação animal direta e/ou consumidos na fabricação de alimentos para animais (rações).

leite para consumo - leite destinado ao consumo humano, cru ou submetido a um tratamento pelo calor (pasteurizado, esterilizado e UHT).

leite gordo ou inteiro - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor natural de matérias gordas seja igual ou superior a 3,5% ou cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a 3,5% no mínimo.

leite meio gordo (ou parcialmente desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai de 1,5% no mínimo a 1,8% no máximo.

leite magro (ou desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai até 0,3%, no máximo.

leite fermentado (ou acidificado) - leite caracterizado por ser um produto acidificado pelo ácido láctico e por escassas quantidades de outros compostos orgânicos, igualmente ácidos, produzidos por bactérias típicas; como consequência deste processo acidificação as proteínas do leite coagulam e precipitam-se dissociando-se posteriormente em aminoácidos. As bactérias lácteas fermentam uma parte da lactose do leite produzindo ácido, bem como outros açúcares.

leites em pó - produto pulverulento, obtido diretamente, por eliminação da água do leite, do leite parcialmente desnatado, do leite magro ou de uma mistura destes com ou sem nata e cujo teor de humidade seja inferior ou igual a 5%, em massa, do produto final.

nata - produto obtido do leite através da concentração da sua matéria gorda e que apresenta um teor de matéria gorda superior a 10% do peso do produto.

soro de leite - subproduto do fabrico do queijo ou da caseína através da ação dos ácidos, do coalho e/ou de processos físico-químicos.

bebidas à base de leite - produtos líquidos que contenham, pelo menos 50% de produtos lácteos, incluindo os produtos à base de soro de leite. Inclui o leite vitaminado, os leites achocolatados, o leitelho com aditivos ou aromatizado, etc..

queijo - produto fresco ou curado, de consistência variável, obtido por coagulação e dessoramento do leite ou do leite (total ou parcialmente desnatado, mesmo que reconstituído), assim como da nata, do leitelho e a mistura de alguns ou de todos estes produtos, (incluindo lactosoro), sem ou com adição de outros géneros alimentícios.

queijo fundido - produto obtido a partir de um ou vários tipos de queijo, submetidos a fusão emulsionante, sem ou com adição de outros géneros alimentícios, podendo ou não ser esterilizado. Inclui as preparações à base de queijo fundido.

manteiga - produto butiroso obtido exclusivamente do leite de vaca ou da sua nata, com ou sem adição de sal e/ou culturas lácteas, apresentando-se sob a forma de uma emulsão sólida e maleável, com teor de matéria gorda igual ou superior a 80 % e inferior a 90%, com teor de humidade máximo de 16% e de matéria seca desengordurada de 2%. Inclui a manteiga com ervas, especiarias ou aromas.

leitelho - subproduto do fabrico da manteiga, obtido após batedura ou butirização em contínuo da nata e separação da fração gorda sólida, que embora possa ser utilizado na alimentação humana, é quase sempre utilizado na alimentação de suínos ou de vitelos.

óleo - gordura líquida extraída de substâncias animais, minerais e ou vegetais de numerosas espécies usadas como alimento, matéria-prima industrial, combustível, lubrificante, etc..

vinho (sem certificação) - vinhos destinado ao consumo humano que não se enquadra nas outras designações existentes, cumprindo com as disposições nacionais e comunitárias em vigor.

vinho com denominação de origem protegida (DOP) - designação comunitária adotada para designar os vinhos com Denominação de Origem aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação geográfica protegida (IGP) - Designação comunitária adotada para designar os vinhos com Indicação Geográfica aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação de casta - vinho sem indicação geográfica, que mediante o cumprimento de determinados requisitos pode utilizar na rotulagem o ano de colheita e/ou as castas utilizadas na sua elaboração.

balanço de aprovisionamento

balanço de aprovisionamento - síntese de informação estatística, através da qual se quantificam, para um dado produto ou agrupamento de produtos alimentares, todos os fluxos ocorridos ao nível da exploração agrícola nacional e/ou ao nível do mercado. Equivale ao estabelecimento de um equilíbrio recursos/emprego em dados físicos.

grau de autoaprovisionamento - coeficiente, traduzido em percentagem, dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias primas nacionais) e a utilização interna total; mede, para um dado produto o grau de dependência de um território, relativamente ao exterior (necessidade de importação) ou a sua capacidade de exportação.

balança alimentar

capitação - consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

capitação edível - valor que se obtém por aplicação de um coeficiente percentual (parte edível de um produto), variável consoante o produto alimentar ou bebida, sobre a capitação bruta que é definido segundo a Tabela de Composição de Alimentos Portugueses.

consumo humano - emprego que corresponde às quantidades de produtos consumidos pela população residente, quer sob a forma de produto primário, consumido nesse estado, quer sob a forma de produto industrializado, convertido a primário, durante o período de referência.

preços na agricultura

preço de aquisição de meios de produção - Preço pago pelo agricultor (correspondente à última fase de comercialização), na aquisição de meios de produção, excluindo subsídios e descontos, e incluindo impostos, exceto o IVA dedutível.

preço no produtor - preço de compra ao agricultor/ produtor ou preço de primeira venda pelo agricultor/ /produtor, à saída da exploração agrícola/unidade produtiva, excluindo subsídios ao produto e incluindo prémios de qualidade (sempre que existam) e impostos, exceto o IVA dedutível.

contas nacionais e regionais

ramo de atividade - um ramo de atividade agrupa as unidades de atividade económica ao nível local que exercem uma atividade económica idêntica ou similar. Ao nível mais pormenorizado de classificação, um ramo de atividade compreende o conjunto das UAE locais inseridas numa mesma classe (4 dígitos) da NACE Rev.1 e que exercem, por conseguinte, a mesma atividade, tal como definida na NACE Rev.1.

contas económicas da silvicultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade silvícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da silvicultura.

produção do ramo silvícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações silvícolas (silvicultura, exploração florestal e atividades de serviços relacionados), incluindo os intraconsumos.

contas económicas da agricultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade agrícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da agricultura.

produção do ramo agrícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, produção animal, serviços agrícolas e atividades secundárias), incluindo os intraconsumos.

produção utilizável - quantidade disponível para a eventual utilização dentro e fora da agricultura, resultante do processo de produção e durante o período de referência, após a dedução das perdas de colheita e de transporte do campo para a exploração agrícola e das destruições efetuadas no próprio campo.

vendas (saídas da agricultura) - emprego que compreende os quantitativos de produtos escoados para o mercado pelos produtores agrícolas ou outros, com exclusão das quantidades usadas em autoconsumo, os intraconsumos, as variações de existências e as perdas na exploração.

intraconsumo - conjunto de produtos agrícolas com origem na própria agricultura e aí utilizados como meios de produção (ex.: sementes e plantas, alimentos para animais, ovos para incubação, etc.).

variação de existências - diferença entre o valor existente de bens adquiridos ou produzidos pela unidade estatística de produção no fim e no início do período de referência, considerando a sua regularização.

excedente líquido de exploração ou rendimento misto - saldo contabilístico que corresponde ao rendimento que as unidades geram pela utilização dos seus ativos de produção. É obtido retirando ao rendimento de fatores as remunerações dos assalariados. O excedente líquido de exploração avalia o rendimento da terra, do capital e do trabalho não assalariado. É o saldo da conta de exploração, que indica a distribuição do rendimento entre os fatores de produção e o setor das administrações públicas.

consumo aparente - total de recursos disponíveis para serem utilizados no mercado interno (inclui eventuais perdas e stocks).

consumo de capital fixo - o consumo de capital fixo representa a depreciação verificada, no decurso do período considerado, pelo capital fixo em resultado da utilização normal e da obsolescência previsível, incluindo uma provisão para perdas de bens de capital fixo na sequência de prejuízo acidentais seguráveis.

consumo intermédio - o consumo intermédio consiste no valor dos bens e serviços consumidos como elementos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo. Os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo produtivo.

formação bruta de capital fixo - a formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos ativos não produzidos obtidas através da atividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

indicador A - a variação anual do Rendimento da Atividade Agrícola corresponde ao “Indicador A” (Variação anual, em %, do Rendimento dos fatores, deflacionado, por Volume de mão-de-obra agrícola total). Foi determinado com base em informação disponível até 31 de janeiro de 2019.

$$\text{Indicador A} = \frac{[(\text{Rendimento de Fatores ano } n / \text{deflador do PIB}) / \text{VMOA ano } n]}{(\text{Rendimento de Fatores ano } n-1 / \text{VMOA ano } n-1)} = \frac{[(2922,65 / 101,38 * 100) / 244,72]}{(2868,42 / 243,90)} \times 100 - 100 = +0,2\%$$

juros - nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida.

outros impostos sobre a produção - são todos os impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos. Podem ser devidos por terrenos, ativos fixos ou mão-de-obra empregada no processo de produção ou em certas atividades ou operações.

outros subsídios à produção - os “outros subsídios à produção” recebidos por unidades produtivas residentes em consequência da sua atividade produtiva são subsídios não ligados à quantidade ou ao valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

remuneração dos assalariados - as remunerações dos assalariados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos assalariados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência.

rendimento dos fatores - indicador económico que permite medir a remuneração de todos os fatores de produção que deram origem à Produção do Ramo. Esta variável é calculada subtraindo ao valor acrescentado líquido a preços de base, os outros impostos sobre a produção e somando os outros subsídios à produção.

rendimento empresarial líquido da agricultura - saldo contabilístico obtido adicionando ao excedente líquido de exploração os juros recebidos pelas unidades agrícolas constituídas em sociedade e deduzindo as rendas (isto é, rendas de terrenos e parcerias) e os juros pagos. Mede a remuneração do trabalho não assalariado, das terras pertencentes às unidades e do capital. É semelhante ao conceito, usado na contabilidade das empresas, de lucro corrente antes da distribuição e dos impostos sobre o rendimento. Embora o rendimento empresarial líquido não seja habitualmente calculado para os ramos de atividade, é geralmente possível calculá-lo para o ramo agrícola, pois pode se determinar a parte dos juros e das rendas ligada exclusivamente à atividade agrícola (e às atividades secundárias não agrícolas).

transferências de capital - são transferências, em dinheiro ou em espécie, efetuadas pelas administrações públicas ou pelo resto do mundo a unidades de produção, para lhes permitir financiar, na totalidade ou em parte, o custo de aquisição de ativos fixos ou indemnizar os proprietários de bens de capital que tenham sido destruídos por atos de guerra, catástrofes naturais ou perdas excepcionais devidas a causas externas à unidade de produção.

unidade de trabalho ano (UTA) - unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

valor acrescentado líquido - valor acrescentado bruto deduzido do consumo de capital fixo (de bens de equipamento, edifícios, construções e plantações agrícolas).

valor acrescentado bruto (VAB) - corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

volume de mão-de-obra-agrícola (VMOA) - equivale ao trabalho efetivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das atividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não Assalariado e é expresso em unidades trabalho ano (UTA). A UTA corresponde à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efetua, a tempo inteiro e durante todo o ano, atividades agrícolas numa unidade agrícola.

PESOS E MEDIDAS

Produtos	Unidade	Equivalência
		kg
Animais de açougue		
- Vitelos	unidade	(a) 154,4
- Novilhos	»	(a) 293,8
- Bois	»	(a) 337,1
- Vacas	»	(a) 263,3
- Novilhas	»	(a) 215,6
- Caprinos	»	(a) 6,1
- Equídeos	»	(a) 163,1
- Ovinos	»	(a) 10,5
- Suínos	»	(a) 64,5
Animais de capoeira		
- Coelhos	unidade	(a) 1,2
- Frangos	»	(a) 1,4
- Galinhas	»	(a) 2,0
- Patos	»	(a) 2,7
- Perus	»	(a) 10,3
- Pombos	»	(a) 0,2
Diversos		
- Azeite	hectolitro	91,66
- Azeitonas	»	65,00
- Ovos	milhar	62,00
- Vinho	hectolitro	100,00
Leite inteiro de:		
- Cabra	litro	1,035
- Ovelha	»	1,038
- Vaca	»	1,031
Madeiras		
- Azinho	m ³	1.070,00
- Castanho	»	580,00
- Choupo	»	470,20
- Criptoméria	»	270,00
- Eucalipto	»	800,00
- Faia	»	720,00
- Nogueira	»	680,00
- Pinheiro bravo	»	530,00
- Pinheiro manso	»	580,00
- Sobreiro	»	803,00
Caça		
- Coelhos	unidade	(b) 0,800
»	»	(a) 0,560
- Lebres	»	(b) 1,600
»	»	(a) 1,120
- Perdizes	»	(b) 0,400
»	»	(a) 0,340

(a) Peso limpo (b) Peso sem tripas

FATORES DE CONVERSÃO

Produtos	Unidade	Equivalência aproximada
Animais de açougue		
- Bovinos	- 1 kg de peso vivo	- 0,59 kg de peso limpo
- Caprinos	- 1 kg » »	- 0,40 kg de » »
- Equídeos	- 1 kg » »	- 0,55 kg de » »
- Ovinos	- 1 kg » »	- 0,40 kg de » »
- Suínos	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
Animais de capoeira		
- Coelhos	- 1 kg de peso vivo	- 0,60 kg de peso limpo
- Galináceos	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
- Patos	- 1 kg » »	- 0,70 kg de » »
- Perus	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
Caça		
- Coelhos	- 1 kg de peso vivo	- 0,60 kg de peso limpo
- Lebres	- 1 kg » »	- 0,60 kg de » »
- Perdizes	- 1 kg » »	- 0,80 kg de » »
Cereais		
- Arroz	- 1 kg de arroz em casca	- 0,70 kg de arroz descascado
- Centeio	- 1 kg em grão	- 0,76 kg de farinha
- Cevada	- 1 kg »	- 0,66 kg de »
- Milho	- 1 kg »	- 0,91 kg de »
- Trigo	- 1 kg »	- 0,80 kg de »
Frutas secas		
- Amêndoa	- 1 kg de amêndoa em casca	- 0,225 kg de amêndoa descascada
- Amendoim	- 1 kg » amendoim em casca	- 0,73 kg » amendoim descascado
- Avelã	- 1 kg » avelã em casca	- 0,73 kg » avelã descascada
- Noz	- 1 kg » noz em casca	- 0,73 kg » noz descascada
Laticínios		
- Leite	- 1 l de leite de vaca	- 0,12 kg de leite em pó
- »	- 1 l » » » » desnatado	- 0,08 a 0,09 kg de leite em pó
- »	- 1 l » » » » »	- 0,36 kg de leite condensado a 65%
- »	- 1 l » » » » »	- 0,04 kg de manteiga
- »	- 1 l » » » » »	- 0,08 kg de queijo curado de vaca
- »	- 1 l » » » ovelha	- 0,14 a 0,17 kg de queijo curado de ovelha
- »	- 1 l » » » cabra	- 0,12 kg de queijo curado de cabra
Diversos		
- Azeite	- 1 l de azeite virgem	- (100 - $\frac{2n+2}{100}$) de azeite refinado 100 (n - grau de acidez)
- Azeitonas	- 1 kg de azeitona	- 0,16 l de azeite
- Cana sacarina	- 1 kg » cana sacarina	- 0,07 kg de açúcar
- Chá	- 1 kg » folhas verdes	- 0,24 kg de chá
- Cortiça	- 1 kg » cortiça	- 0,60 kg de granulado
- »	- 1 kg » »	- 0,36 kg de aglomerados de isolamento
- »	- 1 kg » »	- 0,80 kg de aglom. de revest. e compostos
- Tabaco	- 1 kg » tabaco verde (planta)	- 0,56 kg » tabaco verde (folha)
- »	- 1 kg » » » (folha)	- 0,10 kg » » seco

OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

- Preços e índices de preços mensais no produtor de alguns produtos agrícolas (output);
- Preços e índices de preços mensais dos meios de produção na agricultura (input);
- Produção de azeite segundo o tipo de lagar e sistema de extração;
- Produção de pintos do dia;
- Reses abatidas e aprovadas para consumo, segundo as espécies, por meses.

www.ine.pt

ISBN 978-989-25-0605-0

Ano de edição 2022



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL